

MOVIMENTOS

EM MARCHA

ativismo, cultura e tecnologia



**ANAH ASSUMPÇÃO
HENRIQUE Z. M. PARRA
PABLO ORTELLADO
SILVIO RHATTO**
(organizadores)



**MOVIMENTOS
EM
MARCHA**



ativismo, cultura e tecnologia

Autores: Alexandre Abdo, Alexandre Youssef, Bruno Cava, Bruno Torturra, Cláudio Prado, Elton Flaubert, Felipe Corrêa, Fábio Maleronka Ferron, Gavin Adams, Giuseppe Cocco, Henrique Z.M. Parra, Henrique Carneiro, Ivana Bentes, José Celso Martinez Correa, José Arbex Jr., Leo Vinicius, Pablo Ortellado, Passa Palavra, Renato Rovai, Rodrigo Savazoni, Silvio Rhatto, Thiago Skárnio.

**SÃO PAULO:
PUBLISHER BRASIL / KERNEL
© 2013**

IDEALIZADORES DO PROJETO

Henrique Z.M. Parra, Pablo Ortellado,
Silvio Rhatto

PROJETO GRÁFICO, CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Anah Assumpção

TIPOGRAFIAS:

Esta obra foi produzida com as
tipografias: Eua Douce, Gentium Basic,
Living Hell.

FOTO CAPA

Henrique Z.M. Parra

FOTOS PÁGINAS INTERNAS

Henrique Z.M. Parra

Esta obra é publicada sob uma licença
Creative Commons Atribuição
Não-Comercial Sem Derivados 3.0
Brasil – salvo quando indicado de outra
forma. Ela permite a livre cópia para
fins não comerciais, desde que se faça a
atribuição dos autores e não se
façam modificações no texto. A licença
completa se encontra em
([http://creativecommons.org/licenses/
by-nc-nd/3.0/br/legalcode](http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/br/legalcode))”

Movimentos em marcha: ativismo, cultura e tecnologia / Henrique Z. M. Parra, Pablo
Ortellado e Silvio Rhatto (organizadores). - São Paulo: Publisher/Kernel, 2013.
309 p.

ISBN: 978-85-85938-80-2

1. Sociologia. 2. Política. 3. Tecnologia. 4. Economia da Cultura. 5. Ativismo. I.
Parra, H. Z. M. (Org.). II. Ortellado, P. (Org.). III. Rhatto, S. (Org.).

CDD 301



**MOVIMENTOS
EM
MARCHA**



ativismo, cultura e tecnologia

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

8

BRUNO TORTURRA
ministério da cultura

11

ALEXANDRE YOUSSEF
o partidido pós rancor

19

MARCHA DA LIBERDADE
manifesto da marcha da liberdade

23

PASSA PALAVRA
a esquerda fora do eixo

29

FELIPE CORRÊA
comentário 1

42

LEO VINICIUS
comentário 2

44

CLÁUDIO PRADO
comentário 3

46

IVANA BENTES
a esquerda nos eixos
e o novo ativismo

51

PASSA PALAVRA
domingo na marcha parte I

57

PABLO ORTELLADO
capitalismo e cultura livre

63

THIAGO SKÁRNIO
das redes às ruas:
e agora, o que fazemos com isso?

69

GIUSEPPE COCCO
mensagem: uma pequena observação

72

73

CLÁUDIO PRADO
mensagem: réplica

75

HENRIQUE PARRA E GAVIN ADAMS
nem eixo, nem seixo

83

PASSA PALAVRA
domingo na marcha parte II

93

RODRIGO SAVAZONI
a reinvenção da política

101

RENATO ROVAI
fora do eixo e a esquerda
que a direita gosta

105

ELTON FLAUBERT
lutas sociais e fetichismo: notas sobre o
debate iniciado pelo passa palavra I

119

BRUNO CAVA
sair dos eixos à esquerda (I)

123

HENRIQUE CARNEIRO
a maconha, as marchas
e a crise do capitalismo

131

PASSA PALAVRA
domingo na marcha parte III

145

ELTON FLAUBERT
lutas sociais e fetichismo: notas sobre o
debate iniciado pelo Passa Palavra II

157

BRUNO CAVA
pós-modismo pós festivo II

163

ALEXANDRE ABDO
a esquerda sem fantasias: justiça e
solidariedade

167

LEO VINICIUS
a marcha posta para trabalhar

173

PASSA PALAVRA
domingo na marcha parte IV

185

ELTON FLAUBERT
lutas sociais e fetichismo: notas sobre o
debate iniciado pelo Passa Palavra III

197

BRUNO CAVA
dormindo na marcha III



PASSA PALAVRA domingo na marcha parte V	203	
AUTORIA DIFUSA encontro de 2011: trabalho engajamento cultura livre: reprodução ou emancipação?	213	
FELIPE CORRÊA balanço crítico acerca da ação global dos povos I	215	
JOSÉ CELSO MARTINEZ libertemos a Cultura das suas Prisões	221	
FELIPE CORRÊA balanço crítico acerca da ação global dos povos II	227	
JOSÉ ARBEX JÚNIOR lulismo fora do eixo	233	
GIUSEPPE COCCO a crise do minc no governo Dilma: levar a sério a questão do valor ›	239	
FELIPE CORRÊA balanço crítico acerca da ação global dos povos III	247	
FELIPE CORRÊA balanço crítico acerca da ação global dos povos IV	257	
		269
		FELIPE CORRÊA balanço crítico acerca da ação global dos povos V
		277
		FÁBIO MALERONKA FERRON velhos demais para virar adultos
		281
		SILVIO RHATTO apresentação retrospectiva do encontro: cultura livre e capitalismo
		289
		FELIPE CORRÊA balanço crítico acerca da ação global dos povos VI
		303
		NOTAS BIOGRÁFICAS

introdução

Silvio Rhatto
Henrique Parra
Pablo Ortellado
Anah Assumpção

Este livro retrata um debate como há muito tempo não se via. Entre os meses de maio e setembro de 2011, um grande debate público - ou melhor, uma série de debates interligados e superpostos - realizado em diferentes meios de comunicação e na Internet discutiu as potencialidades das novas tecnologias, as novas formas de ativismo, as características atuais do capitalismo e a maneira como as atividades culturais articulam-se a essas dimensões. Esse debate tem raízes e contextos muito diferentes, mas talvez tenha eclodido com maior visibilidade a partir da organização da “Marcha da Liberdade” realizada em algumas cidades brasileiras no mês de junho e que reuniu ativistas de movimentos sociais “tradicionais”, ativistas que lutavam pela legalização da maconha e ativistas de movimentos de cultura. A grande repercussão do ato e a emergência de novos atores sociais suscitou grandes discussões que estão retratadas aqui. O livro busca reunir um debate que está disperso, selecionar os artigos mais relevantes e ordená-los na sequência em que se sucederam.

Como ele tem por objetivo organizar e documentar o debate, talvez seja necessário explicitar alguns dos elementos de contexto em relação aos quais o debate emergiu:

- A “primavera árabe” e o protesto dos indignados na Espanha foram creditados por muitos analistas ao poder das redes sociais na Internet e esse entendimento pautou o debate sobre novas formas de mobilização social no Brasil. Foi sob o impacto deste debate que viu-se e discutiu-se a nova onda de ativismo que promoveu mobilizações de rua nos primeiros meses de 2011 contra o aumento nas tarifas de ônibus, contra a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte e pela legalização da maconha.

- A indicação de Ana de Hollanda para o Ministério da Cultura em janeiro de 2011 mobilizou diferentes setores do campo da cultura, principalmente

Nota 1

Pontos de cultura são instituições (geralmente pequenas) que desenvolvem atividades culturais e recebem apoio financeiro do governo por meio do Programa Cultura Viva

da música, dos Pontos de Cultura[1] e atores emergentes vinculados à chamada “cultura digital” que viram nas novas políticas um retrocesso em relação ao que havia sido realizado na gestão Gilberto Gil-Juca Ferreira (2002-2009). A insatisfação com as novas políticas aproximou estes grupos que promoveram uma mobilização intersetorial que discutiu a centralidade social da cultura defendendo que ela seria melhor acolhida com políticas de fomento aos grupos locais (pontos de cultura e coletivos de artistas) e às formas de compartilhamento da cultura digital. Em setembro, artistas do meio do teatro promoveram uma ocupação do prédio da Funarte em São Paulo, criticando a condução da política de cultura do MinC. A forma desta ocupação, no entanto, gerou reações de apoio e de reserva dos grupos que faziam oposição à ministra desde o começo do ano.

- Desde o ano 2010, o campo da cultura começou a observar com mais atenção a emergência da rede Fora do Eixo, uma rede de gestores culturais que havia organizado um efetivo circuito alternativo para a produção e consumo de música. A rede Fora do Eixo se disseminou rapidamente num curto espaço de tempo, aliando novas formas de gestão organizacional ao compromisso e competência dos seus membros, o que gerou um verdadeiro choque no meio alternativo de música (o que não foi considerado positivo por todos). Com a Marcha da liberdade, o Fora do Eixo ensaiou atuar também nas manifestações de rua o que gerou reações dos atores que já atuavam aí.

- Na cultura digital, a criação da Casa de Cultura Digital (uma rede de empreendimentos empresariais e não empresariais que utilizam ferramentas digitais) levou à discussão da necessidade dos grupos se emanciparem das políticas de fomento do Ministério da Cultura e criarem formas de sustentabilidade por meio de novos modelos de negócio - modelos que reconhecessem as potencialidades das novas tecnologias e abraçassem o acesso à cultura proporcionado por elas. No entanto, outros atores da cultura viram com desconfiança essa relação de sustentabilidade no mercado.

Esta introdução busca apenas apresentar de maneira breve o contexto do debate - a posição de cada um dos organizadores pode ser vista nas intervenções que fizeram e que estão reproduzidas aqui. Procuramos não sobrevalorizar nossa posição, mas construir um painel amplo e plural do que foi discutido. No entanto, acreditamos que todo processo de seleção carrega inevitavelmente o ponto de vista de quem escolhe.

Este livro foi produzido de maneira inteiramente voluntária e sem fins comerciais. A versão digital foi lançada sob uma licença livre e está disponível no site: <link1>. Uma versão impressa será produzida a partir da cotização de interessados e também não terá fins comerciais. O modo de produção e distribuição deste livro também expressa o ponto de vista dos organizadores.

Link 1

<https://emmarcha.milharal.org>

**PASSANDO MUITO
ABAIXO DO
RADAR DA MÍDIA,
O FORA DO EIXO
SE TORNOU UMA
CENTRAL QUE
CONECTA CERCA
DE 73 COLETIVOS
DO BRASIL
DE PARTE DA
AMÉRICA LATINA**

Ministério da Cultura

publicado na Revista Trip no. 199

Bruno Torturra

Em 2006 uma turma de Cuiabá fundou uma rede de coletivos para organizar artistas independentes longe dos grandes centros. Eles criaram o Circuito Fora do Eixo. Cinco anos depois se tornaram uma poderosa organização capaz de realizar mais de 5 mil shows ao ano, em mais de cem cidades. Recém-sediados em São Paulo, em meio a uma crise que envolve a nova ministra da Cultura, eles descobrem que talvez a possam controlar mais do que carreiras. Podem ter poder político.

Pablo Capilé foi avisado por um de seus muitos companheiros de casa que havia alguém esperando do lado de fora. Quando saiu, viu a presidenta, Dilma Rousseff, ao portão. Ela queria conversar com o rapaz, articulador que era, sobre o Ministério da Cultura. Preferiu não entrar, mas o convidou para um refrigerante no botequim ali do lado. Em uma estreita rua do bairro da Liberdade, quase no Cambuci, tomando um guaraná de canudinho, a mandatária trouxe as boas-novas. “Pode ficar tranquilo, meu filho”, Dilma disse, “a Ana de Hollanda não vai durar nada no governo.” Pablo mal teve tempo de comemorar... Acordou no meio do sonho e, antes de rir de si mesmo, apanhou o iPhone do lado da cama. Checou o e-mail, o Twitter e foi à luta no andar de baixo, onde fica seu escritório e a sede do Fora do Eixo, a rede que coordena.

A agenda do dia era, como sempre, cheia. E envolvia, entre muitos compromissos, participar da redação de uma carta à própria Dilma Rousseff. Escrita por muitas mãos, em trocas de e-mails pelo Brasil, o documento manifestava a decepção de muita gente com o novo Ministério da Cultura. Nas entrelinhas da carta estaria uma reivindicação fundamental. E que se tornou, em termos literais, o mais recente sonho de Capilé: a demissão da ministra Ana de Hollanda.

Os argumentos espelham uma polêmica de muitos braços que vem ganhando volume em artigos de jornais, no Twitter, em debates e dividindo artistas em discussões que raramente ganhavam repercussão pública: a retirada da licença de Creative Commons do site do ministério, a verba para os Pontos de Cultura, o papel do Ecad, a complexa reforma na lei de direitos autorais no Brasil... Mas, muito mais importante do que cada uma das questões, o que mais inflama os ânimos desse exército cada vez menos disperso de agentes culturais é “a falta de visão da ministra”, resume Capilé. “Ela mal assumiu e já anunciou um grande retrocesso, é o retorno de uma política ultrapassada. E veio em uma hora muito errada. Agora era a hora de acelerar... Não de termos uma ministra analógica”, conclui, enquanto checa compulsivamente seu laptop e o celular, antes de levar a **Trip** para uma tour pela casa Fora do Eixo de São Paulo.

Proclamação da república

É um enorme sobrado, antigo, alugado de um chinês do Cambuci por R\$ 4 mil ao mês. Uma pechincha dado o tamanho. São duas salas, oito quartos, uma enorme cozinha, quintal, churrasqueira e outra construção ao fundo, de dois andares, onde fica um estúdio de ensaio para bandas, uma sala para edição de vídeos, um terraço e mais um quarto para alojamento. No andar de baixo da casa, uma jovem equipe se espalha em mesas e sofás, cada um atrás de um laptop. Gente de Recife, Uberlândia, Buenos Aires... a lista corre em muitas cidades. No andar de cima, os quartos entregam o clima de república. Bem mais bagunçados, são apenas dormitórios para as 18 pessoas que moram na casa. Contraste com a organização espartana das áreas de trabalho.

É fácil descrever a casa fisicamente. Mais complicado é explicar o que de fato acontece por ali, e que faz do endereço ocupado há três meses por esse jovem grupo um dos maiores quartéis de uma luta política e artística. Para isso, precisamos antes voltar ao já distante ano 2000, em Cuiabá.

Naquele tempo, Pablo Capilé era um estudante de comunicação, parte de um grupo interessado em dar um gás na cena musical de sua cidade. Como quase toda capital no Brasil, a do Mato Grosso não era exatamente o melhor terreno para uma banda independente, ainda colocada apenas como consumidora do som que vinha embalado por gravadoras, quase sempre de São Paulo e Rio de Janeiro – o tal eixo. Mas, inspirado pelo maguebeat que havia a florado em Recife anos antes e pela libertação digital que a internet trouxe, o grupo montou um coletivo na tentativa de ajudar bandas e criar um público local. Alugaram uma casa e fundaram o **Cubo Mágico**, a fim de produzir shows, festivais e discos em Cuiabá. O problema, evidente, foram as finanças.

“A gente nunca foi caloteiro”, jura Capilé, “a gente era administrador de dívidas.” O prejuízo de um festival era pago com a receita do seguinte, que seria pago com ingresso de outros shows, que seriam pagos com vendas de CDs... e a rolagem seguia. Foi quando uma sacada econômica deu fôlego ao frágil esquema de manutenção da cena cuiabana. Por melhores que fossem as intenções, todos os envolvidos, de músicos a donos de bares, precisavam ser pagos de alguma forma. E, como não havia dinheiro disponível, eles tiveram que inventar um. Entrou em circulação o Cubo Card.

Existia em cédulas mesmo, emitidas pelo próprio coletivo. E era com elas que pagavam a maior parte de seus cachês. O Cubo Card, por sua vez, poderia ser usado para comprar ensaios, releases, camisetas da banda e serviços prestados por gente ligada ao coletivo. Pagava também as cervejas dos envolvidos. Logo, começou a valer como moeda em um restaurante parceiro ou em uma locadora de filmes que os patrocinava. Foi às custas de seus cachês em Cubo Cards que bandas como Vanguard e Macaco Bong gravaram seus primeiros discos e se tornaram os filhos pródigos do rock do Mato Grosso.

Enquanto coletivos como o Cubo Mágico pipocavam no país todo, o mainstream sofria no bolso como nunca. A venda de CDs despencou e rádios perderam relevância em um mercado rapidamente dominado por iPods e seus primos. Foi também a época em que Gilberto Gil assumiu a pasta da cultura no governo Lula e anunciou políticas que reconheciam as novas tecnologias digitais não só como inevitáveis, mas também como libertadoras. A ordem era descentralizar, sair do eixo e digitalizar comunidade. Surgiram os Pontos de Cultura. E o ministério se tornou, ao abraçar softwares livres e a licença de Creative Commons, uma trincheira segura para os partidários de uma revisão urgente das leis de direitos autorais, e da própria indústria cultural, em um mundo conectado pela internet. Em uma convergência inédita, governo e guerrilheiros culturais tinham planos parecidos.

Foram anos decisivos na cultura independente brasileira, e que deram a Capilé e seus comparsas do Cubo uma perspectiva mais ampla do que estavam de fato construindo. “A nossa geração não tinha uma bandeira muito clara como a dos anos 60, que lutava contra alguma coisa. Nem a crise existencial da turma dos anos 80, que estava tentando se entender. Mas a gente decidiu lutar por alguma coisa. E com a internet apareceu uma possibilidade real de se comunicar, de inventar uma carreira sem precisar passar pelos caminhos corporativos”, diz Capilé em seu escritório, ou como prefere chamar “a Casa Civil” da rede.

Com essa filosofia mais clara, e depois de anos se tornando figura fácil em festivais e congressos dos independentes, Capilé articulou com Talles

Lopes (de Uberlândia) e Daniel Zen (de Rio Branco e atual secretário de cultura do Acre) o circuito Fora do Eixo. A ideia era se tornar uma rede nacional de coletivos para potencializar as ações de milhares de pessoas que tentavam, em seus quintais, produzir e viver de arte. Fundado em 2006, ainda residia em Cuiabá e mantinha seu caixa funcionando com muito pouco dinheiro.

O que é nosso é seu

De lá para cá, e passando muito abaixo do radar da mídia, o Fora do Eixo se tornou uma central que conecta cerca de 73 coletivos do Brasil de parte da América Latina. No circuito que montaram, através de casas noturnas, selos e festivais parceiros, apenas em 2010 passaram mais de 5 mil (!) bandas. Sob o guarda-chuva do Fora do Eixo, a rede dispõe de 57 CNPJs de todo tipo: editora, produtora, bar, ONG, Oscip, fundação... Grande também é o número de cartões que eles podem utilizar para financiar projetos e despesas pessoais. E é justamente com a maneira como o dinheiro circula na organização que a mentalidade capitalista do repórter, e a do leitor, há de se confundir.

Nem Pablo Capilé nem nenhum de seus colegas que trabalham diretamente no Fora do Eixo tem um salário. Vinte e oito pessoas têm a senha do cartão do banco e podem utilizá-lo livremente para suas despesas pessoais. Tudo que precisam fazer é discriminar e justificar o gasto. Em resumo: se você entra e trabalha para o Fora do Eixo, você tem todas suas despesas pagas. E esse tipo de remuneração é seguido por até 2 mil pessoas pelo país nos coletivos ligados ao circuito. A medida são o bom-senso e a dedicação de cada um. “Se eu quiser eu posso ir à loja e comprar um Nike”, Capilé elabora, “mas depois eu vou ter que contar por que eu preciso de um Nike se meu colega está usando um Conga...” Isso explica por que a maioria por ali se veste de maneira bem modesta, vive em quartos quase sem adornos, mas carrega iPhones 4 e Macbooks de última linha.

É com esse orçamento ultrassocialista que alugaram, no começo de 2011, a casa em São Paulo, e estabeleceram ali a nova sede para uma nova fase. O Fora do Eixo montou seu quartel-general no coração do eixo. Agora, com a trama bem costurada em 112 cidades, a estratégia é ganhar o mainstream, atrair artistas com carreiras mais consolidadas e criar um polo para atrair gente, dinheiro e oportunidades. Em parceria com o Studio SP, principal palco da cidade para novos músicos, já ganharam as noites de terça-feira para agendar bandas do Brasil e da América Latina. A casa se tornou também uma estalagem para artistas que vêm mostrar seu trabalho na metrópole e uma espécie de escola para moleques que saem de suas cidades para aprender, dentro do Fora do Eixo, a gerenciar um coletivo. E também se

tornou um ponto para estratégicos churrascos de domingo. O primeiro deles, uma prévia dos que serão realizados todo domingo a partir de maio, foi organizado para receber a **Trip** e apresentar alguns parceiros. Umas cem pessoas apareceram para a tarde de cerveja, carne e conspirações.

Um garoto mineiro, que fundou o Catarse, o primeiro site no Brasil de crowdfunding, apareceu para oferecer ajuda. Quer usar seu esquema de financiamento de projetos culturais através de pequenas doações na internet para bancar a reforma da casa Fora do Eixo. Outro grupo de Belo Horizonte, do coletivo Pegada, veio para articular uma série de festivais, um por semana, até o fim do ano em Minas Gerais. Gabi Amarantos, a autointitulada “Rainha da Aparelhagem” de Belém do Pará, apareceu e ficou de papo com Bianca Jhordão, a bela vocalista carioca da banda Leela. Macaco Bong, a banda abrelas do Fora do Eixo, ensaia com a Burro Morto para um show no Studio SP.

Mesmo em um domingo, a maior parte da equipe segue trabalhando em laptops no meio do churrasco. Postam fotos da festa, divulgam os shows que vão acontecer nos próximos dias pelo país, atualizam blogs, respondem e-mails... É digitalmente, na rede, que o Fora do Eixo cria seu público, seu mercado, sua realidade. Não é à toa que por ali também petisca um veterano da contracultura, **Cláudio Prado**.

Premiado em 2009 no Trip Transformadores por seu trabalho de inclusão digital junto ao Ministério da Cultura de Gilberto Gil, Cláudio está, desde os anos 60, na luta pela criação de um ambiente cultural mais permeável e democrático no Brasil. Homem difícil de definir através de cargos, é uma mistura de pensador e agente, articulando nos bastidores de festivais e encontros da cultura digital. Cláudio enxerga naquela casa uma utopia sonhada por sua geração. Ele explica: “O movimento Fora do Eixo é uma molecada que propõe que reinventemos tudo, e começa por reinventar o dinheiro. E não é ouro que eles fabricam... é tesão, felicidade em estado bruto, que contamina como energia radioativa do bem. Passe um dia na casa para realmente entender o que é a felicidade da geração pós-rancor, pós-grana, pós-tudo!”.

Cláudio era uma das pessoas na mesa da Casa Civil do Fora do Eixo quando a carta à Dilma Rousseff estava sendo alterada. Articulador crucial do antigo ministério de Gilberto Gil, ele é um dos principais braços na hora de abrir o acesso da molecada representada pelo Fora do Eixo em Brasília. É um dos representantes que vai à capital entregar a carta à presidenta. E tentar abrir os olhos do poder para um fato tão real quanto invisível aos olhos da velha corte cultural brasileira: a digitalização exige uma reforma ampla e inclusiva das políticas públicas. E um diálogo aberto com novos e pulverizados participantes.

“O MinC hoje desconstruiu esse diálogo. Deixou órfãos milhares de esperanças. A perda desse diálogo do governo com a sociedade civil é que estamos chamando de retrocesso. Mas isso é um acidente de percurso – os movimentos desencadeados nos oito anos de Lula são inexoráveis. O sonho não acabou não... Ele renasce tropicalista, na vocação plena do Brasil Fora do Eixo. O governo voltará a nos entender...”, garante Cláudio Prado.

**IMAGINEM UM
LIQUIDIFICADOR
EM QUE SE
POSSA COLOCAR
AS RAMIFICAÇÕES
DA ESQUERDA,
COM ESTRATÉGIAS
E LÓGICAS DE
MERCADO DAS
AGÊNCIAS DE
PUBLICIDADE**

O partido "pós rancor"

publicado na Revista Trip no 199

Alê Youssef

A descrença em relação à política institucional é uma marca das novas gerações. Muitos fatores podem explicar: figuras que nunca saem de cena, um sistema eleitoral que favorece o poder econômico, as coligações que ferem as utopias. A juventude não se encanta, e tem muita dificuldade em se mobilizar em um quadro tão engessado. Dentro dos partidos, os setores mais jovens acabam reproduzindo as mesmas falhas e vícios em vez de arejar as instâncias partidárias com sangue novo. Quem não se lembra, com certa desconfiança, dos chavões ultrapassados entoados pelos militantes do movimento estudantil dentro de nossas faculdades?

Em contraposição a essa lógica, alguns movimentos perceberam a importância de recriar os canais de comunicação entre o jovem e a participação política e incluíram na agenda um foco comportamental. Nesse processo, os movimentos culturais ganharam força, principalmente pelo apelo natural que exercem nas novas gerações conectadas com a internet e cada vez mais interessadas em profissões criativas e ligadas ao novo mundo do compartilhamento da informação. A dobradinha poderosa de cultura e internet abriu um flanco que revigorou a capacidade de aglutinação e envolvimento da juventude em causas culturais.

São muitos os exemplos de organizações que pautaram a sociedade e criaram ondas de apoio político, atenção da mídia e análises da academia para suas causas. Podemos listar o hip hop, os movimentos de arte urbana e cultura de rua, o funk carioca, o tecnobrega, os fanáticos por games, os grupos de teatro alternativo, os novos blocos carnavalescos, os grupos de novos estilistas, videomakers, os militantes da cultura digital, as associações de DJs etc.

É nesse cenário que surge o Fora do Eixo. À primeira vista, como um desses movimentos culturais. Entretanto, quando nos aproximamos podemos ver algo diferente, muito poderoso e com um potencial impressionante, especialmente pela sua capilaridade capaz de gerar contato com todos os setores listados acima. Imaginem um liquidificador em que se possa colocar as ramificações da esquerda, com estratégias e lógicas de mercado das agências de publicidade, misturando rock, rap, artes visuais, teatro, um bando de sonhadores e outro de pragmáticos, o artista, o produtor, o empresário e o público. Tudo junto e misturado. O caldo dessa batida é uma nova tecnologia de participação e engajamento que funciona de forma exemplar para a circulação e produção musical, mas que acima de tudo é um grande projeto de formação política.

O Fora do Eixo cria, portanto, uma geração que se utiliza sem a menor preocupação ideológica de aspectos positivos da organização dos movimentos de esquerda e de ações de marketing típicas dos liberais. É, como disse, o teórico da contracultura Cláudio Prado, a construção da geração pós-rancor, que não fica presa à questões filosóficas e mergulha radicalmente na utilização da cultura digital para fazer o que tem que ser feito.

Em um país que viu sua juventude se afastar da política convencional, saber que existem milhares de jovens dispostos a viver (literalmente) por uma causa, é animador. Na perspectiva de crescimento da economia da cultura como uma das vocações do Brasil, o Circuito Fora do Eixo encontra-se em situação privilegiada para se tornar uma força influente e decisiva no xadrez da política nacional. E o mais velho do grupo só tem 30 anos de idade. Eles têm muito tempo para isso.



**NÃO SOMOS UMA
ORGANIZAÇÃO. NÃO
SOMOS UM PARTIDO.
NÃO SOMOS
VIRTUAIS. SOMOS
REAIS. UMA REDE
FEITA POR GENTE
DE CARNE E OSSO.
ORGANIZADOS DE
FORMA HORIZONTAL,
AUTÔNOMA, LIVRE.**

Manifesto da #MarchadaLiberdade

Divulgado pelo site da Marcha e Redes Sociais

Marcha da Liberdade

Convite à liberdade

Prisões, tiros, bombas, estilhaços, assassinatos. Por todo o país, protestos legítimos estão sendo reprimidos com ataques violentos da força policial. Querem nos calar.

Avenida Paulista, 21 de maio de 2011: Marcha da Maconha. A história se repete. A tropa de choque, sob os olhos do governo e da mídia, avança sem piedade sobre manifestantes armados apenas com palavras e faixas. As imagens do massacre à liberdade de expressão, registradas por câmeras, corpos e corações, ecoaram na rede e nas ruas com um impacto de mil bombas de efeito moral, causando indignação e despertando as pessoas de um estado anestésico. O que governo algum poderia desejar estava acontecendo: o povo começou a se organizar. Desta vez, não baixaríamos a cabeça.

Sete dias depois, defensores das mais diversas causas, vítimas das mais diferentes injustiças, estavam de volta ao mesmo local para dar uma resposta à opressão. As ruas de São Paulo foram tomadas por 5 mil pessoas de todas as cores, crenças e bandeiras. Na Internet, uma multidão espalhava a mensagem como vírus pelas redes sociais. Naquele dia, o Brasil marchou unido por um mesmo ideal. Nascia ali a Marcha da Liberdade.

Não somos uma organização. Não somos um partido. Não somos virtuais. Somos REAIS. Uma rede feita por gente de carne e osso. Organizados de forma horizontal, autônoma, livre.

Temos poucas certezas. Muitos questionamentos. E uma crença: de que a Liberdade é uma obra em eterna construção. Acreditamos que a liberdade de expressão seja a base de todas as outras: de credo, de assembléia, de posições políticas, de orientação sexual, de ir e vir. De resistir. Nossa liberdade é contra a ordem enquanto a ordem for contra a liberdade.

Convocamos:

Todos aqueles que não se intimidam, e que insistem em não se calar diante da violência. Contamos com as pernas e braços dos que se movimentam, com as vozes dos que não consentem. Ligas, correntes, grupos de teatro, dança, coletivos, povos da floresta, grafiteiros, operários, hackers, feministas, bombeiros, maltrapilhos e afins. Associações de bairros, ONGs, partidos, anarcos, blocos, bandos e bandas. Todos os que condenam a impunidade, que não suportam a violência policial repressiva, o conservadorismo e o autoritarismo do judiciário e do Estado. Que reprime trabalhadores e intimida professores. Que definha o serviço público em benefício de interesses privados.

Ciclistas, lutem pelo fim do racismo. Negros, tragam uma bandeira de arco-íris. LGBTT, gritem pelas florestas. Ambientalistas, cantem. Artistas de rua, defendam o transporte público.

Pedestres, falem em nome dos animais. Vegetarianos, façam um churrasco diferenciado!

Nossas reivindicações não têm hierarquia. Todas as pautas se completam na perspectiva da luta por uma sociedade igualitária, por uma vida digna, de amor e respeito mútuos. Somos todos pedestres, motoristas, cadeirantes, catadores, estudantes, trabalhadores. Somos todos idosos, índios, travestis. Somos todos nordestinos, bolivianos, brasileiros, vira-latas.

E somos livres.



Você tem poder! Nossa maior arma é a conscientização. Faça um vídeo, divulgue nas suas redes sociais, arme sua intervenção, converse em casa, no almoço do trabalho, no intervalo da escola. Compartilhe suas propostas nas paredes, no seu blog, no seu mural. Reúna-se localmente, convoque seus amigos, erga suas bandeiras, vá às ruas.

Estamos diante de um momento histórico global. Pela primeira vez, temos chance real de conquistar a liberdade. O mundo está despertando. Levante-se do sofá e vá à luta. Vamos juntos construir o mundo que queremos!

Espalhe a rebelião.

#marchadaliberdade #worldrevolution

Princípios do movimento:

- Liberdade de organização e expressão;
- Contra a repressão e a violência policial em qualquer âmbito da sociedade;
- Contra o conservadorismo que pauta o judiciário e o Estado.

Reivindicação geral:

- Regulamentação que proíba o uso de armamentos pela polícia em manifestações sociais.



CASA SOMOS
JUNTOS!
TODOS
...S.ORG.BR

VIVA A
DE BEM
NO XIN

VIVA A
Sociedade
ALTERNATIVA

UMENTO DO SALÁRIO
MO: 5%
ATO DO SALÁRIO
DEPUTADOS: 65%
...S.ORG

SEM FUTURO
SEM EMPREGO
SEM EDUCAÇÃO
SEM MEDO

MARCHEMOS DA

B
A
S
A

BOMBA DE EFEITO
GÁS LACRIMOGÊNICO
BALA DE BORRACHA
CASSETETE
TASER
ACDC

@menosletais

E AGORA
JOSE?!
QUEREM
TE CALAR

A
REVOLUÇÃO
COMECOU
MARCHA DA LIBERDADE

LIBERDADE



**ENQUANTO
DISPERSOS EM
ORGANIZAÇÕES
E INSTITUIÇÕES,
OS GESTORES
CONFUNDEM-SE
COM OS
TRABALHADORES
NA SUA OPOSIÇÃO
À BURGUESIA**

A esquerda fora do eixo

publicado no Passa Palavra

Coletivo Passa Palavra

I. 2011, São Paulo em cinco mobilizações

Do início do ano até abril houve grandes manifestações da luta contra o aumento da tarifa de ônibus em São Paulo. Diferentemente do que ocorreu em 2010 e nos anos anteriores, o público mobilizado passou de 4 mil pessoas e, ao invés de esvaziarem, os atos mantiveram-se cheios e permitiram realizar ações que antigamente chamaríamos de radicais, ou mesmo de ousadas, como a ocupação de um terminal de ônibus na região central e a paralisação de um dos sentidos da Avenida 23 de Maio – uma das maiores da capital do estado. A análise informal de alguns militantes sobre esse “fenômeno” baseava-se nos seguintes elementos: *Facebook* (com a confirmação de milhares de pessoas nos eventos que chamavam para as manifestações), repressão policial, o próprio valor da passagem (R\$ 3,00) e a reunião das forças político-partidárias de oposição na cidade aos governos estadual e municipal. O ciclo de 2011 de lutas contra o aumento da tarifa foi encerrado pelo Movimento Passe Livre-SP, por acreditar que seria a hora de impulsionar uma luta mais abrangente que criticasse estruturalmente o sistema de transporte, com a bandeira da tarifa zero. Desse episódio, os militantes refletiram que havia uma “nova juventude” mobilizada: de classe média, estudantil, ligada nas mídias sociais.

Em abril, após uma entrevista para programa de TV, “*Custe o Que Custar*”, o CQC, do jornalista Marcelo Tas, levantou-se a polêmica com o deputado federal e militar da reserva Jair Bolsonaro e seu discurso pró-ditadura e moralmente conservador. Durante aquela semana, a polêmica matéria repercutiu pelas mídias sociais, que pressionaram uma cassação por quebra de decoro parlamentar. Em apoio, grupúsculos da extrema-direita marcaram um ato em defesa ao deputado e, espontaneamente, indivíduos

atomizados da esquerda convocaram um ato antifascista com o objetivo de impedir a realização da manifestação. O que foi testemunhado pelos que compareceram nada mais foi que um grupo numericamente insignificante de valentões fantasiados de fascistas. Reencenando a Batalha da Praça da Sé, em que os integralistas foram confrontados nas ruas do centro paulista pelos anarquistas, colocou-se em ação um teatro da luta antifascista: palavras de ordem de um lado e de outro. O ato reuniu cerca de duas centenas de pessoas. Quem de fato protagonizou alguma coisa foi o próprio Estado de Direito, o qual deteve alguns membros dos *skinheads* por serem procurados pela Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (Decradi).

Nota 1

Higienópolis é um bairro de classes média-alta e alta de São Paulo. A sua origem histórica remete ao estabelecimento das famílias aristocratas, mas no decorrer do século XX passou a receber migrantes de origem judaica. Consultado aqui <[https://secure.wikimedia.org/wikipedia/pt/wiki/Higienópolis_%28São_Paulo%29](https://secure.wikimedia.org/wikipedia/pt/wiki/Higien%C3%B3polis_%28S%C3%A3o_Paulo%29)>.

Em maio o transporte voltou a ser pauta na cidade. Moradores de Higienópolis [1] organizaram um abaixo-assinado com menos de 5 mil assinaturas para impedir a construção de uma estação da linha amarela do metrô no bairro. Segundo os moradores, a estação faria com que “gente diferenciada” passasse a frequentar a região. Espontaneamente, indivíduos atomizados e blogs “antielitismo” divulgaram o “Churrascão da gente diferenciada”, a ser realizado nas ruas de Higienópolis. Ao menos virtualmente, o evento marcado no *Facebook* teve mais de 60 mil pessoas com a presença confirmada. No sábado, dia do “churrascão”, cerca de mil pessoas compareceram e, segundo alguns manifestantes, ao todo 2 mil passaram pelo local.

O campo social presente ultrapassou os limites daquele ativista-militante e político-partidário, isto é, se expandiu com pessoas que não participavam das lutas pelo transporte público. No entanto, o caráter pouco contestatório era evidente. Devido à pressão dos manifestantes, o governo estadual voltou atrás e decidiu construir a estação na rica região da cidade, a qual já possui acesso a três outras estações. Assim, o grande mote de revolta dessa manifestação lúdica foi o próprio diagnóstico de quão arcaica e antiquada é a elite de Higienópolis, mas, no limite, não se colocou a questão – essa sim crucial – da própria lógica elitista da construção do metrô em São Paulo, que prioriza o atendimento às regiões centrais e exclui as regiões periféricas. Tornou-se assim não uma manifestação “antielite” ou por transporte público para todos, mas contra *essa* elite arcaica.

Ainda em maio ocorreu uma nova mobilização. Desde 2004, indivíduos e coletivos pró-descriminalização das drogas – ou ainda antiproibicionistas – convocaram a “Marcha da Maconha” e, de modo análogo aos anos anteriores, a marcha foi proibida pela Justiça por apologia ao uso de drogas e a Polícia Militar reprimiu os manifestantes. Por conta disso, no mesmo dia convocou-se na porta da delegacia [esquadra] uma nova marcha, agora contra a violência sofrida. Logo após esse anúncio, o coletivo Fora do Eixo (FdE) entrou em contato com os organizadores para integrar a articulação da próxima marcha.

Nota 2

Alexandre Youssef é um dos fundadores do site Overmundo, que tem em seu staff Ronaldo Lemos e Hermano Viana. Durante a gestão Marta Suplicy foi coordenador da juventude. Hoje é filiado ao Partido Verde e colunista da revista Trip.

Nota 3

Como a ex-petista Soninha Francine (PPS), coordenadora da campanha virtual do candidato à presidência José Serra, que participou da Marcha da Maconha e da Marcha da Liberdade.

Entre 21 e 27 de maio ocorreram duas reuniões presenciais. Na primeira lançou-se o nome do ato, que passou a se chamar “Marcha da Liberdade” e não mais “Contra a repressão policial”. Na segunda reunião, no *Studio SP* – uma casa de show administrada por Alexandre Youssef [2] –, Pablo Capilé, articulador do FdE, assumiu as tarefas relacionadas à comunicação da manifestação, como transmissão online, e seu coletivo também arcou com os custos das flores que seriam distribuídas no dia. Capilé ainda mencionou a possibilidade de patrocínio da Coca-Cola à marcha; segundo seu argumento, hoje em dia as empresas buscam contato direto com os grupos e movimentos sem que seja necessário expor as suas marcas. De imediato os presentes ligados ao coletivo Desentorpecendo a Razão (DAR) e Movimento Passe Livre discordaram de tal patrocínio.

Uma das pautas impulsionada a partir da repressão pelos movimentos e coletivos de esquerda foi a promoção de um projeto de lei para proibir o uso de armas “menos letais” em manifestações. Pretende-se que seja aprovado um projeto semelhante ao da Argentina. O coletivo FdE, Cláudio Prado (da Casa de Cultura Digital), e membros da rede MobilizaCultura discordaram que fosse necessário pautar qualquer coisa que não fosse a “própria ideia de liberdade”. Esta foi a maneira encontrada para neutralizar politicamente a Marcha.

No dia 28 de maio, a Marcha da Liberdade agregou movimentos como GLBT, Movimento Passe Livre, Marcha da Maconha, organizações políticas e milhares de indivíduos. Os otimistas estimam 10 mil pessoas, já a polícia calculou a presença de 4 mil manifestantes e na transmissão online a cobertura feita por Bruno Torturra, jornalista da *Trip*, foi acompanhada por cerca de 2 mil pessoas. Um novo ato da Marcha da Liberdade foi convocado para 18 de junho, dessa vez de caráter nacional e, no dia 15 de junho, o Supremo Tribunal Federal julgou e autorizou a realização da “Marcha da Maconha”.

Dessa série de manifestações e atos, extrai-se que as mídias sociais – principalmente o *Facebook* e o *Twitter* – mobilizaram conjuntamente novos setores da classe média, mas, por outro lado, houve também um caráter diferenciado da pauta tradicional dos movimentos sociais e da esquerda em geral. A pauta genérica de algumas delas (e mesmo neutra) ou de grande relação com os direitos individuais – como explicitamente no caso da descriminalização das drogas e da liberdade de expressão – tem possibilitado a aproximação de elementos da classe política – tanto de esquerda como de direita [3] – e também de novas empresas e ONGs com foco no marketing virtual, na publicidade e na cultura.

Nota 4

“Independente” e “alternativo” são os termos vagos que as empresas encontraram para ocultar que trata-se de um nicho de mercado para o público universitário e similar.

Nota 5

O jornalista Bruno Torturra categorizou a disciplina do coletivo como “espartana”.

Nota 6

Ministério da Cultura, Revista Trip, 12/05/2011, disponível aqui <<http://revistatrip.uol.com.br/revista/199/reportagens/ministerio-da-cultura.html>>.

Nota 7

A lista dos editais é pública e pode ser acessada aqui <<https://spreadsheets.google.com/spreadsheet/pub?hl=pt-BR&key=0AjEzvOdRTzfAdGJTRGF2ZGU0cmYzcmktZ1FIUllpbVE&hl>>.

II. O coletivo Fora do Eixo

A experiência precursora ao Fora do Eixo ocorreu em 2000 com o Espaço Cubo – “*a cultura que você não vê na TV*” –, fundado por Pablo Santiago Capilé, 31 anos. Na época estudante de publicidade e marketing da Universidade de Cuiabá, Capilé incentivava as bandas da cidade organizando festivais e, assim, formando um mercado cultural independente [4]. Com o crescimento da organização alugaram uma casa de show e, inspirados no conceito de economia solidária de Paul Singer, criaram uma moeda baseada no trabalho envolvido na produção dos eventos, o Cubo Card.

Num novo fôlego para ampliar a rede, no final de 2005, Capilé formou o Fora do Eixo, um coletivo de gestores da produção cultural independente com o objetivo de promover festivais com intercâmbio de bandas e outras expressões artísticas e contando com a articulação de quatro cidades: Cuiabá, Rio Branco, Uberlândia e Londrina. Diferentemente da produção cultural *mainstream*, o coletivo estimula a cultura fora do eixo Rio-São Paulo. Hoje o Fora do Eixo possui 57 coletivos espalhados pelo país. Segundo a organização, eles possuem a capacidade de realizar 5 mil shows por ano e em mais de 100 cidades. Em seu catálogo figuram algumas estrelas da música independente da atualidade como o *rapper* Emicida e as bandas Macaco Bong, Mombojó e Vanguard. O organograma interno do Circuito Fora do Eixo pode ser visto aqui.

Desde o início de 2011, membros do coletivo de Cuiabá e Uberlândia se mudaram para São Paulo e inauguraram uma casa no Cambuci como sede do Fora do Eixo – a CAFESP (Casa Fora do Eixo - SP). O aluguel de R\$ 4 mil sustenta um espaço para shows, estúdio, salas de reunião e a hospedagem de 18 membros “liberados” que trabalham 24 horas por dia para o coletivo, não recebem salário, mas em troca têm suas despesas pessoais pagas pelos cartões do coletivo; esse investimento individual e comportamental é denominado de se “entregar para a causa” [5].

Atualmente a CAFESP realiza shows todos os domingos com churrasco e cerveja “na faixa”. Mas o principal deste projeto não se trata de festas, conversas e diversão. A sede do coletivo no “eixo” (e não fora dele), como se poderia supor, trata-se de uma estratégia para alcançar o *mainstream* cultural:

“Agora, com a trama bem costurada em 112 cidades, a estratégia é ganhar o *mainstream*, atrair artistas com carreiras mais consolidadas e criar um pólo para atrair gente, dinheiro e oportunidades. Em parceria com o Studio SP, principal palco da cidade para novos músicos, já ganharam as noites de terça-feira para agendar bandas do Brasil e da América Latina.” [6]

Nota 8

Cultura digital é a produção baseada nas novas mídias, mas também é o nome da ONG fundada por Cláudio Prado para gerir o programa Cultura Viva, do Ministério da Cultura. O conceito desenvolvido por essas organizações pode ser lido aqui <http://culturadigital.br/o-programa/conceito-de-cultura-digital/>.

Nota 9

Segundo Gilberto Gil, ex-ministro da Cultura, o Ponto de Cultura é “uma espécie de ‘do-in, antropológico, massageando pontos vitais, mas momentaneamente desprezados ou adormecidos, do corpo cultural do País”. Ver aqui <http://www.cultura.gov.br/culturaviva/ponto-de-cultura/>.

Link 1

<http://www.gpopai.org/ortellado/2011/04/a-economia-criativa-e-a-economia-social-da-cultura/>

Para sustentar todo esse recurso material e projeto político-cultural, há uma constante pesquisa de editais para financiamentos públicos e privados combinada com a elaboração e envio de projetos para captação dos recursos neles disponibilizados. Em 2010 inscreveram-se em cerca de 125 editais e, com mais de 30 aprovados, captaram aproximadamente R\$ 2 milhões para os projetos (festivais de música, de cinema, de economia solidária, etc.) e R\$ 300 mil para as despesas do “institucional” [7]. Um outro aspecto interessante é que eles possuem diversos tipos de cadastro jurídico: associações culturais, empresas, ONGs, casas noturnas. No total são 57 CNPJs [número fiscal] a serviço do FdE, uma fluidez que permite um amplo leque de atuação dentro dos negócios. Além dos editais há também propostas comerciais para emissoras de rádio como a *OI FM*.

O Fora do Eixo se constituiu e articulou através do programa Cultura Viva do Ministério da Cultura, na gestão do ex-ministro-cantor Gilberto Gil e Juca Ferreira. E fora do governo encontrou o suporte das organizações, empresas e indivíduos que orbitam a “cultura digital” [8].

III. Os embates no Ministério da Cultura

O programa Cultura Viva realizou a distribuição de recursos pelos Pontos e Pontões de Cultura [9], numa parceria direta organizações-governo para fazer cultura. A mudança nas gestões Gil e Juca transformou um Ministério de pequeno orçamento em algo relevante no cenário cultural, com a possibilidade de alteração da Lei do Direito Autoral. No artigo “A economia criativa e a economia social da cultura” <link1> Pablo Ortellado descreve quatro grandes mudanças que ocorreram no Ministério durante esse período: reconhecimento das mudanças das novas tecnologias, política cultural para todos os atores da cadeia produtiva, direito autoral como uma garantia de acesso aos bens culturais e o investimento nos novos modelos de negócios.

Longe de ser uma política de integração nacional através da cultura para forjar a identidade do povo brasileiro presente em outros momentos da história brasileira, o objetivo dos Pontos de Cultura foi estimular uma cadeia de produtores culturais a se intercomunicarem via novas tecnologias para estimular a diversidade cultural brasileira. Ao invés da repetição e massificação da indústria cultural denunciada pelos frankfurtianos, dessa forma haveria a produção “genuína” de cultura, nos quatro cantos do país, isto é, em tese, novos mercados e mais produtores que não precisariam da infraestrutura produtiva das transnacionais da cultura e dos oligopólios culturais regionais. A prospecção de cultura num primeiro momento abriria a oportunidade para um segundo em que ela entraria na esteira

da exportação internacional inserindo a produção cultural brasileira no mercado sul-sul, o que de fato não chegou a ocorrer mas alia-se assim ao pensamento de desenvolvimento nacional do governo Lula.

No entanto, com a mudança no Ministério da Cultura, a ministra Ana Buarque de Hollanda tem confrontado as decisões das últimas gestões, como a retirada do logo do *Creative Commons*, a paralisação dos editais e premiações, e a reforma da Lei do Direito Autoral. Desta forma, acena para os gestores das transnacionais da cultura e dos oligopólios culturais regionais.

A mudança política tem fechado a porta para os recursos dos pontos de cultura [10] e para as mudanças na Lei do Direito Autoral, as quais beneficiariam o modelo de negócios adotado pelas organizações parceiras e o próprio Fora do Eixo. Em resposta foi fundado o “Partido da Cultura”, o PCult, uma organização suprapartidária contra a ministra Ana Buarque, pela retomada e “continuidade das políticas do Gilberto Gil” e também o MobilizaCultura, uma “rede das redes” para “propor políticas no campo da cultura que radicalizem a democracia” [11].

Para essas organizações do campo da cultura digital, a gestão de Ana Buarque, e num aspecto geral o governo Dilma, estão sendo um “retrocesso das conquistas”. Por outro lado, a prática realizada anteriormente por algumas organizações e coletivos reencena o patrimonialismo, que um entrevistado nos descreve:

“Apesar do discurso e da estética anarquistas de muitos, e da adoção de organizações horizontais, como redes e coletivos enquanto forma de organização, a apropriação do Estado – seus recursos e estruturas – é umas das principais práticas do Fora do Eixo. Já enraizados no aparelho do Estado, principalmente no MinC [Ministério da Cultura] mas não só, participam da elaboração dos editais para projetos culturais e de novos tipos de políticas públicas, como os de promoção do uso de softwares livres e da consolidação da Economia Solidária, cuja articulação entre essas tecnologias e o Estado é de criação e exclusividade deles. Assim, ao incorporarem ao Estado (e não só aos governos) a necessidade de políticas nestas áreas, garantem também a exclusividade na apropriação dos recursos destinados a estas mesmas políticas. O interessante é que por fazerem tudo isso usando de estruturas informais e completamente diferentes das que as organizações político-partidárias e tradicionais grupos empresariais adotam para os mesmo propósitos, é praticamente impossível para um observador desatento ou viciado nas velhas estruturas identificar e combater o novo sujeito formado por este coletivo (ou rede). Outra característica é para a maioria dos membros deste coletivo/rede aumentar o próprio poder já é o mais importante, por mais que para um ou para outro o discurso propalado ainda

Nota 10

Artista considera cancelamento de editais do Minc preocupante
(<http://www.movimentocultura.org.br/blog/?p=4598>).

Nota 11

(<http://www.mobilizacultura.org/site-em-construcao-2/mobilizacultura/>)

seja o que os movem, e ao invés de executarem os projetos financiados pelos editais que eles mesmos criaram, usam dos recursos e da estrutura do Estado para se articularem por todo o país e garantirem o tempo livre necessário para o desenvolvimento de novos editais, novos discursos, consolidação de práticas e de tecnologias que os mantêm.”

Nessa perspectiva, para estes grupos como Fora do Eixo e Cultura Digital, o embate se dá numa disputa por quem ficará com aquele quinhão do orçamento do Ministério da Cultura, não que o acesso a ele seja para fins diferentes num caso ou em outro.

IV. Cultura livre e os novos modelos de negócios

Os novos modelos de negócios partem da inovação tecnológica e jurídica realizada pelo Software Livre que, quando transportados para o campo da cultura, criam uma produção com a ausência ou flexibilidade do direito autorial, permitindo assim novas formas de geração de valor. Incentivado pelo Fora do Eixo e pelas organizações que compõem a Cultura Digital, o modelo é conceituado como “*open business*” (negócios abertos ou novos modelos de negócios, em português). A pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas, Oona Castro, define dois tipos de *open business*: um é fruto do uso do instrumento legal (licenciamento em *Creative Commons*, por exemplo) – e o outro, uma situação social, na qual há produção em rede com flexibilização da propriedade intelectual como o mercado tecnobrega do Pará. A cultura resultante desse processo é denominada cultura livre.

O *open business* é a transformação do modelo de negócios de um mercado monopolista em concorrencial, ou seja, dada a natureza não rival do bem digital e a cópia a custo próximo de zero, o lucro passa a depender da produção material (camisetas, adesivos, etc.) e, principalmente, dos shows; caminha-se assim da renda para os serviços. Para as transnacionais da cultura e os oligopólios culturais regionais, isso significa a modificação do seu papel de intermediador entre mercado e consumidor, e, na dimensão econômica, a extração de lucro por renda é ameaçada.

Advogado e fundador da *Creative Commons*, Lawrence Lessig afirmou em seus artigos e livros que o termo “cultura livre” (*free culture*) é análogo ao “livre mercado” (*free market*). Em seu livro “*Free Culture*“, Lessig afirma que “a cultura livre que eu defendo nesse livro é um equilíbrio entre anarquia e controle. Uma cultura livre, como um mercado livre, e composta de propriedades. Ela é composta por regras de propriedade e contratos que são garantidos pelo Estado. Porém, da mesma forma que um mercado livre é corrompido se sua propriedade se torna feudal, da

Nota 12

LESSIG, Lawrence. "Cultura livre: como a grande mídia usa a tecnologia e a lei para bloquear a cultura e controlar a criatividade". São Paulo: Trama, 2005.

Nota 13

RICHARDSON, Joanne e KLEINER, Dmytri. "Copyright, Copyleft and the Creative Anti-Commons". Berlim, 2006. Disponível aqui <http://www.openlibrary.info/autorsview.php?id_autore=745>.

Nota 14

Sobre a discussão dos gestores enquanto classe, leia a nota 2 do artigo "Extrema-esquerda e desenvolvimentismo (2)", publicado aqui <<http://passapalavra.info/?p=40331#footnote-2>>.

mesma forma uma cultura livre pode ser deturpada pelo extremismo nos direitos à propriedade que a definem. Isso é o que eu temo sobre a nossa cultura atual. Foi por causa desse extremismo que esse livro foi escrito." [12]

Os autores de "*Copyright, Copyleft and the Creative Anti-Commons*", Joanne Richardson e Dmytri Kleiner, analisam essa noção de liberdade: "Uma obra é livre na medida em que pode ser comercialmente apropriada, uma vez que a liberdade é definida como a circulação ilimitada de informação e não como algo livre de exploração." [13]

A ideologia da cultura livre baseia-se na ideia de que a flexibilização da propriedade intelectual com a concorrência proporcionada pelo livre mercado pode estimular a criação e, nesse processo, democratizar a informação e assim as nações caminharem ao progresso. De fato, quanto maior a flexibilização da propriedade intelectual, maior a produtividade dos trabalhadores e, por isso, maior a produção de riqueza a ser apropriada e transformada em mercadoria. Em síntese, a cultura livre é a própria regra do jogo do capitalismo, a apropriação de algo que a classe capitalista não produz.

Dessa forma, a aliança política tática formada por um programa de oposição às transnacionais da cultura e os oligopólios culturais regionais acabou por ocultar a reflexão crítica sobre o que há de surgir em seu lugar.

V. Gestores e a política Fora do Eixo

A principal atividade econômica do Fora do Eixo não é a produção de um produto, mas a comercialização de seus serviços, os quais se especializam através da gerência dos processos da cooperação social, os tais festivais. É por essa razão que se posicionam contra a existência da figura do "intermediador", isto é, das transnacionais da cultura e os oligopólios culturais regionais e sua relação entre produtores e mercado. No caso da cultura livre trata-se de um conflito no interior da classe capitalista: de um lado, rentistas da cultura e gestores da produção cultural [14] e, do outro lado, gestores da cultura digital e os artesãos da cultura, em que trabalhadores por conta própria na produção de consumo de luxo – de forma a maximizar seus ganhos – posicionam-se ao lado dos segundos sob o embate de produtivos *versus* improdutivos. Fora desse debate, há artistas que de certa forma preferem manter-se ao lado da "velha" indústria autoral, talvez não ideologicamente, mas pelo privilégio do circuito de apresentação *mainstream* exclusivo para os artistas das *majors*; uma típica situação de rentista que quer manter o monopólio sobre determinado bem do qual auferir renda. Resta ainda saber onde ficam os proletários que fabricam as mídias na Zona Franca, os que operam o som, os que produzem equipamentos, os que vendem os ingressos etc.

Nota 15

Não será necessária uma análise quantitativa para saber o quanto da esquerda presente nessa série de manifestações corresponde como um potencial público-alvo para os serviços do Circuito do Fora do Eixo.

Os artistas do catálogo do circuito do Fora do Eixo representam um nicho de mercado em crescimento, mas que são consumidos como novidade, o diferente, e da mesma forma que outro produto, o risco da estagnação do mercado também existe. Mas, com a vinda do coletivo para São Paulo, trata-se de expandir o mercado divulgando a marca “Fora do Eixo” em mobilizações de jovens com o perfil consumidor de seus produtos [15].

O trabalho do FdE é fazer serviços para outros. Fazem realmente como um coletivo e não como proprietários de algo. Mas isso é justamente o que os identifica como gestores: possuir o *know-how*, o trabalho baseado no conhecimento e na gerência dos processos. Um tipo de trabalho que é possível vender e não ficar sem ele, já que conhecimento é um bem não rival.

Mas além dessas implicações econômicas, na esfera política há outras sobre as quais é necessário refletir. Para o Fora do Eixo a cultura é apenas um pretexto e, atualmente, passaram a buscar meios para chegar na política. Segundo Capilé, o coletivo conseguiu nesses 5 anos “musculatura e capilaridade nacional” e no dia 18, na Marcha da Liberdade, vão mostrar a força da organização.

Em entrevista para a coletânea “Produção Cultural no Brasil”, Capilé responde o que pretendem na política formal:

“Pretendemos criar um ambiente favorável para que daqui há trinta anos o presidente da República possa sair de uma perspectiva ligada a isso que nós estamos construindo. Há trinta anos, ele saiu do sindicato, então podemos tentar criar uma plataforma onde a cultura consiga ganhar mais espaço na agenda.”

Não por acaso, o Fora do Eixo possui instituições semelhantes às do governo como o “Diário Oficial FDE”, “Congresso FDE”, “Casa Civil”, etc. Na análise de Capilé, o momento atual com a ministra Ana Buarque de Hollanda é de enfrentamento e, de uma forma geral, isso é possível graças à construção desse (novo) meio de produção. Além da raiz econômica, a projeção na burocracia os configura politicamente enquanto uma classe gestora, classe que em outros momentos históricos possuiu como projeto a renovação das elites. Mas enquanto dispersos em organizações e instituições, os gestores confundem-se com os trabalhadores na sua oposição à burguesia.

Em caráter elogioso, Alexandre Youssef fez recentemente uma análise sobre o FdE:

“Imaginem um liquidificador em que se possa colocar as ramificações da esquerda, com estratégias e lógicas de mercado das agências de publicidade, misturando rock, rap, artes visuais, teatro, um bando de sonhadores e outro

Nota 16

Ministério da Cultura, Revista Trip, 12/05/2011, disponível aqui <<http://revistatrip.uol.com.br/revista/199/reportagens/ministerio-da-cultura.html>>.

Nota 17

De fora para dentro, os movimentos sociais passam por um processo de cooptação e pacificação pelo governo, e, de dentro para fora, a burocratização das lutas impede a generalização das relações horizontais e solidárias entre os movimentos. Ver o artigo “Entre o fogo e a panela: movimentos sociais e burocratização” <<http://passapalavra.info/?p=27717>>.

Nota 18

O Passa Palavra investiga numa série de artigos as mudanças profundas que o Brasil tem passado, ver aqui <http://passapalavra.info/?tag=nunca_antes_na_historia_destes_pais>.

de pragmáticos, o artista, o produtor, o empresário e o público. Tudo junto e misturado. O caldo dessa batida é uma nova tecnologia de participação e engajamento que funciona de forma exemplar para a circulação e produção musical, mas que acima de tudo é um grande projeto de formação política.

O Fora do Eixo cria, portanto, uma geração que se utiliza sem a menor preocupação ideológica de aspectos positivos da organização dos movimentos de esquerda e de ações de marketing típicas dos liberais. É, como disse o teórico da contracultura Cláudio Prado, a construção da geração pós-rancor, que não fica presa à questões filosóficas e mergulha radicalmente na utilização da cultura digital para fazer o que tem que ser feito.” [grifos nossos] [16]

Podem utilizar os meios militantes e ativistas para ampliar sua influência política e até para expandir seu mercado consumidor de cultura independente, mas não deixarão de ser o que são – uma classe de gestores que visa renovar a burocracia.

VI. A esquerda fora do eixo

Desde a ascensão do PT ao governo e o processo da oposição virar a ordem, forjou-se um pacto social entre as classes que configura-se através da pacificação dos movimentos sociais [17] e diminuição do desemprego por um novo ciclo econômico; além disso, o acesso ao crédito fácil e o Bolsa Família permitiram às classes mais baixas adentrarem no mercado de consumo básico. E, de forma arrebatadora, a promessa de um futuro dourado estaria garantida com a exploração petrolífera da camada pré-sal que permitirá o ingresso do país na OPEP. O brado retumbante do ex-presidente Lula de que “Nunca antes na história desse país...” expôs que, de fato, não se pode mais designar o Brasil como um país “atrasado” na economia global [18].

A conjuntura econômica liquidou o programa de oposição ao governo, seja de direita ou de esquerda, e suas críticas aos programas do governo transmutam-se de acordo com a maré eleitoral: ora dobrar-se-ia o Bolsa Família, ora o mesmo não passaria de um novo clientelismo. O que restou da generalidade dos críticos de esquerda é a sustentação do “socialismo da miséria” [19] e, sem saber responder à social-democracia brasileira, na melhor das hipóteses formulam-se propostas que não ultrapassam a sua própria lógica, como a crítica às consequências da *realpolitik* governista, isto é, ao enriquecimento a partir dos cargos públicos.

Nesse cenário de transformação global que elevou a imagem do Brasil a *hype* – sintetizado na capa da *The Economist* que apresenta a ignição do

Cristo Redentor rumo ao espaço –, o “Churrascão da gente diferenciada” revela o seu caráter politicamente ambíguo, em que a incorporação do discurso “antielitista” passou a ser um recado para a nobre elite de Higienópolis: o futuro dos negócios chegou, não ignorem as novas classes médias, pois, mesmo morando na periferia, a sua empregada também pode consumir uma TV de plasma e ter um carro na garagem. O “churrascão” pode, sim, ser compreendido como um ritual lúdico para profanar – sem deixar de estigmatizar – uma elite deslocada do seu tempo, dando boas-vindas aos mais novos consumidores do mercado brasileiro. Um processo que limita-se à modernização da mentalidade e renovação das elites, e que, por isso, foi incapaz de revelar a incoerência de destinar mais recurso público para a ampliação da oferta de transporte público na região mais rica da cidade.

Sem o teatrinho de luta de classes ou antifascista, o que representa a onda anti-Bolsonaro é a recusa em aceitar uma elite arcaica no poder. Antes, a bola da vez foi o senador José Sarney com a hashtag #forasarney no *Twitter*. Da espontaneidade das mídias sociais não saiu outra pauta política que não fosse a renovação ou rejeição da elite política e econômica.

Os elementos da composição dessa nova elite passam pelo consumo e sustentação de novos *habitus*, como se deslocar para o trabalho de bicicleta ou a pé – algo inimaginável para um morador da periferia –, reciclar seu lixo, cuidar de pequenas hortas em casa, consumo de orgânicos, baixar músicas e minutar os momentos do dia numa mídia social. As preocupações políticas passam principalmente pela legalização das drogas e pelo meio ambiente. Uma geração “pós-rancor” que não se apega a discussões “filosóficas”, como define, de forma elogiosa, Cláudio Prado.

Esse descontentamento com o “Brasil potência” tem sido abarcado pelo movimento liderado pela ex-petista Marina Silva. Se ao adentrar o poder o PT implementou um pacto social e tirou de cena os movimentos sociais, é também através da conciliação de classes que os ambientalistas buscam fazer oposição, seja eleitoralmente, nas manifestações ou na criação de um novo *habitus*. O clímax desse discurso será ano que vem no Rio +20 [20], evento para o qual diversas organizações já preparam as suas ações.

Juntam-se ao campo de “oposição” os grupos que anteriormente hegemonizavam o Ministério da Cultura, como o Fora do Eixo e as ONGs e empresas da Cultura Digital. Essa coletividade ambiental, “antielitista” e “alternativa” é uma das redes que permeiam a Marcha da Liberdade; um nome neutro que pode tanto servir para a Coca-Cola quanto para ativistas inseridos num projeto de classe.

Mas, o que o Fora do Eixo apropria da manifestação? Eles se apropriam da comunicação para se projetarem, capturar o “status” de organizadores

Nota 19

Ver “Socialismo da abundância, socialismo da miséria” (<http://passapalavra.info/?p=37649>), de João Bernardo.

Nota 20

(<http://www.uncsd2012.org/rio20/>)

Nota 21

"A mobilização assembleária não se inventa de cima para baixo. Ou nasce de baixo, ou não acontece. Ou corresponde a interesses de classe mais definidos, exprimindo contradições reais da sociedade e medindo forças no terreno, ou se ficará sempre pelos limites - estreitos e efémeros - de uma espécie de festa dionisíaca politizada."
Trecho do artigo "Acampados"
<http://passapalavra.info/?p=40478>

e depois capitalizar esse público em seu circuito comercial. Esse método difere, por exemplo, de uma campanha do PT ou PSDB, pois não utiliza força de trabalho assalariada para construir sua base social. As ações do Fora do Eixo são a propaganda da organização para o alargamento do mercado e a manutenção de atividades gratuitas para angariarem simpatizantes.

Numa manifestação onde a quantidade de pessoas é consequência da divulgação nas mídias (corporativas e sociais) e não uma causa "real" relacionada ao trabalho cotidiano de formação, construção e mobilização, o refluxo de uma hora para outra é iminente. Um processo semelhante a Marcha da Liberdade são os acampamentos em Portugal e Espanha [21].

Nos limites da renovação e modernização das elites, com esta "geração em rede" mascara-se o conteúdo político das ações de um setor ascendente de uma classe dominante para evitar que se perceba isto que é e jamais poderá deixar de ser um confronto político.

COMENTÁRIOS

Sem Título

publicado no site Passa Palavra

Muito bom o artigo! Parabéns ao PP!

Alguns comentários:

- Fiz parte da geração que se formou no contexto das mobilizações de “resistência global” no Brasil, meio no qual muito dessa discussão de tecnologias alternativas surgiu.
- Sempre foi uma preocupação, para mim, essa noção de que as novas tecnologias (ainda que abertas etc.), sem um projeto político-ideológico que as levasse para algum lugar, seriam prontamente apropriadas pelo mercado. Da mesma maneira que diversos setores alternativos e o discurso ecológico o foram...
- Hoje o que caracteriza, em grande medida, os processos de open source etc. não é mais do que uma forma alternativa para se buscar o mercado. Com um discurso mais modernizado, é verdade. E independente do discurso de “organização horizontal, “rizomática”, ou qualquer coisa que o valha, isso está sendo feito em proveito do capitalismo.
- Parece que parte significativa da esquerda contentou-se com esse projeto do “compro com eco-bag, como orgânico e vou trabalhar de bicicleta”... O que não deixa de ser um tanto cômodo, assim como a “militância” virtual. Afinal, fazendo isso você não apanha da polícia, não tem que trabalhar muito, não corre o risco de ser preso e nem de ser demitido.
- Pensando politicamente, em termos de correlação de forças, o que essa “nova esquerda” — se é que ela é esquerda, pois para mim já se caracteriza como direita — tem a oferecer ao modelo de capitalismo de Estado em que vivemos? Obviamente nada. O projeto não acumula força

e foca-se em setores que nem sequer são aqueles que tem sofrido realmente os efeitos do capitalismo.

- Difícil parece ser a articulação de lutas que tenham um evidente corte de classe e que empodere aqueles que lutam para a construção de um projeto político de poder. Difícil e nada “cool”; afinal, trabalho de base que é bom, essa turma — para não dizer a imensa maioria da esquerda — abandonou faz tempo.

Volto a uma máxima que venho sustentando há tempos. Em relação aos projetos “políticos” desse tipo, qualquer alternativa de servir sopão na Praça da Sé possui sentido mais radical, e ao menos proporciona um contato maior com a realidade... Triste realidade.

Sem Título

publicado no site Passa Palavra

Ivana Bentes,

Me surpreende a afirmação de que o conceito de “luta de classes” é limitado e no seu lugar se propõe falar em ‘minorias’, ou lutas de minorias. Conceitos não são neutros, e eles expressam objetivos, valores. Ora, o conceito de luta de classes expressa a visão de que existem exploradores e explorados, opressores e oprimidos. Há na sociedade quem manda e quem obedece. Ora, a propriedade privada é base disso na sociedade capitalista.

Até mesmo os neozapatistas, tão exaltados por ‘pós-modernos’ (e por mim também), explicitam que a tomada dos meios de produção foi a base para o avanço até mesmo das condições de vida das ‘minorias’ (sejam as mulheres das próprias comunidades zapatistas, sejam os próprios indígenas zapatistas como um todo). A expropriação dos latifundiários de Chiapas, que praticamente escravizavam os trabalhadores (indígenas), se tratou do que, senão de luta de classes? (“O Neozapatismo e os Velhos Meios de Produção” <[link1](#)>).

Me surpreende também o uso que é feito do discurso teórico de Negri e outros e ao mesmo tempo se coloca a luta de classes como algo anacrônico. Há uma esquizofrenia teórica nisso.

Poderia citar inúmeras passagens e Negri, Hardt ou Virno para desfazer essa leitura equivocada de que os conceitos deles significariam um fim do proletariado ou da luta de classes ou algo que o valha. Mas deixo aqui apenas uma:

“Exploração deverá significar de fato, apropriação de uma parte ou de todo o valor que foi construído em comum. (Este “em comum” não quer dizer que, na produção, trabalhadores e patrões estejam juntos: absolutamente não! A luta de classe continua!) A emergência do comum que se dá no processo produtivo não elimina o antagonismo interno à produção, mas

Link 1

⌘http://
passapalavra.
info/?p=2280

o desenvolve – imediatamente – no nível de toda a sociedade produtiva.

Trabalhadores e capitalistas se chocam na produção social, porque os trabalhadores (a multidão) representam o comum (a cooperação), enquanto os capitalistas (o poder) representam as múltiplas mas sempre ferozes – vias de apropriação privada”. (Negri, Cinco Lições sobre o Império, p.266-267).

Sem Título

publicado no site Passa Palavra

Preguiçaa

Mas vamos lá>> aproveito para dar minha opinião sobre o artigo e sobre os comentários rancorosos.

E defino Rancor na perspectiva desta discussão.

Rancor é uma marca das esquerdas. Nasce da consciência das tiranias. Nasce da indignação. Marx sendo o Arauto Maior das tiranias do século 20, da Era Industrial, do Capitalismo Selvagem, da ganância.

Rancor é esta indignação + fundamentalismo.

Fundamentalismo é a grande doença deste século, que transformou sistematicamente as grandes ideias em dogmas. Talvez seja o fundamentalismo seja a herança mais perversa da cultura escrita.

Da soma do alfabeto grego com a tipografia de Gutemberg.

Do alfabeto, que são símbolos gráficos que juntos formam fonemas que juntos formam palavras que juntas se propõem representar todas as coisas materiais e ideias passadas e futuras da humanidade.

E da tipografia de Gutemberg que congela (imprime) essas palavras, frases e ideias.

Some-se a isso a sinistra ideia do direito de autor e da forma como o século 20 lidou com tudo isso, congelando palavras e ideias, e temos a fórmula do rancor.

{{{ e pelamordedeus não argumentem que eu sou contra o alfabeto, contra os livros, contra o coitado do autor>>>}} cada um destes territórios é eivado para o bem e para o mal como tudo na vida.

Back to the USSR (You don't know how lucky you are)

Não sou do Fora do eixo. Colaboro com eles.

Considero a proposta do Fora do Eixo o melhor caminho que conheço

para uma saída honrosa dos Movimentos Sociais rumo ao século 21. (e que denominei de Pós Rancor).

O Fora do Eixo não é de esquerda e nem de direita.

A grande maioria das pessoas da esquerda e da direita realmente acham que esta polarização define a humanidade, são adeptos conscientes ou inconscientes da Teoria do Fim do Mundo, na qual o Mercado as engole fatal e definitivamente. E contra o qual (Mercado) vocês têm que lutar estoicamente através dos tempos eternamente...

Isso não é novidade: o Tropicalismo foi esculhambado pelas esquerdas todas como massa de manobra do imperialismo americano (instrumentos eletrificados que iriam matar a Música Brasileira etc). Foi também esculhambado pela ditadura militar que os acusava de corruptores da cultura e juventude brasileira e que prendem Gil e Caetano condenando-os ao exílio. A Democracia Grega, conservadora, condena Sócrates pelas mesmíssimas razões.

Em última instância, acho que o problema de vocês, das esquerdas, é este: O Fora do Eixo não é de esquerda. Para vocês, conseqüentemente seria de direita. E, assim sendo, a discussão está encerrada... não vale a pena... (por isso a minha preguiça, eu que vejo e ouço isso rolar há 40 anos).

Mas olhem só>>> existem os otimistas>> que vêm luz no fim do túnel.

Existe uma “nova esquerda” (digamos assim para efeitos de melhor compreensão desta discussão).

Um movimento político Pós Rancor, que nasce da indignação também nos anos 60.

O movimento Hippie. Antropofagicamente abraçado aqui sob a denominação Tropicalismo.

O movimento político Hippie (((é político siim))) é quem pauta no mundo, as questões de hoje.

A Ecologia (nem citada pela direita nem esquerda até 1972 a 1a Conferência Mundial do Meio Ambiente em Estocolmo.)

As liberdades sexuais e das drogas >> ambas esculhambadas pela direita e pela esquerda como a decadência da humanidade.

A agricultura orgânica>> como fator de saúde pública. (contra os transgênicos)

A questão feminina>> (pq o movimento feminista das esquerdas era o como direito da mulher ser igual ao homem nas besteiras do machismo, numa visão extremamente míope do conceito de igualdade)

Sociedade Alternativa...

Tudo isso sem rancor>> com flores e sempre com Tesão Político (foco sim).

Poderia me estender mais...

mas uma última questão:

É o movimento hippie que detecta a Cultura Digital como a mais subversiva realidade rumo a um século 21 (chamávamos de Nova Era na época)

Timothy Leary, um dos profetas do que está acontecendo agora, disse que a cultura do computador era o LSD dos anos 90. LSD era para Leary, um “atalho” para a compreensão profunda “fora do eixo” O eixo sendo tanto a ligação do indivíduo consigo mesmo quanto a compreensão dos caminhos políticos da sociedade.(não quero me alongar aqui nisso pq é tema de um livro... e não de um mail).

É por isso que digo sempre que, NA MINHA OPINIÃO, Marx, hoje não seria marxista, seria um hippie digital.

Não há nada, mas naaada mesmo, mais politicamente subversivo à lógica do capitalismo selvagem do que a Cultura do Digital.

Vejo no Fora do Eixo, uma semente para como de fato mudar o rumo equivocado das esquerdas, reinventando a forma de agir dos movimentos sociais do século 20.

Um amadurecimento ou melhor um renascimento fênix deste movimento tropicalista.

O bonito, a meu ver, é que existem muito mais acertos do que erros neste movimento...

E considero que a indignação equivocada das esquerdas, que se revestem de puro rancor diante do sucesso evidente do que está acontecendo no mundo das marchas, mais um sinal de resistência conservadora do século 20.

O mais grave é ver meninos gritando palavras de ordem>>> fala sério>>> do século 19.

PORQUE NINGUÉM AINDA RESPONDEU SOBRE O DEBATE AO VIVO E PELA INTERNET??

beijos perplexos>>> rssrss mas paternalistas e carinhosos

E ISSO É SIM UMA PROVOCAÇÃO À AMPLIAÇÃO DO DEBATE!



**A VELHA ESQUERDA
FOI INCAPAZ DE
FAZER FRENTE
AS VELHAS
CORPORAÇÕES,
PERDEU PARA A
MÍDIA DE MASSAS,
CONSEGUIU PAUTAR
ALGUMAS POLITICAS
PÚBLICAS, MAS
ESTÁ FRANCAMENTE
PERDIDA NO
CAPITALISMO DOS
FLUXOS E DAS REDES.**

A Esquerda nos Eixos e o novo ativismo

publicado blog Trezentos

Ivana Bentes

Link 1

[http://
passapalavra.
info/?p=41221](http://passapalavra.info/?p=41221)

Pretendia escrever um texto de avaliação sobre as Marchas da Liberdade em todo Brasil quando vi este artigo na rede [“A esquerda fora do eixo, publicado dia 17 de Junho de 2011 no site Passa a Palavra com assinatura coletiva <link1> sintomático da perplexidade de certos setores da esquerda tradicional com as mudanças e crise do capitalismo fordista e as novas dinâmicas de resistência e criação dentro do chamado capitalismo cognitivo (pós-fordista, da informação ou cultural).

Crise e desestruturação que tem como horizonte a universalização dos meios de produção e infraestrutura pública instalada, a constituição de novos circuitos e mercados e a emergência de uma intelectualidade de massa (não mais o “proletariado”, mas o cognitariado) com a possibilidade da apropriação tecnológica por diferentes grupo (software livre, códigos abertos, cultura digital).

Crise e paradoxo onde o próprio crescimento gera e multiplica precariedade, mas também novas dinâmicas e modelos. O capitalismo da “abundância” produz crise ao entrar no horizonte da gratuidade/compartilhamento/colaboração com uma mutação da própria ideia de “propriedade” (ver a crise do Direito Autoral).

O texto percebe as mudanças, estruturais, mas não consegue ir além nas consequências e funciona como uma caricatura que busca demonizar as novas dinâmicas sociais e culturais pós-fordistas e despotencializar a cultura digital, o midiativismo e as estratégias de apropriação tecnológicas das redes, inclusive a apropriação de ferramentas como o Facebook, twitter e outras para causas e objetivos próprios, como fizeram os árabes e os espanhóis, hackeando as novas corporações pós-fordistas.

Falta ao texto (além de diagnósticos equivocados sobre a “nova classe dominante”) um arsenal teórico minimamente a altura das mutações, crises e impasses do próprio capitalismo.

Há uma frase sintomática neste artigo que me chamou atenção e que esclarece em muito sobre “quem” fala e de “onde” fala sob a assinatura anônima/coletiva:

Diz: “é praticamente impossível para um observador desatento ou viciado nas velhas estruturas identificar e combater o novo sujeito formado por este coletivo (ou rede).”, referindo-se ao Circuito Fora do Eixo a quem os autores atribuem - numa teoria “conspiratória” que não esconde uma envergonhada admiração - praticamente tudo o que está acontecendo de mais interessante na cena do ativismo brasileiro!

A frase explicita o medo diante das novas dinâmicas que estão sendo inventadas e experimentadas “fora do eixo” da esquerda clássica, criando experiências e conceitos que explodem o arsenal de teorias maniqueístas fordistas de uma esquerda pautada pelo capitalismo do século XX, incapaz de enxergar as “revoluções do capitalismo”, dentro “do” capitalismo e que vem sendo discutidas pelo menos desde maio de 68 ou logo depois quando, por exemplo, os teóricos-ativistas Gilles Deleuze e Félix Guattari lançaram o extraordinário manifesto “O Anti-Édipo ou Capitalismo e Esquizofrenia”, de 1972. Ou que ignora as análises sobre as mutações do capitalismo tematizadas por um teórico comunista como Antonio Negri, nos livros “Império” e “Multidão”, dois clássicos contemporâneos.

A frase dá bem a dimensão desse medo e incompreensão do novo e aponta a própria incapacidade de ver dos autores do artigo. O observador “viciado nas velhas estruturas” é exatamente “quem fala” neste texto, que também se entrega, medroso e preocupado, com a perda do seu próprio protagonismo. Perda de toda uma esquerda fordista que funciona hoje como a “vanguarda da retaguarda” mais conservadora até que muitas dinâmicas do próprio mercado!

Entre os problemas mais gritantes destaco:

1. O texto não consegue configurar que os movimentos e articulações, ainda que incipientes, das marchas das liberdades em todo Brasil não são “a nova classe dominante”, mas a emergência de um movimento transversal, “movimento de movimentos”, com dinâmica própria e singular em cada território, com uma pauta heterogênea, aberta e em construção, sem “central única” ou “comando” dos “iluminados”, que se auto-organiza e cujos “fins” não foram dados a priori!

2. Não se trata de uma “nova classe média liberal”, nem “nova classe dominante”, “despolitizada”, mas de um arranjo transversal que junta e agrega o chamado precariado urbano, a nova força de transformação no capitalismo contemporâneo.

3. Ou seja, movimentos como os das marchas (e tantos outros) ou o Circuito Fora do Eixo são a base de um novo ativismo contemporâneo, a da emergência do precariado cognitivo, ou cultural, ou seja, da explosão e da percepção que o sistema trabalhista fordista e previdenciário clássicos não dão mais contas da dinâmica de ocupações ‘livres’ (mesmo que frágeis e sem segurança) no capitalismo da informação. E que essa precariedade e autonomia não significa apenas “vitimizar” e “assujeitar” é uma potência para novos arranjos, alianças e lutas.

4. O Circuito Fora do Eixo é, no meu entender, um dos mais potentes laboratórios de experimentações das novas dinâmicas do trabalho e das subjetividades. Que tem como base: autonomia, liberdade e um novo “comunismo” (construção de Comum, comunidade, caixas coletivas, moedas coletivas, redes integradas, economia viva e mercados solidários). Estão FORA do eixo/fetichismo da esquerda por trabalhadores assujeitados na relação patrão/empregado! Mas tem enorme potência para articularem não apenas a classe média urbana, mas se articularem com os pobres e precários das periferias e favelas, ao se conectarem com outras redes como a da CUFA e outras, que junta os jovens negros e pobres para outras marchas como a do Direito a Moradia, em preparação. Além de outras articulações sem medo de “aparelhamentos” seja das corporações, dos partidos, ou do Estado. Sem demonizar as relações com os mercados, mas inventando e pautando, “criando” outros mercados, fora da lógica fordista do assujeitamento.

5. Ou seja, o Fora do Eixo entendeu que o modelo na produção cultural é o modelo de funcionamento do próprio capitalismo. Não mais o capitalismo fordista da “carteira assinada” mas o dos zilhões de freelancers, autônomos, diplomados sem empregos, subempregados, camelôs, favelados, contratados temporários, designes, artistas, atores, técnicos, que ou “vendem” sua força livre de trabalho com atividades flutuantes temporárias, ou se ORGANIZAM e INVENTAM o próprio emprego/ocupação e novos circuitos, como tem feito de forma incrivelmente bem sucedida o Circuito Fora do Eixo, resignificando e potencializando o imaginário de jovens no Brasil inteiro. Uma esquerda pós-fordista que está dando certo, que inventa estratégias de Mídia, que inventa “mercados” solidários, contrariando os anunciadores do apocalipse.

6. A ideia de que, para se ter “direitos”, é preciso se “assujeitar” em uma relação de patrão/empregado, de “assalariamento”, é uma ideia francamente conservadora. O precariado cognitivo, os jovens precários das economias da cultura estão reinventando as relações de trabalho; os desafios são enormes, a economia pós-Google não é fordista, não é melhor nem pior que as velhas corporações, mas abre para outras dinâmicas e estratégias de luta, EM DISPUTA! Não vamos combater as novas assimetrias e desigualdades com discursos e instrumentos da revolução industrial!!! Como faz o texto na sua argumentação redutora e tendenciosa.

Não é só o capitalismo financeiro que funciona em fluxo e em rede, veloz e dinâmico. As novas lutas e resistências passam por essas mesmas estratégias. O Fora do Eixo está apontando para as novas formas de lutas, novas estratégias e ferramentas, que inclui inclusive PAUTAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS, PAUTAR o Parlamento, PAUTAR A MÍDIA, Pautar a Globo, como as marchas conseguiram fazer! Ser bem sucedido aí, onde muitos fracassaram, é o que parece imperdoável! Há um enorme ressentimento no texto, mal disfarçado, diante de tanta potência, lida pela chave mesquinha da “luta por poder”, “capitalização de prestígio”, da “nova classe dominante”. O objetivo infelizmente parece ser o de desqualificar, rotular e “neutralizar” os que são os novos aliados de uma radicalização do processo democrático no Brasil, que estão inovando na linguagem e nas estratégias. “Perigo” que ameaça a jovem/velha esquerda, que perde protagonismo em todas as esferas, incapaz de dialogar com esse novo e complexo cenário, com todos os seus riscos. Experimentar = se expor aos riscos.

7. Como dizem os ativistas italianos: “Odeia a Mídia? Torne-se Mídia”. A velha esquerda foi incapaz de fazer frente as velhas corporações, perdeu para a mídia de massas, conseguiu pautar algumas políticas públicas, mas está francamente perdida no capitalismo dos fluxos e das redes. Não sabe como resistir, nem inovar, nem experimentar, nem ousar. Está tristemente na retaguarda do próprio mercado!!!

8. O artigo parece ter como horizonte a luta por cartórios do século XIX!!! Com estratégias e palavras de ordem abstratas, um “anticapitalismo” vago que perdeu o sentido. Pois as novas lutas são em FLUXO, são modulações, não são MOLDES PRÉ-FABRICADOS, não são sequer anticapitalistas, no sentido estrito, pois estão hackeando o capitalismo, se apropriando de suas estratégias para ressignificar o COMUNISMO das redes, no sentido mais radical de um comunismo DENTRO do próprio capitalismo, esquizofrenia do sistema que produz hoje um horizonte do COMUM, que temos que construir e pelo que temos que lutar.

9. É preciso dizer ainda que “não existe UM outro mundo”, não existe “fora do capitalismo” (como diz Guattari e Negri) só existe esse mundo aqui, em processo, mutante, imanência radical, e é deste mundo aqui (um rio que vem de longe...) que iremos inventar outros tantos mundos, no plural.

10. O Fora do Eixo, nas suas práticas de criação de comum e comunidades (que o texto detecta mas distorce) e politização do cotidiano, não é o “inimigo” a combater, estão forjando as novas armas para os movimentos em fluxo, então criando redes, fazendo midiativismo, estão relendo e re-inventando, de forma empírica e genial, dinâmicas e processos decisivos dos embates políticos: situacionismo, Maio de 68, experiências de Seattle, hackerativismo, cultura livre, estão na deriva e na luta. A “geração em rede” não mascara nenhum tipo de “conteúdo político oculto e perigoso” que precisa ser desmascarado, ela é o novo conteúdo e linguagem política, ela encarna as novas lutas e está inventando futuros alternativos. (IB)

**OS LIMITES DAS
FÁBRICAS FORAM
ROMPIDOS NÃO
PARA LIBERTAREM
OS TRABALHADORES
DO TRABALHO E DA
VIGILÂNCIA DOS
INSPETORES, MAS
PARA INCORPORAR
TODAS AS
DIMENSÕES DA VIDA
NA MESMA LÓGICA
DA PRODUTIVIDADE.**

Domingo na Marcha Parte I

publicado no Passa Palavra

Coletivo Passa Palavra

O coletivo *Passa Palavra* recebeu a seguinte mensagem de Pablo Capilé, do Fora do Eixo:

«Olá,
gostaria de convidar o coletivo Passa Palavra para um debate público sobre a “Esquerda Fora do Eixo” e a Marcha da Liberdade, que foi tema de artigo do site na semana passada. Acredito que o objetivo de vocês ao escrever a referida reportagem tenha sido o de ampliar o debate, portanto gostaria de dar sequência a essa iniciativa com um debate aberto, público e com transmissão ao vivo, na data que escolherem e no local que escolherem. Estaremos a disposição. Fico no aguardo. abs!»

Enquanto espaço de debates do campo anticapitalista, não participamos de eventos organizados por entidades do “ativismo empresarial”, já que para nós as classes existem e são bem definidas. Porém, nos preocupamos com o caminho que seguirão daqui para a frente as lutas sociais. Por isso, a continuidade da reflexão - pública e ampla - segue aqui, em forma de uma série de artigos, e não numa atividade a ser protagonizada por aqueles que se colocam como os novos gestores das redes.

O tropicalismo fora do eixo

— Escrever sobre o tropicalismo? Ai! Ai! Mas vamos ser atropelados por este e por aquele exatamente aqui, porque um é o teórico do tropicalismo e o outro é mais tropicalista ainda.

— Mas o tropicalismo não é teoria, é puro blablabla, ele não tem nada a dizer além daquilo que já está dito.

— O tropicalismo foi vazio enquanto movimento político, não teve tempo, só se realizou no plano estético, por isso não deveríamos embarcar nele.

— Mas precisamente por isso devemos embarcar, porque é vazio, é o discurso do presente, a antropofagia do que está aí. Enfim, casa-se perfeitamente com a nova tendência do capital.

— Olhem, eu não entendo nada disso, a minha música é outra.

“Você não está entendendo

Quase nada do que eu digo

Eu quero ir-me embora

Eu quero é dar o fora

E quero que você venha comigo”

— Paciência, venha com a gente que a gente explica, ou não.

Quando Gilberto Gil subiu ao palco para disputar a final do III Festival de Música Popular Brasileira da TV Record, no já longínquo ano de 1967, não era apenas o lançamento do grupo “Os Mutantes” que estava acontecendo. “Domingo no Parque”, a música que não saiu vencedora, conseguiu fazer no plano estético-cultural o que não se podia fazer pela política: abrir o país para o mundo. Estava ali um baiano a contar uma história nordestina ao som do que viria ser a mais importante banda de rock do Brasil. O nacionalismo que dominava tanto a esquerda quanto a direita não entendeu bem aquilo e tudo o mais que viria a acontecer em volta de [Gilberto] Gil e de seus companheiros e os isolou.

É verdade que, como fala Caetano Veloso no documentário “Uma noite em 1967”, Gil estava um tanto ou quanto inseguro aquela noite, era algo muito ousado a se fazer e as consequências não estavam claras. Caetano, que também foi finalista neste mesmo festival com a música “Alegria, alegria”, em outra já havia declarado o que pretendia fazer desde lá. “Eu organizo o movimento / Eu oriento o carnaval” era umas das frases mais fortes da música “Tropicália”, de 1968, que daria nome ao que estava acontecendo.

Rejeitados tanto pela esquerda <http://www.youtube.com/watch?v=mCM2MvnMt3o> quanto pela direita, inclusive pelos representantes destes dois lados da cena artística e cultural brasileira, seguiram a mando da Ditadura rumo ao exílio, e os representantes do tropicalismo não conseguiram consolidar o seu movimento, se diluíram naquilo que hoje se chama de MPB, mas não sem antes deixar em toda a música brasileira algo de irreversível. O Brasil estava no mundo e o mundo deveria também estar no Brasil.

Ora, havia outra coisa em comum entre a esquerda e a direita do período da ditadura. Ambos eram, além de nacionalistas, extremamente autoritários.

E o tropicalismo, independentemente de ser liberal ou libertário, não caberia em nenhum dos dois extremos. Como no mesmo período havia um movimento cultural ainda mais forte que agradava à esquerda, não se chegou a configurar uma cisão entre a política e a cultura, mas os ressentimentos surgidos daí parece nunca terem sido remediados.

Quarenta anos depois o tropicalismo volta a encontrar-se com a política, mas como a esquerda mudou menos do que a direita — pior, aquela esquerda de lá é o Estado de hoje — não fica difícil adivinhar para qual lado o tropicalismo, ou pelo menos seus símbolos, foram ganhos. Chegou a hora, finalmente, de organizar o movimento?

Como a juventude sempre mudou o mundo

A cada novo ciclo de lutas impulsionado pelos trabalhadores, os capitalistas se colocam diante de um dilema: como aceitar as reivindicações sem perder o poder. Se as classes dominantes não respondem rapidamente à insatisfação geral, então esta transforma-se em revolta e, de revolta em revolta, pode se chegar a uma revolução. Mas se eles aceitam o que é reivindicado em sua totalidade, então as taxas de lucro e o poder das instituições que os sustentam podem ruir, e perde-se tudo da mesma forma.

Na maior parte dos momentos críticos da história destes dois últimos séculos o impasse foi resolvido de uma forma que não poderia ser melhor: o capitalismo conseguiu assimilar boa parte das reivindicações dos trabalhadores e ainda por cima elevar as taxas de lucro. Os trabalhadores exigiram o direito de se organizar, e assim foram permitidos partidos e sindicatos que, ao longo do tempo, se transformaram mais em capatazes da força de trabalho do que em instrumentos dos trabalhadores para conduzir as próprias lutas. Exigiram melhores condições de trabalho, direito à educação e ao lazer, previdência e tudo mais e, em troca, se tornaram mais produtivos. Por fim, disseram que pensam, que sentem, que têm desejos e ganharam em troca o direito de se “auto-explorar”. Nem por isso esse processo aconteceu sem tensões e incertezas e houve quem duvidasse que seria impossível assimilar mais uma vez as exigências colocadas em pauta.

Se fizermos as contas, veremos que a juventude de hoje está tão longe de 1968 quanto a de 1968 estava das revoluções da década de 20. Mas esta distância não se mede pela soma dos anos e sim pela forma como cada uma questionou o mundo e o seu passado, decretando o novo. Na década de 20 os trabalhadores, mesmo morando nas cidades, eram em sua grande maioria camponeses, e muitos ainda estavam a trabalhar na atividade agrícola. Em 1968 as formas de se construir as lutas já não poderiam ser as mesmas para uma geração que nasceu e se formou nos grandes centros urbanos e a

fábrica era o destino certo da grande maioria. Nos primeiros anos do século XXI nem o campo nem as fábricas existem mais no imaginário da juventude, a forma de se relacionar com o trabalho é outra e é esta outra forma que explica como se dão, ou não se dão, as lutas atuais.

Hoje, vive-se num momento da história no qual a formação para o trabalho acontece desde o nascimento de uma criança. Não se trata somente de inculcar no pequeno ser alguma “ética protestante” que dome o seu espírito para o trabalho dócil ou uma visão fatalista do seu papel no mundo. As coisas vão além e desde cedo, cada brincadeira já é em si um treinamento, uma “formação” ou “capacitação”. Qualquer um espanta-se ao ver uma criança antes de aprender a ler e a escrever operar um computador ou um celular, esses que serão, qualquer que seja a sua profissão, se é que terão uma, os seus principais instrumentos de trabalho.

Daí para a frente, a cada inovação tecnológica, novos aprendizados são incorporados à formação dos sujeitos. Os que, por outro lado, não tiveram acesso a esta formação estão automaticamente excluídos do novo mundo do trabalho, vão viver sob as relações de produção mais arcaicas e opressoras, e das forças produtivas mais obsoletas. Reparem na mudança que aconteceu em um século: no início os trabalhadores não precisavam saber nada do seu próprio trabalho, bastava apertar um parafuso, bater o martelo em alguma lâmina ou acionar alavancas. De meados do século passado até o seu final as fábricas e o sistema educacional se encarregaram de preparar os trabalhadores para atividades mais complexas, chegando a explorar a criatividade e as emoções dos mesmos no estágio mais avançado deste processo. Hoje os pais se encarregam desta formação, as mídias, as redes sociais virtuais e, na maior parte do tempo, é o trabalhador que está a se autoeducar, quando não a criar as ferramentas da sua própria exploração. Cada um é um trabalhador desde que nasce, continua sendo-o nas suas horas de lazer e não deixa de ser quando na inatividade.

Uma das características, portanto, desta nova forma do mundo do trabalho já está clara. Os limites das fábricas foram rompidos não para libertarem os trabalhadores dos rígidos turnos de trabalho e da vigilância permanente dos inspetores, mas para incorporar todas as dimensões da vida na mesma lógica da produtividade, desta vez ainda mais intensa. Outras características, entretanto, só começam a ficar nítidas agora, com a emergência das primeiras lutas organizadas por essa nova geração.

O segmento do proletariado que mais produz valor para o capitalismo e, por isso, é a fração mais poderosa em termos de negociação, está dissipado. É esta nova geração de trabalhadores, ainda jovem, que opera as novas tecnologias da produção e está encarregada de manter em pleno

funcionamento os centros mais lucrativos do capitalismo moderno. O que produzem, em muitos casos, não está sujeito à lei da gravidade, são produtos intangíveis, mas nem por isso fugiram da lei do valor. Pela infinidade de formas que o trabalho ganhou e pela infinidade de produtos que se cria cotidianamente, além, é claro, da proximidade que mantêm dos gestores do próprio trabalho, a identificação entre eles como pertencentes a um mesmo grupo social, ou uma fração da classe trabalhadora, é prematura, se tivermos uma concepção otimista do processo, ou extremamente difícil, se quisermos ser mais realistas.

Entretanto, não é por não se articularem para as lutas, que não se articulam para produzirem seus próprios símbolos e espaços de convivência. Esta articulação não acontece nas praças ou nos refeitórios, mas principalmente pela internet, nas redes sociais e outras ferramentas virtuais. O espaço do encontro físico, “presencial” como se costuma falar nestes meios, para que cada um possa se reconhecer enquanto parte de uma totalidade, ainda não estava dado. É uma geração de trabalhadores que consegue interagir numa velocidade e numa dimensão nunca antes imaginada por nenhum outro movimento do proletariado, mas em compensação têm uma dificuldade nunca antes vista de se organizar, de sistematizar seus anseios e construir uma pauta que movimente todos numa direção comum. A interatividade, portanto, por mais colaborativa que chegue a ser em alguns momentos, não leva a uma organização de classe.

Por último, e talvez o mais fundamental porque o mais contraditório. Desde que a época dos artesãos foi superada para se instituir o trabalhador moderno que não tem nada além da sua força de trabalho, é a primeira vez que os trabalhadores também criam suas próprias ferramentas de trabalho, ou pelo menos modificam profundamente aquelas criadas pelas empresas. Essa adaptação das ferramentas de trabalho, geralmente softwares mas não só, dá aos trabalhadores um profundo conhecimento sobre os processos produtivos. E é esse conhecimento apropriado e ressignificado pelos trabalhadores que permite em alguns espaços criar produtos e serviços sob uma lógica distinta da imposta pelo capitalismo e, em outros tantos, construir até produtos do anticapitalismo.

Permitir que os muros das fábricas fossem rompidos elevou a produtividade e manteve vivo o capitalismo por mais um ciclo, mas ao mesmo tempo deu à questão do controle sobre os trabalhadores o tamanho do planeta.

**QUEM ESTEVE
IMPULSIONANDO
ESSE PROCESSO
SEMPRE, DESDE O
COMEÇO, FORAM
ATIVISTAS, ALGUNS
DOS QUAIS VINDOS
DO CAMPO
LIBERAL E OUTROS
DO CAMPO DA
ESQUERDA, NO
SENTIDO EUROPEU.**

Capitalismo e Cultura Livre

publicado no blog Gpopai

Pablo Ortellado

A publicação do artigo “A esquerda fora do eixo” e sua repercussão são um fato a ser comemorado por duas razões: por publicizar um debate que estava acontecendo fora do espaço público e por trazer a primeiro plano algumas questões centrais da luta contemporânea. Gostaria de ressaltar o primeiro motivo, em particular, porque ele permite que o debate avance e bloqueia os efeitos nefastos da intriga e da difamação na qual a crítica se converte quando acontece apenas num circuito restrito em ambiente privado. Neste sentido, o Passa Palavra dá continuidade à missão do jornal O Combate com o qual mantém certa filiação histórica. O que não me parece muito de acordo com essa missão é a recusa em participar de um debate sugerido pelo Fora do Eixo com uma alegação que simplesmente desqualifica o adversário, colocando-o apressadamente e sem lhe dar voz, no campo do empresariado. Tenho sérias dúvidas se o coletivo do Passa Palavra tem elementos para fazer essa qualificação de maneira sustentada.

De todo modo, não gostaria de discutir o coletivo Fora do Eixo, não porque o assunto é sem interesse – muito pelo contrário – mas por que simplesmente tenho poucos elementos para contribuir com o debate e acho que a própria disposição do coletivo em responder é o ponto de partida mais adequado.

O que gostaria de fazer é responder a algumas afirmações e concepções do artigo no que diz respeito à constituição do campo da cultura livre e da relação entre a contracultura e a luta social. Acho que o artigo traz os elementos certos para o debate, mas nem sempre de maneira apropriada. Chamo a atenção para alguns pontos centrais:

Em primeiro lugar, o artigo “A esquerda fora do eixo” sugere que o processo de constituição da cultura livre foi movido pelo empresariado:

“A ideologia da cultura livre baseia-se na ideia de que a flexibilização da propriedade intelectual com a concorrência proporcionada pelo livre mercado pode estimular a criação e, nesse processo, democratizar a informação e assim as nações caminharem ao progresso. De fato, quanto maior a flexibilização da propriedade intelectual, maior a produtividade dos trabalhadores e, por isso, maior a produção de riqueza a ser apropriada e transformada em mercadoria. Em síntese, a cultura livre é a própria regra do jogo do capitalismo, a apropriação de algo que a classe capitalista não produz.” O que essa leitura deixa de levar em conta é precisamente a agência do processo que descreve. A plataforma da cultura livre não foi impulsionada pelas empresas, muito pelo contrário – ela foi e até hoje é fortemente resistida pelo grande capital que opera as chamadas indústrias culturais (do livro, da música e do audiovisual). Quem esteve impulsionando esse processo sempre, desde o começo, foram ativistas, alguns dos quais vindos do campo liberal (no sentido americano do termo) e outros do campo da esquerda, no sentido europeu (no seu espectro mais amplo). Os ativistas liberais queriam persuadir o empresariado de que havia possibilidades de negócio não exploradas e buscavam conciliar uma “modernização” da indústria cultural com a democratização do acesso à informação, já que haveria queda na barreira de preços dos produtos culturais. Os ativistas da esquerda enfatizavam o processo de desmercantilização da cultura e a constituição de formas coletivas de produção e distribuição da cultura que retomavam, em nova chave, experiências pré-capitalistas dos bens comuns (commons). O artigo aponta corretamente que houve uma “aliança política tática formada por um programa de oposição às transnacionais da cultura e os oligopólios culturais regionais”, mas está completamente equivocado ao afirmar que se ocultou “a reflexão crítica sobre o que há de surgir em seu lugar.” A discussão sobre as implicações políticas desta aliança anti-velha-indústria e de como lutar para que o processo de transformação em curso se oriente mais para a desmercantilização da cultura e menos para a modernização da indústria por meio de novos modelos de negócio foi o cerne dos debates de toda a esquerda que esteve envolvida no campo da cultura livre. O artigo também falha ao não ressaltar a agência do processo que foi movido por ativistas, contra uma indústria resistente e recalcitrante. Assim, não pode discutir as implicações teóricas e políticas que são a essência da interpretação autonomista da história de que as transformações estruturais do capitalismo são exógenas, frequentemente vindas da luta social.

O segundo ponto que gostaria de comentar é a leitura classista da luta pela cultura livre. Eu compartilho com o Passa Palavra o diagnóstico geral

de que a estrutura de classes da sociedade capitalista fordista foi (e, em certa medida, ainda é) tripartite e não binária. Ela tinha três classes: uma classe de proprietários cujos rendimentos advinham da rentabilidade da propriedade e que se reproduzia por meio da herança, uma classe de gestores profissionais que comandavam o processo produtivo e se reproduzia por meio do sistema de ensino superior e uma classe de trabalhadores despossuídos de propriedade e competência formal profissional. A distribuição das classes era muito variável de acordo com o papel que cada nação ocupava no sistema capitalista mundial, mas, para simplificar o argumento, tinha a estrutura típica 1:10:90. O elemento chave da organização desta estrutura, além da propriedade privada e do trabalho assalariado, era que a organização fordista separava a concepção da execução do trabalho e limitava o acesso às funções de concepção por meio do monopólio profissional. No entanto, há evidências muito sólidas e de muitas décadas de que essa estrutura está mudando: nas empresas, consolidam-se práticas de gestão pós-fordistas onde os trabalhadores recebem muitas (mas não todas) atribuições gerenciais e há uma ampliação do acesso ao ensino superior que, em alguns países, caminha para 40% da força de trabalho. Embora incontestes, essas transformações não têm linhas gerais completamente claras, na minha opinião. Algumas questões: qual o impacto das novas ocupações de nível superior para o sistema produtivo?; caminhamos para novos tipos de hierarquia na estrutura produtiva que não é mais determinada pelo acesso escasso às ocupações profissionais? quais?; essa delegação de tarefas gerenciais para os trabalhadores modificou efetivamente a natureza do trabalho produtivo cuja essência agora seria simbólica, como querem os autonomistas franco-italianos? (lembrando que, mesmo nos Estados Unidos, onde o processo está mais avançado, 60% da força de trabalho ainda manipula produtos e não símbolos e que esse crescimento americano pode ter tido como contrapartida a ampliação do trabalho industrial fordista nos países semi-periféricos); por que certos tipos de trabalho como o de telemarketing, no coração do setor de tecnologia de informação e comunicação, ainda se organizam de maneira fordista? Eu não conheço respostas satisfatórias para essas e outras questões, mas acho que devemos olhar para este mundo que se transforma e não para o mundo fordista que aos poucos desaparece.

Por fim, gostaria de comentar as novas formas de luta que acompanham esse processo de transformação da estrutura de classes. Essas transformações da natureza do trabalho e da estrutura de classes começaram a ser sentidas claramente nos anos 1960 e, na minha opinião, estão claramente ligadas à emergência da contracultura, às novas demandas sociais

características destes segmentos e a uma culturalização da luta social que vemos, para pegar casos extremos, no maio francês, nos *yippies* americanos e nos *indiani metropolitani* da Itália (no Brasil, por especificidades da conjuntura nacional, não veremos essa intersecção no tropicalismo). A drástica ampliação do ensino superior e a massificação das tecnologias de informação comunicação, “culturalizaram” as “camadas médias urbanas” o que repercutiu na forma de expressão das suas lutas, inclusive quando tiveram orientação anticapitalista. Nas lutas desses setores urbanos médios, assim, vagamente definidos, a expressão da luta tem uma dimensão cultural ineliminável e as demandas são crescentemente “pós-materiais” para usar um jargão sociológico. Como as lutas destes setores médios – tanto dos emergentes, como os do já consolidados – se articulam com a dos trabalhadores, inclusive com aqueles que ainda vivem no regime fordista, num cenário de rápida transformação é a questão em aberto a ser investigada. Não sei se a marcha da liberdade que o artigo discute dará frutos, mas o crescimento de mobilizações deste tipo – altamente culturalizadas e com os segmentos médios urbanos – são obviamente uma tendência marcante. Na verdade, no cenário atual, são a novidade mais distintiva para a qual os antagonistas do sistema capitalista deveriam voltar seus olhos. Por isso, quando texto ironiza a forma e o conteúdo deste tipo de luta (“os elementos da composição dessa nova elite passam pelo consumo e sustentação de novos habitus, como se deslocar para o trabalho de bicicleta ou a pé, reciclar seu lixo, cuidar de pequenas hortas em casa, consumo de orgânicos, baixar músicas e minutar os momentos do dia numa mídia social”), ressaltando a forma das lutas de meados do século passado, ele não ajuda a compreender o presente, nem a discernir as tendências do futuro. Nos anos 1860, Karl Marx vive num mundo predominantemente agrário, cuja maior parte da classe trabalhadora era camponesa. Ele não teorizou sobre a luta no campo, mas sobre o incipiente mundo industrial. Acho que ainda é a atitude adequada a seguir.

**POR MAIS
PARADOXAL
QUE SEJA, O
INDIVIDUALISMO
EMERGENTE DE
UM SISTEMA
COMPETITIVO
COMO O
CAPITALISMO
PODE SER,
JUSTAMENTE, O
SEU "BUG"**

Das redes às ruas: e agora, o que fazemos com isso?

publicado no blog Alquimia

Thiago Skarnio

Link 1

<http://bolaearte.wordpress.com/2011/05/21/relato-da-marcha-da-maconha-em-sp-21maio2011/>

Link 2

<http://www.alquimidia.org/sarcastico/index.php?mod=pagina&id=11914&grupo=118>

Link 3

<http://www.marchada-liberdade.org/2011/06/a-marcha-pelo-brasil/>

Link 4

<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=182124>

Poderia se dizer que tudo começou com a repressão da Marcha da Maconha <link1>, em São Paulo, no dia 21 de maio, que provocou a Marcha pela Liberdade de Expressão <link2> - uma semana depois-, também na capital paulista, que por sua vez, acabou por ampliar-se, no dia 18 de junho, em uma Marcha Nacional pela Liberdade <link 3> . Mas não foi bem assim.

Também poderia se alegar que a Marcha pela Liberdade foi uma comemoração pela decisão (por unanimidade) do Supremo Tribunal Federal (STF) <link4> de liberar a realização da Marcha da Maconha em todo o país. Também não foi assim.

As marchas que ocorreram em 40 cidades brasileiras <link5> fazem parte de uma cadeia de acontecimentos em escala global, que nos últimos meses vêm ocupando tanto a mídia comercial quanto as redes sociais na Internet. Das manifestações na Líbia <link6>, Síria <link7>, Egito <link8>, Canadá <link9> e Grécia <link10>, até as ocupações de praças na Espanha <link11> por emprego, respeito ou liberdade, a insatisfação é global.

Possivelmente, o maior diferencial da Marcha da Liberdade em relação a outras manifestações foi o fato de se tornar uma “marcha livre”, ou seja, aberta a todo o tipo de palavras de ordem entaladas na garganta de muitas pessoas, descrentes das organizações convencionais como os partidos, sindicatos, ongs, empresas e governos.

Manifestação guarda-chuva

O protesto contra a repressão da polícia - que de norte ao sul do país tem acumulado casos de abuso <link12> e despreparo para lidar com protestos - foi a única bandeira em comum entre todas as manifestações. Uma bandeira que aproximou várias outras bandeiras, faixas, camisetas, tatuagens,

Link 5

<http://www.marchada-liberdade.org/cidades-em-marcha/>

Link 6

<http://pt.globalvoicesonline.org/category/world/middle-east-north-africa/libya/>

Link 7

<http://pt.globalvoicesonline.org/2011/03/24/siria-horror-aumenta-com-relatos-da-morte-de-150-manifestantes-em-dara/>

Link 8

<http://pt.globalvoicesonline.org/category/world/middle-east-north-africa/egypt/>

Link 9

<http://mulheresem-marcha.blogspot.com/2011/05/vamos-importar-marcha-das-vadias.html>

Link 10

<http://noticias-anarquistas.noblogs.org/post/2011/06/17/grecia-guerra-de-todos-os-modos-contra-o-estado-e-os-fascistas/>

bicicletas e hashtags <link13> . Das 2.000 pessoas da Marcha da Maconha, o número aumentou para as 5.000 presentes na marcha paulista, para chegar aos milhares nas ruas de todo o Brasil, ao mesmo tempo. Isso, sem contar as participações virtuais pela Internet, através das simbólicas confirmações de comparecimento publicadas nas agendas do Facebook, retuítes, posts, links, etc.

Essas ZATs (Zonas Autônomas Temporárias) <link14> ao som de batuque, música eletrônica e megafone, possuem a capacidade de atrair pessoas que não costumam se envolver em passeatas ou protestos, seja pela falta de identificação ou até mesmo pela discordância com os chavões e discursos proferidos neste tipo de evento. Porém, a presença dos mais afetados pela desigualdade social continua muito baixa. A grande maioria dos manifestantes ainda pertence à classe média.

*“É muito necessário uma manifestação contra a violência aos mais fracos.”
José Aparecido, Catador de Latinhas, que “tem assistido muito a violência nas ruas”*

As marchas nos estados foram convocadas e autogestionadas pela Internet <link15>. A atuação de coletivos organizados, como o Fora do Eixo <link16>, teve uma importância estratégica para o sucesso da Marcha da Liberdade. Isso não apenas por conta da convocação (ou provocação) inicial, mas também pelo trabalho da animação de redes e transmissões de debates na web, que começaram vários dias antes da marcha nacional.

Paradigmas para que te quero

Outra característica em comum, além da autogestão e do emaranhado de causas atomizadas da Marcha da Liberdade, é o debate que esse tipo de ação está provocando em setores da sociedade civil organizada. A falta de experiência e a superficialidade política de muitos manifestantes são tão nítidas quanto o desconforto dos militantes de movimentos sociais e integrantes de organizações consolidadas em lidar, e até em se posicionar, sobre o tema.

Esse desconforto acaba impedindo outras perspectivas dos recentes acontecimentos, como a leitura de que os indivíduos começaram a disputar os espaços políticos por eles mesmos, para além das organizações e coletivos. De que por trás do deslumbramento tecnológico, floresce uma sede por autonomia e livre associativismo.

“Independente”, responde Guilherme Lima <link17>, (foto esquerda) quando pergunto para onde ele está cobrindo.

Link 11

<http://www.outraspalavras.net/2011/05/19/revoltas-jovens-agora-no-centro-do-mundo/>

Link 12

<http://vimeo.com/9309659>

Link 13

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Hashtags>

Link 14

http://pt.wikipedia.org/wiki/Zona_Aut%C3%B4noma_Tempor%C3%A1ria

Link 15

<http://www.marchada-liberdade.org/>

Link 16

<http://foradoeixo.org.br/>

Link 17

<http://twitter.com/guilhermelimaz>

Link 18

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Bug>

Link 19

<http://twitter.com/skarnio>

Link 20

<http://twitter.com/lucianezue>

Outras perspectivas

Por mais paradoxal que seja, o individualismo emergente de um sistema competitivo como o capitalismo pode ser, justamente, o seu “bug” <link18>. Quando as pessoas perceberem que, além de participar de uma marcha no fim de semana podem, também, deixar de consumir determinados produtos e divulgar o boicote aos seus vizinhos em suas mídias sociais. Quando se recusarem a votar em uma eleição porque não apoiam nenhuma das propostas apresentadas.

Por mais passíveis de cooptação e capitalização política de organizações, as Marchas da Liberdade, ocupações, twitaços e outras formas de expressões coletivas espontâneas, são sinais de que as pessoas querem decidir e agir por elas mesmas. Se, por acaso, tais ações atraírem companhia, a marcha fica maior. Independente de quem está no megafone.

Possivelmente, o maior recado que toda esta gente diferenciada e (aparentemente) despolitizada tem para dar é: Não queremos líderes.

Texto e fotos: Thiago Skárnio <link 19>

Colaboração: Luciane Zuê <Link20>
Florianópolis/SC, 22 de Junho de 2011.

1a pequena observação

publicado na lista de discussão Mobiliza Cultura

Car@s,

> pedindo desculpa pelo esquematismo da obs, mas no espírito de um debate on-line.

> Queria dizer que, embora concordando com tom geral do que diz o Pablo (ou a Ivana), cuidado.

> A dita aliança entre ativismo e capital “cultural” de tipo “digital” é um “leurre” (o que se coloca para capturar os pássaros), uma trampa.

> Da mesma maneira, falar de composição de classe calculando sociologicamente a distribuição da renda e as inserções profissionais.

> As máquinas desejanter do Anti-Édipo são bem do início dos anos 70 e a multidão de singularidades cooperantes e produtivas do Negri são nem do final dos 1970/

> Quando não havia redes tecnológicas nenhuma!

> Não houve nenhuma aliança, mas apenas transformações do capital para CAPTURAR uma dinâmica produtiva que tinha se deslocado do lado da produção de subjetividade (o inconsciente como máquina desejanter do Guatri-Deleuze) e multidão que se autovalorizava do Negri.

> O que fica, é a relação entre a bendita autovalorização e a

> autodeterminação...

> Nisso, as lutas atuais indicam caminhos novos.

>

> abs

> B

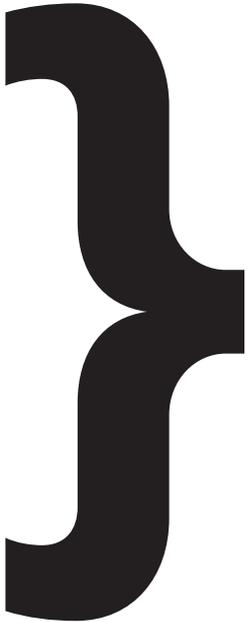
> PS: depois podemos falar dos Indiani Metropolitanani del 1977..

>(nisso, podem ver o filme LAVORARE CON LENTEZZA, vale a pena)

Réplica de Cláudio Prado

Uma emboscada para quem?

- >
- > No meu entender, as tecnologias digitais são vírus mortais no sangue do capitalismo selvagem. - agentes da desmaterialização - Inapropriável
- > pela Indústria - virus mutante, esperto pra caralho>>>>
- >
- > Bagunçou o mundo em menos de 20 anos...
- >
- > Na pior das hipóteses, uma poderosíssima arma política!



**A INTERPRETAÇÃO
POTENCIALIZADORA
DESSES FLUXOS
GERARIA VANTAGEM
ORGANIZATIVA
QUE PERMITIRIA
O CRESCIMENTO
ESTRATÉGICO
COMO QUE À
SOMBRA DA VELHA
HEGEMONIA**

Nem eixo nem seixo

publicado nos blogs Pimentalab e Trezentos

Henrique Parra e Gavin Adams

Nas últimas semanas e, com maior intensidade logo depois da Marcha da Liberdade (18/06), cresceu um interessante debate em torno das formas de organização social e ação política presentes nessas recentes manifestações. Essas formas de organização ganharam visibilidade aguda no presente debate, mas têm sido desenvolvidas ao longo de vários anos de experimentação militante e sensível. A discussão segue de maneira animada em alguns artigos publicados na Internet. Começamos escrevendo este texto numa troca de emails, mas ele acabou virando este post. Esperamos que contribua para o debate.

Parece-nos que as questões colocadas pelo debate indicam que tanto a reflexão teórica quanto a prática política compartilham um limite comum frente às urgências que têm aflorado no real. Como resultado, na ausência de condições (tanto teóricas como políticas) para que as análises deem conta da complexidade do problema, as ferramentas analíticas parece que se tornam prisioneiras dos projetos políticos dos sujeitos que estão enunciando e problematizando os “fatos”. Estamos diante de uma fronteira em que as soluções interpretativas apontadas para os problemas empíricos observados são indissociáveis dos pressupostos que pré-configuram o campo político, e que atribuem (de maneira mais ou menos positiva) a agência e o protagonismo político a determinados grupos sociais. Nos debates que estão acontecendo em artigos públicos, listas de discussão e boas conversas de botequim, diferentes argumentos são mobilizados. Neste pequeno comentário, vamos distribuí-los em dois campos, bem representados pelos artigos do Passa Palavra e da Ivana Bentes, apenas para tornar o problema mais visível.

O que primeiro chamou a atenção é que em ambos os casos a análise não pode ser separada de uma vontade/desejo de fazer realizar um certo

projeto político, seja a luta de classes em seu porvir revolucionário; seja a multiplicidade sem totalidade de devires de resistência criativa.

Algo está em movimento. A nítida sensação de que algo está a mudar, parece animar o presente debate. Ao esgotamento de tradicionais formas de organização e ação políticas parecem corresponder novas formas de ser e sentir, de trabalhar e morar que não encontram expressão nessas formas tradicionais. Mas, por outro lado, estas transformações parecem se concretizar em configurações específicas de trabalho, de subjetivação, de consumo, de existir e de sentir. A interpretação potencializadora desses fluxos geraria vantagem organizativa que permitiria o crescimento estratégico como que à sombra da velha hegemonia, que carece do instrumental de mesmo apreender o que está em movimento – potencialmente, sua própria destruição, ou pelo menos sua transformação libertária profunda (ou ainda a instrumentalização e aprisionamento das potencialidades para fins de manutenção do capitalismo).

O artigo do Passa Palavra apresenta amplas contribuições para a problematização da atual conjuntura política. Aqui, concentramo-nos em apenas alguns aspectos. Neste artigo, critica-se este conjunto recente de manifestações públicas pois ele não apresenta os componentes esperados de uma ação política potencialmente emancipatória (o que vem a ser essa emancipação já é um problema para a discussão). Denunciam ainda a emergência de mecanismos de exploração econômica e relações de dominação no interior das redes aparentemente horizontais e democráticas (coordenadores, administradores ou produtores como expressão da emergência de uma nova classe gerencial?); e apontam possíveis processos de captura da energia política dessas mobilizações por novos grupos sociais (aparelhamento?). O argumento procede assim: parte-se de uma análise econômica das transformações recentes do capitalismo e se identifica a elas um setor ligado à comunicação. Este setor é composto de gerentes que, compreendendo os novos mecanismos da rede, se interpõem como intermediários entre os trabalho coletivo e sua comercialização. O artigo amplia esta análise para manifestações como a Marcha da Liberdade, julgando-as expressões dessa nova casta de gerentes comunicacionais que agenciam corpos alheios em redes produtivas. No sistema analítico mobilizado pelo Passa Palavra, a forma e a dinâmica do conflito e de seus sujeitos já está dada a priori. A análise não abre mão da economia como gerador de protagonismos sociais, e já se sabe qual é a luta relevante a esse tipo de análise e onde se deseja chegar, faltando apenas encontrar ou produzir tais sujeitos (classes populares? novo operariado?) para que a luta aconteça na direção esperada. O texto sugere equivocadamente que

o ativismo atual em geral seja a exata expressão do novo capitalismo (*open business* etc.), ignorando extensa e diversa experiência militante anticapitalista envolvida em formas mais complexas de interação com a produção capitalista [3].

O artigo da Ivana Bentes, por sua vez, critica alguns pressupostos teóricos do artigo do Passa Palavra ao propor que sejam prisioneiros de uma “imagem do pensamento” (para ficarmos no vocabulário deleuziano) que condiciona suas análises, impossibilitando-os de enxergar o novo, suas aberturas e potencialidades. É possível se sentir contemplado pelos diagnósticos agudos proporcionados pelo partido teórico que informa a crítica realizada por Ivana. Porém, temos a impressão que as posições manifestas em seu artigo (são posições teóricas partilhadas por muitos interlocutores) acabam caindo, no âmbito deste debate local, numa armadilha semelhante à que eles querem denunciar.

Deste ponto de vista, o grupo que está no centro das discussões (Fora do Eixo - FdE) seria um bom exemplo das novas formas de luta e de organização social no atual contexto do modo de produção capitalista (capitalismo cognitivo, capitalismo imaterial etc). Em suma, tanto este grupo como outras iniciativas envolvidos nessas várias manifestações no Brasil poderiam ser tomados como expressão da emergência de novos sujeitos políticos (precariado, cognitariado?). Certamente, o problema não é caso tomado como exemplo (FdE), mas deve remeter a um contexto sócio-histórico mais amplo.

Tem sido frequente na grande imprensa e na Internet a tentativa de se estabelecer aproximações “identitárias” entre essas movimentações do Brasil com outras da Espanha, Tunísia e Egito, dentro do impulso de nomear o novo e o inominável, domando e controlando pelo discurso, reduzindo estas formas a formatos esperados e de antemão presos à análise política jornalística. Há, todavia, diferenças evidentes entre o contexto social, econômico e político do Brasil com esses países e, também, no perfil do público jovem que protesta aqui e nesses países. Ao tentar interpretar esses movimentos recentes a partir dessas categorias, e ainda, ao conectá-los culturalmente (e ideologicamente) aos levantes árabes e protestos europeus, não estaríamos diante de uma análise que produz um real à semelhança de um projeto político que se deseja ver realizado? Assim, ao invés de buscar uma forma em vias de se realizar, talvez, o mais interessante, seja buscar as “zonas de vizinhança” entre esses acontecimentos.

Portanto, em que medida tal análise que se pretende “imaneante” (pela evidente vinculação teórica, que aliás apreciamos parcialmente) não acaba por restabelecer um tólos que pretendia negar? Neste caso,

ao contrário das posições traduzidas no artigo do Passa Palavra, no artigo da Ivana Bentes o argumento procede da seguinte forma: sabe-se quem são os sujeitos políticos, sabe-se quais são suas formas de ação (a resistência pela multiplicidade, a luta das minoridades (que não se confunde com as minorias...) sendo necessário produzir e dar forma à sua luta política (não representativa, não unitária, não totalitária).

Há ainda um outro ponto em comum a partir do qual as diversas posições sobre o problema estão gravitando: a categoria trabalho. De um lado (Passa Palavra), o diagnóstico aponta que o trabalho e sua racionalidade de tipo capitalista dominou todas as esferas da vida, material e subjetiva, e isso efetiva a opressão e a superexploração. De outro, o trabalho nas sociedades contemporâneas, mediante a ganho de centralidade do capitalismo imaterial, tornou-se cada vez mais “comunicacional”, diluindo as antigas dicotomias que definiam as fronteiras entre: trabalho e de não-trabalho; autonomia e heteronomia; emancipação e exploração, entre outras. Mas, ao mesmo tempo, sob esta perspectiva (do capitalismo cognitivo) seria possível enunciar outras possibilidades de luta e criação política (as lutas pelo comum).

Interessamo-nos por ambas as posições e estamos animados com a possibilidade que temos de colocá-las em confronto a partir de um problema empírico que se apresenta diante de nós. Duvidamos, entretanto, que os problemas enunciados neste debate tenham respostas fáceis ou prontas. O momento parece exigir, simultaneamente, a prudência e a ousadia de ouvir com atenção e desconfiança o canto das multidões e das sereias. Talvez, o mais produtivo seja realizar um esforço para caracterizar e descrever quais são os problemas que estão colocados na mesa por ambas e outras perspectivas. Inevitavelmente, tal percurso irá interrogar tanto nossos pressupostos como as visões de futuro que inspiram o pensamento. Tal tarefa é necessariamente coletiva, e já está sendo realizado em diversos lugares por muitas pessoas. Assim, limitamo-nos a lançar alguns pontos que podem ajudar a dar visibilidade à encruzilhada, à fronteira do indistinto. É neste ponto que estamos, onde teoria e prática política estão se reinventando. Diríamos que a Política é exatamente este conflito pela definição das fronteiras do indistinto.

Que outros pontos poderiam entrar nesta lista? É preciso discuti-los:

Política e Trabalho: este binômio aparece sob diferentes formas (e.g. liberdade x necessidade). Fazer política no reino do trabalho? Ou a política só é possível fora da esfera das necessidades? Trabalho como meio

ou fim para a livre criação? Talvez os artistas respondam essa pergunta de maneira diferente dos metalúrgicos, mas a coisa fica mais complicada quando aparentemente algumas qualidades do trabalho criativo passam a ser solicitadas em outras esferas. Tal problema aparece também nas tensões entre o livre ativismo e as necessidades de sustentabilidade financeira dos movimentos: relação financeira X política efetiva. Trabalhamos o ano inteiro e vamos fazer revolução nas férias? Ou tentamos trabalhar fazendo as micro-resistências cotidianas? Ou reduzimos o trabalho para ter tempo livre pra fazer política? Enfim, qual o lugar da política? Essa questão está sendo respondida de diferentes formas.

Capitalismo Imaterial (pós-fordismo) e Capitalismo Material: é relativamente fácil de constatar que muitas coisas mudaram na economia e nas relações de trabalho nos últimos 30 anos. O difícil é confirmar o que mudou e o que persiste, reexiste. Quais as continuidades e transformações? Elas se dão da mesma forma nos diferentes países? Pode-se afirmar que houve um certo deslocamento e crescente importância do chamado trabalho imaterial para a produção de valor monetário. As guerras sobre a propriedade intelectual refletem isso em certa medida. Ao mesmo tempo, é curioso observar, por exemplo, a atual disputa geopolítica por terras cultiváveis, pela água e pelos minérios raros. Como diz um amigo, “é preciso fazer as contas” e refletir se e onde se dá a exploração, e julgar se abandonar essas ferramentas como obsoletas não interessa apenas àqueles que desejam rearticular essas relações de exploração dentro de um ambiente de rede. Diríamos que, além de fazer as contas, teremos que enfrentar um inescapável problema teórico e político pela definição do que entra ou não na contabilidade.

Esgotamento do modelo de representação política (partidos políticos, sindicatos etc): em que pese a crescente descrença nos partidos políticos (há sempre uma pesquisa disponível pra mostrar como os jovens não se vêem representados nos partidos) estão surgindo novos partidos no Brasil. Curiosamente, alguns grupos que criticam esta forma de representação estão criando iniciativas que apontam para um possível devir-partido (Partido da Cultura, Partido Pirata...). Os sindicatos, ainda que inseridos em dinâmicas de burocratização e relativamente atrelados aos governos, são atores relevantes e também sob disputas internas. No momento, o emprego formal cresce no Brasil. Veremos novas estruturas de representação emergir? Como combinar a luta por direitos (que implicam em mecanismos de institucionalização) com a luta pela crescente expressão das diferenças e minorias (não-numéricas, mas aquilo que não é hegemônico)? Uma lei sempre define um dentro e um fora? Velhas questões que continuam atuais e respondidas de formas diversas...

Trabalho e não trabalho; trabalho colaborativo e novas hierarquias: onde está a fronteira? Por exemplo, quando a livre formação contínua (acesso à cultura) é indistinta da formação para o trabalho, como ficam os problemas relativos à reprodução do trabalho? E como fica a distribuição do trabalho e a apropriação dos valores gerados a partir do trabalho colaborativo? Onde começa e termina a colaboração e a exploração? Será que faz sentido falar em exploração nesses contextos? (claro que não estamos falando das condições neo-fordistas dos info-proletários).

Projeto(s) político(s): não se trata de ter um projeto político (felizmente não há um), mas isso não significa que não exista projeto algum! Afinal, quais são os projetos e horizontes políticos que estão silenciosamente guiando nossas reflexões e práticas? Nesta atual encruzilhada teórica e política seria falso dizer que nossas análises não estão sendo informadas por tais projeções. Há, em boa parte dos grupos ativistas envolvidos nessas mobilizações, um discurso atualizado da luta e dos modos de organização não-institucional. Não se trata de restabelecer processos pré-determinados ou totalidades preestabelecidas, mas isso não significa pensar a prática política apenas em seus momentos instituintes, reduzida só ao acontecimento efêmero. Diversas linhas de ação, do final dos anos 60 e mesmo os movimentos anticapitalistas do ciclo Seattle, formaram-se num horizonte de práticas criativas, não-institucionais e sem grandes metanarrativas ou projetos finais que orientassem suas ações. Entretanto, passado os momentos disruptivos quais eram as iniciativas que emergiam e ofereciam condições de respostas organizativas à sociedade? Há boas lições dessas iniciativas. Como articular as novas formas de luta, a potência criativa, os momentos instituintes com as dinâmicas que exigem maior duração e organização no tempo-espço?

Novamente, são esses e outros (quais outros?) problemas/dilemas que estão na mesa, gerando diferentes respostas e influenciando as possíveis formas de organização social e luta política. Descrever, cartografar, analisar, problematizar essas situações e fazê-lo de forma compartilhada é uma tarefa relevante se quisermos ultrapassar as pequenas divisões e os conflitos que hoje enfraquecem esses movimentos.

**A "GERAÇÃO
2.0 NÃO NOS
É ESTRANHA;
É QUANDO
TIRAM DELA
O "RANCOR"
QUE ELA SE
TRANSFORMA
EM ESTRANHA
MERCADORIA.**

Domingo na Marcha Parte II

publicado no Passa Palavra

Coletivo Passa Palavra

Link 1

<http://passapalavra.info/?p=121>

Link 2

<http://passapalavra.info/?p=27717>

Pelo fato de reivindicarmos a herança de séculos de lutas <link1> e a criarmos com liberdade <link2> já fomos acusados de tudo. Certa esquerda tradicional, com as mesmas palavras-de-ordem do século XX, diz que não devemos puxar certos debates, que não podemos tratar de certos assuntos em público – exatamente os assuntos que dizem respeito às formas de dominação sobre aqueles à custa de quem constroem seu capital político. Por isto não nos espanta que críticas semelhantes nos sejam dirigidas não pelos jovens em luta, pelos jovens da rua, mas por aqueles que, tendo sido um dia jovens que localizaram muito rápido o caminho das pedras do poder político e econômico, e incapazes de refletir criticamente sobre aquilo que faz deles mesmos diferentes desta esquerda tradicional, ocupam nas lutas o mesmo lugar daqueles *dinossauros*, daqueles *limitados* a quem tanto criticam. Temos medo do novo e somos teoricamente limitados, é o que nos dizem. E isto que nos dizem, nos é dito tendo como base exatamente a mesma herança que reivindicamos – embora a vejamos de lugares diferentes, por sinal diametralmente opostos. Para sair desta geleia geral, é preciso que nos expliquemos, mais uma vez.

Contracultura pode parecer coisa nova, mas é velha como andar para a frente – *tal como sua cooptação*. O *romantismo* do final do século XVIII e início do século XIX; o *dandismo* dos primeiros anos do século XIX e a *boemia* do final deste século; os *dadaístas* e toda a “geração perdida” no início do século XX; os *beats* no final da década de 1940; no início da década de 1960, os opostos *mods/rockers* (Inglaterra), *blousons noirs/blousons dorées*

(França), *dijkers/pleiners* (Holanda) e *beatniks*; todos são movimentos contraculturais. Alguns deles, mais especificamente, são movimentos *contra o capitalismo*, contra alguns de seus aspectos, mas que, em geral, tomam o caráter de *movimentos arcaizantes*, cultores de aspectos mitificados de um passado pré-capitalista deslocados de sua História. O dandismo, por exemplo: contemporâneo dos primeiros passos da industrialização, foi a apropriação estética por parte de jovens burgueses da Inglaterra e da França da vestimenta, dos trejeitos e do modo de vida dos aristocratas do *Ancien Régime*; mesmo as simpatias do lucidíssimo Oscar Wilde com o socialismo não foram outra coisa além de passos necessários para a constituição do Individualismo (com “I” maiúsculo). Os *beats* e *beatniks* cultuavam não apenas o improvisado e o onírico, mas também o místico e o oculto, e alguns se tornaram verdadeiros reacionários; ao contrário do budista praticante Allen Ginsberg e de William Burroughs, imersos – cada qual a seu modo – em todo movimento cultural (e contracultural) posterior aos *beats*, o genial Jack Kerouac – depois de anos sentado no sofá da casa da mãe vendo programas de auditório na TV, barrigudo, alcoólatra e reacionário, afastado de seus companheiros de geração *beat* e odiando cada cabeludo que via pela frente – diria ser, em certo momento, “um estranho e solitário católico louco e místico” que não conhecia “nenhum *hippie*” pois “eles pensam que sou um motorista de caminhão”.

Nenhum destes assemelha-se, de qualquer maneira, ao que vem a ser a geração que, a partir dos anos 1960, questionou radical e diretamente o modo de vida da sociedade fordista, em quase todos os domínios da vida social. Esta contracultura não se esquivou de certos confrontos e de certas alianças. Tomemos o exemplo de Abbie Hoffman. Não obstante a teatralidade e ludicidade típicas de sua política na fase do *Youth International Party*, publicou em 1971 **Steal this book**; além da incitação direta (“Roube este livro”), a obra continha conselhos sobre como plantar maconha, viver numa comunidade alternativa, roubar comida, furtar lojas, afanar cartões de crédito, fazer bombas e conseguir armas. Os ativistas da contracultura da época eram ao mesmo tempo teóricos, agitadores culturais e construtores de barricadas – como Rudi Dutschke, Alain Geismar e Dany Cohn-Bendit bem o demonstram. E sabiam muito bem que suas lutas estavam umbilicalmente ligadas não apenas às lutas de *minorias*, mas principalmente àquelas da *mais ampla maioria*. Não se tratava apenas, como analisaram certos pós-estruturalistas, de lutas travadas por grupos minoritários de trabalhadores, de mulheres, de expressões sexuais, de grupos étnicos etc., que não compartilhavam dos modos de expressão e dos valores da maioria e organizaram-se para fazer valer seus modos de expressão e valores e, a

partir daí, colocar questões que alcançassem e interferissem nos modos de expressão e valores da maioria; *tratava-se, sim, das lutas destas minorias, mais visíveis, e também das lutas invisíveis da mais ampla maioria pela transformação radical da sociedade* – ou seja, de *lutas revolucionárias*, no mais forte sentido da expressão.

Não por acaso o Maio de 1968 na França tomou as proporções que tomou. Não houve apenas um Maio de 1968, mas um Maio-Junho de 1968, a maior greve geral da história da França, em cujo apoio os estudantes radicais se concentraram, deixando a Sorbonne aos situacionistas (e seus telegramas inócuos) e partindo para a periferia operária do norte de Paris onde, ao lado dos grevistas, se bateram com os policiais e contra os burocratas sindicais. Só depois começou a se falar do Maio, para apagar a memória do Maio-Junho. Mais radicais ainda foram os trabalhadores chineses durante a Revolução Cultural, que sequer precisaram destes agitadores para perceber a enorme contradição entre o projeto dos burocratas do Partido Comunista, de promover apenas uma renovação nos quadros da burocracia, e seu projeto de uma China construída a partir de uma federação de comunas nos moldes da Comuna de Paris, com dirigentes livremente eleitos e revogáveis. Vale o mesmo para os trabalhadores de Praga, para os estudantes mortos no Massacre de Tlatelolco, para os estudantes e trabalhadores italianos que ocuparam fábricas em 1969 e passaram toda a década seguinte em luta... Não é esta, por exemplo, a história do mesmo Cesare Battisti <link3> por cuja libertação tantos – entre os quais nos contamos desde o início <link4> – se bateram?

Link 3

<http://passapalavra.info/?p=870>

Link 4

<http://passapalavra.info/?tag=cesare-battisti&paged=8>

Esta geração, embora contasse também com inegáveis elementos arcaizantes, foi a responsável pela mais profunda *crítica prática à tecnocracia* – influência tanto de seu próprio modo de vida quanto das leituras dos comunistas de conselhos, dos anarquistas, dos frankfurtianos, de marxistas críticos como aqueles agrupados na revista *Socialisme ou Barbarie*, dos primeiros representantes da *new left* etc. Foi também, infelizmente, a primeira cujos mais visíveis representantes converteram-se muito rapidamente em *candidatos ao status quo*, a fazer parte desta mesma tecnocracia que tanto criticaram. Dany Cohn-Bendit, ele próprio tornado parlamentar europeu décadas depois, fez em 1988 o balanço desta geração em **Nous l'avons taint aimée, la révolution**: Jerry Rubin transformado em executivo *yuppie*; Bobby Seale, ex-Pantera Negra, transformado em cozinheiro filantropo; Roel van Duyn e Rob Stolk, ex-Provos e ex-*kabouters*, transformados em políticos “verdes”; isto enquanto gente como Jane Alpert, Hans-Joachim Klein e tantos outros era obrigada a esconder-se como cães escorraçados por haverem lutado de armas em

punho e bombas à mão contra o “sistema” – do contrário, seriam presos até sabe-se lá quando. Salvou-se Rudi, assassinado aos poucos.

[Foto: Deleuze, Sartre e Foucault em conferência do Groupe d'Information sur les Prisons (GIP) de 1972]

É a esta geração que se vinculam alguns de nós. Os muros das fábricas não caíram de velhos, não. Se ruíram, foi porque a luta dos trabalhadores, em especial de sua geração mais jovem, demonstrou na prática os limites da sociedade fordista, numa ponta, e da superexploração nos países do assim chamado “Terceiro Mundo”, de outro. Estes jovens trabalhadores mostraram também os limites de toda luta que não fosse internacionalizada, que não contasse com apoio e solidariedade ativos por toda a parte. Sabemos de onde viemos e não andamos por aí a esquecer nossa história – que, afinal, é a de nossas próprias vidas – em nome da mais recente moda intelectual. Para aqueles do *Passa Palavra* que estavam em Paris nos meses da agitação revolucionária – e podemos dizer “aqueles” no plural – Foucault, Deleuze, Guattari e tantos outros pós-estruturalistas não são representantes dos meses de Maio-Junho de 1968, mas *representantes do fim destes meses*: isto era tão evidente para todos que se alguém na altura pretendesse o contrário só receberia gargalhadas em troca. Esses teóricos geraram-se e proliferaram nas ruínas de uma sociedade possível que os radicais de pouco antes haviam pretendido construir, e serviram para erguer um *biombo* que escondesse a possibilidade desta alternativa.

A dita “geração 2.0” não nos é estranha, muito pelo contrário. Outros dentre nós que integramos o *Passa Palavra* foram despertados para a militância pelo chamado à solidariedade internacional feito em 1994 pelos zapatistas – estes que, mesmo apropriados pelos pós-modernos como ícones, não se esquecem que tomar os meios de produção é fundamental para avançar qualquer luta anticapitalista <link5>, “minoritária” ou não. Alguns dentre nós participaram ativamente dos movimentos antiglobalização que antecederam as lutas em Seattle (1999) <link6> e ultrapassaram os limites impostos pela brutal repressão em Gênova (2001) <link7>.

Somos nós o cognitariado; somos nós os que produzem com base no saber sobre as “novas tecnologias comunicativas”. É ele, transmitido de boca a ouvido ou de tecla a tela, quem nos permitiu estar lado a lado com tantos *condenados da terra* e apoiá-los em suas lutas enquanto vivíamos as nossas próprias. Por outro lado, *somos nós o precariado*; por opção política ou por total falta de oportunidade, também somos nós os que pulam de emprego

Link 5

<http://passapalavra.info/?p=2280>

Link 6

<http://passapalavra.info/?p=11022>

Link 7

<http://passapalavra.info/?p=18579>

em emprego, de bolsa em bolsa, de ONG em ONG, de bico em bico, sem futuro, sem expectativas, sem chances, sem nada. Nós não somos, nem agimos, nem vivemos, nem nos vestimos mais como aqueles trabalhadores que conhecemos quando pequenos – estes que eram nossos próprios pais – mas nem por isto deixamos de ser explorados. De um lado do Atlântico somos a *geração à rasca*; do outro, somos os que sabem por experiência própria que as promessas do pleno emprego jamais se cumprirão outra vez. É isto o que nos impele a lutar.

Nossa geração, de certa forma, continua e aprofunda lutas que aquela geração dos anos 1960 iniciou. *Squats, okupas*, pequenos coletivos e organizações, antes isolados ou com baixa capacidade de integração além daquilo que seus integrantes poderiam alcançar com os meios de que dispunham, contaram a partir de meados da década de 1990 com uma poderosíssima ferramenta de luta: a *internet*, ainda em sua versão “1.0”. Através dela – mas não somente – integramos articulações como a Ação Global dos Povos <link8>, de cujos Dias de Ação Global <link9> participamos ativamente em São Paulo, Salvador, Fortaleza e tantas outras cidades do país. O contato com formas de ativismo e militância inauditas no Brasil da época – *tutte bianchi, autonomen, adbusters*, Reclaim the Streets, Earth First!, *black block*, Ruckus Society, Direct Action Network etc. – e com movimentos sociais de base mundo afora – zapatistas, CNT, Tinki Huasi, CONAIE, Federação Krishok, COBAS, CGT, as Seis Federações do Trópico, Tino Ragantirota etc. – nos deu experiência para tocar iniciativas de produção de mídia, a apoiar os movimentos sociais que, como hoje, viviam pesada repressão e dar início a formas de protesto e a movimentos sociais que expressassem tudo aquilo que vivíamos e desejávamos.

Ocorre que a *rebeldia* de décadas atrás já havia sido transformada em *valor positivo no seio do próprio capitalismo* – que, não esqueçamos, é dentre os modos de produção aquele único que necessita de constante renovação e destruição de *aspectos* de si próprio para seguir existindo. Na medida em que muitos daqueles que nos antecederam e outros daqueles com quem convivemos já haviam passado para o outro lado da trincheira, surgiram profissionais especializados em perceber nosso “ser” e nosso “fazer” para transformá-los em mercadoria – os *cool hunters*, praga espalhada por todos os cantos com vários nomes, não raro agindo em segredo para captar para dentro da produção capitalista aquilo que antes se lhe opunha. Eles são o aspecto mais evidente de uma inversão que se dá hoje na velha indústria cultural. Se antigamente a mais-valia para ser realizada precisava da audiência e dos olhares, isto é, para vender aquele artista do catálogo eles precisavam do jabá e de toda essa estrutura, a tendência da indústria cultural

Link 8

<http://passapalavra.info/?p=18584>

Link 9

<http://www.nadir.org/nadir/iniciativ/agp/pt/>

Link 10

<http://www.cultura.gov.br/site/2005/10/24/conferencia-a-constituicao-do-comum-antonio-negri/>

Link 11

<http://passapalavra.info/?p=45>

Link 12

<http://passapalavra.info/?p=2879>

Link 13

<http://passapalavra.info/?p=38559>

Link 14

<http://passapalavra.info/?p=29493>

Link 15

<http://passapalavra.info/?p=21593>

Link 16

<http://passapalavra.info/?p=2560>

Link 17

<http://passapalavra.info/?p=31342>

Link 18

<http://passapalavra.info/?p=22743>

Link 19

<http://passapalavra.info/?p=38691>

Link 20

<http://passapalavra.info/?p=20293>

hoje é justamente a inversa: monetizar a partir do produto cultural que atraiu os olhares, mesmo quando produzido *fora* de suas cadeias produtivas principais. Veja-se, por exemplo, como a própria noção de interatividade na internet – boa invenção da *contracultura digital* materializada, entre outros lugares, na rede Indymedia – serve hoje, extirpada de sua radicalidade, ao mercado: demonstra-o, mais banalmente, o sucesso que hoje fazem certos vídeos postados no *YouTube* quando incorporados nos programas de TV. Os *cool hunters* e seus congêneres de hoje não precisam mais ser profissionais; basta estar “antenado” e vender sua ideia. Como se vê, conversões como a de Jerry Rubin hoje são fichinha.

Do berço à cova

E assim bailamos a dança de São Vito conosco próprios. Como o capital é uma relação entre pessoas mediada por coisas, ao mesmo tempo em que lutamos *contra* tais relações, somos não raro obrigados a *fazê-las funcionar*; na medida em que agimos e criamos novas formas de viver, elas logo são incorporadas como mercadoria. Vivemos esta contradição em nossa própria carne com aquilo que produzimos, mas sabemos bem de que lado estamos e quem queremos ter ao nosso lado na luta contra o capitalismo, que não é outra coisa além de *luta entre classes*; é isto que nos orienta e nos leva a criar todas as dificuldades possíveis à apropriação e mercantilização daquilo que produzimos. A luta contra a propriedade privada dos meios de produção se dá também no campo da *produção da cultura digital*, e por isto mesmo estamos em constante alerta contra qualquer forma de concentração de meios de produção cultural digital nas mãos de poucos – mesmo quando estes parecem *multidão*. Alguns tentam, com a desculpa da “imanência”, de que “só existe este mundo aqui”, sair desta esquizofrenia em que todo movimento anticapitalista hoje se vê enfiado. Não veem que estas são exatamente as justificativas daqueles que querem quantos novos mundos possíveis criemos para transformá-los naquilo que não são nem nunca se quis que fossem? (Na verdade, talvez o vejam bem até demais; aí seríamos nós os ingênuos, mas já é outro papo, bem mais grave.)

Por isto, aquilo de que falam Negri, Bifo, Virno, Lazzarato, Bologna, Marazzi e outros tantos pós-operaístas deslumbrados com os *Grundrisse* de Marx é exatamente o que vivemos, nós mesmos, em nossas carnes, bem antes que escrevessem sobre isto. Só viemos a conhecê-los fora de seus restritos âmbitos de atuação quando *Império* fez de Negri *pop star* do *jet set* intelectual internacional e levou-o a palestrar para o Ministério da Cultura em 2005 <link10>. Quem mais precisa destes teóricos não somos nós, mas certos acadêmicos burocratizados e descolados das lutas, incapazes de ver

Link21

<http://passapalavra.info/?p=37696>

Link 22

<http://passapalavra.info/?p=29754>

Link 23

<http://passapalavra.info/?p=24419>

Link24

<http://passapalavra.info/?p=32258>

Link 25

<http://passapalavra.info/?p=12641>

Link 26

<http://passapalavra.info/?p=20905>

Link 27

<http://passapalavra.info/?p=19824>

Link 28

<http://passapalavra.info/?p=36883>

Link 29

<http://passapalavra.info/?p=32444>

Link 30

<http://passapalavra.info/?p=30860>

Link31

<http://passapalavra.info/?p=10420>

o que se agita diante de si sem os óculos da teoria ou interessados nesta agitação para *transformá-la em mais uma mercadoria*; ou aqueles que, surgidos de nossa própria geração, pretendem encobrir com palavras difíceis sua conversão ao *status quo*. (Na verdade, quando Negri, exilado em Paris, apresentou em 1978 sua leitura dos *Grundrisse* em nove seminários na *École Normal Supérieure* da rue d’Ulm, falou para gente bem parecida conosco próprios e apresentou os rascunhos de Marx como um texto “dedicado à subjetividade revolucionária” que articula “uma apreciação das possibilidades revolucionárias criadas pela ‘crise iminente’ com a vontade teórica de sintetizar adequadamente as ações comunistas da classe trabalhadora frente à crise”. Isto posto, é bastante sintomático que alguns epígonos do operáismo e do pós-operáismo não retenham este conteúdo *classista* e prefiram as fugas *linguísticas*.)

Como se vê, para nós *a prática antecede a teoria*. Ou, melhor dizendo, para não colocarem palavras erradas em nossas bocas: não nos interessam os termos abstratos e irreais em que tal oposição tradicionalmente é apresentada, mas estes outros, mais duros porque concretos: *não há teoria que não seja reflexão sobre lutas concretas, reais, vividas, sentidas na pele e narradas por aqueles que lutam, enquanto lutam*. Por isto mesmo, dizemos estar aqui para “noticiar as lutas, apoiá-las, pensar sobre elas”. E é o que temos feito desde publicamos nosso primeiro artigo <link11> em 2 de fevereiro de 2009.

Os limites do fordismo <link12> colocam-se para nós não através de leituras do teórico A, B ou C, mas através da luta dos terceirizados <link13>, tidos como invisíveis <link14> – enquanto estiverem trabalhando, óbvio; da análise crítica das compensações <link15> para aqueles que jamais conseguirão retornar ao patamar de renda proposto pelos métodos fordistas clássicos de contenção dos conflitos sociais; da luta dos migrantes <link16>, que agora também estão no Brasil <link17> – país que hoje decola <link18> rumo a uma versão renovada do projeto “Brasil Potência” <link19> de décadas atrás <link20>, sobre o que pouco se tem refletido criticamente <link21>. Não reconhecemos tais limites desde hoje ou ontem, nem tampouco o fazemos apenas pela perspectiva da crítica às novas formas de exploração, mas também pela das críticas às velhas formas de luta <link22>, que mantemos desde muito tempo <link23> e não abandonamos. As velhas formas de exploração <link24>, que também criticamos, não morreram, muito pelo contrário <link25>; não há “tradição inventada” <link26> que nos faça esquecer-las, mesmo quando se dão nos lugares mais inusitados <link27>.

Link 32

<http://passapalavra.info/?p=12490>

Link 33

<http://passapalavra.info/?p=16561>

Link 34

<http://passapalavra.info/?p=37583>

Link 35

<http://passapalavra.info/?p=32287>

Link 36

<http://passapalavra.info/?p=32791>

Link 37

<http://passapalavra.info/?p=32598>

Link 38

<http://passapalavra.info/?p=12200>

Link 39

<http://passapalavra.info/?p=34214>

Link 40

<http://passapalavra.info/?p=25554>

Link 41

<http://passapalavra.info/?p=13327>

Link 42

<http://passapalavra.info/?p=16163>

Link 43

<http://passapalavra.info/?p=31484>

Link 44

<http://passapalavra.info/?p=23835>

Link 45

<http://passapalavra.info/?p=40122>

E para nós não se trata apenas de acompanhar as lutas quando reben-tam, mas também de conhecer e divulgar as expressões culturais <link28> que nelas surgem; o cotidiano dos que lutam <link29> e dos que, entedia-dos e angustiados <link30>, ainda não o fazem; o fazer artístico do dia a dia <link31> e as plataformas políticas <link32> que só a intuição poética pode oferecer... É só a partir disto, e não de qualquer leitura abstrata ou diálogo afável, que nos é possível conhecer a mercantilização da cultu-ra <link33> e sua crítica <link34>, feita por todos os meios necessários <link35>. Para nós, “periferias” <link36> não são *sujeito* das lutas, mas sim o *território* <link37> onde trabalhadores, qualquer que seja o adjetivo <link38> que se lhes dê, lutam contra a paz dos cemitérios <link39> que as classes dominantes lhes querem impor <link40>, de armas em punho <link41>, sobre os cadáveres de inocentes <link42>. Lá onde também se luta contra o autoritarismo nas escolas <link43> e contra as tarifas abusi-vas dos transportes <link44>, é lá onde preferimos estar.

Nossa própria história de militância demonstra que acampamentos <link45> e “revoluções 2.0” <link46> não nos são estranhos – embora sob-re eles nos demos o direito de divergir em um aspecto <link47> ou outro <link48>. Acompanhamos a “Primavera Árabe” e outras formas de mani-festação <link49> na África (Marrocos <link50>, Angola <link51>, Tunísia <link52>, Egito <link53>, Bahrein <link54> etc. e mesmo lutas esquecidas <link55> como as que ocorrem na Costa do Marfim <link56>). Vimos nes-tas lutas o grande potencial das mídias interativas sempre que usadas para garantir a mais ampla autonomia <link57> e horizontalidade <link58> no seio das lutas. Isto nada mais é que a retomada de práticas que alguns de nós viveram sob outras formas no passado, e que outros de nós viveram há poucos anos e vivem ainda em outras situações.

Amarração 2.0?

É esta experiência que nos leva a ter os dois pés atrás com certo “ativismo 2.0” – da qual o coletivo Fora do Eixo é apenas um exemplo pontual, pois nele se incluem também inúmeros coletivos “ativistas” locais enredados na malha dos Pontos de Cultura, organizações como o Partido da Cultura (PCult) e ONGs como a Casa da Cultura Digital e Instituto Overmundo – que concentra saber e poder e, sob a desculpa de produzir novos modos de “viver” e “fazer”, cria nichos de mercado, domina técnicas de acesso a recursos públicos e pretende agora ter legitimidade social usando as Marchas da Liberdade como meio. Isto, evidentemente, desde que consigam antes esvaziá-las de qualquer conteúdo potencialmente conflituoso como a luta contra a repressão policial e a luta pela tarifa zero para enfim transformá-las nas “ilhas dos rancores proibidos” de um

Link 46

<http://passapalavra.info/?p=39994>

Link 47

<http://passapalavra.info/?p=40478>

Link 48

<http://passapalavra.info/?p=40799>

Link 49

<http://passapalavra.info/?p=40752>

Link 50

<http://passapalavra.info/?p=38517>

Link 51

<http://passapalavra.info/?p=37853>

Link 52

<http://passapalavra.info/?p=36585>

Link 53

<http://passapalavra.info/?p=36042>

Link 54

<http://passapalavra.info/?p=39722>

link 55

<http://passapalavra.info/?p=37285>

link 56

<http://passapalavra.info/?p=38855>

Link 57

<http://passapalavra.info/?p=38151>

Link 58

<http://passapalavra.info/?p=35790>

Link 59

<http://passapalavra.info/?p=121>

“arquipélago Gulag do pós-rancor”. Guardadas as devidas proporções e os diferentes tipos de capital que mobilizam, agem como certos sindicalistas que usam manifestações de trabalhadores e convenções coletivas tanto para rentabilizar certas operações financeiras que realizam através dos sindicatos quanto para viabilizar novas formas de arrecadação (contribuição confederativa, seguros de vida coletivos intermediados pelo sindicato, comissões de conciliação prévia etc.). Enquanto para os sindicatos vale o capital na forma de dinheiro antes de qualquer coisa – afinal, são “analógicos” – no caso das Marchas o que se mobiliza *também* é o *capital simbólico*, ou seja, o *prestígio* de terem sido organizadores de tal movimento e de terem-lhe dado tal ou qual rumo, ou mesmo nenhum; isto lhes será útil nas futuras disputas com uma gestão do Ministério da Cultura que agora, circunstancialmente, lhes é hostil e ameaça quebrar o novo modelo de “mercado da cultura” em cuja instituição trabalham ativamente. Justo eles, os “modernos”, os “digitais”, a guardar tantas semelhanças com estes ultrapassados trambolhos “analógicos”!

O tom com que iniciamos o debate foi, como se viu e como se vê, tão duro quanto duro precisou ser o próprio debate; do contrário, lá estaríamos nós, diante destes adversários, dizendo como poderiam fazer para apagar exatamente aqueles aspectos que fazem deles exatamente o que são – e, por tabela, servindo-nos de bandeja não à *antropofagia*, mas à *fagocitose* que lhes assegura a sobrevivência ameboide no “mercado das ideias”. E é neste mesmo tom que seguiremos debatendo. Como se vê, não negamos a produção cultural digital e o uso de novas tecnologias em favor das lutas sociais. Do contrário, nós que fechássemos o Passa Palavra em nome da coerência, pois dizemos em nossos *Pontos de Partida* <**link59**> : “é urgente a criação de uma rede que ligue as diversas formas de contestação, um espaço comunicacional que favoreça o contacto entre as diferentes correntes anticapitalistas, independente tanto do poder económico como das tutelas políticas e ideológicas. Igualmente, apoiamos e estamos dispostos a cooperar com outros projectos neste sentido”. Por isto mesmo, somos, sim, *contra*, *rancorosamente contra*, toda e qualquer forma de mercantilização da cultura disfarçada de “ativismo” “cidadão” “pós-rancor”, e quanto a isto – não custa dizê-lo mais uma vez – *não há diálogo possível*.

**SÃO, ACIMA DE
TUDO, FORÇAS
ARTICULADAS
EM REDE,
COM FORTE
INFLUÊNCIA DO
USO DAS NOVAS
TECNOLOGIAS DE
INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO**

A reinvenção da política

publicado na Revista Fórum

Rodrigo Savazoni

Das manifestações no Irã pela liberdade de expressão, via Twitter, aos recentes episódios de mobilização cidadã na Espanha, país onde, desde o dia 15 de maio, milhares de pessoas tomaram as ruas para exigir democracia, são cada vez mais explícitos e frequentes os exemplos de que as tecnologias libertárias, apropriadas pelas pessoas e pelas redes, transformam a forma de se fazer política. No Brasil, uma nova geração de ativistas conectados à internet está criando os movimentos sociais do século XXI. Por meio de ações de construção democrática e métodos em geral provocativos, esses agrupamentos contemporâneos começam a confrontar as forças estabelecidas. Aqui, no entanto, a conjuntura difere da do Oriente Médio ou da Europa, onde a falta de democracia e a crise econômica estimulam a insatisfação popular. O Brasil atravessa o melhor momento de sua história, com estabilidade democrática, crença nas instituições e uma inédita inclusão econômica. O que há, então, em comum entre os movimentos brasileiros e o de seus pares internacionais? O que querem, afinal, esses novos agrupamentos sociais?

Não são perguntas fáceis. A primeira característica comum desse movimento de caráter internacional é o fato de serem articulações cuja origem não está nas estruturas partidárias, sindicais ou mesmo nos movimentos sociais surgidos nas três décadas anteriores. São, acima de tudo, forças articuladas em rede, com forte influência do uso das novas tecnologias de informação e comunicação. Há de se considerar também que são grupos que não se prendem a filiações ideológicas rígidas. Sua marca é a ação. Pode-se tentar compreendê-los buscando referências na esquerda libertária, mas boa parte de seus participantes também não se furta a buscar métodos e símbolos na cultura corporativa. Há uma forte conexão

com o altermundismo, o movimento por uma outra globalização que se espalhou no final dos anos 1990 e no início da primeira década do século XXI, mas somente essa filiação não explica o que está ocorrendo.

Se aproximarmos nossa lupa, veremos que é útil buscar respostas na cultura digital, que, conforme nos explica o professor André Lemos, da Universidade Federal da Bahia, é a cultura que se forja a partir do surgimento da internet e da popularização da microinformática, processos iniciados no final dos anos de 1970. Essa cultura, baseada na recombinação e na colaboração, foi se alastrando pelo planeta e produziu um curto-circuito em todas as esferas: comportamento, economia, artes, mídia e, evidentemente, política. A percepção dessas transformações, com a massificação das tecnologias, só faz crescer. Conforme explica o professor Javier Bustamante Donas, em artigo para o livro *Cidadania e Redes Digitais*, organizado pelo sociólogo Sérgio Amadeu da Silveira, essas tecnologias não são apenas “uma ferramenta de descrição da realidade, mas de construção da mesma”. Técnica e política, portanto, não podem ser observadas em separado.

Interessante notar que o objetivo desse movimento “tecnológico” é a radicalização da política e da democracia, que vêm sendo paulatinamente aprisionadas pelos interesses econômicos e pelas posturas corporativas da classe política tradicional. Não à toa, surge nesse contexto a questão da transparência, em suas múltiplas acepções. No Brasil, um dos mais interessantes e combativos movimentos contemporâneos é a comunidade Transparência Hacker. Iniciado há quase dois anos, o grupo ganhou notoriedade quando, utilizando-se de uma prerrogativa aberta pela presidência da República do Brasil, clonou o blog do Planalto, que fora lançado sem permitir aos usuários interagirem com o conteúdo. Para evidenciar que o diálogo é a essência da rede, os ativistas hackers criaram uma página semelhante à oficial, a qual reproduzia integralmente os conteúdos originais, com o diferencial de permitir comentários sem qualquer moderação. Ganharam o mundo.

“Eu gosto de pensar que somos ativistas do direito de fazer. É bizarro perceber a quantidade de impossibilidades a que grupos e indivíduos são submetidos quando querem provocar mudanças”, afirma Daniela Silva, da Esfera e da Casa da Cultura Digital, uma das criadoras da comunidade Transparência Hacker (#THacker). A comunidade na qual atua conta com apoio do escritório brasileiro do W3C, a instituição criada por Tim Berners Lee para manter a web aberta e livre, e já tem em sua lista de discussão mais de 500 membros, entre ativistas, jornalistas, programadores e gestores públicos. Daniela destaca que não existem regras prévias de participação, mas sugere que a “colaboração, liberdade, autonomia, ética hacker, abertura

para formas novas de agir e de pensar sobre o mundo, valores políticos emergentes e mutáveis (ou mutantes) e um certo gostinho pela provocação” são as principais características do movimento.

A jornalista e ativista recorda que foi justamente quando clonaram o Blog do Planalto que ela e seu grupo puderam sentir a força das redes. Aquilo que começou como uma pequena provocação ganhou notoriedade por evidenciar um jeito de agir que rompia com o tradicional. “Tinha gente da esquerda nos odiando de um lado, e gente da direita odiando mais do outro. Conservadores tarimbados acharam uma graça absurda daquele ato desmedido de liberdade. Libertários ferrenhos pediam nossa cabeça no Trezentos (blog que reúne uma ampla comunidade de defensores do compartilhamento do conhecimento). Uma grande quantidade de pessoas admiráveis achou o máximo”, relembra.

Ela pontua que essa ação só foi possível porque o governo Lula adotara o Creative Commons como licença de conteúdo, numa iniciativa pioneira mundialmente. Foi, portanto, o próprio Planalto, a sede do governo brasileiro, que providenciou os meios técnicos para a provocação. E eles não tiveram dúvidas em fazê-la.

Software Livre, Cultura Livre

Voltando à investigação sobre a essência dos movimentos da cultura digital, é preciso recuperar o conceito de software livre, pois é por meio dessa articulação pioneira que o espírito de nossa época começa a se delinear. No início dos anos 1980, um grupo de engenheiros liderados por Richard Stallman criou a Free Software Foundation (FSF), organização com o objetivo de defender a colaboração e o compartilhamento quando os softwares começavam a se tornar instrumentos de enorme ganho financeiro. Para maximizar seus vencimentos, as empresas de tecnologia começaram a adotar patentes e mecanismos de proteção de propriedade intelectual, contrariando assim a essência do desenvolvimento científico, que é baseado na evolução a partir do conhecimento acumulado. Para “amarrar” a liberdade de compartilhar ao modelo de licenciamento, a FSF criou um modelo alternativo (a licença GPL), que passou a ser utilizada pelos desenvolvedores no mundo todo. Essa ação, aparentemente técnica, embutia um confronto político que cresceria desde então: o da luta contra a propriedade na era do conhecimento.

Essa visão de superação da propriedade privada é comum a todo movimento de cultura digital, e, como não podia ser diferente, foi estabelecida como diretriz pelos ativistas que, em 2003, participaram da elaboração dos Pontos de Cultura. Convidados a trocarem informações com o poder

público, esses agentes propuseram construir em conjunto com os criadores populares noções de compartilhamento do conhecimento e uso do software livre. Essa história vem sendo recorrentemente contada, justamente por ser um caso de sucesso. Pouca gente sabe, no entanto, que na base desse movimento havia uma rede organizada, em processo de construção, que até hoje se constitui como um repositório de ideias inovadoras. Trata-se da rede Metareciclagem.

“A metareciclagem é mais um foco de potência de ação política – porque as pessoas trocam entre si – do que uma instância política autônoma, que tenha uma coerência”, explica o ativista Felipe Fonseca, um dos remanescentes daquele grupo que formulou o kit multimídia dos Pontos de Cultura e que lançou este mês o livro *Laboratórios do Pós-Digital*, disponível para download no endereço <link1>. “É um espaço de diálogo entre diferentes formas de ambientação política. Isso configura uma forma de ação política em si, mas é muito difícil de tratar dentro da experiência da política tradicional”. Ativa há oito anos, a rede segue produzindo inspiração e articulação. O ponto de contato é estabelecido por meio de uma lista de discussão e da plataforma da comunidade, cujo endereço é <link2>.

“A gente começou em 2002 nas primeiras edições do Fórum Social Mundial, que exerce sobre nós uma grande influência, foi uma época que as pessoas voltaram a sonhar com a possibilidade de mudar o mundo”, recorda Fonseca. No caldeirão variado de leituras que vêm alimentando os ativistas desde essa época estão Hakim Bey (autor de *Zonas Autônomas Temporárias*), Michel de Certeau (*A Invenção do Cotidiano*), a dupla Toni Negri e Michael Hardt (*Império e Multidão*) e Paulo Freire, cuja pedagogia seria profundamente estudada para o desenvolvimento da ação nos Pontos de Cultura. Fonseca, lembra, porém, que essas referências se articulavam, de forma livre, com outras que provinham de ambientes corporativos estranhos à esquerda tradicional. Em especial, cita o Manifesto Cluetrain, publicado há dez anos e hoje um texto clássico, que principia com a frase: “Começou uma poderosa conversação global”.

Apesar de extremamente influente entre a geração atual de ativistas, a Metareciclagem segue como uma espécie de força motriz subterrânea, uma seiva, que os ativistas buscam para se alimentar do novo. Essa condição, conforme esclarece Fonseca, é algo que o grupo sempre perseguiu. “A gente nunca ansiou por tomar o poder. A gente sempre trabalhou com autossabotagem. Nos momentos em que se pôde tomar o poder, a gente fugiu disso, a gente não entrou nessa. Isso permite negociar com um grande espectro de poderes”, explica. Uma forma de demonstrar a extensão e força da Metareciclagem é analisar as várias políticas públicas de inclusão

Link 1

<http://efeefe.no-ip.org/livro/laboratorios-pos-digital>

Link 2

www.metareciclagem.org

digital do país. Programas como os Pontos de Cultura, o Gesac e as Casas Brasil, do governo federal, e também o programa ACESSA São Paulo, do governo paulista, contaram com a participação ativa de atores pertencentes a esse agrupamento. Isso sem que o grupo jamais tenha realizado qualquer disputa de forma organizada. Não seria isso agir como um rizoma, afinal?

“Explosões no dia a dia”

“O que queremos é contaminar e migrar. A gente está sempre atrasado e sempre correndo atrás do prejuízo. A gente está sempre na perspectiva de movimento. São tantas explosões no dia a dia”, diz Pablo Capilé, articulador do Fora do Eixo (www.foradoeixo.org.br), uma rede de coletivos de produção cultural que está presente em todos os estados do Brasil.

Iniciada em 2005, por meio de uma parceria entre produtores das cidades de Cuiabá (MT), Rio Branco (AC), Uberlândia (MG) e Londrina (PR), a rede foi crescendo e hoje é tida como a principal força político-cultural surgida no país nos últimos anos. Somente no ano passado, mais de 5 mil bandas circularam por meio das ações dos coletivos que integram essa rede. A partir das articulações por eles lideradas, foram promovidas ações como a criação da Associação Brasileira de Festivais Independentes (Abrafin), e a criação do Partido da Cultura, que vem buscando interlocução com a classe política tradicional sobre questões de interesse das novas gerações.

Recentemente, o Fora do Eixo trouxe sua caravana de artistas (artistas + ativistas) para uma ocupação permanente em São Paulo. Alugaram uma enorme casa no bairro do Cambuci, que serve como base para as bandas do circuito que circulam e como sede operacional do comando nacional do movimento. Entre as inúmeras inovações introduzidas por esse grupo, está a de utilizar a economia solidária para construir relações sociais diferenciadas entre a rede de produtores e artistas que compõem o circuito.

Parte da força desse movimento vem de sua perspectiva de entrega radical, posto que seus membros, além de morarem juntos, partilham todos os seus gastos por meio de um caixa coletivo. Isso não os impede, no entanto, de se apropriarem de ferramentas de marketing para promover seus trabalhos e a si mesmos. Na visão orgânica que estão construindo, é preciso falar a linguagem da juventude, sem temores nem rancores. “Você tem uma juventude de classe média que chega pelo marketing liberal e depois vai entender que nós podemos ser os detentores dos meios de produção”, explica Capilé, para recordar um documentário que os moradores da Casa Fora do Eixo assistiram sobre o comunista Luiz Carlos Prestes, e que gerou enorme identificação entre seus pares.

Nada do que o Fora do Eixo conseguiu, até agora, segundo Capilé, seria possível não fossem as novas tecnologias, em especial a internet, uma estrutura, para ele, “tão veloz quanto o que a gente está construindo”. “Essa é a plataforma política que consegue olhar para a gente de igual para igual. A gente é parceiro. Velozes iguais. É a ferramenta ideal para que essa história pudesse acontecer. Não fosse isso, dificilmente conseguiríamos com tanta agilidade chegar onde chegamos, no desterritório, na zona de contaminação, nas trocas de tecnologia e na inteligência colaborativa”.

O diferencial brasileiro

“Existe uma questão que o Brasil avançou muito mais que outros lugares, que é o lugar da rede para driblar o universo institucional”, avalia Fonseca. “A gente chegou muito cedo a essa compreensão, de construir em rede, de forma dinâmica, aproximando pessoas”.

Durante os oito anos de governo Lula, novas formas de fazer política foram fortemente estimuladas por meio, principalmente, de três frentes: 1. das ações em defesa do software livre (que é a matriz ideológica de boa parte dos movimentos políticos e sociais em rede); 2. das políticas públicas lideradas pelo Ministério da Cultura de Gilberto Gil e Juca Ferreira em favor do compartilhamento do conhecimento, como os Pontos de Cultura, os Pontos de Mídia Livre e o Fórum da Cultura Digital; 3. da proposição de um Marco Civil de direitos dos cidadãos digitais pelo Ministério da Justiça, legislação elaborada de forma aberta e compartilhada (veja o site <link3>). Esse texto aguarda apreciação do Congresso Nacional.

Apesar de estabelecerem relação construtiva com o governo Lula, parte deles tendo agido ativamente para a garantia da eleição de Dilma Rousseff à presidência, esses movimentos não têm se furtado a fazer a crítica pela esquerda das decisões tomadas no início do novo governo. Medidas tomadas pelo Ministério da Cultura, como no caso da retirada da Licença Creative Commons do site e a mudança de orientação para a revisão da Lei de Direitos Autorais, demonstraram o quão tênue pode ser a relação entre os novos movimentos sociais e a política institucional. “Em resposta a essa efervescência social, por oito anos, nós tivemos as melhores políticas governamentais de acesso à rede, à tecnologia e à cultura digital do mundo”, diz Daniela. “Não é à toa que todo mundo está de olho no Brasil. Agora, precisamos cuidar pra não perder o bonde – e todos nós estamos falhando em dar aos retrocessos políticos recentes uma resposta fluida e criativa.”

Boa parte dos ativistas que compõem os movimentos da cultura digital passaram a se reunir por meio da lista do Movimento Mobiliza Cultura, que também pode ser mais bem conhecido pelo site <link4>. A ideia desse

Link 3

www.culturadigital.br/marcocivil

Link 4

www.mobilizacultura.org

espaço é permitir que as diferentes redes possam estabelecer conexão e assim potencializar as lutas comuns em defesa da liberdade.

As lutas contemporâneas

Em artigo para o livro *Cidadania e Redes Digitais*, publicado pelo Comitê Gestor da Internet do Brasil, o professor espanhol Javier Bustamante descreve o que compõe a nova cidadania digital, ou hipercidadania. Nesta lista, adaptada, é possível compreender alguns dos elementos que unificam a ação política contemporânea.

- Defesa da apropriação social das tecnologias; tecnologias para promover a democracia, seja ela representativa ou participativa;
- Compreender a rede e seu acesso como um novo direito humano; promover políticas de inclusão digital;
- Promover a aproximação da gestão pública dos cidadãos, por meio das tecnologias;
- Defender os commons;
- Articular as lutas contra a exclusão digital com a de outros excluídos; combate ao vigilantismo e às tentativas de cerceamento das liberdades;
- Promover o software livre e o conhecimento livre;
- Cultura popular e diversidade cultural na esfera pública interconectada;

**É MUITO MAIS
FÁCIL PARA A
DIREITA LIDAR
COM ESSE
ESQUERDISMO
DOGMÁTICO E
MESSIÂNICO DO
QUE COM AQUELE
QUE ACEITA A
MULTIPLICIDADE
DE PENSAMENTOS**

Fora do Eixo e a esquerda que a direita gosta

publicado no Blog do Rovai

Renato Rovai

Costuma-se dizer que a esquerda que a direita gosta é aquela que aceita dialogar. Considero exatamente o contrário.

A direita adora aquela esquerda que atua no gueto e fica fazendo discurso pseudo-revolucionário.

É muito mais fácil para os setores conservadores lidarem com esse tipo de militância esquemática, que acha que só há um caminho da salvação para toda a humanidade.

É muito mais fácil para a direita lidar com esse esquerdismo dogmático e messiânico do que com aquele que aceita a multiplicidade de pensamentos e atua no sentido de construir avanços levando em consideração as possibilidades do real.

Ou como se convencionou denominar, a tal “correlação de forças”.

Essa esquerda que a direita gosta fala em nome de algo que supõe muito superior a tudo e a todos. Por isso não aceita o contraditório. Não gosta do debate.

E em nome das suas supostas convicções justifica qualquer autoritarismo.

Como também permite todo tipo de ataque ao suposto adversário – que sempre é tratado como inimigo.

Digo isso porque fiquei pasmo com algo que li recentemente.

Não exatamente com um artigo **<link1>** que foi escrito no site Passa Palavra (A Esquerda Fora do Eixo), onde esse coletivo que leva ao trocadilho do título, não tem apenas suas práticas organizativas questionadas, como também é desqualificado como espaço de reflexão criativa.

No texto acima lincado o Fora do Eixo é apresentado como um grupo que vive de editais e apenas almeja ser “uma classe de gestores que visa renovar a burocracia”.

Link 1

<http://passapalavra.info/?p=41221>

Mesmo sendo um tanto rancoroso e cometendo erros de informação, como onde afirma que “foi fundado o “Partido da Cultura”, o PCult, uma organização suprapartidária contra a ministra Ana Buarque, pela retomada e “continuidade das políticas do Gilberto Gil”, seria interessante ver certos aspectos do artigo levados ao debate.

Até para entender como o Fora do Eixo se posicionaria acerca de certas questões que de fato merecem reflexão e dizem respeito a construções futuras deste novo movimento de redes.

Mas isso não vai acontecer.

Porque o movimento Passa Palavra, que é “o caminho, a verdade e a vida e ninguém vai a revolução senão por eles”, assim respondeu a provocação de Pablo Capilé.

O Passa Palavra recebeu a seguinte mensagem de Pablo Capilé, do Fora do Eixo:

«Olá, Gostaria de convidar o coletivo Passa Palavra para um debate público sobre a “Esquerda Fora do Eixo” e a Marcha da Liberdade, que foi tema de artigo do site na semana passada. Acredito que o objetivo de vocês ao escrever a referida reportagem tenha sido o de ampliar o debate, portanto gostaria de dar sequência a essa iniciativa com um debate aberto, público e com transmissão ao vivo, na data que escolherem e no local que escolherem. Estaremos a disposição.

Fico no aguardo.

abs!»

E deu a seguinte resposta:

“Enquanto espaço de debates do campo anticapitalista, não participamos de eventos organizados por entidades do “ativismo empresarial”, já que para nós as classes existem e são bem definidas. Porém, nos preocupamos com o caminho que seguirão daqui para a frente as lutas sociais. Por isso, a continuidade da reflexão – pública e ampla – segue aqui, em forma de uma série de artigos, e não numa atividade a ser protagonizada por aqueles que se colocam como os novos gestores das redes.”

A resposta é da linha da xenofobia política.

Não “me misturo” com aqueles que não pensam como eu.

E diz muito mais sobre o grupo que a escreveu do que qualquer outro texto que produziram.

É uma pena ver potenciais ativistas agindo com tamanho nível de autoritarismo e sectarismo.

PS: Vale a pena ler dois artigos discutindo o texto em questão. O primeiro <link2> da professora Ivana Bentes (UFRJ) e o outro <link3> do professor Pablo Ortellado (USP).

Link2

<http://www.trezentos.blog.br/?p=6056#comments>

Link 3

<http://www.gpopai.org/ortellado/2011/06/capitalismo-e-cultura-livre/>

**A IDEOLOGIA DO
"BASTA FAZÊ-LO",
"FAZER O QUE TEM
DE SER FEITO",
NADA MAIS É DO
QUE O FETICHISMO
TORNANDO-
SE ESPETÁCULO
VISÍVEL DOS
PROCESSOS DE
ALIENAÇÃO.**

Lutas Sociais e Fetichismo: notas sobre o debate iniciado pelo Passa Palavra I

publicado no blog Razão Crítica

Elton Flaubert

Do que se trata: O ponto central no texto “A Esquerda fora do eixo” do Passa Palavra é mostrar a encruzilhada enfrentada pela esquerda, com a ascensão de uma nova classe gestorial, que através de mecanismos ideológicos da “cultura livre” fortalece o processo produtivo capitalista. Para isto, começam apresentando as especificidades de formação do fenômeno, na conjuntura paulista, ao analisarem cinco mobilizações na capital. Onde disto, conclui-se:

“Dessa série de manifestações, extrai-se que as mídias sociais [...] mobilizaram conjunturalmente novos setores da classe média, mas, por outro lado, houve também um caráter diferenciado da pauta tradicional dos movimentos sociais e da esquerda em geral [...], (que) tem possibilitado a aproximação de elementos da classe política – tanto de esquerda como de direita – e também de novas empresas e ONGs com foco no marketing virtual, na publicidade e na cultura”.

Em seguida, passa-se a análise do coletivo “Fora de Eixo” (FDE), o trato da “cultura independente” como mercadoria, o empreendedorismo de organização ‘espartana’, e obviamente, seus planos de entrar no mainstream. O que chamou a atenção do Passa Palavra foi a reprodução pelo FDE de velhos vícios da “velha Indústria” – pelo menos no Brasil –, como a criação de um poder patrimonial dentro do Estado, que arrebatava boa parte do financiamento. Além disso, destaca-se a relação deste coletivo com empresas, organizações e indivíduos que orbitam a “cultura digital”. Diante disso, o Passa Palavra identifica os atuais confrontos do MINC (Ministério da

Cultura), de maneira geral, como uma luta entre o tradicional mainstream versus grupos ligados a “Cultura digital”, pelas fatias do bolo orçamentário do Ministério. Um dado interessante do texto:

“Em 2010 inscreveram-se em cerca de 125 editais e, com mais de 30 aprovados, captaram aproximadamente R\$ 2 milhões para os projetos (festivais de música, de cinema, de economia solidária, etc.) e R\$ 300 mil para as despesas do “institucional” . Um outro aspecto interessante é que eles possuem diversos tipos de cadastro jurídico: associações culturais, empresas, ONGs, casas noturnas. No total são 57 CNPJs [número fiscal] a serviço do FdE, uma fluidez que permite um amplo leque de atuação dentro dos negócios. Além dos editais há também propostas comerciais para emissoras de rádio como a OI FM”.

Em síntese, o texto procura demonstrar a existência de empresas/coletivos/grupos, ligados à “cultura digital” (tendo como um exemplo marcante o “Fora de Eixo”), que propõe novos modelos de negócios, que estejam conectados com a “cultura independente”, e que através da gestão dela lhe tire melhor proveito.

A partir disto, o texto começa a analisar estes novos modelos de negócios, chamados de “open business”. Para eles, “O open business é a transformação do modelo de negócios de um mercado monopolista em concorrencial, ou seja, dada a natureza não rival do bem digital e a cópia a custo próximo de zero, o lucro passa a depender da produção material (camisetas, adesivos, etc.) e, principalmente, dos shows; caminha-se assim da renda para os serviços. Para as transnacionais da cultura e os oligopólios culturais regionais, isso significa a modificação do seu papel de intermediador entre mercado e consumidor, e, na dimensão econômica, a extração de lucro por renda é ameaçada”. Assim, para os defensores da “cultura livre”, associada ao “livre mercado”, isto estimularia a criação, o que aumentaria a riqueza transformada em mercadoria: “Em síntese, a cultura livre é a própria regra do jogo do capitalismo, a apropriação de algo que a classe capitalista não produz”.

Nisto, entra o coletivo “Fora do Eixo”, que indo de encontro à indústria rentista dos oligopólios culturais, pretende gerir os processos de interação da “cultura independente”. “O trabalho do FdE é fazer serviços para outros. Fazem realmente como um coletivo e não como proprietários de algo. Mas isso é justamente o que os identifica como gestores: possuir o know-how, o trabalho baseado no conhecimento e na gerência dos processos. Um tipo de trabalho que é possível vender e não ficar sem ele, já que conhecimento é um bem não rival”. É neste ponto que reside uma das questões do texto: a troca de elites. A passagem de uma burocracia arcaica e rentista, para uma classe de gestores, antenados com a “cultura independente”. Como ficou (e está) representada, de maneira

geral, a briga pelo MINC é essencialmente por duas motivações: quinhão orçamentário e pelo modelo de negócio para cultura. Assim, não se trata de uma visão radicalmente – ou substancialmente – diferente de cultura, fora (ou pelo menos para além) do mercado, e da atuação do Ministério neste contexto.

No último – e talvez mais problemático – ponto, o Passa Palavra aborda as relações desta nova classe gestora com a esquerda. O texto apresenta como contexto histórico da ascensão desta nova classe, o governo Lula, com a ampliação do mercado de consumo, e amadurecimento do capitalismo tardio, assim como, a ampliação da lógica cultural desta ordem. Neste sentido, fez-se necessário o brado pela troca de “elites arcaicas” por novas classes, principalmente burocráticas, antenadas com este novo tempo. Assim, o recado para a elite de Higienópolis foi claro:

“o futuro dos negócios chegou, não ignorem as novas classes médias, pois, mesmo morando na periferia, a sua empregada também pode consumir uma TV de plasma e ter um carro na garagem”.

Ou seja, o “churrascão” também – ou principalmente – representou:

“Um processo que limita-se à modernização da mentalidade e renovação das elites, e que, por isso, foi incapaz de revelar a incoerência de destinar mais recurso público para a ampliação da oferta de transporte público na região mais rica da cidade”.

O Passa Palavra associa a mentalidade desta nova elite “alternativa”: o ambientalismo (não fica claro se é certo ambientalismo, ou ele como um todo). E por fim, coloca uma questão – ou melhor, uma encruzilhada – que desconcerta qualquer defensor intransigente e ultraentusiasmado das novas mídias: quantas pessoas que estavam no “churrascão” interessavam-se em saber da lógica elitista de construção do metrô? Quantas pessoas professam tantas causas, sem ter o mínimo conhecimento delas? Como bem resumiu sobre o texto, Rodrigo Cássio: quando o protesto entra na moda, a política sai do protesto.

Comentário: A questão central do texto exige uma **análise sobre a dinâmica do capitalismo e suas relações com o capital** (concordando ou discordando, viu Ivana Bentes...), em especial, o “capitalismo tardio”. Para isto, gostaria de começar explanando sobre a teoria do fetichismo da mercadoria, e o desenvolvimento desta pelo “marxismo ocidental”.

No mercado, as relações de um homem com outro homem, as relações sociais, são mediadas pela troca de mercadorias/dinheiro. Ou seja, as relações entre as pessoas no mercado são entre portadores privados de dinheiro/mercadoria. Já que as relações são mediadas pelas mercadorias/dinheiro, elas se autonomizam, coisificando as relações entre seres humanos.

Este é o primeiro movimento. Disto, decorre que o próprio processo de produção não só não é democrático (quem produz não discute sobre a produção e consumo global do que deve ser feito), como não é uma escolha do próprio dono do capital, que também está sobre influência dos mecanismos fetichistas. Assim, quem determina a produção, de maneira geral, é o mercado, estrutura criada por – mas que se sobrepõe – aos homens.

Disto decorre que **o capital é um ser social objetivo, um “sujeito automático”, um “sujeito quase autônomo”**, que se ergue diante das relações sociais coisificadas. Em outros termos, a roda viva do capital movimenta-se infernalmente, transformando as relações sociais coisificadas em “cursos das coisas como são”. Sujeito que forma uma civilização material, produzindo seu espaço, através de processos de modernização. O capital tem a potência de apropriar-se de qualquer tipo de produção, seja ela tradicional ou independente, para dar continuidade a sua reprodução. E também, o capital tem um movimento continuado de obscurecimento da consciência.

A partir de Lukács e Adorno, o marxismo traz a teoria do fetichismo da mercadoria para a cultura. Em termos gerais, o produtor cultural ao se preocupar em como vender melhor seu produto, como fazer corresponder seu conteúdo aos ritmos de produção e distribuição em detrimento da sua própria independência como artista, também está inserido nos mecanismos fetichistas. Um exemplo claro é daquela banda de música que despreocupada com o sentido de sua arte, está mais preocupada em produzir sucessos, refrões banais, submetendo sua arte aos processos massificáveis, generalizantes, e simplistas, da produção industrial. A centralidade deixa de ser a cultura, e passa a ser o mercado, **o qualitativo se subordina ao quantitativo**. Do outro lado, as pessoas acabam consumindo o valor de troca da música.

É importante destacar que os mecanismos de fetichização não se constituem uma totalidade fechada. Dois exemplos que podemos dar de **desfetichização**, tanto na produção sócio-material, quanto na cultura são: quando uma terra é utilizada para autoconsumo por camponeses ou indígenas, por exemplo, já que não se identifica produto com o capital, e as decisões de quanto e como produzir/consumir é feita em conjunto por pessoas; assim como, quando um escritor, produz um livro sem as pressões do mercado, depois podendo até utilizar essa indústria, o importante aqui é que ele não foi feito “para a indústria”, embora se utilize dela. Por isto, o fetichismo nunca é total.

Dito isto, é essencial analisar no capitalismo tardio, a apropriação da contracultura, da “cultura independente”, “alternativa”, enfim, pelos mecanismos fetichistas do capital, sem por isso, negar as fissuras, e

principalmente sem dar às costas a negatividade presente, que pode ser transformada em outra espécie de negativo, contra o capital.

No livro “O novo espírito do capitalismo” de Boltanski e Chiapello, eles colocam que a partir da década de 70, o capitalismo entra na sua terceira fase: abandonando o espírito fordista, ele começa a se organizar em redes, através da participação de trabalhadores relativamente autônomos, mas dependentes, sendo divididos em grupos de trabalhos, os chamados “times”, tendo cada grupo um líder. Às vezes, apropriando-se da linguagem da “autogestão”, para definir o trabalho de seus empregados. Uma espécie de: “eles fazem o que tem que ser feito. Por isso, são livres, independentes, alternativos, e por que não, modernos”. **Este novo capitalismo incorpora o discurso igualitário e anti-hierárquico de 68.**

Fredric Jameson, em “Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio”, afirma que o cultural é a lógica deste novo sistema, ou seja, não se trata do tipo de lógica cultural do capitalismo tardio, mas sim, que ele próprio tem como lógica essa cultura, a pós-moderna. Que significa, entre outras coisas: a transformação da realidade em imagens, ou seja, a estetização; a fragmentação do senso de identidade; a falta de sentido na construção da personalidade do sujeito; a dissolução do eu na entrega perpétua ao gozo; etc. Disto vem o esvaziamento do político e do esforço crítico.

A questão que fica colocada é: se “o discurso de 68” foi incorporado pela roda viva do capital ou se ele, quando refletido imediatamente e esvaziado de sentido, ou seja, de política, não faz parte da própria lógica cultural do capitalismo tardio.

Pois bem, deixarei para tratar da abordagem de alguns teóricos a este respeito na segunda nota, quando analisarei a resposta de Ivana Bentes e Pablo Ortellado. O que nos interessou até agora foi apresentar algumas explicações para o que me parece claro: a apropriação da “cultura livre, alternativa, independente” pelos mecanismos fetichistas do capital, e seu reforço do processo produtivo. Seja essa apropriação, ainda assim uma “ilha de comunismo” dentro do capitalismo, ou elemento da cultura deste novo capitalismo – isto será abordado na segunda nota.

Isto tudo fica ainda mais claro, quando o foco passa para o coletivo-empresarial “Fora de Eixo” (FdE). Parece-me sintomático, o interesse pela “cultura alternativa”, de novas empresas e organizações, que tem como pilar o marketing visual. No caso das marchas, o capital, como ‘sujeito automático’, se fez sentir no esforço de se apropriar e gerar ganhos estratégicos ao coletivo-empresa, feito pelo FdE. Não que o interesse tenha sido meramente econômico, não se trata só disso, como

às vezes faz crer o texto do Passa Palavra, que por isso, peca por falta de mediação, às vezes, tendo um entendimento sectário e “imaculado” das lutas sociais.

Que o coletivo-empresa queira lucrar e ganhar “capilaridade” com as manifestações me parece previsível, tendo em vista que no centro da atividade empresarial está a reprodução do capital (capital inventivo?), e com isto: a preocupação tática e estratégica do grupo em crescer, principalmente com capital político, acima de uma pauta política de negação; e principalmente, o desejo de entrar no mainstream, o que demonstra vontade de mudá-lo, adaptá-lo, MODERNIZÁ-LO, mas não negá-lo, enquanto substância, até mesmo por que ela sequer é mais vista, eles “apenas fazem o que tem que ser feito”. É interessante também a relação do coletivo com o Estado, carregado de certa tradição patrimonial. Parece-me relevante que muitos “independentes” e “alternativos” só tenham erguido sua voz para criticar (com justiça) o governo em questões corporativas, como nos problemas com a atual ministra do Minc. Calando-se para problemas da ordem do dia, como o projeto de Belo Monte.

Sobre isto, recomendo a todos dar uma olhada nos comentários nesta matéria da TRIP <<http://revistatrip.uol.com.br/revista/199/reportagens/ministerio-da-cultura.html#4>>. Dentre os comentários, encontraremos um de “Amargo”, que durante seu desabafo se identifica como Bernardo, da banda Elma. Nele, ele conta a confusão entre sua banda e o Mombojó para acertar horários da passagem de som, montagem do palco, entre outras coisas. O que nos interessa é esta sua conclusão: *“Foi também explicitado o porquê da preferência pelo Mombojó (aqui você pode fingir que ainda não sabia): eles têm bem mais público, logo, eles podem mexer e remexer na vida dos outros, com a convivência do Studio SP e do Coletivo Fora do Eixo”*. O **fator rentabilidade**, não só econômica, foi o adotado para a escolha do Mombojó, **sendo desconsiderado obviamente quem tinha razão no imbróglio, ou até mesmo a qualidade artística**; dentro desta mesma lógica age o Mainstream. O que fica claro é que o coletivo Fora de Eixo é empresarial, e justamente por isso, **age – para o bem, ou para o mal – dentro da lógica do capital, e repete seus mecanismos fetichistas**.

Acontece que nossa geração aprendeu, através da Indústria Cultural, a ideologia de que tanto a felicidade como prazer não somente existem, como estão à disposição, através do consumo. O consumo é uma forma de fuga, não propriamente de uma realidade desagradável, mas, acima de tudo, uma fuga da própria possibilidade de resistência.

Neste sentido, o coletivo FdE faz parte desta geração marcada pela “cultura alternativa”, pelo novo espírito do capitalismo, e criada na lógica

cultural do capitalismo tardio. Sobre isso é interessante a opinião de Alexandre “pós-rancor” Youssef, sócio do Studio SP, que mantém parcerias com o FdE, em artigo intitulado “O Partido Pós-rancor” (sic) na Trip: *“Imaginem um liquidificador em que se possa colocar as ramificações da esquerda, com estratégias e lógicas de mercado das agências de publicidade, misturando rock, rap, artes visuais, teatro, um bando de sonhadores e outro de pragmáticos, o artista, o produtor, o empresário e o público. O Fora do Eixo cria, portanto, uma geração que se utiliza **sem a menor preocupação ideológica** de aspectos positivos da organização dos movimentos de esquerda e de ações de **marketing típicas dos liberais**. É, como disse, o teórico da contracultura Cláudio Prado, a construção da geração pós-rancor, que não fica presa à questões filosóficas e mergulha radicalmente na utilização da cultura digital para fazer o que tem que ser feito”* (grifos meus).

Primeiro, fica claro, a junção entre pautas e modelos de organização da esquerda com as ações de marketing, principalmente as visuais. Segundo, o “pós-rancor” despreza a memória e a reflexão crítica.

O que Cláudio “pós-rancor” Prado não sabe ou oculta, é que o seu “fazer o que tem que ser feito, longe das ideologias”, nada mais é do que **ideologia**. Lembra-me muito o slogan “Just do It” da Nike. Interessante é esta passagem de Naomi Klein, em “Sem logo: a tirania das marcas em um planeta vendido”: *“Segundo o velho paradigma, tudo o que o marketing vendia era um produto. De acordo com o novo modelo, contudo, o produto sempre é secundário ao verdadeiro produto, a marca, e a venda de uma marca adquire um componente adicional que só pode ser descrito como espiritual”*. O efeito desse processo pode ser observado na fala de um **empresário da Internet comentando sua decisão de tatuar o logo da Nike em seu umbigo**: *“Acordo toda manhã, pulo para o chuveiro, olho para o símbolo e ele me sacode para o dia. É para me lembrar a cada dia como tenho de agir, isto é, ‘just do it’.”* (grifos meus)

A ideologia do “basta fazê-lo”, “fazer o que tem de ser feito”, nada mais é do que o **fetichismo tornando-se espetáculo visível dos processos de alienação**. Afinal de contas, que tipo de ação consciente é essa que simplesmente joga fora todo sentido crítico, não se preocupa com os sentidos de seus atos, e “apenas faz o que tem de ser feito”? E o que é que tem de ser feito? Simples: fazer, consumir, trabalhar, comprar, ininterruptamente, como por um **“feitiço”**. Aqui, o fetichismo mostra-se claramente, como a naturalização das coisas.

O pós-rancor para isso abdica da **memória**. Os choques do mundo moderno enfraqueceram a experiência, ficamos ricos em informação, e pobres em conhecimento. A perda da experiência e da memória transforma o homem em autômato. Destituído de toda sabedoria, é incapaz de contar,

analisar, dar conselhos, aprender com o tempo. A experiência, para eles, é rancorosa. **O pós-rancor é o não filisteu, filisteu.**

Por isto, o “pós-rancor” também abdica de qualquer crítica mais profunda, já que isto seria ressentimento, “parar na pista”, “não fazer o que tem de ser feito”, afinal, “a vida é muito alegre”, para pensarmos além da lógica do “sempre gozando, e tudo ficará bem”.

Ainda mais interessante é o comentário do mesmo Cláudio Prado no site do Passa Palavra, onde está publicado o texto, “Esquerda fora do eixo”: *“Rancor é uma marca das esquerdas. Nasce da consciência das tiranias. Nasce da indignação. Rancor é estaidignação+fundamentalismo. Não sou do Fora do eixo. Colaboro com eles. Considero a proposta do Fora do Eixo o melhor caminho que conheço para uma saída honrosa dos Movimentos Sociais rumo ao século 21”*. O objetivo é claro, e nada estranho aos mecanismos fetichistas: **modernizar** os movimentos sociais. Tirar deles o rancor, a indignação que vem da precariedade, da falta de democracia no processo produtivo, etc.

E acima de tudo, legitimar a ideologia a partir de uma **racionalidade cínica** (aqui tenho em mente o estudo de Vladimir Safatle: O Cinismo e a falência da crítica). Sem condições de desenvolver melhor este tópico, abordarei algumas pistas. Como coloca Safatle: “Atualmente, a ideologia já parte do pressuposto de que aquele que se submeterá aos padrões de conformação ideológicos não acreditará completamente neles.” Ou seja, a ideologia como “falsa consciência esclarecida”. Sabe-se da exploração, mas é preciso “fazer o que tem de ser feito”, a própria crítica feita ao que é “tradicional”, funciona como uma interversão que só é bem sucedida por justamente não ser levada radicalmente a sério. **Assim, a crítica não escapa da lógica performativa da racionalidade cínica, pelo fato, de já se saber, da inadequação entre a práxis e aquilo que lhe dá fundamento, sentido.** A crítica ao “tradicional”, transfigurada como “cultura independente”, funciona como uma espécie de interversão, uma passagem da lei para a infração, sem questionar o que fundamenta o sistema, logo, essa flexibilidade identitária é capaz de dissolver cinicamente os conflitos gerados pela lógica capitalista, e a crítica (a negação de certa maneira) fica impedida de transformar as estruturas sociais, de formar sujeitos refletidos na história. **Neste sentido, lembro que Safatle coloca que a interversão cínica é a mola propulsora da economia libidinal da sociedade de consumo.**

Não é de estranhar o tipo de convite feito por Pablo Capilé para um debate “faroeste-pop” com o coletivo Passa Palavra: “com data, hora e local marcados”; e claro, “transmissão ao vivo”. O debate foi iniciado com o texto do Passa Palavra, a partir disso, múltiplas respostas apareceram na rede, menos (pelo menos não a encontrei) a do Fora do Eixo. Ora, para que um

debate ao vivo, com hora, data e lugar marcados, entre os coletivos? Para transformar a própria crítica ao FdE – e a expectativa diante da resposta – em espetáculo, em produto cultural? Acertadamente, o Passa Palavra não aceitou este tipo de debate. O texto foi colocado, as respostas são múltiplas, várias pessoas estão se pronunciando na rede, sem a intermediação de coletivos, e em tempo real, ao vivo, com possibilidades e mediações maiores do que uma conversa com poucos e específicos interlocutores, que dificilmente não se tornaria uma espécie de “Fla x Flu”.

Sobre as manifestações, é verdade elas de certa forma – e muitas vezes, em sua maioria – foram produzidas por uma histeria coletiva na internet, mais baseadas na imediatividade de um discurso subjetivista, e de fácil manipulação do open business – sem dúvida, do que por uma consciência mais crítica do que estava sendo criticado. Interessante é a análise do pesquisador Rodrigo Cássio, no seu texto: “Comunicação de Massa, cinema e estereótipos nacionais” <<http://vistoseescritos.opsblog.org/2010/05/23/comunicacao-de-massa-cinema-e-estereotipos-nacionais-tres-perguntas/>> :

“Esse “incentivo” ideológico aos falantes me parece evidente, por exemplo, no fato de que o uso político de maior frequência da internet (sites e blogs engajados, os militantes do Twitter etc) mostra um ímpeto muito maior para divulgar ou impor posições e opiniões que para debater projetos alternativos de sociedade. Temos uma reprodução virtual do modus operandi que define uma política partidária desgastada, reduzida a estratégias de marketing na medida em que os partidos perderam seu papel original, isto é, o de reunir as partes dissensuais do corpo coletivo em torno de ideias e propostas em franco debate. O que escapa a isso, hoje em dia, é casual, raro – em qualquer mídia.”

Mas isto não encerra a questão. **Que os mecanismos fetichistas do capital continuam sendo reproduzidos incessantemente no coletivo-empresa, em certa “cultura alternativa”, e que a “cultura digital” tem limites, parece-me claro, mas o que nos interessa é a brecha, a fissura, o ponto escuro, deixado por estas mudanças.**

O texto do Passa Palavra hora e outra confunde “alhos com bugalhos”, talvez por problemas de exposição. As marchas (e a participação nelas) são fundamentais, mesmo que boa parte de seus integrantes lá estejam por moda, não por consciência política, e mesmo que estes movimentos estejam sendo reforçados oportunamente por empresas. A questão é: como ir além do espetáculo? **O sectarismo, que aponta heresias nas lutas sociais, não ajuda no diálogo com a classe média, tampouco reforça a militância de base, tão esquecida hoje em dia. A crítica imanente é**

fundamental, devemos ter o olhar de dentro e de fora do objeto ao mesmo tempo, como nos ensinou Adorno. Caso contrário a crítica torna-se não-dialética.

Embora, os problemas das marchas não se reduzam a empresas e grupos que queiram se apropriar dela, mas também ao fato de uma boa parte de aspirações e motivações dos participantes estarem integrados na cultura do capitalismo tardio, isto não encerra a questão. É preciso mediar, diferenciar, especificar. Dentro das próprias marchas existem aspirações para além delas, contra a lógica da economia libidinal da sociedade do consumo.

Além disso, ela oferece um espaço de mobilização, para quem sabe, depois construir alguma reflexão além. Então, não adianta dizer que o movimento está “contaminado”, ou que existem limites, é preciso dialogar, argumentar, convencer. Se o projeto de superação dos mecanismos fetichistas significa mais – e não menos – democracia, dialogar com esta nova classe média das marchas é fundamental. **Do contrário, a postura sectária e ortodoxa terá o mesmo efeito das apropriações e só resultará no mesmo reforço do processo produtivo.**

É preciso ser contundente na crítica, na demonstração – como foi feita no artigo – da reprodução dos mecanismos fetichistas, mas é preciso, ao mesmo tempo, dialogar com esta nova classe média, ansiosa por projetos, lutas, etc. As marchas oferecem esta oportunidade. Os novos movimentos culturais, como: “Fora Bolsonaro”, “PLC-122 já”, “Contra o novo código florestal”, estão muito além da lógica cultural do capitalismo tardio, embora possam estar dentro dela, e serem apropriadas por ela. O que importa é a possibilidade de fissura que estes movimentos podem alcançar, se forem além de si, e refletirem o desejo de uma luta negativa.

Não só a clássica ideia de revolução deve ser colocada em cheque e refletida, como a própria ideia clássica do sujeito revolucionário, e a própria questão das classes. O que não significa abdicar de nenhuma das categorias, ou pelo menos de algumas delas. Mas, simplesmente não dá para retorcer o nariz para tudo que ocorreu no Século XX.

Desta forma, o sectarismo impotente é tão nocivo quanto às novas roupagens do capitalismo tardio. Se parte destas lutas – de fato – não incorporam o cotidiano do trabalho precarizado, nem a análise de classes, tampouco, fala de fetichismo; não significa que são desimportantes ou desviantes. O fetichismo se revela em várias esferas, poderia aqui citar Roswitha Scholz, que mostra através do “valor-dissociação”, como a educação dos filhos, o “trabalho” doméstico e até o “amor” – são dissociadas da produção do valor. Assim, o feminino é o dissociado da razão, do valor, da política; sendo associado à natureza, ao sensível, ao fútil. O nascimento da ideia de feminilidade está assim, em direta relação com os mecanismos fetichistas.

Sem por isso, deixar de fazer a crítica contundente, quando necessária, como coloca o Ronan: *“Que a “Marcha da Vadias” no Brasil tenha surgido por conta de postagens no Facebook, a respeito de um policial que se pronunciou desonramente a respeito de mulheres universitárias e não em solidariedade real a um caso como este do Rio significa muito em termos de demarcação social. Que o Greenpeace proteste pelo fato de a fabricação de Barbies usar materiais A ou B e não a respeito da exploração de trabalho infantil e degradante na fabricação da mesma boneca ao redor do mundo também é socialmente significativo. Que haja protestos por conta de um empresário ter sido atropelado em uma bicicleta e não por conta dos motoboys que morrem aos montes/dia o mesmo. Os exemplos se multiplicariam”*.

O artigo esquece-se de analisar a possibilidade desta nova classe – gestorial – “bater no teto”. O fato de “não ser suficientemente” de esquerda, ou de serem empreendedores do open business não impede o diálogo, só o torna mais necessário, principalmente se este negócio alcançar seus limites – como acredito que acontecerá. O diálogo deve ser estendido ao FdE, sem que por isso, deixe de ser feita a crítica dura a sua atuação. Como colocou o “Arth”, ao comentar o texto: *“Demonstra que qualquer mobilização política que não seja uma “mobilização ideal” está falida. As belas almas nunca farão nada além de discordar. Quem garante que esse jovens do FDE já definiram qual é seu programa político? Quem garante que não estão dispostos a se reinventar a partir de um diálogo com outros grupos? Quem garante que os meninos tem mais certezas do que dúvidas? Como enxergamos uma juventude que começa a achar que a militância e subsistência estão no mesmo barco? Se eles falam que a cultura é meio será que não podemos ajudá-los a pensar o fim?”*

Outro problema de abordagem, pela falta de mediação, dá-se quando a “cultura digital” é analisada, parece que vai tudo pro mesmo saco. É preciso entender que a internet e suas ferramentas possibilitam muitas vezes práticas “comunitárias”, para além da lógica fetichista, como: troca de ideias, de arquivos, experiências, músicas, etc. Tudo isto sem a mediação da mercadoria/dinheiro. Um meio onde a comunicação é estabelecida não por poucos interlocutores, mas por vários. Se a apropriação a isto é ruim e medíocre, diz menos da essência da técnica, e mais da cultura que temos. Obviamente, que parte da criação delas está ligada a certo tipo de desenvolvimento de uma sociedade tecnocrata. Mas a técnica não pode ser demonizada em si.

Aliás, embora a ideia de “Creative Commons” tenha um pé no liberalismo e no genuíno livre mercado, isto não impede que partes desta ideia, ou ela em sua essência, seja desprezada. A flexibilização dos direitos autorais pode permitir – dentro de alguns limites – certa quebra do núcleo duro,

resistente, da cultura como mercadoria. A questão é: e se esta nova classe gestora, acompanhada pela ideia de Creative Commons, bater no teto, nos limites das ideias liberais, e sempre se deparar com a força dos oligopólios, dos lobbies dos direitos autorais – que ao contrário do que se pensa estão muito longe de serem derrotados? **Não seria esta a chance de politização da arte ao invés desta estetização da política, como nos dizeres benjaminianos?** Por isto, é essencial o diálogo. Mas o diálogo crítico, fundamentado, reflexivo.

Resumindo, o Passa Palavra acerta na análise: ao mostrar como grande parte da “cultura independente” e das ações de grupos empreendedores do open business está dentro da lógica de funcionamento do capitalismo; assim como, quando aponta os limites: das manifestações e marchas, da “cultura digital”, das novas tecnologias, da falta de sintonia com o cotidiano e anseios das classes mais pobres. E principalmente, quando expõe as motivações contrárias ao FdE e parte da cultura “independente” e “alternativa”, sem entrar na lógica imediatista de achar “companheirismos” – sem o menor caráter reflexivo – em causas e movimentos, por parecerem, terem a imagem – por que não, a marca – de “alternativos”. Mas, erra na falta de mediações, não enxergando as possibilidades.

Na próxima parte analisarei as respostas de Ivana Bentes e Pablo Ortellado.

**MULTIPLICAR
AS LUTAS
SEM CAIR NA
CACOFONIA, E
ORQUESTRAR-
SE COMO
POLIFONIA.**

Sair dos eixos à esquerda I

publicado no blog Quadrado dos Loucos

Bruno Cava

Tenho acompanhando o debate iniciado pelo coletivo *Passa Palavra* com o artigo *A esquerda fora do eixo*. Desde a sua publicação, em 17 de junho, repercutiu em cerca de uma dezena de bons textos pela blogosfera. Há tempos não suscitava uma discussão tão aberta e provocativa, ao redor de um tema candente para a esquerda. Ponto para o *Passa Palavra*. Discute-se algo crucial: *como* organizar-se politicamente, *como* mobilizar-se de modo expansivo, *como* fazer a luta de maneira coordenada, potente e eficaz?

Neste artigo, que pretendo o primeiro de uma série, proponho-me a *pensar ao contrário*. Em *close reading*, repassar e problematizar os principais textos produzidos sobre o assunto.

Link 1

<http://www.trezentos.blog.br/?p=6056>

Começo com o artigo inaugural e, no próximo, passo à réplica <link1> de Ivana Bentes, publicada no portal *Trezentos*.

I. *A esquerda fora do eixo*, *Passa Palavra*, 17/06/2011

É pertinente a preocupação crítica com a burocratização e aparelhamento dos movimentos, que assim vão distanciando-se das forças sociais vivas, caindo numa lógica autofágica e, no limite, reinscrita no sistema de controle e exploração capitalistas. Acertada a preocupação crítica também ante os riscos de cooptação de movimentos sociais/ONGs/coletivos, quando o ativismo se aproxima demais, amiúde aliando-se às empresas e ao estado. Ao dissociar meios e fins, o velho dilema tática x estratégia geralmente encobre a domesticação, engessamento e eventual pacificação do movimento. No âmbito da organização do trabalho, costuma ser fatal. Disso já se sabe desde o exame por sociólogos marxistas do sindicalismo de modelo japonês, toyotista. Seduzidos pelo ideal de desenvolvimento e inovação tecnológica,

tais sindicatos promoviam a ideologia da empresa, o esforço conjunto de chefes e operários, um modo de vida conciliado para o bem de todos. O sindicato acabava fortalecendo a divisão social do trabalho, em vez de denunciá-la e combatê-la. Esse modelo de organização se difundiu e está presente na maioria das empresas hoje (com muita incidência nas multinacionais), e se reflete na expectativa, num sistema de cobranças e gratificações, em que toda a vida do funcionário — como se veste, onde mora, o que consome, como se comporta, como se relaciona — deve estar, em última análise, subsumida à imagem coletiva da empresa. A moral da empresa (a “carreira”) se estabelece como dimensão principal do indivíduo.

De modo geral, compartilho com o artigo a percepção que a emergência de nova composição política nas lutas não deve afastar uma autocrítica quase jesuítica. Com muita razão, toda nova forma de organizar e resistir está exposta ao capitalismo. O modo de produção dominante e global não cessa de identificar essas novidades e passará a tentar reapropriar-se das dinâmicas. Se os novos grupos político-culturais se esforçam em constituir espaços alternativos à indústria hegemônica, ao mercado dominante e ao emprego formal subordinado; não devemos ser ingênuos, tudo isso também se torna alvo preferencial para a investida capitalista. Nessa linha, o *Passa Palavra* dá um recado útil: não sejam tão otimistas com o novo, não alimentem a ilusão que está na crista da onda da história — como se a luta de classes tivesse terminado na ilha dos bem aventurados pós-modernos. Isso não existe. A luta por autonomia, por libertação *do* trabalho e *pelo* trabalho, continua inclusive *por dentro* da cultura livre, das redes produtivas e das marchas das liberdades. Se o trabalho imaterial e cultural se coloca no centro da economia política, tanto mais será o palco das disputas.

O que se deve ressaltar ao *Passa Palavra*, contudo, é que reconhecer a ambiguidade dos movimentos 2.0 não pode significar desqualificá-los, nas linhas ou entrelinhas, como genéricos, vagos, vendidos, desviantes. Incomoda naquele artigo o apelo à tradição da “esquerda em geral”, o que me parece um argumento de autoridade. Aborrece a insinuação que tais lutas, talvez por contarem com “setores da classe média”, estariam desviando-se da *linha justa*. Em um ou outro ponto, fica parecendo que os autores trazem um marxímetro à mão, — ou então inventaram um novo teste de tornassol, que, sem maiores análises, revela quem é de esquerda e quem de direita. O mundo real é mais complexo e acontece em cores. É preciso diferenciar rancor de rabugice.

Existem, — e é indisputável, — esquerda e direita, — porém jamais sem ambiguidades, vaivéns, contradições, contágios, pontos de fuga, estabilizações e rupturas. Perceber as contradições e aproveitá-las *no sentido da libertação* — eis aí uma boa tarefa crítica, logo, tarefa de militante, que é o

portador do método “científico”. Marx *dixit*. Sou da opinião que a esquerda só pode ser potente — isto é, perseverar esquerda — quando reconhece a sua heterogeneidade. Quando admite a diferença em seu seio: a possibilidade de lutar por muitas pautas, sem perder de vista as opressões, explorações e expropriações do capitalismo. Multiplicar as lutas sem cair na cacofonia, e orquestrar-se como polifonia.

Portanto, por serem tão produtivas, tão inovadoras, tão vivas, por produzirem e circularem tanto valor, exatamente por essas redes político-culturais autônomas (ou semi-autônomas) darem tão certo, que as empresas engordam o olho e mostram as suas garras sobre os novos terrenos da produção e do trabalho vivo. Se não valessem nada, ninguém iria querer. O capitalismo sabe bem que o mundo se tornou 2.0, então não pode a esquerda ficar pra trás, muito menos renunciar ao campo. É por isso que a indústria cultural e a aristocracia “artística”, aliás, tomaram de assalto o ministério da cultura no governo Dilma, para ir *contra* essas dinâmicas de libertação. Pois de tão produtivas e autônomas, os ameaçam. Isso não afasta o fato que o capitalismo veio *depois*, num segundo momento, pra se apropriar das novas lutas e novos movimentos, para torcer o sentido à direita, para cooptar a organização e reconfigurar a composição técnica do trabalho. E daí as lutas, as marchas, as disputas teórico-práticas, tudo isso que resiste. Porque nunca houve pureza, nem se diz isso, nem ninguém proclamou *sovietes e internet!* Ao redor das novas redes produtivas e da revolução 2.0, existe e continuará existindo antagonismo, noutras palavras, luta de classe: trabalho x capital, esquerda x direita, liberdade produtiva x comando, expropriação e controle social. O caso, então, em vez de considerar a batalha perdida de antemão, só pode ser mesmo *resistir*: o que também significa autocrítica, esquiva, reinvenção, reconstituição.

Se o *Fora do Eixo*, bem como todos esses movimentos de composição nova, — e se pode incluir aí, guardadas as particularidades, Túnis e Tahir no norte da África e o 15-M na Europa, — se eles terminarem capturados pelo capitalismo, terá sido a gente, a esquerda, que os perdemos, quero dizer, *nós teremos perdido*. Mas não perdemos, porque a luta continua com eles, através deles e neles.

— — —
Próxima resenha, em breve: A esquerda nos eixos e o novo ativismo,
Ivana Bentes, 22/06/2011

**O ESPONTANEÍSMO É
VIRTUDE E É DEFEITO:
A LIBERTAÇÃO DA
CAMISA DE FORÇA DOS
APARATOS SINDICAIS E
SOCIAIS TRADICIONAIS,
MAS É TAMBÉM A
INCAPACIDADE DE
UMA FORMULAÇÃO
ALTERNATIVA AO
REGIME VIGENTE
DA DITADURA DOS
MERCADOS**

A Maconha, as marchas e a crise do capitalismo

publicado no blog do coletivo DAR

Henrique Carneiro

No dia 18 de junho de 2011 ocorreram “marchas da liberdade” em 42 cidades brasileiras, reunindo talvez entre 10 e 20 mil pessoas, sendo duas mil em São Paulo e cerca de mil no Rio de Janeiro, as duas maiores. Esse movimento começou a ocorrer como resposta à proibição das marchas da maconha, especialmente a de São Paulo, violentamente reprimida pela polícia na Av. Paulista em 21 de maio. Em resposta, foi convocada a primeira “marcha da liberdade” no sábado seguinte no mesmo lugar, o vão livre do Masp, que reuniu cerca de 5 mil pessoas, numa das maiores passeatas em São Paulo nos últimos anos. A partir daí foram convocadas, para 18 de junho, marchas em todo país, que aconteceram alguns dias após o STF ter liberado a realização das “marchas da maconha” e representou uma conclusão vitoriosa do movimento que convocou então, finalmente, a verdadeira, a primeira autorizada “marcha da maconha” em São Paulo, para o dia 2 de julho, quando também ocorrerão marchas semelhantes em outras cidades, a começar pelo Rio de Janeiro.

As marchas da liberdade foram, assim, deflagradas a partir da proibição da marcha da maconha e, agora, o próprio tema da *Cannabis* volta ao centro do debate. Já foram convocadas também “marchas contra a liberação da maconha”, e o próprio presidente da CNBB declarou ser necessária uma marcha desse tipo da mesma forma que os evangélicos nas “marchas com Jesus” vem fazendo da união civil homossexual e da maconha os seus eixos de agitação.

A defesa dos direitos dos consumidores de drogas ilícitas é hoje um movimento social internacional por direitos civis de um dos mais reprimidos e perseguidos setores sociais. Seu fundamento filosófico é o mesmo do feminismo e do movimento homossexual: livre disposição sobre o próprio corpo. A autonomia sobre si no terreno religioso, sexual, estético, etc. foi conquistada como um dos fundamentos democráticos da época moderna

e ampliada na segunda metade do século XX a partir de poderosos movimentos político-culturais internacionais.

Como bandeiras democráticas, os direitos dos gays ou dos usuários de drogas podem ser obtidos mesmo sem romper as estruturas da exploração social. O capitalismo possui uma capacidade potencial de assimilação desses movimentos. Em parte, isso já ocorreu nos EUA com o movimento homossexual, assimilado ao mercado, às forças armadas, ao ideário imperialista, etc. Mas, as lutas pelos direitos dos consumidores de drogas têm um aspecto mais estratégico na confrontação com o edifício da ordem internacional, pois existe uma guerra contra as drogas, que é a mais cara, a mais duradoura e a que capturou maior número de prisioneiros em toda a história. Existe reação conservadora contra os direitos homossexuais e oposição política à união civil, mas não há uma guerra declarada pelo Pentágono contra os gays, ao contrário, eles vêm sendo assimilados até mesmo no aparato militar.

Contra essa guerra perpétua contra certas drogas, começou a haver uma oposição internacional de massas, de movimentos juvenis e democráticos nos países centrais e de camponeses produtores em países periféricos como a Bolívia, o México ou o Afeganistão que questionam a ordem do proibicionismo, cuja importância econômica e financeira o torna uma das peças-chave do capitalismo financeirizado especulativo e desregulamentado desde a era Reagan/Thatcher. A desregulamentação financeira e as verbas da guerra às drogas se somaram para produzir uma nova moeda franca internacional: os “narcodólares” ou “narcoeuros” que, segundo Alain Labrousse [1], alimentam as finanças de todos os conflitos militares do pós-muro de Berlim.

Esse capitalismo financeirizado entrou em crise em 2008 e teve no socorro dos capitais do tráfico clandestino uma das bóias de salvação. Só o banco estadunidense Wachovia lavou mais de 400 bilhões de dólares do tráfico mexicano [2]. A crise de 2011 representa um novo momento do colapso iniciado em 2008, pois, além do fracasso do sistema monetário europeu, estão ocorrendo levantes populares com forte caráter espontaneísta em países como Grécia e Espanha.

Ao levante social geral que vem crescendo com seguidas greves gerais em vários países europeus se acrescentou o elemento dos “indignados” (*agakmenistoi* em grego) que, de forma inesperada, criativa e articulada por meio de redes na Internet, conseguiu animar o ímpeto de rebelião da juventude e do povo, escapando dos aparatos partidários e sindicais tradicionais, quase todos dedicados esmeradamente a conter e burocratizar os movimentos sociais. Um dos principais aparatos, o da social-democracia internacional, é exatamente aquele ao qual pertencem os governos da Grécia e Espanha, assim como também ocorria com Mubarak e Ben

Nota 1

Alain Labrousse, Geopolítica das drogas, São Paulo, Desatino, 2010.

Nota 2

http://www.alternet.org/drugs/151135/american_banks_%27high_%27_on_drug_money%3A_how_a_whistleblower_blew_the_lid_off_wachovia_drug_cartel_money_laundry_scheme/?page=entire

Ali (seus partidos eram membros oficiais da Internacional Socialista). Com estes partidos “socialistas” lacaios do FMI e dos bancos o eleitorado de esquerda decepcionado migrou, em boa parte, para o abstencionismo (vencedor das eleições na Espanha).

Em todo grande levante social, como o que está ocorrendo em 2011, se coloca um desafio geracional que é o de tentar ocupar o protagonismo social para influir no destino coletivo evitando os riscos de decadência, catástrofe e barbárie que a civilização humana encontra diante de si. Os riscos da atual geração são maiores do que todos os já imaginados antes. Não apenas degradação, desigualdade e guerra, como também a catástrofe socioambiental: aquecimento global, morte dos mares, radiação nuclear.

Há fraquezas visíveis do movimento europeu. A falta de um referencial teórico, uma certa ingenuidade pacifista e uma recusa ao sistema de partidos sem capacidade de apresentar qualquer alternativa viável. Esses são os defeitos das virtudes do atual movimento. O espontaneísmo é virtude e é defeito: a libertação da camisa de força dos aparatos sindicais e sociais tradicionais, mas é também a incapacidade de uma formulação alternativa ao regime vigente da ditadura dos mercados.

A alternativa passa pela colocação do mundo do trabalho no centro do processo. Taticamente passa pela greve geral por tempo indeterminado. Mas num sentido mais estratégico passa pela recomposição da articulação combativa da classe trabalhadora com os novos movimentos de “indignados”. Isso exige definir um programa político globalmente alternativo, no qual a estatização dos bancos, por exemplo, é um ponto indispensável.

No Brasil, também há elementos de um certo apoliticismo, especialmente por parte de alguns setores mais ligados à produção cultural que ajudaram a convocar as marchas da liberdade e fazem campanha contra a “esquerda tradicional” de uma forma abstrata, sem deixar claro que muitos deles já estiveram ou estão ligados ao governo do PT. O campo da produção cultural tem diversos elementos de ruptura com o atual governo Dilma que, mais do que Lula, frustrou expectativas de uma política de direitos autorais e de cultura digital não submissa aos oligopólios privados e vem refletindo a ruptura das classes médias ilustradas com o PT. O campo cultural, entretanto, é especialmente determinado pelos financiamentos privados, não é à toa que os grandes bancos possuem centros culturais de vanguarda. Esse meio é muito fértil em acariciar ilusões de obter recursos dentro do próprio sistema com a suposta finalidade de combatê-lo. Um exemplo emblemático dessa atitude é que nos debates preparatórios às marchas da liberdade houve até quem chegasse a propor que se buscasse patrocínio com a Coca-Cola!

Link 1

<http://www.trezentos.blog.br/?p=6056>

É curioso como em alguns textos que debatem a relação da marcha da liberdade com a esquerda se omite completamente o papel do PT e do governo Dilma, como se eles não existissem. Da mesma forma se omite o problema central da economia contemporânea que é o caráter parasitário e predatório do rentismo financeiro.

Um texto recente de Ivana Bentes <link1> tem a virtude de ser explícito em sua recusa a uma ruptura com o capitalismo, chegando a dizer coisas como que o “anticapitalismo vago perdeu o sentido, pois (...) as novas lutas são em fluxo, são modulações (...) não são sequer anticapitalistas no sentido estrito, pois estão hackeando o capitalismo, se apropriando de suas estratégias para ressignificar o comunismo das redes, no sentido mais radical de um comunismo DENTRO do próprio capitalismo” (grifo da autora).

Esse texto prossegue em seu elogio de uma suposta nova esquerda “pós-fordista” “que está dando certo, que inventa “mercados” solidários, contrariando os anunciadores do apocalipse”, pois “não é só o capitalismo financeiro que funciona em fluxo e em rede, veloz e dinâmico. As novas lutas e resistências passam por essas mesmas estratégias”, “sem demonizar as relações com os mercados, mas inventando e pautando, “criando” outros mercados, fora da lógica fordista do assujeitamento”, enquanto a “velha esquerda” “está tristemente na retaguarda do próprio mercado”.

Essas críticas a uma “esquerda clássica” que não fazem menção do PT e seus governos e que se dedicam a elogiar a “vanguarda” representada pelo próprio mercado, em cujo interior se poderia conseguir “revoluções dentro do capitalismo” como aquela supostamente preconizada por Gilles Deleuze e Felix Guattari desde os anos setenta, tem a virtude de explicitarem claramente uma nova forma de ilusão nas saídas intrasistêmicas para a crise da civilização capitalista que faz questão de tomar um olímpica distância do proletariado clássico das fábricas e de suas organizações sindicais e partidárias, sem sequer se dar ao trabalho de tentar incluí-las na análise da atual conjuntura.

A busca do ineditismo a qualquer preço, embora tenha aspectos positivos, sempre incorre no enorme perigo de se repetir algo do que de fato de se inventar o novo. O prefixo pós acrescentado às coisas não as torna efetivamente distintas do seu conceito original. Desde que Jean-François Lyotard escreveu “A condição pós-moderna” em 1979, que, como num modismo, espalhou-se um clichê do “pós-tudo” que serviu para esconder uma submissão real ao regime financeirizado do capitalismo contemporâneo e, concretamente, dos partidos que cumpriram e continuam a cumprir o papel de seus gerentes em épocas de crise, tal como o fez o PS francês, ao qual Guattari e tantos outros acabaram por apoiar, e como fazem hoje o PSOE espanhol, o PASOK grego e o PT brasileiro.

Nota 3

Sobre os debates a respeito do “pós-fordismo” ver Ruy Braga: A restauração do capital (SP, Xamã, 1996) e A nostalgia do fordismo (São Paulo, Xamã, 2003).

Nota 4

François Chesnais, A mundialização do capital, São Paulo, Xamã, 1996.

Não há espaço aqui para examinar a ampla bibliografia que vem analisando a atual fase do capitalismo, apressadamente, definida por alguns como de uma natureza totalmente distinta do capitalismo “fordista” do século passado (a própria Ivana Bentes em seu texto parece esquecer de que o “toyotismo” desde as últimas décadas do século XX já se tornara o modelo fabril em ascensão) e capaz de superar a sua crise estrutural [3]. A ilusão que uma nova forma de acumulação pudesse se realizar no âmbito da microeletrônica e da telemática criando uma nova fase de expansão econômica foi muito comum na última década do século XX, quando autores que anunciavam uma era dominada pelas novas formas de comunicação como eixo econômico criativo, tais como Manuel Castells, p. ex., foram saudados pelo então presidente FHC como a expressão de um “novo Renascimento” tecnológico e cultural. O capitalismo da “informação” seria a nova era, como se as fábricas e a classe operária estivessem em desaparecimento (no Brasil, a produção de automóveis, por exemplo, aumentou de 900 mil carros em 1990 para 3,6 milhões em 2010).

O colapso das empresas pontocom no final do século XX fez com que as expectativas em relação à bolsa Nasdaq e às novas empresas da Internet arrefecesse um pouco, mas elas se tornaram de fato um setor de crescente importância na economia global, cujo emblema foi o seu maior bilionário durante muito tempo na figura de Bill Gates. Mas, na verdade, a natureza mais característica do novo capitalismo não foi sua “informatização” apenas, mas, sobretudo, a sua financeirização [4]. A nova fase rentista predatória do sistema financeiro mergulhou o mundo na ilogicidade das remunerações absurdas dos títulos de dívidas públicas e da sua multiplicação hipertrofiada, constituindo um tipo de capitalismo viciado em liquidez crescente, em bolhas expansivas de imaterialidade de valores virtualizados, em uma reprodução cancerígena autotélica.

O novo proletariado desse capitalismo “selvagem”, desmontador do “estado de bem-estar social” (*welfare state*), não é só o do *apartheid* dos imigrantes e do precariado dos serviços, mas principalmente um operariado fabril cada vez mais sem direitos. Futuros com expectativas diminuídas, com ataques ao sistema previdenciário e um presente com segurança fragilizada com contratos temporários e terceirizações. Esse setor social é a base da atual revolta que também tem caráter geracional. Foram os *shabab* (jovens) que fizeram a revolução árabe. Mas, se ao sul do Mediterrâneo se derrubaram ditaduras, o que está em risco de ser derrubado nos países da sua margem norte é a ditadura do sistema financeiro. Os presidentes do maior banco europeu, o Deutsch Bank, e do Banco Central Europeu são os monarcas absolutos que a plebe insurreta de Atenas, Barcelona e Madri ameaça derrubar.

No Brasil também ocorrem refrações de uma atmosfera internacional, mas há um contexto específico decisivo que boa parte das análises não leva em conta: o papel dos oito anos e meio de governo petista e, especialmente, deste último meio ano de Dilma.

Como parte do mesmo papel desempenhado pelos partidos socialistas europeus, o PT garantiu a ampliação do rentismo financeiro como núcleo central de sua política econômica. Após muitos anos de desmobilização social devido à credibilidade depositada nas expectativas com o PT, vem ocorrendo um despertar geral de lutas sociais no Brasil em 2011, desde as grandes revoltas das obras do PAC como Jirau no início do ano, passando por greves operárias importantes, greves de professores radicalizadas em vários estados, lutas contra o conservadorismo religioso homofóbico e contra a aliança PC do B e agronegócio para aprovar um novo código florestal. O que estava faltando, na verdade já há muitos e muitos anos, era um levante político da juventude.

O governo Lula anestesiou os movimentos sociais e, particularmente o movimento estudantil e de juventude, foi brechado e contido, à espera do que viria de cima, da UNE ou do governo. As lutas que aconteceram foram parciais e não havia nenhuma característica tão presente em 1968 ou 1977 de um espírito de rebelião política e também cultural na juventude. Ao contrário, o individualismo e o carreirismo era a lição maior que os ex-sindicalistas e ex-dirigentes estudantis tiveram a dar ao chegar ao poder. Palocci, com sua fortuna desvendada é só um exemplo notório, de libelu [5] para “consultor” milionário da burguesia.

O atual levante da juventude tem raízes em vários estados. Em SP, o primeiro semestre foi marcado pela luta pelo Passe Livre com passeatas maiores do que as dos anos anteriores. Esse mesmo movimento em Vitória acaba de protagonizar as maiores lutas populares na cidade, com dura repressão policial. Eventos inesperados como o “churrasco da gente diferenciada” em Higienópolis mostravam uma disposição de ir às ruas. Quando a marcha da maconha foi reprimida por uma tropa que é o maior entulho autoritário da ditadura isso provocou o chamado a uma marcha da liberdade que um juiz teve a má ideia de resolver proibir também, fazendo da marcha um reencontro de gerações de lutas democráticas e um pólo unificador inédito da esquerda em São Paulo.

Socialmente o movimento é, obviamente, majoritariamente de classes médias, estudantes e gente ligada à mídia e à produção cultural. Isso é muito positivo, pois representa uma radicalização política das classes médias ilustradas e progressistas que se contrapõe ao fortalecimento do fundamentalismo religioso homofóbico e conservador. Mais positivo ainda é a desconfiança com Dilma, devido ao acobertamento de Palocci, a aliança

Nota 5

Liberdade e Luta (Libelu) foi uma tendência estudantil trotskista da OSI (Organização Socialista Internacionalista) que forneceu boa parte dos quadros políticos do lulismo.

com o PMDB e os evangélicos, ao código florestal, Belo Monte, etc, que expressa um deslocamento da base social formadora do PT, fortemente enraizada nos setores proletários mais organizados e nas classes médias ilustradas e, atualmente, substituídos por novos setores sociais mais inorgânicos e menos ideológicos.

Ao contrário do PT, domesticado e distanciado dos novos movimentos sociais, o positivo é que todos os partidos de influência trotskista que constituem no Brasil a maior parte da extrema-esquerda tenham aderido não só à marcha da liberdade como ao direito da marcha da maconha, alguns como o PSTU e setores do PSOL defendendo a legalização de todas as drogas.

Também há um setor da burguesia internacional que passou a defender a legalização das drogas (e que deve rapidamente tornar-se dominante nos EUA, pois vai de Paul Volcker a George Schultz e George Soros) e se reflete no Brasil nas posições de FHC. Sua campanha, no entanto, embora tenha influência na opinião pública e sirva, em alguma medida, para reabilitá-lo na classe média intelectual, não encontra eco no seu próprio partido, que, ao contrário, é agente das políticas mais repressivas e das visões mais preconceituosas do pânico moral.

Outros setores menores de classes médias ambicionam unir o útil ao agradável e legalizar um mercado potencialmente multimilionário de maconha, sementes, insumos, parafernália, etc., que já reúne na Europa grandes feiras anuais em Barcelona, Berna e Amsterdam de usos comerciais da *Cannabis*. Essas expectativas são compreensíveis e legítimas, pois na Califórnia um mercado em cooperativas já abastece 300 mil usuários medicinais, e no Canadá a maconha já fatura mais do que qualquer outro produto agrícola, incluindo os cereais. O debate que passa a ser central é sobre quem vai dominar esse mercado e já agita vários países, tendo sido travado em torno da Proposição 19, plebiscitada na Califórnia ao final de 2010, e que ao exigir pagamentos de cerca de até cem mil dólares para o licenciamento da venda de *Cannabis* restringia o negócio a empresas de maior porte, limitando os direitos dos pequenos produtores e das cooperativas.

A esquerda e os movimentos populares estão chamados ao desafio de dar um conteúdo social anticapitalista ao movimento pela legalização das drogas propondo a luta contra os grandes monopólios que já dominam a indústria do álcool, do tabaco e da indústria farmacêutica, defendendo assim, além da legalização e do auto-cultivo, a quebra de patentes e a nacionalização de toda a grande produção e do atacado destes setores para que os lucros sejam destinados exclusivamente para o interesse público.

**AS IDEIAS, DE
FACTO, NÃO
VOLTARAM A SER
PERIGOSAS —
COMO SE ESCREVIA
NOS MUROS
DE 68 — MAS
TRANSFORMARAM-
SE NA MATÉRIA-
PRIMA DA
NOVA ETAPA DO
CAPITALISMO.**

Domingo na Marcha

Parte III

publicado no Passa Palavra

Coletivo Passa Palavra

Indústria cultural e os novos modelos de negócios

Na dimensão econômica, a indústria cultural é composta por companhias transnacionais e oligopólios regionais. Se na década de 1970 as companhias multinacionais impulsionaram a abertura de novos mercados, na década de 1990 foi uma nova organização da indústria que levou avante a disputa. A fragmentação da linha de produção, a terceirização e a segmentação do mercado fizeram com que se alterasse a estrutura interna dessas empresas e efetuou-se um novo processo de fusões. Foi nesse cenário que se constituiu o grupo *Big Five*, os cinco maiores do ramo da música, ou seja, o oligopólio das EMI, PolyGram, BMG-Ariola, Sony Music e Warner Music, que hegemonizaram o mercado. Em 2007 ocorreu a fusão das maiores gravadoras do país — Sony e BMG — formando a *Day 1 Entertainment*; entre 2004 e 2007 o seu catálogo de artistas nacionais passou de 52 para 35.

Na cultura, e principalmente na música, o processo de fusão e de concentração do mercado reduziu o *casting* de artistas no catálogo e acirrou a concorrência. No Brasil essa concentração ocorreu no eixo Rio – São Paulo. Esta situação propiciou um espaço de actuação para o mercado das gravadoras independentes, que deu um grande salto com o aparecimento da Internet e a disseminação das tecnologias digitais (computador, gravador de mídia, câmaras digitais, etc.). A tecnologia abriu, por outro lado, o precedente para compartilhar os bens imateriais numa escala global. No plano económico esta indústria estava em crise. A indústria fonográfica manteve poucos artistas de consumo de massa e apresentou-se como um aparente — e apenas aparente — paradoxo de que, precisamente no momento que mais se ouve música, menos se vende música. Parte da esquerda — de diferentes matizes ideológicas — respirou fundo e pensou que finalmente ocorrera a

Nota

«o impulso fundamental que põe e mantém em funcionamento a máquina capitalista procede dos novos bens de consumo, dos novos métodos de produção ou transporte, dos novos mercados e das novas formas de organização industrial criadas pela empresa capitalista». Schumpeter, Joseph, *Capitalismo, Socialismo e Democracia* (trad. Ruy Jungmann), Rio de Janeiro: Fundo de Cultura S.A, 1961, pág. 105.

Nota 2

Uma tecnologia de cópia e distribuição em larga escala não é por si só sinónimo de socialismo. Veja-se, por exemplo, a imprensa de Gutenberg. É necessário transformar as relações sociais de produção.

«desmercantilização da cultura» e que enfim o comunismo estaria imanente no processo económico, na suposta não quantificação do valor de troca e nas redes de livre associação e produção. A grande guinada da economia capitalista para uma economia da dádiva; a «virada digital».

Se o fordismo foi marcado pelo consumo padronizado de massas, no capitalismo actual — diagnosticado como «pós-fordista», «cognitivo», etc. — o consumo é altamente diferenciado e assimétrico; e à lógica da repetição acrescentou-se a lógica da inovação acelerada. Assim, o incentivo à subjectividade, à diferença e à diversidade tornou-se fundamental para o desenvolvimento da produção de mercadorias, fazendo girar a própria roda do capital.

Decerto, como analisámos na primeira e na segunda parte desta série de artigos, a apropriação capitalista das novas formas de resistência, como a inovação da Rede *Indymedia*, transformada e devidamente controlada na *Web 2.0*, não se deu automaticamente. Foi necessária a crise do modelo anterior para que se procurassem na periferia — ou na sua antítese — do modo de produção capitalista os elementos do novo. A produção e a sua forma extramercantil — fomentada e desenvolvida no seio do activismo e dos movimentos sociais — passou a ser vista por empresários schumpeterianos [1] não como uma ferramenta subversiva, mas como uma mina de técnicas inovadoras [2]. Não sendo necessário investir no seu desenvolvimento, o investimento — e consequentemente o seu risco — tem menos valor do que aquele que é feito num ambiente cercado e controlado por especialistas e regulamentos. Não se trata apenas de uma externalidade positiva, mas de uma verdadeira expropriação do trabalho [3].

Os novos modelos de negócios, isto é, o *open business*, nasceram no Brasil da viagem do centro para a periferia. Quando se falava na ruína do modelo económico viabilizado por uma forma jurídica da indústria cultural, os teóricos procuraram nas margens a sua reinvenção e fizeram dessas realidades periféricas o seu laboratório social. O Centro de Tecnologia e Sociedade da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro (CTS/FGV-RJ), que tem como diretor o representante do *Creative Commons* no país, Ronaldo Lemos, bem como Oona Castro, coordenadora-executiva do Instituto Overmundo, têm estudado os novos modelos de negócios na cultura.

Estes novos modelos podem ser resumidos na ausência ou flexibilidade da gestão dos direitos autorais na produção. Assim, as principais características do modelo seriam a «sustentabilidade econômica; a flexibilização dos direitos de propriedade intelectual; a horizontalização da produção, em geral, feita em rede; a ampliação do acesso à cultura; a contribuição da tecnologia para a ampliação desse acesso; e a redução de intermediários entre o artista e o público». [4]

Nota 3

Acresce o facto de alguns destes colaboradores técnicos do movimento antiglobalização terem um duplo papel social, quer vendendo a sua força de trabalho quer usando o seu activismo técnico para melhorar o desempenho das empresas. Em comunidades tradicionais é comum o roubo da propriedade intelectual por laboratórios e pela indústria farmacêutica.

Nota 4

Lemos, Ronaldo e Castro, Oona. Tecnobrega: o Pará reinventando o negócio da música, Rio de Janeiro: Aeroplano, 2008 (Tramas Urbanas; 21).

Nota 5

Que fique claro. Há aqueles que entendem que a «cultura livre» deve ser livre de exploração. Mas, ao mesmo tempo, não se formou um campo de luta anticapitalista que divirja do discurso e da prática hegemónica que aqui analisamos, isto é, que proponha escapar ao afunilamento empresarial deste discurso. Tal aliança tática amarrou ativistas a empresários e impediu até agora que se avançasse no combate às novas formas de exploração. As manifestações recentes demonstraram que combater a velha exploração ignorando o novo é fortalecer a ascensão da nova classe gestorial — quer na disseminação e hegemonia do discurso quer no plano prático, com o fortalecimento do capital simbólico contra a elite arcaica.

Num exemplo didáctico, no documentário *Good Copy, Bad Copy* (Dinamarca, 2007), que defende a necessidade da inovação e a flexibilidade dos direitos de autor para incrementar a produção, são apresentadas indústrias culturais que funcionam sem direitos de autor, como Nollywood — a indústria cinematográfica da Nigéria — e, no Brasil, o tecnobrega do Pará.

O movimento de flexibilização dos direitos autorais denominado «cultura livre» tem como idealizador Lawrence Lessig, o advogado inventor do *Creative Commons*. Lessig é ele próprio um entusiasta do livre mercado e argumenta que, tal como a lei e os acordos internacionais sobre direitos autorais estão concebidos, fica imobilizada a criação e até o livre mercado. O *open business* é entendido por estes autores como a dimensão económica da cultura livre [5].

O *open business* procura extrair lucro não apenas da venda de um só produto, mas através de uma rede que permita obter valor e lucro de vários pontos. Segundo os seus ideólogos, quanto maior for o fluxo de informação a passar por uma determinada rede, mais opções de negócios serão possíveis. Por exemplo, quanto maior for o número de utentes [usuários] a copiar as músicas de um artista, tanto melhor, pois surgirão assim novas oportunidades de *shows*, os quais hão de ter mais público, aumentando também a procura [demanda] por produtos relacionados.

Para dar continuidade ao processo de acumulação é preciso incorporar o novo, seja ele a crítica, a luta ou a cultura de luta, isto é, a cultura que somente floresceu na ausência de um controlo pelo centro [6]. Da mesma forma que a transnacional Petrobras faz prospecção na profundidade dos oceanos para encontrar o ouro negro, nas periferias e sertões brasileiros ocorre a prospecção da «riqueza nacional» da cultura. Foi esta mesma lógica que orientou as viagens de Lula para «descobrir o povo brasileiro», — numa reinterpretação do movimento modernista — na companhia do geógrafo Aziz Ab'Saber, após perder a eleição em benefício de Fernando Henrique Cardoso. Segue esta mesma lógica o Instituto e *site*

Nota 6

Só foram possíveis e criadas pela lógica da acumulação do capital, através da exclusão não só territorial de acesso a cidade, como também através da negação dos bens culturais, dos direitos sociais e, principalmente, da distribuição de renda. Somente com a marginalização puderam surgir esses novos fenómenos culturais. E, no momento de crise, procuram extrair proveito dela e pôr em circulação os seus bens culturais.

Overmundo, ao contratar 27 jornalistas para «incentivar a produção local» — um em cada estado, além do Distrito Federal — e prospectar a diversidade da cultura brasileira, formando um grande banco de dados da cultura nacional. Não foi por acaso que, em 2006, tal site *colaborativo* recebeu R\$ 2 milhões da própria Petrobras [7]. Se este banco de dados for incorporado pelos oligopólios da indústria cultural, teremos uma produção de mercadorias altamente «customizada» e, por isso, regionalizada e aproveitando-se de uma alta capilaridade no mercado.

Um projecto semelhante começou há pouco a ser implementado por iniciativa de pelo menos um dos jornais televisivos locais da Rede Globo, o *SPTV*. O projecto *Parceiro do SP* está a seleccionar 7 duos [duplas] de meninos e meninas das periferias da região metropolitana de São Paulo para produzirem vídeos sobre problemas e boas iniciativas de seus bairros. Depois de passarem por vários processos selectivos e por oficinas de formação, os escolhidos receberão pouco mais de R\$1.100,00 por mês. No movimento de maximização dos lucros, a indústria é capaz de saltar da produção de massas para a produção «customizada» sem que esta deixe de ser massificada e, é claro, sem que a indústria deixe de se apropriar do trabalho alheio.

Ora, este fenómeno tem o seu equivalente óbvio no âmbito da Propaganda e do *Marketing*, naquilo que é descrito por muitos teóricos desta área (entusiastas ou críticos) como a «caça ao cool» ou «*Cool Hunting*». Trata-se de uma prospecção explícita, da parte de determinados grupos de pesquisa empresarial - vinculados às empresas ou «parceiros associados» destas grandes companhias que actuam na área da cultura e do entretenimento -, a respeito dos principais mercados, nichos e tendências culturais de cada época. Agem pesquisando à moda antiga, ou cada vez mais na «interacção pró-ativa» (muitas vezes realizada por «fundações culturais» e outras «entidades sem fins lucrativos»), em busca das manifestações comportamentais de grupos ou pessoas que possam ser facilmente convertidas pela mídia em «última novidade cool do momento». E desde há muito tempo que a chamada «contracultura» ou «cultura da rebeldia», principalmente nas atitudes comportamentais de jovens e afins, têm sido um alvo prioritário desses caçadores. Um tipo de prospecção mercadológica que muitas vezes aparece também sob a forma de jornalismo (segmentado) [8].

«Mas, finalmente, do que se trata o cool?» pergunta Isleide Fontenelle num ensaio crítico [9]. «Antes de mais nada, trata-se de uma palavra que não permite uma tradução literal para o português. Cool pode ser algo simplesmente “legal” mas, quando se trata de pensar o cool associado à pesquisa de mercado de tendências culturais, ele representa o “novo legal”, mas um novo que já foi adotado antes por uma minoria, e que pode vir a ser adotado por uma grande maioria.

Nota 7

A aproximação da Petrobras relativamente a iniciativas e movimentos das diferentes ramificações ideológicas — e até das esquerdistas, como a Via Campesina — deve-se a uma guinada através do marketing social para, em primeiro lugar, ocultar o seu papel imperialista enquanto companhia transnacional — não faltam movimentos sociais na América do Sul para denunciar a «pilhagem» de recursos naturais — e, em segundo lugar, como «compensação social» para os desastres ambientais. E ainda sem falar no despedimento [demissão] de sindicalistas após a derrota da greve durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

Nota 8

Como parece ser o caso deste artigo recente sobre o Circuito Fora do Eixo na Revista Trip: “Ministério da Cultura”.

Nota 9

Leia mais em “Caçadores do Cool”.

Nota 10

Esta outra campanha recente do mesmo Banco Itaú é também exemplar desse marketing. Marco Luque em Ed o Nerd: meus milhõezinhos.

Segundo Grossman (2003), o cool pode ser considerado o recurso natural mais precioso da América: uma substância invisível, impalpável, que pode fazer uma determinada marca de qualquer mercadoria – um tênis, uma calça jeans, um filme de ação – fantasticamente valioso. Ser cool tem a ver com estabelecer tendências, a partir da influência pessoal dentro de uma rede social específica (nicho). [...] É assim que funciona o negócio de “caçada ao cool”, segundo Grossman (2003): quando as pessoas cool – um grupo conhecido pelos marqueteiros como consumidores alfa – começam a falar, ou comer, ou fazer compras de um certo modo, as pessoas não cool os seguirão.

Esta descrição teórica pode ser muito bem exemplificada, na prática, por este vídeo publicitário divulgado pela agência BOX 1824 We all want to be young, agência «caçadora do cool» no Brasil, responsável por uma das últimas campanhas publicitárias do Banco Itaú: «O sonho brasileiro» [10]. Nem sequer é raro depararmos com o próprio capital e os principais capitalistas a auto-criticarem-se, a ridicularizarem-se e até a «se rebelarem contra si próprios», no meio de campanhas publicitárias que visam ampliar os seus lucros.

Não deveríamos estranhar, portanto, o facto de Festivais de Cultura, Paradas e até mesmo Marchas com uma origem política mais contestatária serem apenas novos terrenos, aliás bastante férteis, para a prospecção da matéria-prima mais valiosa desses caçadores, com o objectivo de impulsionar a venda de discos, de vídeos, os acessos no *twitter*, roupas, estilos, bebidas, baladas, artigos diversos de consumo, sonhos, contas bancárias, etc.

Ou seja, aos poucos os empresários incorporam nos seus negócios as antigas técnicas e manifestações de resistência à acumulação capitalista. No âmbito das empresas transnacionais da cultura, os negócios são remodelados com a venda *online*, com a divisão da bilheteira [bilheteria] das apresentações e a gestão da carreira (patrocínios e parcerias, *merchandising* e agendamento de eventos), como sucede, por exemplo, com a *Day 1 Entertainment*. Por outro lado, não se estabeleceu ainda um modelo de sucesso a ser seguido, e por isso são necessários estudos sobre os novos modelos.

Nota 11

Gilberto Gil,
«Mensagem de
Saudação do
ministro Gilberto
Gil no lançamento
do Fórum de
Investidores
Privados em
Cultura», 23 de
Abril de 2007.

Nota 12

Recentemente a
versão electrónica
do brega voltou à
parada nacional
com a banda
Calipso, sem
nenhuma major
por trás.
Nota 13 Lemos,
Ronaldo e
Castro, Oona.
Tecnobrega: o Pará
reinventando o
negócio da música,
Rio de Janeiro:
Aeroplano, 2008
(Tramas Urbanas;
22).

Nota 13

Lemos, Ronaldo
e Castro, Oona.
Tecnobrega: o Pará
reinventando o
negócio da música,
Rio de Janeiro:
Aeroplano, 2008
(Tramas Urbanas;
22).

Num discurso pronunciado enquanto membro do governo, o ministro-cantor Gilberto Gil afirmou: «Nesta nova fase da economia mundial, o que está — e estará — cada vez mais no centro das disputas competitivas são ideias, conceitos e valores, e não meramente os produtos tangíveis como tradicionalmente os conhecemos. Diferentemente da economia calcada em objetos concretos sujeitos a retornos estáticos ou declinantes, a “economia das ideias” alimenta-se da criatividade humana e da sua transformação em bens e serviços em constante recriação». [11]

As ideias, de facto, não voltaram a ser perigosas — como se escrevia nos muros de 68 — mas transformaram-se na matéria-prima da nova etapa do capitalismo.

Do centro para a periferia: o Tecnobrega do Pará

Em 2008, Ronaldo Lemos e Oona Castro publicaram o livro *Tecnobrega - O Pará reinventando o negócio da música*. Ao longo deste estudo, cuja base empírica se deve à Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE - USP), os autores descrevem o circuito económico constituído à margem do oligopólio das companhias transnacionais da cultura.

O tecnobrega surge no norte do país nos anos 2000, com a renovação do ritmo brega aliado à música electrónica. Historicamente, o brega teve a sua primeira expressão nacional na década de 1980 e, posteriormente, ficou regionalizado no norte e nordeste [12]. Disseminado pela periferia de Belém, o ritmo diversificou-se — apesar de o tema das letras se manter fiel à raiz do brega, como a desilusão amorosa — e formou um mercado próprio, composto por *shows*, aparelhagens e também venda de CDs e DVDs.

Actualmente, o mercado do tecnobrega segue o seguinte ciclo «1) os artistas gravam em estúdios — próprios ou de terceiros; 2) as melhores produções são levadas a reprodutores de larga escala e camelôs [vendedores ambulantes]; 3) ambulantes vendem os CDs a preços compatíveis com a realidade local e os divulgam; 4) DJs tocam nas festas; 5) artistas são contratados para *shows*; 6) nos *shows*, CDs e DVDS são gravados e vendidos; 7) bandas, músicas e aparelhagens fazem sucesso e realimentam o ciclo». [13]

As aparelhagens são os equipamentos para a animação e a sonorização das festas. Elas incluem torres com caixa de som, cabines, computadores, efeitos especiais (laser, «batsinal», gelo seco, etc.), écran [telão], além de outros recursos. Devido à concorrência entre as outras aparelhagens no mercado de *shows*, os proprietários precisam sempre de comprar novos aparelhos para inovar e acumulam dívidas com acordos comerciais informais — de empréstimos e investimentos — estabelecendo um conflito entre festeiros (os empresários e promotores das festas)

e aparelhagens. Os festeiros não têm interesse em investir nas pequenas e médias aparelhagens, pois há «pouco retorno», ou seja, trata-se de um investimento de risco.

Da mesma forma que sucede em qualquer mercado capitalista, para conseguir ingressar no mercado do tecnobrega é necessário apoio e patrocínio. No caso das aparelhagens isto significa uma relação directa de dependência com os festeiros. Sem recursos externos, o dono da aparelhagem precisa de retirar do seu próprio lucro para inovar no negócio: «Todos querem lançar, a cada seis meses, uma aparelhagem nova. Pra isso, vão até os festeiros e pegam [obtem] dinheiro emprestado a juros. Lançam a aparelhagem, ganham dinheiro e antes de acabarem de pagar, já começam a cair na mesmice de novo, aí já tem que lançar de novo». [14]

Nota 14
Id., ibidem, pág. 109.

Desta maneira, numa perspectiva económica, os festeiros preferem investir nas aparelhagens que lhes darão maiores lucros e menos riscos. «Assim, a tendência é a de se estabelecer um ciclo vicioso em que os empresários investem mais em quem já tem maior prestígio, público e estrutura, contribuindo para a crescente concentração desse mercado». [15]

Nota 15
Id., ibidem, pág. 72.

Contratadas pelas casas de *shows*, clubes e demais espaços onde ocorrem as festas, as aparelhagens, somadas ao «artista de sucesso», fazem parte da fórmula para atrair o público. As casas nocturnas que possuam o tradicional sistema de som foram obrigadas a investir na contratação do serviço das aparelhagens.

Nesta cadeia produtiva, a inovação é inserida também através das pequenas e médias aparelhagens que procuram tocar músicas ainda não conhecidas. É o mesmo papel desempenhado pelos selos e gravadoras independentes no circuito das *majors*, o qual dá maior dinamismo ao mercado. Para manter as suas operações, uma pequena aparelhagem pode abrir a festa de uma média e assim por diante, e geralmente fazem-no em troca do *cachet* [cachê], já que se projetam futuros contratos pelo maior público atingido.

Nota 16
Id., ibidem, pág. 72.

O mercado das aparelhagens compõe-se aproximadamente de 4% de grandes empresas, 47% de médias e 50% de pequenas [16]. O valor médio do capital fixo é, para as grandes, de R\$ 81.000,00; para as médias, de R\$ 34.129,37; e para as pequenas, de R\$ 8.847,37. As grandes aparelhagens predominam nas festas no centro e no interior, já as médias actuam maioritariamente nos bairros e casas de festas locais. Os *shows* das grandes aparelhagens atraem um público médio entre três mil e cinco mil pessoas, mas com o lançamento ou gravação de um DVD pode chegar-se a oito mil. As pequenas aparelhagens têm um público de quinhentas a duas mil pessoas.

A concorrência entre os velhos empresários e os iniciantes é bastante comum e, como muitos negócios ocorrem na informalidade, há quem fale nas práticas típicas de cartéis e *dumping*: «quando uma festa boa dá lucro grande, o cara [tipo] mais que dobra o capital dele. Em um dia. Festa de aparelhagem, quando dá lucro, dá lucro. [...] Ainda tem os esquemas dos festeiros antigos... O festeiro novo junta o dinheirinho dele, junta dez mil para fazer uma festa, e faz. O que acontece? O festeiro antigo coloca a melhor aparelhagem perto dele, cerveja mais barata, cerca o cara de todas as formas. O cara perde os dez mil dele. Não tem mais onde arranjar dinheiro. E tem que sair do negócio». [17]

Nota 17

Id., ibidem, pág. 107.

Nota 18

Id., ibidem, pág. 107.

Para o festeiro novo trata-se de um negócio arriscado, pois além de um capital inicial calculado em R\$ 22 mil — o que é considerado um investimento alto neste mercado — é possível que a festa não dê o lucro esperado. E, como disse um entrevistado, «Se o cara não tem respaldo, a melhor coisa que ele faz é não entrar em festa. Porque, senão, vai dançar». [18]

Sem direitos de autor e com as tecnologias digitais, um DJ conta a mudança na indústria: «a gente distribui as músicas para as aparelhagens. Quer dizer, ela tocou nas aparelhagens, estourou. Aí as pessoas começam a ligar para a rádio pedindo. A rádio é que vai correr atrás da música que está estourada nas aparelhagens. Quer dizer, inverteu o papel. Antigamente, era a rádio que fazia a sua música subir. Hoje em dia, não. De uns sete anos pra cá, as aparelhagens foram ocupando esse espaço. Então, as músicas que estão pegando bem nas aparelhagens, o pessoal já liga para a rádio pedindo. Aí, eles são obrigados a tocar». [19]

Nota 19

Id., ibidem, pág. 53.

Através do acesso à tecnologia, o artista no início de carreira produz a sua composição e, caso ela «estoure», isto é, faça sucesso, ele montará a banda completa, eliminando assim a necessidade de um colectivo por afinidade, seja pessoal ou de orientação política. O colectivo passa a não ter outra razão que não a do mercado. É preciso vender, «estourar», para se constituir a banda.

Mas a tecnologia também traz novos conflitos, como entre os artistas e os DJs: «Agora tudo mudou. O artista tá escondido, enterrado, o cantor solo. O artista agora é o DJ da aparelhagem. É DJ Dinho, é DJ Gilmar, é DJ Anderson, é DJ do não sei o que mais lá. Agora até as mulheres são DJs. Eles são os artistas. Eles monopolizaram o negócio. O mundo é deles. A culpa é dos próprios cantores e compositores». [20]

Nota 20

Id., ibidem, págs. 83-84.

Os agentes do mercado do tecnobrega não vivem só de uma actividade. Segundo uma pesquisa, 71% dos cantores das bandas consolidadas têm outro trabalho, 90% dos donos de aparelhagem têm outro emprego e 33% dos vendedores de rua têm outro emprego [21]. Para além das apresentações e

Nota 21

Id., ibidem, pág. 44.

dos *shows*, os cantores e compositores de Belém criam *jingles* e vinhetas para campanhas publicitárias — eleitorais e comerciais — para serem tocadas nas aparelhagens.

Há também as «encomendas» de música feitas pelas aparelhagens aos artistas. Quando um *jingle* faz sucesso no público, as aparelhagens procuram a banda para gravar mais músicas, sem cobrança do direito autoral, o que permite ao artista fazer mais apresentações. Os cantores que são também compositores possuem uma renda mensal superior aos que se limitam a cantar (renda média: R\$ 1.813,00; e só *shows*: R\$ 1.050,00) [22]. Assim, a participação e a permanência no mercado dependem da produção desse artista.

Nota 22

Id., *ibidem*, pág. 92.

Apesar dos *cachets* [cachês] recebidos, os donos das aparelhagens frequentemente vivem em casas da periferia da capital do tecnobrega, pois é preciso pagar as dívidas que estão constantemente a contrair para manter a lógica de inovação nas festas. Para os artistas, a sobrevivência depende dos *shows* realizados principalmente no interior do estado, dado o baixo custo da aparelhagem.

Nota 23

Espaço Cubo: "Não usa o nome da minha empresa. Disponível em <http://prod.midia.independente.org/pt/blue/2004/04/276767.shtml>

Na opinião dos autores, Lemos e Castro, o tecnobrega é um mercado eficiente do ponto de vista locacional, devido ao seu impacto na dinâmica econômica local e a obstáculos de entrada menores do que aqueles que existem na indústria fonográfica, e a associação entre o ritmo e a tecnologia é em grande parte controlada por DJs e aparelhagens.

Nota 24

«Pablo Capilé – Articulador do Circuito Fora do Eixo» - entrevista realizada por Sergio Cohn, maio de 2010, *Produção Cultural no Brasil* – <http://www.producaocultural.org.br/>

O organismo econômico do Cubo Mágico e do Fora do Eixo

«Somos a prática. Somos o Experimento[sic]. Somos a rede. Somos cooperativa de trabalho. Somos escravos de nossa causa, e racionalmente apaixonados» - Pablo Capilé, 2004 [23]

A experiência precursora do Fora do Eixo foi o Cubo Mágico, em Cuiabá, no Mato Grosso. O nascimento desta empresa — porque é de uma empresa que se trata — e o seu rápido desenvolvimento graças ao aproveitamento de todas as atividades periféricas é descrito em detalhe numa entrevista para a coletânea *Produção Cultural no Brasil* [24]. Durante um encontro do movimento estudantil, o ECOS (Encontro de Comunicação Social), que reuniu os centros acadêmicos daquela área, o fundador, Pablo Capilé, avaliou que os estudantes estavam «viciados naquele movimento estudantil, e viúvos da década de 1980» [25], e por isso organizaram fora da universidade o festival Calango. Com esta movimentação, mostravam acreditar na necessidade e na capacidade de influenciar as *majors* para determinar os rumos da música. Mas após a participação de Tadeu Valério, da Parodoxo Music, compreenderam que seria necessário um trabalho permanente para

Nota 25

ibidem

fomentar um movimento cultural local. Surgiu desta forma o colectivo Cubo Mágico, e todas as suas acções passaram a ostentar a marca «Cubo»: Espaço Cubo, Cubo Card, Cubo Eventos, Estúdio Cubo, Cubo Comunicação, etc. O modelo estava dado. Aproveitam a periferia do que fazem para criar novas ramificações da empresa, e assim sucessivamente.

Nota 26

ibidem

Nota 27

ibidem

Nota 28

ibidem

Nota 29

ibidem

Nota 30

«no final de 2003, quando eu vi a galera toda em vez usar seus cards para ensaiar, gravar, ter assessoria de comunicação, estava usando para tomar cerveja». «Pablo Capilé – Articulador do Circuito Fora do Eixo» - entrevista realizada por Sergio Cohn, maio de 2010, Produção Cultural no Brasil.

Nota 31

O presidente eleito da Abrafin (<http://www.abrafin.com.br/>), Talles Lopes está oficialmente afastado das atividades do Fora do Eixo, mas segue os seus princípios e modelo de gestão.

Empenhados na construção do colectivo, viam então a universidade e o movimento estudantil «como uma plataforma de difusão» [26] e, dadas as características da cidade, ingressaram no ramo da música para «construir um mercado e, concomitante a essa construção, debater a política pública» [27] com os participantes. Em 2003 já tinham estruturado um estúdio de ensaio e de gravação, uma assessoria de imprensa e um «coletivo de eventos», mas «[...] as pessoas não estavam muito dispostas a discutir política pública: elas não conseguiam enxergar que aquilo ali era realmente um mercado, porque não eram remuneradas» [28].

Perante a estruturação do Cubo Mágico e a sua aquisição de activos económicos, começou a haver protestos e efervescência na cidade devido ao facto de os artistas não serem remunerados. A este respeito, Capilé argumenta que as pessoas não eram remuneradas porque «a gente ainda estava trabalhando com a troca solidária» [29]. Aparentemente, a Economia Solidária é considerada como um manancial de trabalho gratuito e criam então uma forma de dinheiro — o Cubo Card —, destinado a circular internamente e que é emitido em troca dos serviços prestados pelos músicos e por outras pessoas também.

Na medida em que, nesse âmbito, não era usado o dinheiro corrente e em que o Cubo Mágico tinha o exclusivo da emissão de Cubo Cards, ele assumia o privilégio de um banco emissor num Estado: criação de meios de pagamento sem ter de pagar para isso, limitando-se a receber. Aquele sistema monetário fechou-se então ao sistema circundante através da procura [demanda], quando as pessoas começaram a usar o Cubo Card para comprar cerveja, por exemplo [30]. Por outro lado, o sistema une-se ao exterior através da oferta: quando os possuidores de Cubo Cards exigem serviços que o Cubo Mágico não tem capacidade de prestar, ele recorre então a parceiros privados. Isto significa que pessoas do exterior passam a prestar serviços dentro do círculo, ou aliás do cubo.

O sistema monetário do Cubo Card cumpre ainda outra função, que é a de vincular as pessoas àquele espaço. Se alguém é detentor de Cubo Cards recebidos como pagamento de serviços que prestou, tem duas alternativas: ou os aplica dentro daquele espaço ou perde todo o valor representado pelos Cubo Cards, que não são reconhecidos nem aceites na sociedade exterior. Assim, o Cubo Card serve para prender as pessoas a um espaço e

Nota 32 e 34

«Pablo Capilé – Articulador do Circuito Fora do Eixo» - entrevista realizada por Sergio Cohn, maio de 2010, Produção Cultural no Brasil.

Nota 33

Vejamos a opinião de Fernando Catatau, guitarrista da banda Cidadão, que, de facto instigado, bate de frente com a organização: «Acho esses festivais e a entidade que os organiza [Abrafin] uma máfia. São sempre as mesmas bandas e toda vez que nos chamam é pra fazer show quase de graça. Não tenho mais idade pra desvalorizar a minha música. Até brincamos entre a gente que vamos fazer a Abramim — Associação Brasileira dos Músicos Independentes». Ver entrevista na revista Rolling Stones (<http://www.rollingstone.com.br/edicoes/36/textos/3883/>) e a matéria sobre os festivais (<http://www.rollingstone.com.br/edicoes/24/textos/3448/>).

Nota 34

«Pablo Capilé – Articulador do Circuito Fora do Eixo» - entrevista realizada por Sergio Cohn, maio de 2010, Produção Cultural no Brasil.

Nota 35

«Diário Oficial FdE»: «Do total de 10 festivais aprovados no Brasil no Programa Petrobrás Cultural, 6 estão na Abrafin e no Fora do Eixo. São eles Quebramar (AP), DoSol (RN), Goiânia Noise (GO), Se Rasgum (PA), Varadouro (AC) e o Festival Contato (SP) - organizado pela UFSCAR e sede do Congresso Fora do Eixo 2011».

Nota 36

Talles Lopes em entrevista (http://www.abrafin.com.br/news_visualiza.php?id=282) para o blog Rock em Geral.

as fazer ganhar e gastar dentro dele — o que em ponto minúsculo é exactamente o mesmo que sucede na relação entre o Banco Central e o Estado-Nação. Não se trata apenas de uma empresa, mas de uma estrutura de poder.

Com esta dinâmica, Capilé decide expandir-se e ligar-se a outras redes de festivais. Em 2005 surgem a Associação Brasileira de Festivais Independentes (Abrafin) [31] e o Circuito Fora do Eixo. «Era uma forma de tentarmos visualizar como aquela moeda complementar poderia interferir no comportamento dos agentes produtivos» [32]. O uso da internet teve aqui a sua origem, para acelerar a interligação dos festivais e dos negócios.

Os artistas podem protestar [33] contra a falta de condições para ingressar nos festivais e contra a falta de subsídios e de *cachet* [cachê], mas entretanto para Capilé «[...] os festivais são zonas autônomas temporárias [...]» [34]. Além de empresa e de aparelho de poder, é também um mecanismo produtor de discurso ideológico. O que internamente eles chamam de «tecnologia social» é a conversão da linguagem musical – isto é, dos serviços – em modelo de todas as linguagens e a aplicação deste modelo a qualquer esfera de actividade. Trata-se da noção de que todos os serviços obedecem a um modelo gerencial comum.

Actualmente o Circuito Fora do Eixo possui uma rede com 6 moedas complementares (Cubo Card, Goma Card, Marcianos, Lumoeda, Palafita Card e Patativa), 10 tabelas de serviços e 72 Pontos Fora do Eixo. Além das moedas, há os recursos públicos captados mediante editais do governo federal e dos governos estaduais e municipais – como os 6 festivais captados em parceria com a Abrafin pelo Programa Petrobras Cultural 2011 [35]. Como diz o actual presidente da Abrafin, Talles Lopes: «o Fora do Eixo é um processo de formação de gestores não apenas para a Abrafin, mas para qualquer associação ou entidade que tenha um fim público e não privado, e esta ocupação de espaço vem acontecendo em diferentes campos. Hoje diversos quadros que passaram pelo processo de formação do Fora do Eixo ocupam espaço no poder público e em outras associações». [36]

Do acesso ao crédito financiado pela própria organização, o Cubo Mágico conseguiu estruturar todos os serviços e activos necessários para a produção musical, mas é através da reprodução deste modelo económico que o Fora do Eixo estimula a criação dos Pontos Fora do Eixo, expandindo-se em rede no estilo de «*open franchising*» ou franquía social. Para pertencer ao Circuito Fora do Eixo é preciso não só obedecer a um regulamento interno e aderir a uma carta de princípios, mas também integrar o Fundo Nacional do Fora do Eixo. A sua actuação nas políticas públicas tem como objectivo ampliar e sustentar este modelo de negócios, que coloca nos carris [trilhos] da iniciativa privada a produção cultural.

Mas as afinidades e semelhanças com o Estado capitalista não se limitam à circulação da moeda, ao controlo do mercado, à estrutura de poder e ao discurso ideológico. O Circuito Fora do Eixo realizou a sua primeira «Parceira Público-Privada»: «Em 2010 foi estruturado o Toque no Brasil, primeira parceria público-privada do Circuito Fora do Eixo. Essa estrutura permite diferentes formas de captação e interação com o mercado. O site está atuando com uma área comercial para captação de clientes (tantos produtores quanto bandas) e de parcerias institucionais [sic]» [37]. Esta foi a primeira iniciativa de captação de recursos privados pelo Núcleo de Negócios do Circuito.

Ainda segundo o mesmo relatório, o «TNB [Toque No Brasil] vem se organizando juridicamente num sistema híbrido privado, adotando as naturezas jurídicas com e sem fins lucrativos entre uma Associação e uma Empresa Social. O esquema permite a ampliação da captação de recursos para a rede.»

Afinal, e colocando tudo em termos simples, o sistema montado por Capilé converteu-o num promotor de eventos que ele não paga. Na avaliação de Anderson Foca, organizador do festival DoSol e integrante do Circuito Fora do Eixo, «Banda não tem que “ganhar” cachê [*cachet*] como se isso fosse um prêmio dado por serem “artistas”. Deve sim conquistá-lo por mérito e por lastro (cada um vale o quanto leva)» [38]. Este mito meritocrático de origem liberal tem como função encobrir um processo em que o Circuito Fora do Eixo usa o artista em eventos que não paga, mas estes eventos permitem ao artista rentabilizar a sua imagem e ser pago depois por quem quiser comprar a sua prestação de artista já conhecido. Trata-se de uma espécie de crédito lançado sobre o futuro, só que quem pagará os juros e o principal deste crédito não é o Fora do Eixo, mas os empresários que aparecerem mais tarde para adquirir a mercadoria entretanto promovida.

A grande descoberta desta empresa é o valor económico de um espectáculo que, para ela, é gratuito — não o paga, mas apropria-se da imagem

Nota 37

Diário Oficial FdE
– Compacto. Tec
Fundo FDE 2010.
Disponível no site
Diário Oficial FdE.

Nota 38

Esse trecho é
a resposta de
Anderson Foca
nos comentários
deste site (<<http://www.oinimigo.com/blog/?p=3634>>).

Nota 39

O Partido da Cultura, o PCult foi criado durante a época da gestão de Juca Ferreira no Ministério da Cultura – assim fica corrigido o lapso no artigo «A esquerda fora do eixo» -, com o objectivo de associar e eleger deputados de diferentes partidos sob a plataforma de «apoio à cultura» para destinar verbas para o «sector cultural». Cria-se assim uma base para aprovação de emendas orçamentárias do interesse do grupo. Etiquetas: Extrema_ esquerda, Mídia/ comunicação_social

criada e rentabiliza-a. Se o capital é uma relação social mediada por coisas, o que a empresa de Capilé faz é criar a relação social em torno de algo que já existia e que até esse momento escapara ao mercado e à dinâmica da rentabilização.

O mesmo poderá suceder agora às Marchas da Liberdade, com a tentativa do Fora do Eixo de as inserir no seu circuito empresarial. Se isto se verificar, as marchas correrão o risco de servir apenas para promoção e valorização, acelerando a acumulação de um capital que não é simbólico nem virtual, mas muitíssimo real. Uma «plataforma de difusão» é como Capilé e o Fora do Eixo vêm a sua actuação dentro dessa mobilização, destinada a encaminhar para o PCult [39] novas conexões de agentes que até então eram «estranhos».

Parece-nos que já nos alongámos bastante sobre o mundo destes negócios. Mas teremos dito o suficiente? Será que teremos mais coisas a acrescentar sobre os aspectos económicos e políticos do Fora do Eixo?

(Continua <http://passapalavra.info/?p=42227>)

**PRECISAMOS
DE PRÁTICAS
COTIDIANAS QUE
LEVEM A VIDA
PARA ALÉM DAS
MEDIAÇÕES DA
MERCADORIA/
DINHEIRO, COM
A APROPRIAÇÃO
(COLETIVA)
DIRETA DO NOSSO
FAZER.**

Lutas Sociais e Feiticismo: notas sobre o debate iniciado pelo Passa Palavra (II)

publicado no blog Razão Crítica

Elton Flaubert

I

Durante as últimas semanas, o artigo “A Esquerda Fora de Eixo”, do coletivo Passa Palavra, suscitou diversas respostas na rede. Dando continuidade a primeira nota, pretendo analisar duas delas: “A vanguarda da retaguarda reage”, de Ivana Bentes; e “Capitalismo e Cultura Livre” de Pablo Ortellado.

Sem esmiuçar os argumentos do Passa Palavra, Ivana Bentes identifica o coletivo como representante da “velha esquerda”, por não experimentar o novo. Dando alguns rodopios, a autora volta sempre aos mesmos pontos, que são estes basicamente: a) o texto do Passa Palavra é fruto de *“perplexidade de certos setores da esquerda tradicional com as mudanças e crise do capitalismo fordista e as novas dinâmicas de resistência e criação dentro do chamado capitalismo cognitivo. Crise e desestruturação que tem como horizonte a universalização dos meios de produção e infraestrutura pública instalada, a constituição de novos circuitos e mercados e a emergência de uma intelectualidade de massa (não mais o “proletariado”, mas o cognitariado) com a possibilidade da apropriação tecnológica por diferentes grupo (software livre, códigos abertos, cultura digital);* b) a análise do Passa Palavra é uma tentativa de *“despotencializar a cultura digital, o midiativismo e as estratégias de apropriação tecnológicas das redes”;* c) o coletivo está viciado nas “velhas estruturas”, e por isso, a partir de uma linha traçada pela autora, encontra-se atrás dos novos modelos, onde disto conclui-se que o coletivo é mais conservador do que o próprio mercado, sendo a “vanguarda da retaguarda”; d) o Fora do Eixo representa a base do novo ativismo, sendo transversal com pauta aberta, heterogênea e em construção, as suas bases são: *“autonomia, liberdade e um novo “comunismo” (construção de Comum, comunidade, caixas coletivos, moedas coletivas, redes*

integradas, economia viva e mercados solidários), e ainda, “Sem demonizar as relações com os mercados, mas inventando e pautando, “criando” outros mercados, fora da lógica fordista do assujeitamento”; e) **O Fora do Eixo adapta o modelo de produção cultural ao modelo de funcionamento do capitalismo**, “Não mais o capitalismo fordista da “carteira assinada” mas o dos zilhões de freelancers, autônomos, diplomados sem empregos, subempregados, camelôs, favelados, contratados temporários, designes, artistas, atores, técnicos, que ou “vendem” sua força livre de trabalho com atividades flutuantes temporárias, ou se ORGANIZAM e INVENTAM o próprio emprego/ocupação e novos circuitos, como tem feito de forma incrivelmente bem sucedida o Circuito Fora do Eixo, ressignificando e potencializando o imaginário de jovens no Brasil inteiro. **Uma esquerda pós-fordista que está dando certo, que inventa estratégias de Mídia, que inventa “mercados” solidários, contrariando os anunciadores do apocalipse**”. (grifos meus)

Diante de tudo isto, e deixando de lado algumas bordoadas estéreis, como: “Falta ao texto um arsenal teórico minimamente a altura das mutações, crises e impasses do próprio capitalismo” (Se discorda do arcabouço teórico que sustenta o texto, aponte-o, esmiúce, faça o enfrentamento direto. Arrogar a ignorância alheia por não estar em consonância com sua “igreja” não diz nada.) ou “Há um enorme ressentimento no texto, mal disfarçado, diante de tanta potência” (De fato, as forças avassaladoras do capital e de seus mecanismos fetichistas, que não se resumem ao fordismo, são muito potentes, os indígenas e o meio ambiente que (ainda) o digam. Classificar as críticas do texto de ressentidas, sem entrar nas especificidades da argumentação, é mole. Ou melhor, é ideologia. Nisto, o “pós-rancor” nos mostrou o caminho); tentarei analisar as referências teóricas da argumentação da autora, sua relação com a defesa do FdE, e o obscurecimento da forma-valor.

Quanto às referências teóricas, a autora cita três, mas na verdade são quatro: Gilles Deleuze, Félix Guattari, Antônio Negri (e Michael Hardt, coautor de Império e Multidão). Aqui me deterei mais aos dois últimos, já que o Deleuze/Guattari da autora vem basicamente da influência dos dois últimos.

Segundo John Holloway, se a posição “autonomista” de Negri, rompe com a análise tradicional marxista, que tratava a luta de classes como subordinada ao desenvolvimento lógico do capital; ao tratar a relação entre trabalho e capital como externa (o capital age em **reação** as lutas da multidão), ela coloca a luta política numa lógica externa ao capital, jogando o bebê (o capital como ontologia histórica) junto com a água suja. Dito de outra forma existe de um lado o capital (potestas) – poderoso e monolítico – e do outro, a multidão (potência) – igualmente poderosa e monolítica. O primeiro age em reação ao outro, modificando-se a partir da multidão

constituente. A relação entre os dois lados, a subordinação, a forma-valor, o fetiche, são externos.

Certamente inspirados – dentro de certos limites – naquela “afirmação da afirmação” de Deleuze, Negri/Hardt procuram um “sujeito positivo”, a potência da multidão como poder revolucionário. O Império seria então produto da reação as lutas da multidão, que abarcaria tudo, espécie de CMI (Capitalismo Mundial Integrado). A resistência estaria, portanto, no poder da multidão de impulsionar o poder instituído para novos lugares, nunca fora dessa positividade. Potestas reagindo à potência. Seria, “*A contínua pressão do ser para a libertação*”, presente em “Anomalia Selvagem” de Antônio Negri. Daí, o louvor aos “novos paradigmas”, quase que por si. **Este discurso aparentemente muito atraente esconde os mecanismos fetichistas, a negatividade, o inteiramente outro.** (É importante observar que Negri/Hardt adotam a imanência, não a crítica imanente, resultando, como notou Holloway e outros críticos, na compreensão do sujeito como positivamente autônomo, e não como desumanizado, diante dos fetiches, espetáculo, etc).

É como se um paradigma passasse para outro (Imperialismo/Império; Fordismo/Pós-Fordismo; Modernidade/Pós-Modernidade; Sociedade Industrial/Sociedade Informacional; Trabalho Material/Trabalho Imaterial) em reação as lutas da multidão, e assim fôssemos mais livres. Passagem esta, quase sempre feita de mão pesada, forçando a barra para enquadrar a realidade em identificações reativas. O negativo, a crítica radical, está sempre integrada num mundo de ordem, de passagem de paradigmas. A rejeição passa a ser até mesmo a força condutora da dominação. **Ao invés da ruptura, a “destruição criativa”** (Mesmo sem tempo ou preparo suficiente para tal, parece-me que existe aí um bom campo para estudar as relações deste tipo de pensamento com a “intersversão cínica”, que em sua lógica performativa nunca vai à radicalidade dos conflitos gerados pela lógica do capital). Como afirmam os próprios: “A crise é para o capital uma condição normal que não indica seu fim, mas sua tendência, seu modo de operação”.

É a positivação (e a exclusão da dialética) que impede conclusões radicais.

Diante disto, fica mais claro o porquê do apoio entusiasta de Ivana Bentes ao coletivo Fora de Eixo (FdE). O coletivo, enquanto sujeito positivo, repleto de potência da multidão constituente pressiona o constituído (a potestas); as novas lutas “pós-fordistas” pressionando o que restou de “fordismo”. O ser, em sua imanência absoluta, pressionando continuamente para a libertação. Por isto, a cultura pós-moderna, pós-fordista é, para ela, mais livre. Não existe o lado de fora, o negativo, a crítica imanente. Não existe o porquê em lutar contra os sutis mecanismos fetichistas da

“metafísica” do capital. Não existe de fora e de dentro (e isto não tem nada a ver com a ideia de “rio que corre de longa data” viu...), não existe espaço exterior de negação. A “**positividade**” **autonomista** repete, assim, certa linearidade, devido ao argumento central de que as mudanças são sempre reações do instituído as lutas da multidão. (É bom deixar claro, que mesmo assim, o próprio Negri teria algumas dificuldades em identificar no Fora de Eixo, seu “São Francisco de Assis”, o exemplo de militante).

Para concluir a este respeito, cito uma passagem de Holloway, em "Mudar o Mundo Sem Tomar o Poder", que estou plenamente de acordo: “*Fazer vistas grossas à natureza interna da relação entre o trabalho e o capital significa assim tanto subestimar a contenção do trabalho dentro do capital (e portanto, subestimar o poder do trabalho contra o capital), como subestimar o poder de trabalho como uma contradição interna ao capital (e, portanto, superestimar o poder do capital contra o trabalho). Se se ignora a mútua penetração do poder e do antipoder, esquece-se do tema do fetichismo, então ficamos com dois sujeitos puros dos dois lados*” (2003, p. 256/257) .

De um lado o capital, do outro a multidão. Sendo que esta se encontra na figura **não mediada do militante**. Vejamos então, as próprias palavras de Negri/Hardt sobre isso: “*A militância atual é uma atividade **positiva, construtiva e inovadora**. Esta é a forma pela qual nós e todos aqueles que se revoltam contra o domínio do capital nos reconhecemos como militantes.[...] Ela só conhece o lado de dentro, uma participação vital e inevitável no conjunto de estruturas sociais, sem possibilidade de transcendê-las. Esse lado de dentro é a cooperação produtiva da intelectualidade das massas e das redes afetivas, a produtividade da biopolítica pós-moderna. Essa militância faz da resistência um contrapoder e da rebelião um projeto de amor*”. (grifos meus)

Voltando a nossa autora, considero sua argumentação, **dentro de certos limites**: (ainda) “moderna” e “modernizante” (trabalho modernidade, modernização e modernismo de maneira distinta, mas sem separação). A autora demonstra um deslumbramento pelo novo, por sua potência, de maneira quase “apologética”. A empolgação com as novas dinâmicas e modelos estão representados pelo entusiasmo (acrítico) com as ações do coletivo Fora do Eixo.

A autora tem sempre em mente as mudanças do capitalismo fordista para o pós-fordista (parece-me que seu entendimento destas mudanças não é nada ruim), mas se esquece daquilo que permanece. Caso contrário, não faria mais sentido falar em capitalismo, para identificar algumas estruturas, e sim, designar outro nome. Se o capitalismo mudou, mas continuou sendo capitalismo; existe algo que permaneceu, que permite identificá-lo como tal, que mantém o termo com substância. **É o encantamento “pelo que**

mudou” que impede a autora de vislumbrar o que “permaneceu”. É isto que permite a autora dizer: “Sem demonizar as relações com os mercados, mas inventando e pautando, “criando” outros mercados, fora da lógica fordista do assujeitamento” (grifos meus). Fica claro, que o problema a ser resolvido era o que ela define como “assujeitamento da lógica fordista”, isto superado, o FdE é festejado por “pautar” e “criar” outros mercados, pós-fordistas.

Diante de “tanta potência”, a crítica – indispensável – para entender com lucidez as formas, os extremos do fenômeno, os limites, e só diante disso, as possibilidades de ação; fenece. O que não ajuda a politizar as novas tecnologias. **Pelo contrário, este obscurecimento da forma, ou seja, do capital como ontologia (histórica) e das estruturas capitalistas, reforça o “fetiche automático”, o espetáculo, a racionalidade cínica.** Como colocou Ruy Fausto, em “Marx: lógica e política”: “O capital é ‘sujeito que domina’, ‘sujeito automático’, ‘sujeito de um processo’ [...] O operário e o capitalista são ‘suportes’ desse sujeito, e num sentido (mais ontológico do que propriamente lógico) seus predicados. (A rigor, os predicados do sujeito ‘capital’ — seus ‘momentos’ — são o dinheiro e a mercadoria. O operário e o capitalista são suportes do capital, por serem suportes do dinheiro e das mercadorias — inclusive a força de trabalho — enquanto momentos do capital)”. Ou ainda, como nos diz Giovani Alves em seu texto: “Os Fundamentos Ontológicos da Reestruturação capitalista” **<link1>**: “Ou seja: o capital é uma forma social, à primeira vista muito mística, que transforma todo conteúdo concreto da produção da riqueza social que surge como mercadoria, numa forma abstrata de riqueza - a forma dinheiro. Dinheiro que se valoriza. Que cria mais dinheiro. Que almeja, com intensa e incansável pressão, “fazer” mais dinheiro. [...] O capital é uma forma sócio-histórica, um modo de sociabilidade humana, que cria (e reproduz) a cisão entre os produtores e suas condições de trabalho, que surgem, para eles, como potências alheias autônomas. É uma relação social de produção que toma forma de coisa, uma quase-físis. É um “fetiche” social, criado pela ação humana, mas que uma vez criado, adquire uma forma objetiva e autônoma, regido por leis próprias (cuja personificação sob a mundialização do capital é representada em nossos dias, pelo capital financeiro)”.

Sujeito automático esse, que ameaça hoje até mesmo nossa sobrevivência, vide a crise ambiental. Sujeito, que para o bem ou por mal, personifica-se na ação do coletivo-empresa, Fora do Eixo. O que não significa demonização (como às vezes pode aparentar o texto do Passa Palavra), **mas entendimento dos limites de sua ação**, ou por acaso o quase “automático” desejo de entrar no Mainstream não faz parte do: “fazer o que tem de ser feito”, como por um “feitiço”? O fetiche é o curso do mundo autonomizado, que impõe a sua lógica ao social.

Link 1

<http://globalization.sites.uol.com.br/os.htm>

Para Ivana, o texto do Passa Palavra percebe as mudanças estruturais, mas não vai além nas consequências (não se entrega ao novo?), **“e funciona como uma caricatura que busca demonizar as novas dinâmicas sociais e culturais pós-fordistas”** (grifos meus). Ora, que a crítica do Passa Palavra ora ou outra passa por alguns problemas de mediação, às vezes “demonizando”, sem argumentar o suficiente, eu concordo. Mas, nossa autora, tão empolgada diante de “tanta potência”, não estaria cometendo o mesmo erro, e demonizando qualquer crítica as novas dinâmicas sociais e culturais, como a do texto? Afinal, no esquema paradigmático da reação autonomista, a crítica ao novo paradigma – ainda não instituído – vem a ser sempre do potestas: “A vanguarda da retaguarda”.

Não é a toa que a autora utiliza-se, ora ou outra, das expressões “velha” e “nova” como determinação que desqualifica e qualifica tal esquerda, sem maiores problemas. Expediente este, que nos é tão comum no desejo de renovação das pautas e de outros entendimentos no campo das esquerdas, que sequer nos apercebemos da sutileza da argumentação. Mas é esta determinação que separa um debate sobre: “outros paradigmas e práticas”, “da modernização das esquerdas e dos movimentos sociais”. **Que separa a luta como negatividade da positividade do sujeito degradado.**

Traçada a linha da mudança de paradigmas (a reatividade mantém uma lógica linear), o coletivo Passa Palavra está na “retaguarda” do mercado, por criticar as novas dinâmicas de trabalho e o espírito do novo capitalismo, mantendo o que ela chama de análise maniqueísta da “esquerda fordista” (aqui a autora confunde “alhos com bugalhos”, e coloca toda crítica contra a forma-valor no mesmo saco da lógica fordista, já que se contrapõe ao novo paradigma: o pós-fordismo, e também não conseguiu identificar que a própria visão do Passa Palavra sobre o “fordismo” não é classicamente binária, mas tripartite). **É como se as práticas do FdE fossem boas, mais livres, e “repletas de potência” por representarem o novo paradigma, por terem sua ação adaptada ao novo capitalismo.**

Seria bom também que, se a pesquisadora Ivana Bentes discorda de maneira tão veemente de certa face da crítica à lógica cultural do pós-fordismo, incluindo-as “no mesmo saco” do maniqueísmo da “esquerda fordista”, que ela pudesse esmiuçar seus argumentos e nos apresentar sua contraposição à estrutura e as particularidades destes com mais substância. **Caso contrário, a acusação de simplismos e generalizações (justa até certo ponto) presentes no texto do Passa Palavra torna-se ela própria simplista, superficial e generalizante, que identifica o outro *en passant* como “ressentido”, “rancoroso” ou “anunciador do apocalipse”.**

Considero fundamental o debate em torno das teorias e práticas dentro das esquerdas, e isto, exige além de paciência, menos arroubos de arrogância. Caso contrário, o que vemos é isto: “heresias das lutas sociais” de um lado, “heresias teóricas” para interpretar as novas tecnologias do outro.

II

Outro artigo que pretendo analisar é “Capitalismo e Cultura Livre” de Pablo Ortellado. O autor, basicamente, aborda três pontos. No primeiro, ele coloca “alguns pingos nos is”, afirmando que a cultura livre não é movido pelo empresariado, e que o texto do Passa Palavra esqueceu-se de problematizar a multiplicidade de agentes. Aonde alguns vieram do campo liberal, outros do campo da esquerda: *“Os ativistas liberais queriam persuadir o empresariado de que havia possibilidades de negócio não exploradas e buscava conciliar uma “modernização” da indústria cultural com a democratização do acesso à informação, já que haveria queda na barreira de preços dos produtos culturais. Os ativistas da esquerda enfatizavam o processo de desmercantilização da cultura e a constituição de formas coletivas de produção e distribuição da cultura que retomavam, em nova chave, experiências pré-capitalistas dos bens comuns. O artigo aponta corretamente que houve uma “aliança política tática formada por um programa de oposição às transnacionais da cultura e os oligopólios culturais regionais”, mas está completamente equivocado ao afirmar que se ocultou “a reflexão crítica sobre o que há de surgir em seu lugar.” A discussão sobre as implicações políticas desta aliança anti-velha-indústria e de como lutar para que o processo de transformação em curso se oriente mais para a desmercantilização da cultura e menos para a modernização da indústria por meio de novos modelos de negócio foi o cerne dos debates de toda a esquerda que esteve envolvida no campo da cultura livre.”*

Considero este ponto **fundamental**. Como já foi dito, a “cultura livre” foi fruto de uma aliança tática entre “liberais” (de centro-esquerda) e “socialistas”, digamos assim. Acredito que este diálogo deva ser incentivado, por motivos já colocados na primeira nota. As esquerdas que se posicionam contrárias à mediação da vida pela forma mercadoria/dinheiro, não devem olhar de maneira torta a reivindicações de caráter liberal, pelo contrário, alguns de seus fundamentos vêm de princípios liberais, por isto, a possibilidade de alianças. O diálogo deve ser crítico, fundamentado e ressaltar o “não-idêntico”. Ao invés de afastar quem lhe é mais próximo, deveríamos ampliar o diálogo, fazer a crítica contundente, e tentar revelar os mecanismos fetichistas, que se apresentam há todos os instantes. Considero também, que quando certas ideias liberais “batem no teto”, precisamos mostrar aquilo que a impede, a

ausência de certa radicalidade. Como o “ambientalismo liberal” que tende a fracassar ao tentar mediar à lógica de uma força avassaladora, o capital, e suas relações mediadas por mercadoria/dinheiro.

No segundo ponto, o autor concorda que na sociedade fordista a estrutura de classes da sociedade capitalista é tripartite, e não binária; mas pondera que pesquisas revelam que na sociedade pós-fordista, os trabalhadores, em geral, tem acesso a atribuições gerenciais, lançando mão de algumas perguntas: *qual o impacto das novas ocupações de nível superior para o sistema produtivo? Caminhamos para novos tipos de hierarquia na estrutura produtiva que não é mais determinada pelo acesso escasso às ocupações profissionais? Quais? Essa delegação de tarefas gerenciais para os trabalhadores modificou efetivamente a natureza do trabalho produtivo cuja essência agora seria simbólica, como querem os autonomistas franco-italianos? (lembrando que, mesmo nos Estados Unidos, onde o processo está mais avançado, 60% da força de trabalho ainda manipula produtos e não símbolos e que esse crescimento americano pode ter tido como contrapartida a ampliação do trabalho industrial fordista nos países semi-periféricos); por que certos tipos de trabalho como o de telemarketing, no coração do setor de tecnologia de informação e comunicação, ainda se organizam de maneira fordista? Eu não conheço respostas satisfatórias para essas e outras questões, mas acho que devemos olhar para este mundo que se transforma e não para o mundo fordista que aos poucos desaparece.*

As perguntas do autor são interessantes. Mas gostaria de ressaltar dois pontos: **a) precisamos observar o “que mudou”, tanto quanto o “que permaneceu”;** b) incomoda-me o entendimento paradigmático, típica entre os autonomistas, que entende a passagem de um mundo monolítico a outro monolítico, como se essa passagem de um “oposto ao outro” (fordista/pós-fordista; material/imaterial; modernidade/pós-modernidade; etc.) já fosse dada (lembra até uma teleologia), não mantivesse relações, permanências ou dinâmicas.

No terceiro ponto, o autor analisa as novas formas de luta que acompanham as modificações na transformação das estruturas de classes. Para ele, “*A drástica ampliação do ensino superior e a massificação das tecnologias de informação comunicação, “culturalizaram” as “camadas médias urbanas” o que repercutiu na forma de expressão das suas lutas, inclusive quando tiveram orientação anticapitalista*”.

No geral, concordo com as mediações do autor. Neste ponto, concordo que as novas lutas, principalmente ligadas às classes médias, e de certa forma articulada com as camadas mais pobres, tem uma tendência a se “culturalizarem”. E isto passa politicamente por novas estratégias e lutas. Mas é preciso ter um pouco mais de calma. E resistir a euforia da técnica, do novo

por si, desta associação imediata entre luta social e ativismo que está sempre precisando estar em ligação com a lógica cultural do que mudou, sendo desconsiderada a forma social, em que o próprio protesto se apresenta. Senti falta da distinção entre: o pensamento que consegue jogar luzes sobre o contemporâneo, estando em ligação a “Experiência” (Erfahrung); e o pensamento que está ligado à lógica destas mudanças, de certa forma, o sujeito positivo do Negri. Incomoda-me acima de tudo, a análise apenas dos fenômenos, desprezando o que há de objetivo, a ontologia (histórica) do capital. É preciso ter cuidado com este argumento que enfoca excessivamente nas mudanças do capitalismo: agrário ao industrial, do industrial ao pós-industrial; e se esquece do que permanece, ou seja, do capital como ser social objetivo, “automático”, “quase autônomo”, erigido pelo fetiche. Veja bem, sendo claro, uma coisa não deve impedir a outra. Tão ruim quanto à análise que só enxerga as mudanças no capitalismo, é a cegueira da que só enxerga a permanência. Venho insistindo desde a primeira nota que uma coisa não impede a outra. Que o entendimento dos limites da ação do Fora do Eixo não significa impedimento de diálogo, mas sim, que este deve ser crítico, fundamentado, reflexivo, que apresente os problemas da forma-valor, e vice-versa. Nenhuma destas lutas mais liberais, que estão aglutinando novos setores da classe média devem ser desprezadas, assim como, devemos ter em mente (ainda, sobretudo) a luta de classes. A questão é que o termo “classe” deve ampliar-se, torna-se negativo. Mas, esta questão pretendo abordar na terceira – e última – nota.

III

Pensando então naquela famosa história que dizia que o trem das novas tecnologias estava passando, e a esquerda ficou parada na estação. Diria que, o problema não é entrar neste trem (trem-bala, se preferirem), por que nele todos já estamos – querendo ou não. Pois bem, trata-se então de **invadir**, tomar de assalto, a cabine do maquinista, (que já não existe?) – virou autômato, diante dos mecanismos fetichistas (aqui a questão das classes precisaria ser debatido) –, e puxar imediatamente os “**freios de emergência**” (Walter Benjamin), para que possamos pular para fora e impedir sua marcha em direção ao abismo/progresso.

Não se trata de “demonizar” a técnica, ao contrário de algumas leituras rasas, mas de entender que: a técnica como uma “força avassaladora”, sem estar a controle e a serviço dos homens, como sujeitos refletidos na história, que decidam como, onde e quando produzem, consomem, trabalham, enfim; vira autômato, volta-se contra seus próprios criadores. A técnica é possibilidade, mas cercada pelo fetiche (tanto em seu caráter objetivo,

quanto subjetivo), ela se torna um valor em si mesmo, que só poderá nos levar a destruição, diante de “tanta potência”. A desumanização não vem da técnica e sim dos fins para os quais ela é empregada: a dominação da natureza e dos homens com vistas à acumulação de capital. Nas palavras de Adorno e Horkheimer no prefácio de 1947 a “Dialética do Esclarecimento”:
“Se o esclarecimento não acolhe dentro de si a reflexão sobre esse elemento regressivo, ele está selando seu próprio destino. Abandonando a seus inimigos a reflexão sobre o elemento destrutivo do progresso, o pensamento cegamente pragmatizado perde seu caráter superador e, por isso, também sua relação com a verdade.”(grifos meus). **Precisamos de práticas cotidianas que levem a vida para além das mediações da mercadoria/dinheiro, com a apropriação (coletiva) direta do nosso fazer.** Por isto, não se trata de suprimir simplesmente a desigualdade, o assujeitamento, mas também a igualdade abstrata do valor

Pontos que serão abordados na próxima - e última - nota: mais sobre a implacável ação do fetiche e a atuação do FdE (cada vez mais visível, com novos depoimentos), lutas negativas, o problema das classes, a relação deste debate com a eleição francesa de 2008, e um pouco mais de debate teórico.

**ÉPICA SEM
DIDÁTICA
GERA "O
ROMANTISMO
MORALISTA E
DEGENERAR EM
DEMAGOGIA
HISTÉRICA"**

Pós-modismo pós-festivo II

publicado no blog Quadrado dos Loucos

Bruno Cava

Link 1

<http://www.quadradosloucos.com.br/1612/sair-dos-eixos-a-esquerda-1/>

Link 2

<http://www.gpopai.org/ortellado/2011/06/capitalismo-e-cultura-livre/>

Link 3

<https://pimentalab.milharal.org/2011/07/01/cronologia-debate-novo-ativismo-esquerda-e-economia-da-cultura/>

Continuo a série de resenhas deste blogue, a respeito do debate da esquerda, iniciado pelo coletivo **Passa Palavra**, com o texto *A esquerda fora do eixo*. Na primeira resenha do *Quadrado*, *Sair dos eixos à esquerda* <link1>, dialoguei com aquele artigo inaugural. Neste, passo à apreciação crítica da réplica de Ivana Bentes, no portal **Trezentos**, *A esquerda nos eixos e o novo ativismo*.

Quero agradecer: ao **Pablo Ortellado**, que incluiu o artigo anterior na cronologia ao final do texto no blogue dele, *Capitalismo e Cultura Livre* <link2>; ao **Pimentalab**, que também organizou um catálogo abrangente sobre as ramificações da discussão pela blogosfera <link3>; e ao **Matutações**, que me replicou mais diretamente aqui <link4> e a quem pretendo retorquir em breve.

II. “A esquerda nos eixos e o novo ativismo”, *Trezentos / Ivana Bentes*, 22/06/2011

Numa primeira leitura, podem parecer deslumbramento as exclamativas e palavras em maiúsculas. Essa poética nada acadêmica tem razão de ser. Conhecida pela polêmica que travou contra a *cosmética da fome* <link5> no começo dos anos 2000, sobre filmes-de-favela como *Cidade de Deus*, a autora tem por referência o cinema de Gláuber Rocha. Daí o transe, à moda tropicalista. Daí a poética delirante, numa verborragia de conceitos, explosões retóricas, divagações e frases de efeito, esse *deixar-se errar* — tudo isso consiste numa estratégia discursiva.

Em *A revolução é uma eztetyka*, Gláuber defende que a poética revolucionária envolve a coordenação de uma didática e uma épica. Se a didática

Link 4

<http://matutei.wordpress.com/2011/06/29/sair-dos-eixos-a-esquerda/>

Link 5

<http://revistaepoca.globo.com/Epoca/0,6993,EPT373958-1661,00.htm>

visa a informar e conscientizar as massas, a épica as estimula, ao apelar às forças mais instintivas do mito, da criatividade, do desejo. Didática sem épica produz “informação estéril, e degenera em consciência passiva nas massas e em boa consciência nos intelectuais.” Épica sem didática gera “o romantismo moralista e degenera em demagogia histórica”. Talvez aí se mova a autora, nessa brecha entre um discurso enfadonho e ressentido de “esquerda velha”, e a histeria romântica e demagógica de “esquerda nova”.

Descabe ao texto, de qualquer modo, a acusação de pós-modernismo débil. Isto é, esvaziado de lutas concretas e tendente ao lero-lero autofágico. Nos últimos tempos, essa acusação tem aparecido como *causa célebre* na pena de intelectuais preguiçosos, enjaulados em seus sistemas-mundo, incapazes de metabolizar novas teorias, prontos a vomitar razões pretaportês contra elas. Não é o caso, doutores, não há no texto do **Trezentos** nenhuma deriva indiferente de signos ou clima de ambiguidade generalizada, nenhum niilismo dogmático, ecletismo dândi ou relativismo modernoso. Primeiro, porque assume uma narrativa. Por sinal, etapista. Do fordismo ao pós-fordismo, percebe as transições, os vaivéns, as tendências, os nexos em termos de causa e consequência, as superações críticas, as reconfigurações do modo de produção. Segundo, porque admite a necessidade de constituir um sujeito político, de identificar e potencializar as articulações e os enrodilhamentos das lutas contemporâneas. Ora, que pós-modernismo mais estranho, com sujeito e com história e com revolução social...

Alguns anti-pós-modernistas deveriam mesmo era conhecer e estudar mais, deveriam beber o sangue do dragão e falar a língua dos passarinhos.

No tom glauberiano, o texto de Ivana Bentes responde ao coletivo **Passa Palavra** no nível da linguagem. Exprime poeticamente que a história das lutas não passa pela *linha justa*, por alguma dogmática unicamente didática. Mas por uma narrativa esburacada, multidimensional, cheia de fios soltos e coisas inacabadas, — uma narrativa que se debate com a linguagem mesma, atrás de uma alternativa ética, estética e política, simultaneamente. Isso é burilar um discurso que multiplique as lutas sem separá-las, sem perder a sinergia do movimento como um todo, a sua potencialização em comum. A teoria pode ajudar a derrubar os muros que separam as práticas, e a prática derrubar os que separam as teorias. Eis uma preocupação irrenunciável das esquerdas: renovar os modos de lutar e trabalhar e, assim, reinventar ainda outra vez a roda da resistência, para continuar girando.

O artigo no **Trezentos** sublinha: a resistência ao capital se dá através da constituição de *novas* formas de produzir. O que também implica, no campo do trabalho, uma *nova* articulação entre didática e épica, em suma, uma *nova* poética das lutas. Os movimentos sociais mais radicais serão, portanto,

aqueles que souberem inventar e reinventar, criativamente, essas formas de trabalho vivo, de autovalorização e organização transversal, em rede. Se o capitalismo incide sobre o trabalho, para dele se locupletar, então trabalhar e produzir *em certo sentido, de libertação*, já significa imediatamente estar lutando, estar na luta de classe. Lênin nunca cansou de ensinar que uma política insurrecional depende da organização da produção.

Nisso, nesse mapeamento dos dilemas e desafios contemporâneos para as esquerdas, não há o que ressaltar na réplica de Ivana Bentes. Senão a insuficiência do artigo em avançar na crítica, de modo mais esclarecedor e concreto, sobre a práxis do **Fora do Eixo**. Pois esse coletivo arte-ativista tinha sido o exemplo tomado pelo **Passa Palavra** para desqualificar, de maneira mais geral, os movimentos político-culturais 2.0. Refiro-me aos movimentos e grupos aglutinados nas legendas *cultura livre*, *cultura viva*, *pontos de cultura* e *cultura digital*, que se empoderaram, inclusive com recursos públicos, ao longo do governo Lula, no ministério da cultura de Gilberto Gil (2003-08) e Juca Ferreira (2009-10). O exame tem de ser caso a caso, mas esse coletivo está no cerne da questão, pelo vulto, simbolismo e referencial prático. Essa análise concreta deve servir não para incensar uns e desqualificar outros, como etiqueta, o que nada acrescenta a nada. E sim para encontrar o ponto em que a luta se concretiza e range, em que a exploração e a resistência se chocam. Para, a partir daí, desse antagonismo crítico e premente, adotar estratégias que fortaleçam o sentido da libertação.

Vale ressaltar o *novo*, tão presente na argumentação dela, porque o novo aqui é, sim!, fundamental. Não pode haver processo revolucionário sem a descontinuidade. Toda ruptura implica a irrupção de algo que não existia. Que, aliás, sequer poderia existir, porque não lhe permitiam as condições de existência. Que, precisamente por não ter lugar na ordem vigente, é estimulado ao desejo inestancável de resistir e revolucioná-la. “A tradição não explica a ruptura”. Não é preciso pesquisar muitos momentos históricos para perceber como a esquerda não costuma renunciar ao *novo*. Paradoxalmente, e com todas as suas aporias, o *novo* constitui mesmo uma tradição das lutas. E se, ao capitalismo, tanto interessa se apropriar dele, silenciá-lo e lucrar em cima de sua passividade; talvez seja porque, de fato, no *novo que se afirma e produz* haja potência de vida e geração de valor. É aí que, quem sabe, devemos enxergar o sujeito político. Não deveria a esquerda, que resiste e canta, igualmente batalhar por esse *novo*? O novo desliza dos velhos problemas sem refutá-los, mas coloca novos problemas, novos horizontes

de luta, novas e esquisitas alianças. É preciso reconhecer o prestígio do novo e, ao mesmo tempo, evitar terrorismos teóricos ou superstições deslumbradas. Por isso, menos que fundar uma religião do futuro e substituir o velho, o *novo* pode servir para reorganizar o velho de modo mais potente, para revitalizá-lo e seguir pensando e seguir lutando. Militantes querem, sim, algo novo e diferente. Como diria Clarice, algo ainda sem nome.

**SOMENTE NA
MEDIDA EM
QUE JUSTIÇA E
SOLIDARIEDADE
OPERAM JUNTAS E
EM SINERGIA, POR
CAMINHOS MAIS
SACRIFICADOS,
HÁ POTENCIAL DE
TRANSFORMAÇÃO.**

A esquerda sem fantasias: justiça e solidariedade*

publicado no blog Trezentos

Alexandre Abdo

**Este artigo foi licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição Compartilhada 3.0 Não Adaptada.

Ni!

Este texto, mais que uma síntese, busca ser sintético: curto, claro e conciso. Vimos nas últimas semanas [1,2,3,4,5,6,7,...] uma intensa verbosidade acerca da esquerda no presente. Questionou-se, fez-se pensar e conhecer, mas pouco caminhamos publicamente para um entendimento. Ainda que os interlocutores, cada qual à sua maneira, tenham estendido a mão em alguns momentos. Mas, antes que o paciente torne-se um cadáver, vamos ao corpo.

A esquerda, qualquer que seja sua versão, não escapa de erguer-se sobre duas bases: justiça e solidariedade. Justiça como ação do coletivo sobre o indivíduo. Solidariedade como ação do indivíduo sobre o coletivo. Na ausência de uma delas, temos algazarra ou autoritarismo. Ainda assim, porque é mais fácil tratá-las separadamente, cada movimento de esquerda acaba se orientando por um desses aspectos, ainda que incorpore ambos. Mais fácil, justamente, porque não transforma, apesar de ser caminho. Somente na medida em que justiça e solidariedade operam juntas e em sinergia, por caminhos mais sacrificados, há potencial de transformação.

E há riscos. A realização da justiça parte de estruturas, sendo ação do coletivo. Quem observa por sua lente não foge às lutas classistas e não abre mão de operar sobre pautas de enfrentamento da estrutura vigente. Respectivamente, a realização da solidariedade parte de culturas, sendo ação do indivíduo. Quem observa por sua lente não foge às mobilizações inclusivas e não abre mão de operar sobre pautas de enfrentamento da cultura vigente. Assim orientados, cada qual teme perder sua coerência

e mesmo sua posição no presente balanço, em movimento, das forças. Acuados pelos riscos que uma aproximação oferece, trocam acusações, à semelhança de um cachorro latindo para o espelho.

Tomando um exemplo particular, justifica-se à lente justicialista considerar inadequado um debate pessoal, tanto quanto à solidária considerá-lo necessário. Somente quando reconhecerem a incompletude inerente em cada perspectiva, haverá diálogo, e então será indiferente a forma de comunicação. Classe, digital, rede, economia, pós-rancor, rancor, luta, permanecem meros pontos de fuga enquanto desprovidos de um norte que acomode as duas orientações. Enquanto é fácil encontrar soluções que satisfaçam uma relaxando a outra, são pouquíssimas e nada óbvias as soluções simultâneas.

A porta aberta permite começar um diálogo sem fantasias. Convidamos a compreender que se aliar ao Estado e ao capital sem sublimação ou rígido controle social do valor apropriável reproduz as injustiças que combatemos. Ao mesmo tempo, que nem toda relação com o capital gera promiscuidade e que apenas uma capilaridade solidária, mas coerente, atenderá às transformações que ansiamos. Pelo exposto acima, somente pensando e participando juntos viabilizaremos um mundo capaz de nutrir justiça e solidariedade. Por hora, leve-se ao menos a lição de que não há nada nas alternativas se não caminhamos para a síntese.

Abraços,

**CERTAMENTE NÃO HÁ
NADA DE NOVIDADE
EM SE USAR UM
DISCURSO OU TEORIA
ANTICAPITALISTA
PARA FUNDAMENTAR
NUMA 'RAZÃO
REVOLUCIONÁRIA'
PRÁTICAS DE
PRETENSAS
BUROCRACIAS E
GESTORES.**

A Marcha posta a trabalhar

publicado no Passa Palavra

Leo Vinicius

A polêmica em torno do texto *A Esquerda Fora do Eixo* do *Passa Palavra* gerou um outro de Ivana Bentes, supostamente em resposta. Nele, nitidamente percebe-se que a autora bebe de um referencial teórico vindo do pós-operaísmo, que tem em Antonio Negri, Michael Hardt, Maurizio Lazzarato e Paolo Virno os nomes atualmente mais conhecidos. Enquanto o foco principal do artigo do *Passa Palavra* parecia ser o de revelar o que seriam gestores, ou empreendimento capitalista em meio a movimentos sociais, o artigo de Ivana Bentes se limitou a descrever o quadro do que seria o pós-fordismo, a partir desse referencial pós-operaísta. Considerando que buscamos uma transformação em direção a uma organização social em que a gestão da vida, em todas as suas esferas, incluindo a econômica, seja feita por todos, o que implica a ausência de classes e de separação entre governantes e governados, exploradores e explorados, subordinadores e subordinados, é fundamental saber distinguir ou ao menos tentar fazer a distinção elementar entre um empreendimento capitalista e um movimento social, seja de qual referencial teórico se pretende partir.

Link 1

<http://passapalavra.info/?p=17173>

Antes de prosseguir, para o leitor ter uma noção da minha posição em relação às teorias pós-operaístas, posso dizer que sou no mínimo simpático a elas <link1>, em parte por serem consequência de um esforço de ir além do já dito dentro de meios anticapitalistas. Sim, concordo que, como afirma Paolo Virno, se um dia foi a organização fordista que deu forma à indústria cultural, hoje é o modelo da indústria cultural que dá forma à organização dos empreendimentos capitalistas. Concordo que o empreendimento capitalista hoje em dia tende a consistir na captura de fluxos pré-constituídos (à empresa). Concordo que hoje tendemos cada vez mais a uma indistinção entre o tempo de trabalho e o tempo de não-trabalho, em termos de

produção de valor: *é a vida que é posta a trabalhar*; e que o corolário dessa nova configuração deveria ser a emergência de novos direitos sociais, para além daqueles constituídos no fordismo, como a desvinculação entre renda e trabalho/emprego. Todas essas concepções expressas, estão ou estiveram no próprio âmago do pensamento de Lazzarato, Negri, Virno...

Ora, o que os pós-operaístas estão dizendo é que o processo de produção capitalista foi além da fábrica, dos locais de trabalho, e engloba toda a vida, toda atividade social. E é preciso ter claro que até mesmo o “ativismo político” é incorporado diretamente ao ciclo de produção de valor, em geral valor da marca, de empresas e produtos. Ilustrativo o caso do artista italiano Graziano Cecchini, que despejou 500 mil bolas de plástico coloridas em um ponto turístico de Roma para protestar contra o problema da coleta de lixo na Itália. Ação patrocinada por uma empresa que vende músicas para celular, com o valor de 20 mil euros [1].

Para não falarmos apenas de exemplos de mega-ferramentas que capturam valor da atividade social (não remunerada) como o Google ou o Youtube (ao colocar um vídeo no youtube um usuário está “trabalhando” para o Google), ou da atividade de *coolhunter*, podemos ilustrar essa captura com o excelente estudo de caso feito por Adam Arvidsson [2], sobre o lançamento de um novo modelo Fox da Volkswagen, que ficou conhecido como Projeto Fox.

A “classe criativa” como classe de gestores

O projeto consistia no que é chamado em publicidade e marketing de *event bureau*, eventos que reúnem pessoas e os produtos em um mesmo ambiente, como festas, exposições, competições esportivas etc. No caso, o Projeto Fox duraria vinte dias em três distintas localidades de Copenhague, Dinamarca: um hotel, um restaurante/boate, e um estúdio. A ideia era explorar – e aqui usamos essa expressão propositalmente – a imagem da criatividade urbana *underground* de Copenhague, que se tornara notória. Para tanto, muito resumidamente, contrataram artistas e pessoas-chave do *underground* de Copenhague e, logicamente, financiaram os eventos. Como Arvidsson mostra e aponta muito bem, o Projeto Fox se apropriou da criatividade, do estilo, da cultura, da linguagem produzidos pelo *underground* de Copenhague, na qual os artistas e pessoas remuneradas funcionavam como uma espécie de *classe administrativa* dessa economia de criatividade, formada por uma rede de produção imaterial não remunerada. O objetivo era ligar as formas de produção criativa (relativamente) autônomas do *underground* aos circuitos de valor da economia capitalista, o que o projeto conseguiu com sucesso. Importante frisar que apenas uns poucos eram remunerados, enquanto o valor era extraído de uma rede *underground* muito mais vasta, e da própria vida do ambiente urbano posta em movimento.

Nota 1

“Ativista lança 500 mil bolinhas de alto de escadaria em Roma”. Folha Online, 16/01/2008. Em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u364102.shtml>>.

Nota 2

ARVIDSSON, Adam (2007). Creative Class or Administrative Class? On Advertising and the ‘Underground’. *Ephemera*, v.7, n.1, feb; pp. 8-23. Disponível em <<http://www.ephemeraweb.org/journal/7-1/7-1ephemera-feb07.pdf>>.

Essa *classe administrativa* que bem observa Arvidsson no seu estudo de caso, é certamente aquilo que, usando o conceito de João Bernardo, forma uma classe de gestores, que se apropria da mais-valia (sendo por isso uma classe capitalista). No entanto, não se trata de *mais-valia absoluta* nem de *mais-valia relativa* (pois ela não é dada pelo controle do tempo, organização ou ritmo de trabalho). Uma mais-valia que eu então chamaria de *mais-valia difusa*. Trata-se portanto, para usar uma expressão mais cool, de uma classe de *gestores 2.0*, os capturadores de mais-valia difusa.

Em meio à revolta que tomou conta das periferias de cidades francesas entre outubro e novembro de 2005, produzindo o espetáculo de milhares de carros queimados e outras coisas destruídas, muitos artigos foram produzidos para tentar analisar ou explicar o fenômeno. Mas o que me pareceu mais interessante passou muito pouco percebido. A certa altura, os próprios jovens locais (ou parte deles, ou alguns deles) filmavam e gravavam os acontecimentos (pois eles melhor do que ninguém sabiam onde iriam ocorrer), criavam equipes de segurança para os jornalistas circularem e agências de entrevistas onde colocavam em contato o jornalista e o perfil que estes buscavam para entrevistar. Tudo cobrado, evidentemente [3]. Seria isso apenas uma histórica tomada de consciência de que sua rebeldia e suas práticas produzem valor, um embrião de “controle operário” do *espetáculo* ou a formação inicial de uma classe gestora vinda da base, apropriadora de parte do valor econômico que era produzido pela revolta coletiva? Fenômeno talvez muito efêmero para extrair respostas...

Nota 3

“Jovens tiram proveito de distúrbio”, Estado de São Paulo, 11/11/2005, p. A18.

A Empresa da Revolução

O período em que participei do movimento pelo Passe Livre em Florianópolis, entre 2004 e 2007, foi muito rico em experiências. L.O. foi uma das principais figuras da Campanha pelo Passe Livre (no transporte coletivo) em Florianópolis na década passada. Reunia um conjunto de habilidades políticas à iniciativa e à entrega. Foi o principal idealizador do que chamou de “A Empresa da Revolução”, que, apesar do nome, nada mais foi do que a tentativa de autofinanciar as atividades da Campanha vendendo principalmente camisetas (com temas de esquerda além do próprio Passe Livre). Havia no horizonte o objetivo de que com a Empresa da Revolução fosse possível também ‘liberar militantes’, ou seja, que eles conseguissem se manter economicamente através dela.

No final de 2004, talvez até mesmo pela precariedade econômica da sua vida entregue à militância, L.O. se direcionou com muito mais obstinação a extrair valor econômico, isto é, renda, através da bandeira Passe Livre e da subjetividade da juventude. Suas parcerias começaram a indicar que

sua preocupação maior era essa, e o discurso aparente de esquerda parecia apenas tentar dar uma ‘razão revolucionária’ ao seu empreendedorismo (o mesmo que fazem comumente políticos de partidos de esquerda ou burocratas sindicais para justificar suas atividades não em termos econômicos, mas de transformação social). L.O. acabou afastado e se afastando do grupo amplamente majoritário da Campanha pelo Passe Livre. Em seguida colocou em prática a malsucedida Aventura pelo Brasil, nome anódino de uma idealizada caminhada que iria de Florianópolis até Brasília para promover o passe livre estudantil, tentar mobilizar uma juventude e atrair patrocínios e financiamentos, não necessariamente nessa ordem. Assim se sucederam projetos que, teoricamente em nome do passe livre estudantil, tentavam angariar recursos de empresas, fossem quais fossem, e de qualquer um que quisesse investir neles.

L.O. tem sido de anos para cá um dos impulsionadores da Marcha da Maconha em Florianópolis. Declara para quem quiser ouvir que a intenção desse seu ativismo e mobilização juvenil é legalizar o produto com as patentes já encaminhadas.

Nota 4

Para Hardt e Negri o proletariado é “uma vasta categoria que inclui todo trabalhador cujo trabalho é direta ou indiretamente explorado por normas capitalistas de produção e reprodução, e a elas subjugado” (Império, Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 71). Deve-se ter claro também que o conceito de trabalho para eles é amplo, incluindo atividades e fazeres que tradicionalmente são postos na esfera da cultura.

Negri e os gestores

De fato, como apontam certos críticos, a separação de classes fica um tanto obscurecida em meio aos conceitos pós-operaístas. A definição de proletariado de Antonio Negri e Michael Hardt [4] é por demais vaga (principalmente na medida em que deixam em aberto o que seria estar “subjugado a normas capitalistas de produção e reprodução”), e parece tão ampla a ponto de não definir o que pretende além de abranger dentro do conceito aquilo que apontamos como classe capitalista dos gestores. Abrangência que aparentemente afeta também o conceito de *multidão*. Provavelmente na tentativa de corrigir essa deficiência ou dar uma resposta aos críticos, Negri, em *Cinco Lições sobre o Império*, buscou indicar os meios para se distinguir entre os gestores e trabalhadores dentro do conceito de *multidão*, uma vez que enquanto conjunto de singularidades produtivas na hegemonia do trabalho imaterial, isto é, quando a atividade social como um todo gera valor, ao menos a princípio, o conceito englobaria sem distinção todos na sociedade. A diferenciação entre “o gerente e o operário”, ou entre o gestor e o trabalhador, seria dada então pelo *comum*: “é somente a afirmação do ‘comum’ que nos permite orientar de dentro dos fluxos de produção e separar os capitalistas, alienantes, dos que recompõem o saber e a liberdade. O problema será então resolvido por uma ruptura prática, capaz de reafirmar a centralidade da práxis comum” (Antonio Negri, *Cinco Lições Sobre o Império*. Rio de Janeiro: Record, 2003, p.227).

Em outras palavras, essa separação só se daria através de uma prática que os diferenciaria, na qual os trabalhadores se reconhecessem através do que têm em comum e produzem em comum, contra a apropriação privada dos capitalistas. Assim sendo, não se trataria do fim da luta de classes: *“Exploração deverá significar de fato, apropriação de uma parte ou de todo o valor que foi construído em comum. (Este “em comum” não quer dizer que, na produção, trabalhadores e patrões estejam juntos: absolutamente não! A luta de classe continua!) A emergência do comum que se dá no processo produtivo não elimina o antagonismo interno à produção, mas o desenvolve – imediatamente – no nível de toda a sociedade produtiva. Trabalhadores e capitalistas se chocam na produção social, porque os trabalhadores (a multidão) representam o comum (a cooperação), enquanto os capitalistas (o poder) representam as múltiplas mas sempre ferozes – vias de apropriação privada”* (idem, p.266-7).

Seria isso suficiente para evitar que o marxismo de Negri venha a se tornar um discurso (pós)moderno usado para justificar velhas práticas? Certamente não há nada de novidade em se usar um discurso ou teoria anticapitalista para fundamentar numa ‘razão revolucionária’ práticas de pretensas burocracias e gestores. O marxismo do próprio Marx teve essa função a direções de partidos e gestores, e no que veio a ser o “comunismo real”. Fazer passar o empreendedorismo, mesmo que das margens ou sobras do capitalismo, como prática de esquerda ou revolucionária, não poderá levar a nada além de outro simulacro de comunismo. O pensamento dos pós-operaístas merece melhor sorte.

**JÁ ERA
CHEGADA
A HORA DE,
NESTE PAÍS, SE
'BARATEAR O
QUE É CARO' E
'ENCARECER O
QUE É BARATO'**

Domingo na Marcha IV

publicado no Passa Palavra

Coletivo Passa Palavra

O negócio da cultura, a cultura como negócio: “A gente precisa entrar nessa também”

Ao ser convidado, durante a gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, para compor o Ministério da Cultura, Gilberto Gil participou de uma reunião no Palácio da Alvorada para conhecer melhor a proposta. No entanto, descontente com a não negociação de uma exigência ambiental — a nomeação dos superintendentes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) –, rejeitou o cargo naquela ocasião. Já se vê pelo ocorrido que a preocupação de Gil com as questões ligadas ao meio ambiente — compartilhada por Juca Ferreira, seu sucessor ministerial — foi central na sua filiação ao Partido Verde, no estado da Bahia [1].

A vida parlamentar de Gilberto Gil foi influenciada pela revisão política realizada por Mikhail Gorbachev, nos anos 80, “*porque se por um lado havia toda uma crítica da esquerda ao capitalismo e às formas perversas de gestão capitalista da sociedade, por outro lado faltava às esquerdas a autocrítica sobre o lado difícil do socialismo real*”. Desta forma, a sua ação política passaria por “*novas formas de política, formas criativas de política, formas artísticas [...]. Fazer política é fazer uma arte.*” [2] Destacava-se a importância da autocrítica como um caminho fundamental para a possibilidade de desenvolvimento de uma “gestão criativa”, bem como para o enfraquecimento e desmantelamento de uma estrutura burocrática.

É então, com a chegada de Lula à Presidência da República, que Gil assume — ao contrário da opinião geral dos setores majoritários do Partido dos Trabalhadores (PT) — o Ministério da Cultura e Juca Ferreira assume como secretário-executivo. Se, por um lado, havia o “*agente da*

Nota 1

Quando regressa do exílio, Juca Ferreira filia-se ao PV, sendo eleito vereador por duas vezes. Além disso, ele dirigiu a Fundação Ondazul, criada pelo Gilberto Gil, sendo conhecido regionalmente pela sua militância no movimento ambientalista.

Nota 2

Gilberto Gil
- Entrevista realizada por Produção Cultural no Brasil.

Nota 3

Gilberto Gil -
Entrevista realizada
por Produção
Cultural no Brasil.

contracultura”, como se autodefine Claudio Prado, é com a linha de Juca que se insere a proposta de economia criativa no âmbito das políticas públicas e se forma “*a consciência de que tínhamos que ser arautos de um novo período, fundadores de um novo processo*” [3]. Como motor de desenvolvimento nacional, a economia criativa devia ter a função de produzir valor agregado e transformar o país em produtor de um novo tipo de *commodities*. A diversidade não seria apenas um valor a ser buscado, mas uma matéria-prima necessária para sustentar essa economia e através do diálogo intercultural poder se realizar uma “*democracia racial e cultural*”.

Nota 4

Juca Ferreira -
Entrevista realizada
por Produção
Cultural no Brasil.

As condições materiais passariam por atender não só uma classe econômica, mas por alargar o mercado consumidor interno integrando as classes C, D e E: “*A inclusão social e econômica de milhões de brasileiros foi feita não só por solidariedade, mas também porque precisamos de consumidores. [...] O mercado brasileiro precisa ter o tamanho da nação brasileira.*” [4]

Nota 5

Juca Ferreira -
Entrevista realizada
por Produção
Cultural no Brasil.

Ainda, para realizar tal transição, é necessário não só aprovar leis como o Plano Nacional de Cultura, da reforma da Lei de Direito Autoral e da modificação na Lei Rouanet, mas forjar um novo empresariado capaz de compreender as dimensões dessa nova economia. Como foi afirmado por Juca e reforçado por seu secretário-executivo (2008-2010), Alfredo Manevy, trata-se de uma política pública similar à dos Estados Unidos na década de 1930 com o *New Deal*, que incentivou a indústria nacional: “*Essa [a economia criativa] é a segunda economia nos EUA desde meados do século passado. É a terceira economia inglesa. Não estamos inventando nada, só precisamos entrar em uma escala de valor agregado que até hoje está em segundo plano. E não nasce de geração espontânea. Nos EUA, foi fruto de uma ação pactuada entre o Estado, os empresários e os criadores. A gente precisa entrar nessa também.*” [5]

Nota 6

História remontada pela pesquisadora e co-partícipe deste processo, Eliane Costa, em sua dissertação “Com quantos gigabytes se faz uma jangada, um barco que veleje”: o Ministério da Cultura, na gestão Gilberto Gil, diante do cenário das redes e tecnologias digitais” o

Neste mesmo sentido fica mais fácil entender a ligação umbilical, desde o primeiro momento, da nova gestão cultural de Gil e Juca com a vanguarda do “*open business*” no Brasil. No papel que, por exemplo, entre tantas outras figuras, o antropólogo Hermano Vianna, fundador do Instituto Overmundo, passaria a desempenhar desde o momento em que Gil recebe o convite de Lula para assumir o Ministério [6].

Nota 7

Juca Ferreira -
Entrevista realizada
por Produção
Cultural no Brasil.

Para Juca, a orientação do Ministério da Cultura era um “*projeto [que] não é dirigista, sufocante da iniciativa privada ou a sociedade. Pelo contrário, é empoderamento da sociedade e das empresas culturais, é desenvolvimento do acesso pleno à cultura e da economia da cultura*” [7]. Assim, conforme anunciado pelo próprio ex-presidente Lula, o programa “Cultura Viva” foi o “carro-chefe” desta gestão presidencial, o qual foi estruturado em cinco eixos (Pontos de Cultura, Cultura Digital, Agentes Cultura Viva, Griôs – Mestres dos Saberes e Escola Viva), sendo os Pontos de Cultura o principal desse programa.

Na perspectiva da economia criativa, através do Estado, buscou-se a criação e constituição de uma cadeia produtiva independente das companhias transnacionais e dos oligopólios regionais da cultura. Como afirmamos no artigo *A esquerda fora do eixo*, planejou-se que se consumisse e produzisse a “autêntica” cultura brasileira cortando os antigos intermediadores. Por isso, a descentralização em forma de rede através dos Pontos de Cultura. Trata-se de uma nova forma não só de descentralizar o orçamento — cortando, assim, custos que seriam destinados para obras de infraestrutura como anfiteatros, centros culturais, entre outros e de recursos humanos —, mas também de prospectar as diversas manifestações culturais. Um verdadeiro mapeamento da diversidade cultural — fundamental para o desenvolvimento expansivo dos setores do capitalismo contemporâneo. “*Hoje eu vejo campanhas publicitárias falando dessa diversidade cultural, tornou-se algo visível no Brasil, é motivo de orgulho. Isso é uma pequena contribuição que demos.*” [8] A diversidade cultural “descoberta” é promovida através de um “*Sistema de Propriedade Intelectual mais flexível, mais viável*”, pois assim “*seremos capazes de aumentar sua credibilidade e sua mais ampla aceitação como uma ferramenta fundamental para promover inovação, criatividade e desenvolvimento.*” [9]

Nota 8

ibidem.

Nota 9

“Pronunciamento do ministro Gilberto Gil durante o Seminário sobre Economia Criativa organizado pelo British Council”, 06/12/2005. <http://ecodigital.blogspot.com/2004/09/pontos-de-cultura-do-in-antropologico.html>

Nota 10

Trecho extraído daqui: <http://ecodigital.blogspot.com/2004/09/pontos-de-cultura-do-in-antropologico.html>

Nota 11

Juca Ferreira - Entrevista realizada por Produção Cultural no Brasil.

Um processo também denominado por Gilberto Gil de “*do-in antropológico*”, por meio do qual seria possível potencializar “*as ‘sinergias intermináveis’ que podem acontecer a partir do momento que estes espaços massageados comecem a liberar a energia produtiva reprimida pelo esquecimento social (...)* [Afinal] já era chegada a hora de, neste País, se ‘baratear o que é caro’ (subsidiar tecnologia de ponta — e livre — para produção cultural na periferia), e ‘encarecer o que é barato’ (potencializar, dar visibilidade e viabilidade à real cultura brasileira)”. [10]

Desse modo, o programa do Ministério da Cultura inseriu o país em diversos eventos internacionais que discutem a globalização, a cultura e os direitos autorais, tornando-se aí uma referência simbólica mundial. O objetivo é de utilizar a indústria criativa para acelerar o desenvolvimento nacional. Aliás, isso é uma das propostas da UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento.

No entanto, Juca Ferreira confessa a necessidade da “consciência do empresariado”, dados os limites ideológicos, e ilustra o caso num encontro com Paulo Skaf, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), quando os empresários presentes zombavam do presidente: “*Quando a atenção se voltou para mim, eu disse: ‘Sou doido para fazer uma pergunta. Vocês nunca ganharam tanto dinheiro como no governo Lula e por que existe tanta dificuldade em aceitar?’. Eles foram obrigados a dizer que é o período*

Nota 12
ibidem.

Link 1
<http://www.sae.gov.br/site/wp-content/uploads/Publicação-Mídias-Digitais.pdf>

Link 2
<http://www.sae.gov.br/brasil2022/>

mais promissor que já viveram e não conseguiram me explicar porque o presidente Lula deu uma contribuição irreversível para o desenvolvimento brasileiro, inclusive beneficiando os mais pobres e as elites.” [11]

Mas, ainda, é necessário que os “agentes econômicos nacionais e a elite brasileira operem o Brasil com grandeza e não apenas como escravo do passado. [...] É preciso que a economia da cultura se torne uma economia pungente no Brasil, não só no mercado brasileiro, mas no mercado internacional.” [12]

Outra iniciativa que evidencia a importância da produção cultural para os gestores estatais é a realização, no dia 14 de junho de 2010, do Seminário “Produção de Conteúdo Nacional para Mídias Digitais” <link1>— organizado pela Secretaria de Estudos Estratégicos (SAE), órgão diretamente vinculado à Presidência da República. Na abertura desse evento, Samuel Pinheiro Guimarães, Ministro do SAE, explicou aos presentes que o seminário em questão era parte de um dos temas centrais a serem desenvolvidos pelo “Plano Brasil 2022” <link2>— responsável por traçar diagnósticos e fixar metas a serem cumpridas pelo conjunto de todos os Ministérios do Estado brasileiro até o ano em que se comemora o Bicentenário de sua Independência.

Nesse mesmo seminário, vários estudiosos e profissionais da área apresentaram e discutiram uma diversidade de temas e abordagens sobre a indústria cultural brasileira. Dentre as exposições realizadas, a palestra *O Espetáculo do Crescimento: a Indústria Cultural como novo motor do desenvolvimento na atual fase do capitalismo mundial*, de Marcos Dantas — professor de pós-graduação da Faculdade de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) — é emblemática, como seu próprio título indica, do assunto que estamos a desenvolver nos artigos dessa série. Através de uma interessante discussão teórica, fundamentada por análises empíricas da dimensão da produção cultural de hoje no Brasil, Dantas chama a atenção para as potencialidades da cultura nacional se transformar numa das principais *commodities* da economia do país em sua fase recente de internacionalização.

Nesse contexto, Marcos Dantas afirma com convicção a seguinte ideia: “A conclusão é uma só: o Brasil precisa tratar a indústria cultural com a mesma visão estratégica como tratou, no passado, a indústria siderúrgica, a petrolífera, a automobilística, a de bens de capital e outras. Apenas querendo ser didático, embora podendo suscitar compreensíveis sorrisos condescendentes, seria o caso de acrescentar o C de cultura após o S de BNDES. O objetivo será fortalecer, nacional e internacionalmente, o poder de barganha dos produtores e programadores brasileiros, logo das marcas culturais brasileiras. Nisso, o Estado tem papel fundamental a cumprir”.

Mas, então, qual seria esse “papel fundamental” que o Estado deve cumprir? Segundo a perspectiva de Marcos Dantas, o Estado deve agir “*não como mecenas, mas como legislador (para o quê, tem a Constituição ao seu lado!), estimulador, fomentador, até mesmo ‘cobrador’ de atitudes e práticas industriais da parte dos muitos agentes envolvidos nas cadeias produtivas de cultura em nosso país*”.

Os articuladores da cultura

Inspirados no festival holandês *Next Five Minutes* (N5M), coletivos brasileiros organizaram o Festival de Mídia Tática, o qual, realizado em 2003, incorporou diversos coletivos ativistas e “hacktivistas” das novas tecnologias [13]. O evento convidou o fundador da Eletronic Frontier Foundation (EFF), John Perry Barlow e contou com a presença do acadêmico Richard Barbrook, autor do livro *Gift Economy*, além do recém-empossado ministro Gilberto Gil. Sentado na plateia e observando o que acontecia ao seu redor, Cláudio Prado, ex-empresário dos Mutantes e dos Novos Baianos, teve a grande oportunidade de reencontrar o seu antigo amigo do movimento cultural tropicalista — justamente o ministro Gil.

Exilados pela ditadura civil-militar que iniciou no Brasil em 1964, o primeiro contato de Claudio Prado com os tropicalistas ocorreu em Londres, no final dos anos 60. Na época, Prado já havia feito bicos, como a experiência de guia turístico de uma empresa “mequetrefe” da Copa do Mundo de Futebol de 1966. Quando visitava o primeiro-secretário da Embaixada brasileira, Rubens Barbosa, ele conheceu Nelson Motta, o qual acompanhou para encontrar Caetano Veloso. Questionado por outros tropicalistas — “*quem é esse cara?*” —, desconfiou-se num primeiro momento que seria um policial para espionar os exilados. “*Foi assim que os conheci*”, mas, por intermédio da cena musical, Prado conseguiu estabelecer os laços com os novos no pedaço: “*Eu estava começando a descobrir os porões, o underground. Eu já estava lá há algum tempo, fui me relacionando com eles, mas esse mergulho no mundo underground, que depois nos levou a começar a plugar isso nos festivais e descobrir porões onde estavam acontecendo coisas, foi o elo.*” Sobre os festivais desta época, para Prado o objetivo e sentido era “*de território liberado, o lugar onde você conquistava o direito de ficar pelado, viajar, tomar ácido, fumar, onde não tinha polícia*”, isto, pois, era “*um autogoverno, a política do êxtase*” [14].

De volta a 2003, Cláudio Prado viu neste reencontro uma oportunidade real de realizar no Ministério da Cultura a sua ideia de articular música e tecnologia digital. Após uma tentativa inicial frustrada de obter a lista dos coletivos presentes, ele se viu obrigado a entrar em contato individualmente e convidou ativistas para conversas em sua casa. Seu principal objetivo com essa iniciativa era levantar um conjunto de pautas e iniciar

Nota 13

Hacktivistas
preparam
megaevento em SP:
<<http://midia.independente.org/pt/blue/2003/02/248631.shtml>>

Nota 14

Claudio Prado
- Entrevista
realizada por
Produção Cultural
no Brasil.

Nota 15

Gilberto Gil -
Entrevista realizada
por Produção
Cultural no Brasil.

um programa que seria apresentado ao Ministério da Cultura. Isso foi feito enquanto se aguardava a liberação do orçamento pelo governo federal.

Enquanto isso, Gilberto Gil realizava um processo de reorganização do Ministério e formulava-se o esboço inicial do que seria uma política pública de cultura. Na visão de Gil essa era uma questão de grande complexidade e que precisava dar conta dos “*novos problemas, com as novas tecnologias e a relação dessas novas tecnologias na vida cultural, tecnologias exaustivamente utilizadas pela produção cultural, como é o caso das tecnologias digitais*” [15].

Dois meses depois do contato com Gil, Claudio Prado pressionava para o Ministério participar dos eventos relacionados ao Software Livre. Como não delegaram um representante, ele se passou como representante oficial do Ministério da Cultura no evento em Brasília de Software Livre, a “Segunda Oficina de Inclusão Digital”, em maio de 2003. A situação se repetiu no Fórum Internacional de Software Livre (FISL), e dessa forma começaram a enxergá-lo como alguém do governo, já que era ele quem o representava nos eventos. Sendo reconhecido como porta-voz e “cansado de esperar”, Prado se autoneomeou “Coordenador de Políticas Digitais” e fabricou seu próprio cartão com um carimbo do Ministério. Segundo ele, de tanto entrar e sair, as pessoas do Ministério poderiam jurar de pé junto que ele trabalhava lá. Porém, como ele mesmo confirma, isso não é verdade; Claudio diz ter “hackeado” o Estado, isto é, “subverter” a lógica das políticas públicas, alterar por dentro uma “ideia careta”. E, através do jargão da contracultura, Prado falava em “conspirar” dentro do governo.

A ideia de “hackear” o Estado é muito presente dentro do campo político relacionado aos coletivos que circulam nas discussões e eventos da cultura digital. Em debates virtuais e encontros presenciais, foi questionado se isto não seria cooptação ou “domesticação” e, ainda, colocaram como “paradigma” a realização da política do próprio coletivo, autônoma ao Estado — mas não do mercado. Em parte, essa discussão levou a um “racha” interno criando discordâncias e acusações entre coletivos e indivíduos que participaram do Ministério da Cultura e em programas de outros Ministérios, como no de Comunicação.

Por 18 meses, além das reuniões em seu apartamento, Prado formou no Instituto de Matemática e Estatística (IME) da USP o grupo autodenominado “Articuladores” e numa *wiki* formulou-se de forma colaborativa a “política pública revolucionária” que, segundo ele, contou com a participação de mais de 80 pessoas. Nas reuniões discutiam-se propostas para sair do “gueto” e se tornar a “*vanguarda do mundo da web 2.0*”.

Nesse processo Prado passou a circular nas atividades de coletivos como no Encontro de Rádios Livres, na Unicamp. Assim possibilitou-se a

atualização da contracultura *hippie* com o discurso pós-moderno e “era da informação” — oriundo das teorias midiocêntricas — presente em muitos dos coletivos como Mídia Tática, Rizoma.Net, Mídia Sana e Projeto Metáfora. Prado define-se hoje como um *hippie* digital, ou não.

O Ministério da Cultura passou a ser analisado por Prado como um “guarda-chuva” das políticas digitais, as quais foram divididas em duas grandes frentes: a primeira, de trazer as discussões das implicações do digital e do direito autoral; a segunda, da apropriação da tecnologia na prática, a qual foi traduzida no projeto dos Pontos de Cultura.

Sobre a flexibilização do direito autoral, Prado afirma que o primeiro mundo não consegue desconstruir essa ideia e isso afeta o desenvolvimento deles. Porém, nos países periféricos, onde a legislação trabalhista e o direito autoral “está longe”, já que a maioria dessas pessoas vive oficialmente desempregada e se sustenta através do trabalho informal e uma vez que nem sequer possui contato com essas ideias do “século XX”, fica muito mais fácil de se assimilar os modelos de novos negócios.

Para Prado, como a população periférica está acostumada a “se virar” para se sustentar, o programa Ponto de Cultura veio reforçar essa capacidade de “se virar”; “*eu e o Gil chamamos de sevirismo*”. Em documento do Cultura Digital, elabora-se a definição de “*sevirismo*” como de “*articular uma compreensão cultural e política de viabilização de uma nova cidadania digital na qual o acesso democrático ao conhecimento, aos meios de produção e à difusão da criatividade se dá a partir da apropriação de tecnologias que propiciam soluções de economia criativa.*” [16]

No final da gestão do ministro Juca Ferreira, e com o fim da Era Lula, como não se tinha certeza do que viria pela frente na gestão Dilma, esse campo que orbitava o ministério passou a se organizar e planejar um “governo paralelo”, capaz de influenciar a próxima gestão principalmente com os projetos dos quais eles são os gerentes e dominadores do discurso, pois são eles próprios que o formulam conceitualmente. Dessa forma, nasce a Casa de Cultura Digital, em São Paulo, denominada por alguns deles como um “bunker”, mas por outros como um espaço de *co-work* [17] das “empresas 2.0”.

O velho, o novo e o novíssimo

Há o novo e o velho. Há aqueles que, apavorados com o novo, proclamam que não passa de uma miragem. E há aqueles que, deslumbrados com o novo, esquecem que têm raízes. Não se trata aqui de recordar que além da ciberatividade existe o trabalho de mãos e pés e dorso vergado, porque o começo de uma tecnologia coexiste sempre com o fim de outra e pode argumentar-se que o importante é discorrer sobre as linhas de tendência que virão a hegemonizar o futuro. Pois bem, é o que vamos fazer.

Nota 16

Trecho extraído de “CULTURA DIGITAL 2007-2010 - UM PROGRAMA DO MINC”: http://docs.google.com/View?docid=ddc6knb_5cvjm7j&revision=_published.

Nota 17

A proposta de um espaço físico “colaborativo” é justamente para capturar as externalidades positivas dos envolvidos nessas iniciativas.

Temos então uma atividade informática que surgiu no quadro do capitalismo e não resultou de nenhum movimento exterior a esse quadro, não foi uma nova tecnologia criada por um qualquer cataclismo social que tivesse inventado uma sociedade nova. Mas respondem-nos que por aí mesmo estamos a mostrar o nosso arcaísmo, que esta é uma maneira velha de encarar a questão, uma maneira pré-, e que agora se vive na maneira pós-, que agora já não é a sociedade a criar uma nova tecnologia mas a nova tecnologia a criar uma sociedade. Dizem-nos que enquanto andarmos com as nossas teimosias e participarmos nas lutas sociais estaremos a fazer as coisas no lugar errado, porque é na internet agora que se inventa a toda a hora, a todo o minuto, a sociedade nova e diferente e livre.

Mas argumentos assim deixam-nos imobilizados de espanto ou contorcidos de riso, depende do carácter de cada qual, porque não há nada mais vetusto do que esse tipo de teses. No capitalismo não surgiu até agora uma grande inovação tecnológica que não tivesse sido apresentada por muitos como constituindo a ultrapassagem de todos os constrangimentos sociais. A humanidade iria enfim libertar-se da servidão do trabalho e da exploração graças à eletricidade, graças à agricultura científica, graças à produção de massa, graças à automatização e aos *robots*. Todas as novas tecnologias, inclusivamente o taylorismo, tiveram os seus poetas líricos e os seus prosadores proféticos. E para que a série se repita agora basta uma coisa — ignorar a história.

Não é outro o motivo por que insistem com tanta persistência que a informática provocou uma ruptura tal que deixa a história sem valor no presente. Só ignorando a história, e com esta indispensável condição, é que alguém pode acreditar que uma tecnologia invente uma sociedade e que este seja um programa nascido agora pela primeira vez. Mas a ideia de que a aplicação da eletricidade aos meios de produção constituía o fundamento de uma sociedade nova e emancipadora foi o programa da tecnocracia nos alvares do século XX, tanto na área do socialismo como nas margens mais progressistas dos governos daquela época. E deu no que deu. O mesmo com o resto.

A felicidade pela tecnologia

Se evocarmos o stalinismo todos pensam em muito *goulag* e pouco *goulash*, mas esquecem a outra face, que neste caso é o verdadeiramente importante. A partir da transição da década de 1920 para a década de 1930, com o lançamento dos Planos Quinquenais e a realização do Socialismo Num Só País, o stalinismo foi uma colossal operação de engenharia baseada no mito de que a novidade técnica haveria de criar uma sociedade nova.

Leiam a literatura política e econômica do stalinismo, e quem não tiver paciência para tanto veja o cinema soviético daquela época, e quem não o encontrar procure no Google as imagens de propaganda, e quem tiver um gosto verdadeiramente perverso leia os romances escritos de acordo com as diretivas do Partido — os outros ficaram então na gaveta — e verão que se tratou de uma enorme apologia à novidade técnica e da promessa de que essa técnica abriria as portas de um paraíso povoado por operários musculosos, camponesas robustas e criancinhas bochechudas.

Mas nunca, até hoje, as inovações tecnológicas trouxeram uma novidade social que não consistisse na reestruturação do sistema de exploração. E é para isto mesmo que chamamos a atenção no artigo *A esquerda fora do eixo* e nesta série de artigos *Domingo na Marcha*. Resumido ao fundamental, pretendemos mostrar que a informática, assim como possibilitou novos utensílios de luta, abriu igualmente vastos espaços à ação empresarial. É isto que temos dito e que estamos agora a dizer.

Link 3

<http://passapalavra.info/?p=9540>

Mas há quem aguarde nós chegarmos a este ponto do discurso para nos lançar outro argumento. É que, pretendem, as lutas e os confrontos estão agora ultrapassados. São pré-, e nós vivemos no pós-. A informática dispensaria as lutas, as lutas da velha toupeira e as da cacetada nas ruas, porque permitiria *hackear* o Estado. Em matéria de *hackers*, porém, não foi necessária a informática e há um século atrás, como este site recordou <link3>, Léo Taxil conseguiu penetrar no mais fechado e secreto dos Estados, o do Vaticano, na mais fechada das instituições, a Igreja Católica. Taxil já morreu, mas o Vaticano e a Igreja de Roma ainda aqui estão. Muito recentemente o WikiLeaks conseguiu penetrar não num Estado mas num grande número deles. Todos nós nos entusiasmos com este feito, todos nós tentamos, na medida das nossas curtas possibilidades, colaborar na defesa de Assange quando ele foi vítima de uma armadilha policial. Mas o que sucedeu em seguida? Nada.

Não sucedeu nada porque os movimentos de luta contra o capitalismo não estavam e não estão preparados para se aproveitarem de algo com a dimensão do WikiLeaks, como não sucedeu nada há um século atrás porque os movimentos de luta contra a superstição e a opressão moral não estiveram à altura da subversão conseguida individualmente por Léo Taxil. Continuando a resumir-nos ao fundamental, é precisamente para isto que chamamos a atenção no artigo *A esquerda fora do eixo* e nesta série de artigos *Domingo na Marcha*. Transformar Marchas — todas ou algumas delas — de mobilizações de luta em espetáculos capitalizáveis por um empresário mostra a realidade subjacente à pretensão de *hackear* o Estado. Não se trata de um discurso vazio. Muito pior do que isso, trata-se de um discurso perverso.

O primeiro hacker do Estado

A primeira pessoa que anunciou que tinha *hackeado* o Estado — com outras palavras, porque os hackers ainda estavam longe de existir — foi Alexandre Millerand, em França, em Junho de 1899, o primeiro socialista a entrar num governo burguês, como então se dizia. O caso criou um enorme escândalo, de um lado e do outro, e durante muito tempo foi esta a linha de clivagem dos socialistas, se podiam ou não participar em governos burgueses. Mas a argumentação com que Millerand e os seus incontáveis imitadores se defenderam é em tudo semelhante à que usam hoje os pretensos *hackeadores* do Estado, a tese de que por dentro é que se mudam as coisas.

Na realidade, porém, uma vez lá dentro são as pessoas que mudam. Como todos nós bem sabemos ao vermos o percurso de tantos antigos companheiros. Além de não libertar a sociedade, a informática não destrói também os mecanismos do poder.

Mas para quê toda esta discussão? Poderiam os empresários de negócios e os empresários de departamentos académicos alguma vez estar interessados em destruir o fundamento último das relações de exploração? Poderiam os que se sentem embevecidos e atraídos pelas margens do poder político alguma vez estar interessados em destruir o fundamento último das relações de opressão?

Continua aqui <Link4>

Link 4

[http://
passapalavra.
info/?p=42544](http://passapalavra.info/?p=42544)

**PRECISAMOS
DO NEGATIVO
PARA ABRIR
FENDAS.**

Lutas Sociais e Fetichismo: notas sobre o debate iniciado pelo Passa Palavra (III)

publicado no blog Razão Crítica

Elton Flaubert

Ainda.

Uma das teses mais controvertidas de Marx é a de que o desenvolvimento das forças produtivas levaria a tensão com as relações de produção, acirrando a luta de classes, e com isso, germinaria um novo modo de produção. Ao pé da letra e mecanicamente, o desenvolvimento das forças produtivas bateria o “teto”, que seriam as relações de produção, criando um acirramento da luta de classes, onde estas relações seriam necessariamente suprimidas. O capitalismo detém dentro dele os germens de sua destruição, mas mais do que isso: a intensificação do desenvolvimento das forças produtivas determinaria a superação das relações de produção capitalistas.

Dentro de certos limites, a leitura de Antonio Negri guarda um pouco desse caminho. As mudanças dentro do capitalismo são sempre reações à luta da multidão. A multidão constituinte que vai pressionando o constituído, e este vão incorporando suas lutas, mudando os paradigmas. Sobre a mudança destes, em “Império”, diz Hardt e Negri: “*A modernização econômica exige a passagem do primeiro paradigma para o segundo, da preponderância da agricultura para a indústria. Modernização significa industrialização. Podemos chamar a transição do segundo para o terceiro, da dominação da indústria, para a dos serviços e da informação, de processo de pós-modernização econômica, ou melhor, de informatização*”. (2001: p.301-302). Negri e Hardt flertam com um marxismo “tosco”, **onde quase (leia-se bem: quase) deposita na evolução das forças produtivas todo o movimento da sociedade**. Traçada a linha com a passagem de um paradigma a outro (amparada nas forças produtivas), o novo, pretensamente representado pela multidão constituinte, significa a potência que vai pressionar a potestas,

por liberdade. Tudo meio assim, tão fácil quanto: “Não gosta da mídia? Torne-se mídia” (aqui reina uma clara confusão entra a crítica da forma e do que a preenche. ‘Não gosta dos políticos? Torne-se político’ é substancialmente diferente de ‘não gosta do mercado? Faça novos mercados’. No primeiro caso, a menos que se seja contra a democracia, não há motivos para não entrar na política; no segundo, a crítica dirige-se a uma forma social). O chamado ‘controle espetacular integrado’ nos diria o ‘Debord’ dos comentários a sua própria obra-prima.

Obviamente, estas passagens de paradigmas, quase sempre baseada em pretensas oposições: Material x Imaterial, Fordismo x Pós-Fordismo, Industrial x Informacional, enfim; são problemáticas, e colocadas de maneira rígidas (e sem dialética) escondem não só o que permanece, suas dinâmicas, como a forma histórica. Isto sem falar, nos problemas que envolvem alguns conceitos, que definem o “novo paradigma”, como “trabalho imaterial” enquanto oposto a “trabalho material” (sobre alguns erros, ver: Ruy Fausto em “Marx: lógica e política – tomo II, p. 238”, onde ele analisa a dinâmica existente entre o material e o imaterial em Marx; e “Pós-Grande Indústria: trabalho imaterial e fetichismo” de Eleutério Prado, link: <link1>. A passagem de um esquema rígido a outro, pode ser cômodo no discurso, mas quando vai para a base sócio-histórica, para o empírico, não se sustenta. Afinal, as relações de produção históricas, a ontologia (histórica) do capital, o fetichismo da mercadoria, a igualdade abstrata do valor, continuam lá – só que de outras maneiras –, **e impedindo uma retomada autônoma e democrática das possibilidades da técnica, cada vez mais, menos sustentável, como era de se esperar.**

Gostaria de dar dois passos para apresentar a base das minhas divergências com Negri e Hardt: a questão da Imanência e o “sujeito positivo”. Como percebeu Nestor Kohan, nas suas sete teses sobre “Império” de Negri e Hardt (o texto em sua íntegra é bastante interessante, principalmente o paralelo com o projeto althusseriano), publicadas no livro: “Filosofia Política Contemporânea” <link2>, embora o negue, Negri volta a cair no determinismo, como fica expressa na sua análise da globalização: “Durante as últimas décadas, enquanto os regimes coloniais eram derrocados, e após o colapso final das barreiras soviéticas ao mercado capitalista mundial, **produziu-se uma irresistível e irreversível globalização das trocas econômicas e culturais**”. “Junto com o mercado global e os circuitos globais de produção emergiu uma nova ordem, uma nova lógica e uma nova estrutura de mando –em suma, uma nova forma de soberania: o Império. Este tipo de sociedade que estaria se desenvolvendo diante de nossos olhos seria o sujeito político que regula efetivamente estas mudanças globais, o poder soberano que governa o mundo”(grifos meus).

Link 1

<http://www.econ.fea.usp.br/eleuterio/ArtigosPublicados/Pos-GrandeTrablmatFetich.pdf>

Link 2

<http://tinyurl.com/3k8g2t3>

Além desta lembrada por Kohan, citaria outra passagem, só que esta do livro “O Trabalho de Dioniso”: “Na passagem do taylorismo ao pós-taylorismo, e do fordismo ao pós-fordismo, a subjetividade e a cooperação produtiva foram incentivadas como condições, e não como resultados, do processo de trabalho (...) nesse processo, a eficiência industrial é submetida às regras de autonomia e de autoatuação da classe operária” (2004: p. 145-146). Ou seja, a subjetividade e a cooperação produtiva foram condições para a passagem de paradigmas, a multidão constituinte empurrando (e por que não, reforçando) o constituído. O potestas está sempre agindo em reação a potência das lutas. Por isto, a apologética dos autores da globalização atual, como processo não só irreversível, mas IRRESISTÍVEL (“experimentem”, sic).

Existe neste esquema uma espécie de imanência. Imanência das lutas, talvez (**Uma sublimação da luta que nunca vai ao coração da totalidade do sistema? Por que o próprio pensamento está engradado?**). O problema da imanência, como bem notou Adorno, é que ela mantém uma íntima relação com os mecanismos fetichistas. Numa das clássicas frases da “Dialética do Esclarecimento”: “O princípio da imanência, a explicação de todo acontecimento como repetição, que o esclarecimento defende contra a imaginação mítica, é o princípio do próprio mito”. A imanência é o sempre-igual, o repetitivo dentro de um sistema, o congelamento da temporalidade; **coisificando história e natureza nas grades da “irreversibilidade”**.

Sutil, mas substancial diferença da imanência, mantém a crítica imanente. Um exemplo de crítica imanente foi à utilização de Marx de categorias da economia política, transformando os conceitos em seus opostos, ou seja, a utilização dos conceitos internos de uma categoria para mostrar como eles contradizem a si mesmos. **Em síntese, mostrar que é falso o que o objeto é**. A diferença é sutil, mas é significativa, e é ela que separa um pensamento positivo, que reproduz seu objeto, no caso, reafirmando o progresso como “irreversibilidade”; do pensamento que enxerga dentro e fora do objeto, levando a exaustão o conceito, mostrando a contradição de si mesmos, no caso, utilizando-se dos ‘progressos’ técnicos para mostrar suas contradições. É o que separa um pensamento orientado para um ‘sujeito positivo’ e não dialético, de um pensamento ‘negativo’ e dialético.

Mas a “crítica imanente” não basta. Era preciso retirar dela seu télos afirmativo (sua identidade, totalidade, etc.), ou seja, **criticar a si própria**. Por isso, Adorno vai transformar a ‘crítica imanente’ em ‘Dialética Negativa’. Para isto, é preciso entender o conceito de negação determinada de Hegel. De maneira simples, uma negação que é determinada, ou seja, tudo nega, está também, **ao mesmo tempo**, se negando, enquanto identidade. É a famosa chave da ‘Dialética Negativa’: “ir além do conceito, através do

Link 3

<http://antivalor2.vilabol.uol.com.br/textos/outros/benhabib.html>

conceito”. Como bem notou Seyla Benhabib, em “A Crítica da Razão Instrumental” **<link3>**: “*A tarefa da dialética negativa é revelar a natureza mediada do imediato, sem por isso cair na ilusão de que todo imediato tem que ser mediado. Isso só ocorreria se a totalidade se tornasse totalitária, se todos os elementos de não-identidade, alteridade e individualidade fossem absorvidos no todo*”.

Assim, reconhecer o novo não significa se adaptar a ele, como em certas leituras imanentes, mas resistir ao seu núcleo duro (resistir a sua imediaticidade, nem deslumbrar-se, nem negá-lo por si). Resistir à marcha do progresso e as ‘falsas’ facilidades: da subjetividade contemporânea narcísica, do sujeito positivo, da ideia de irreversibilidade da vitória do ‘que vem por aí’, do enquadramento fácil em paradigmas, do fetiche, do louvor militante por si, do livrar-se do exaustivo e paciente conceito. **É isto que separa a integração ao objeto e no caso, das relações sociais mediadas por mercadoria/dinheiro; da crítica por dentro e por fora do objeto, pensamento radical e negativo, buscando preservar o não-idêntico.**

Desconfio, que em ligação com a positividade determinada da luta, que claramente corre o risco de lhe tirar substância, está à obsessão de transformar qualquer coisa em “pós”. Na ritualização do “pré” e do “pós” existe muito mais do que simples identificação do que veio antes ou depois, mas um sentimento que contém a expressão de uma passagem necessária de um mundo ao outro, de um paradigma ao outro. **Um novo tão velho quanto à própria ideia progressista de que o novo arrebatará o velho**, mais cedo ou mais tarde. Como dizia Adorno, a permanência é outra parte da dialética, aquela que costumamos renegar em favor da esperança de progresso qualquer.

O desenvolvimento da técnica por si não deve ser nem demonizado, nem louvado. Se de um lado temos, a fetichização dela, onde se é atribuído vida própria a ela, que independe de seu uso e das relações sociais que a envolvem; do outro, temos a reificação, com a deificação da técnica. A técnica, envolta nas relações fetichistas mediadas por mercadoria/dinheiro, está não a serviço (coletivo) dos homens, mas ao contrário, coloca-se a serviço da dominação dos homens e da natureza, na roda viva infernal da acumulação do capital. **A crítica imanente se apropria dos novos meios de comunicação, não como triunfo positivo do novo, mas para mostrar a falsidade daquilo que o objeto é: as relações sociais fetichizadas, a ambiguidade do progresso, a técnica como domínio sobre os homens e a natureza, etc.**

A ontologia do capital, ou seja, ele como “sujeito automático”, “quase autônomo”, erigido das relações sociais coisificadas, não pode ser esquecida.

Dito de maneira mais simples, no mercado as relações entre as pessoas são relações entre coisas, mediadas pela mercadoria/dinheiro. E quem determina o próprio fazer não é o homem, mas o mercado, estrutura criada por, mas que se sobrepõe, aos homens.

Ora, que o “Fora do Eixo” queira entrar no Mainstream, que opte por fazer seus festivais nas áreas mais nobres do Rio de Janeiro, que fale ainda em termos como “cadeia produtiva da música”, ou ainda que escolham o critério do mais rentável na escolha das bandas, não diz nada além do fato deles “fazerem o que tem de ser feito”. Ou seja, que eles agem a partir de uma lógica empresarial, onde obviamente seu coletivo-empresa não pode sofrer prejuízo. Alguém ainda ousa dizer que as relações do coletivo não são mediadas pela mercadoria/dinheiro? Ou que a ordem de seus desejos não tenha uma lógica objetiva? Mesmo que a pretensa ideia do coletivo passe por um novo tipo de mercado, pautado por “práticas da economia solidária”, a forma do valor permanece, a objetividade do mercado idem, a ontologia do capital, como ser social objetivo, continua sua expressão.

O pensamento da afirmação quer agora transformar o mercado em espaço de luta. Já imaginaram: “É contra o mercado? Faça parte dele”. Cabe a pergunta: sobre o que estamos lutando, mesmo? “Ah, pelo novo, sempre novo, tão novo quanto sempre novo foi”. Quando se joga fora toda objetividade da forma do valor, o que sobra é “o caldo ralo” da subjetividade ilusória (e vice-versa), que não consegue reparar em nada além de si, transformando a questão em: assujeitamentos ou não assujeitamentos, em mercados solidários ou não solidários, boa personificação do capital ou não tão boa assim, etc.

A crítica não deve ser um “arrasa-quarteirão”, ela não pretende demonizar as personificações do capital, mas mostrar que é falso, o que o objeto é; criar fraturas. A fetichização nunca é total, existem aberturas. Precisamos do negativo para abrir fendas. Como coloca Holloway: “Começamos com o grito, não com o verbo”.

Por um conceito “negativo” de classe

De início, é preciso dizer que a definição ortodoxa de classe está fenececendo. Não é possível – se é que um dia foi – traçar de maneira bem delineada as classes sociais hoje. O que não significa dizer, que tudo seja confusão ou que elas não existam mais. Aliás, é preciso ter uma alta dose de ojeriza pelo empírico para chegar a tal conclusão. Não vivemos numa sociedade sem classes. **Elas existem, mas não são rigidamente delineadas, tampouco, são nulas de demarcações.**

Ora, que um juiz aplique a lei com maior benevolência para quem é mais abastado de dinheiro, e aplique a ‘letra da lei’ para o menos, é socialmente significativo, e demonstra não só alguma existência, como também certa consciência, de classe. Que a lógica do transporte coletivo funcione privilegiando com melhores ônibus e horários as linhas para bairros com perfil mais nobre ou de classe média, precarizando as linhas para a periferia, onde o povo é tratado, sem qualquer exagero, como um animal indo para o abatedouro, é também socialmente significativo. Que pessoas pobres estejam morrendo diariamente pelo (ultra) precário atendimento público, com acesso demorado a exames básicos ou fundamentais, em preferência a investimentos de outra ordem (vejam o superávit primário), é igualmente significativo. Que nossas cadeias estejam amarrotadas de pobres e negros, idem. Os exemplos são múltiplos: a ojeriza pelos pobres e a utilização das mercadorias como demarcador social; a desigualdade como lógica dos serviços públicos: coleta urbana, abastecimento d’água, saneamento básico, e tantos outros; a marginalização dos movimentos sociais; etc. Se isto não nos permite traçar as classes dentro de uma horizontalidade organizativa, mostra como sua existência está no cerne da vida social. Não é de estranhar que a ‘filosofia da afirmação’ de Negri e de seus seguidores (aqui pode se colocar mais ênfase nos seus ‘seguidores’ do que em Negri) tenham praticamente abandonado esta perspectiva (o “cognitariado”, como contraposto ao proletariado, ou seja, como passagem de paradigmas, não faz jus a multiplicidade destas demarcações sociais), já que os regressos e cisões da (pós) modernização são renegados em prol do festejo das novas dinâmicas.

A unidade da classe só pode existir na práxis. É preciso criar um conceito negativo de classe, sem que leve a objetivação do sujeito. Para isso, necessitamos que os que estão na margem do sistema, nem sempre em todas as questões, assumam-se como portadoras de negatividade, e vislumbrem que a precariedade, a insustentabilidade, e a falta de democracia, é a própria lógica da forma do valor.

Nossos maiores problemas para isto se encontram: no individualismo consumista de massa, no arrivismo, na pobreza de experiência, que leva o sujeito a querer sair da margem, sem se importar com os que lá ficaram, ou seja, o subjetivismo ilusório, a criação de ‘sujeitos positivos’, por que está é a própria lógica do valor. **A classe, assumida negativamente, precisaria dizer não ao esquecimento e a deslumbramento do controle integrado.**

Apesar do fetichismo estar além das classes (todos nós somos suportes do ‘sujeito automático’), acredito que, não parece razoável esperar das “personificações” diretas (em especial, o grande capital) da forma do valor, uma atitude negativa. Mesmo assim, um pipoqueiro, uma idosa que vive de

pequenos alugueiros, um pequeno dono de farmácia, são todas figuras que personificam o sujeito capital, e nem por isso, deixam de estar à margem, dentro da lógica da forma-valor. Sem essa abertura e maleabilidade no conceito de classes obteremos o mesmo risco de não enxergá-las.

Se não existe um grande sujeito burguês monolítico, tampouco, um proletariado monolítico. A classe ‘proletária’ é agora um processo, não um lugar. Ela não é um sujeito formado a priori. Mas também não é qualquer coisa. A questão é que não dá para criticar a forma do valor, sem, ao mesmo tempo, falar das estruturas fenomênicas que a sustenta. A classe portadora de negatividade não é mais o operário ou aquele que não detém meios de produção, apenas. O proletário não se reduz mais aos que não detém capital, mas pode ser entendido negativamente, como aquele que precisa trabalhar para viver e tem de suportar todo um sistema de coerções. **O proletariado é potencialmente o não-ser, é o humano negado, limitado, cerceado, comandado e que sofre ações do poder, mais do que as exerce.**

Mas para isso é preciso alternativas concretas. **Do “em-si” para o “para-si”, é preciso “sair-de-si”.** Guimarães Rosa já dizia que para entender melhor sua própria língua ele teve que estudar outras línguas. É preciso ir além da categoria abstrata “proletariado”, que é a outra face da mesma moeda, para por fim a esta cisão do fazer. Ao contrário do marxismo dos epígonos, que com a divinização da categoria ‘trabalhador’, divinizou o ‘trabalho’, e o próprio produtivismo. Em outros termos, o ‘dominado’ precisa “sair de si”, para entender que a negação a isso não é a reafirmação de si, ou o elogio do que se é, mas a negação da dissociação. (A amplitude da classe negativa e da luta fica claro neste ponto, que se aplica a várias lutas. Vejamos a questão de gênero, não se trata de reafirmar a feminilidade, mas de mostrar e negar de onde vem esta clivagem). O conceito de classe precisa estar ancorado na práxis da negação, ou seja, ela precisa se assumir negativamente, contra si mesma, contra o produtivismo, contra a falta de democracia em seu fazer. Por isto, a importância de se pensar as lutas.

Por um conceito “negativo” de luta

A organização da sociedade por meio da mediação mercadoria/dinheiro, a onipresença da técnica, a naturalização das ‘coisas como elas são’ do fetiche, ocuparam o mundo. O pensamento que podia ser inteiramente outro parece ter virado um esforço crítico quase sem esperança.

A luta contra o “sujeito automático” não é uma luta contra o abstrato. O fetiche é um automatismo alienado, não é absoluto, não é dado, ele é reproduzido, e é personificado. Se o automatismo fetichista é historicamente construído, a nossa subjetividade também é construída historicamente, e

logo, passível de mudança. Estrutura e ação não estão descoladas. Neste sentido, a boa e velha luta de classes continua válida. Acontece, que a luta não pode ser dirigida só ao processo produtivo, obviamente. Se assim o fosse, não haveria motivos para falarmos em fetiche, forma-valor, etc. Mas só em mais-valia. **A luta contra o fetiche é plural.** É luta por mais democracia. É luta contra a separação das pessoas de seu próprio fazer. Contra a dominação da natureza. Contra o espetáculo. Contra o valor-dissociação, o patriarcado, a clivagem de gêneros. Contra os ataques ‘progressistas’ à tradição indígena. Contra a transformação do conhecimento em valor-de-troca. Contra os ‘feudos’ institucionais. Contra o patrimonialismo e clientelismo que tomam de assalto o espaço público. **É luta negativa, que se apropria das categorias da atual sociedade, da ambiguidade dos avanços técnicos, não para louvá-los, mas para apresentar suas contradições, mostrar o estado falso daquilo que o objeto (nossa sociedade hoje) é.**

A luta não é contra um indivíduo, uma coletividade, mas contra quem (a luta não deve ser violenta, embora às vezes tenha que defender-se) personifica o fetiche, o sujeito automático. Em especial, os detentores do grande capital, cada vez mais concentrado, o domínio do capital financeiro, das transnacionais, dos monopólios e cartéis.

Se olharmos um pouco, veremos: o agrobusiness abutre, a política performática, o vale-tudo do grande capital, a deificação da técnica, o fascismo de nossas classes abastadas, o preconceito internalizado, nosso laboratório de malandragens, a intersetividade cínica, a corrupção, a precarização, etc. Múltiplas demonstrações e demarcações sociais. Não é possível que tudo isto não nos diga mais nada. O indivíduo do ‘espetacular integrado’ é aquele que não se indigna, nem com toda sorte de injustiça. Que tal, voltarmos a pensar? Mas pensar, mesmo. Com tudo que isto implica: radicalidade, separação (!) e ligação (!), ao mesmo tempo, com a práxis. Assumir a esquizofrenia entre a teoria e a práxis, imposta pelas condições sociais, para mostrar as próprias contradições do sistema, que podem levar a sua superação.

Dito isto, **é preciso voltar a pensar nas especificidades das lutas.** Existem conjunturas, correlações de forças. A luta reformista (por inclusão) é quase sempre o primeiro passo, pode nos garantir algum terreno e consistência, por ser uma luta das condições mais imediatas. Essa luta precisa ser ampliada. Neste ponto, é mais fácil o diálogo com os ‘liberais’ mais alinhados à esquerda, do que com alguns bolcheviques de igrejas, extremistas loucos por uma violência revolucionária catártica, em defesa do “legado”, em uma quase inspiração divina, que só pode ter efeitos diabólicos. A única violência legítima é a contra-violência direta, ou seja, a resposta direta a agressão, a autodefesa. Fora disso, seja ela gratuita e ou indireta

(revanchismo), toda e qualquer violência precisa ser execrada. É preciso defender também as conquistas históricas dos direitos humanos e algumas conquistas de liberdade da sociedade burguesa.

É preciso largar tanto a realpolitik pragmática, quase sempre produtivista (repete incessantemente o fetiche e a naturalização das coisas), tanto quanto o revolucionarismo por si: tanto o ‘bolchevique’, quanto o niilista. A crise dos partidos políticos relaciona-se com os próprios limites do reformismo, de certo pragmatismo quase desprovido de conteúdo e projeto, reproduzindo “as coisas como são”, o “fazer o que tem de ser feito”, ininterruptamente. Esta crise é mais um dos sintomas da insustentabilidade – não só ambiental – da forma-valor. O que está em crise não é a representabilidade política, os partidos, tampouco a democracia, mas o tipo de representabilidade, o tipo de partido, e a democracia excessivamente formal. Ao mesmo tempo, é preciso criticar formas autoritárias, em suma, o jacobinismo. E principalmente, uma tendência que não para de crescer: o niilismo de esquerda, a negação da negação que se transforma em mais negação, sem qualquer dialética, que simplesmente não aceita os limites da vida social, nem ao menos, se preocupa em pensá-los, defensores da inércia, do “não faça nada, por que tudo sempre será fracassado”, já que tudo tende ao desaparecimento ou ao “desvio”; querem o céu na terra, mas é claro, terão o inferno. Nossa luta é por mais democracia. Democracia esta, que está impedida de se expandir pela forma do valor, pela vida mediada pela mercadoria/dinheiro. Não só a democracia, como a nossa própria vivência como espécie está ameaçada.

O poder institucional não pode ser desprezado, ele faz parte das estratégias de lutas negativas. Neste ponto, discordo de John Holloway, não acredito que seja possível uma sociedade – em nossas atuais condições – sem alguma espécie de poder, e sem instituições (a própria sociedade é uma instituição, como mostrou Castoriadis). A questão é pensar a legitimidade e necessidade de certo poder, e como já dito várias vezes, a falta de democracia em nosso fazer. Em curto prazo, concordo em partes com o professor Ruy Fausto <link4>: *“Queremos uma sociedade democrática, muito democrática. Quanta escória antidemocrática subsiste nas sociedades ocidentais! Depois, uma sociedade muito igualitária, mas não absolutamente igualitária. Terceiro, uma sociedade em que, havendo mercadoria e dinheiro, o capital seja freado de algum modo. Para isso, existem alguns meios: imposto de renda realmente diferenciado, desenvolvimento de cooperativas, ação do Estado nos setores fundamentais”*. Se hoje não dá para fazer uma luta direta contra o capital, que então, assumamos algumas reformas, para ganhar algum respiro contra ele, **mas sem perder de vista, e com clareza, que nosso alvo é a questão estrutural**. Neste ponto, o esquerdismo não ajuda, pois lhe falta paciência, embora lhe sobre vontade.

Link 4

http://www.jornalobate.com.br/site/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=4845

O problema é que no longo prazo isto não resolve nossos problemas. A forma do valor permanece, a ação autômata do capital é cada vez mais visível e cínica, e a deificação da técnica é cada vez mais presente. **De modo que não só as democracias liberais bateram no teto, como a ameaça de extinção é séria.** Se já não bastasse isso, nos afundamos em novas espécies de barbáries, onde emerge a personalidade autoritária, protofascista. Sobre isso, ver o estudo de Monica do Amaral: “*O Espectro de Narciso na Modernidade*”, onde ela mostra que a subjetividade contemporânea é excessivamente narcísica, com tendências a autodestruição, quase como no retorno violento do mito no nazifascismo. Diante disto, é urgente pensar no longo prazo lutas de antifetichização, de superação da forma do valor. Luta esta, que se é negativa, como já afirmamos no começo desse tópico, passa pela luta de classes, mas esta vista de outra perspectiva: a negativa. Para isto, considero fundamental o trabalho de base e a questão da educação.

Link 5

<http://sinaldemenos.org/2011/02/24/sinal-de-menos-5/>

Em recente (e excelente) entrevista a Revista Sinal de Menos <link5>, o professor Marco Fernandes declarou: “*Com a exceção do MST e das CEBs, quase ninguém mais faz trabalho de base. Os núcleos do PT desapareceram. Os movimentos sindicais já não vão mais para a porta de fábrica, não tem mais comissões de fábrica. A (auto)crítica de Frei Betto e compartilhada hoje pela maior parte do que restou da esquerda organizada. É patente a falta de influencia das organizações combativas sobre a vida cotidiana, sobre os valores e as ideias da maioria esmagadora da classe trabalhadora, bem como é nítida a insuficiência de nossas atuais organizações em servir como instrumento político e de mobilização populares massivas com o objetivo de pressionar o Estado e os patrões a atenderem ao menos nossas reivindicações mais básicas (como no caso da reforma agrária, da reforma urbana, da reforma da previdência, da reforma política, da manutenção do pagamento de extorsivos juros da dívida pública etc.), para não falar das transformações estruturais. Evidentemente, não há como imaginar um avanço da hegemonia política e cultural da esquerda, nem mesmo a longo prazo, sem que haja uma retomada consistente do trabalho de base nos locais onde a classe convive, sejam estes de trabalho, moradia ou estudo*”.

Mais uma característica da atual crise da política se manifesta no fato de partidos (ou tendências dentro do partido) que advoguem direta – ou indiretamente – o socialismo, sob suas diferentes e múltiplas formas, não consegue ir além de uma tipologia engessada, sem nenhuma preocupação com a formação. Os “militantes profissionais” da UJS, do PCR, e de tantos outros, estão aí para provar isso. É importante não confundir resgate do trabalho crítico de base na formação de sujeitos mais conscientes e reflexivos, com o proselitismo tacanho, cartilhesco, com meros fins eleitorais, da maior parte dos partidos. Resgatar o trabalho crítico de base é fundamental

para qualquer luta democrática que se queira negativa. É levar para “fora-de-si”, para se reencontrar. Neste sentido, a grande tarefa da educação é evitar a barbárie, e para isso, formar sujeitos minimamente conscientes, refletidos na história, ou seja, experientes. **A experiência é um processo auto-reflexivo, em que a relação do indivíduo com o objeto forma a mediação para formar o sujeito.**

Poucas coisas podem ser tão nocivas à esquerda hoje do que os chavões, o simplismo, e o discurso de “fim de feira” de alguns teóricos, especialistas em estetizações de toda sorte, o vulgar “oba-oba” do pós-tudo, frases feitas, imediatas, e talvez por isso, atraentes, que rapidamente viram referência, mais de autoajuda militante, do que de reflexão. Charmosas, e completamente artificiais. O chamado “Buzz word”, aqueles zumbidos sobre um autor que rapidamente tornam-se máximas de sapiência, que na verdade, mais representam o conformismo.

Aos que ousam negar, meu sentimento.

**COMO
CAÇAR O
CAPITALISMO
DE DENTRO,
JÁ QUE A
RELAÇÃO
SOCIAL É
ANTAGONISTA?**

Dormindo na marcha III

publicado no Quadrado dos Loucos

Bruno Cava

Segue abaixo a terceira resenha da série sobre a crítica começada pelo coletivo **Passa Palavra**, com *A esquerda fora do eixo* (17/06). Em 29/06, o *Quadrado dos loucos* publicou o comentário *Sair dos eixos à esquerda* e, em 3/07, *Pós-modismo pós-festivo*, que dialoga com texto de **Ivana Bentes** ao **Trezentos**, *A esquerda nos eixos e o novo ativismo*.

Neste, enfrenta quatro artigos sob o título *Domingo na marcha*, também do **Passa Palavra**.

Cada vez mais fica clara a referência teórica do **Passa Palavra**. Em 1987, o teórico marxista e *capo* militante **João Bernardo** escreveu *Capital, Sindicatos, Gestores* (1987). Nesse livro, expõe a sua teoria dos gestores — burocratas do estado ou gerentes/executivos de empresas. Os gestores não integram a classe proletária, servem como altos funcionários do capital e são centrais para a cooptação do movimento operário. Em síntese, “*A partir do momento em que são os gestores que comandam incontestadamente o capitalismo, é o antagonismo entre eles e a classe operária que passa para primeiro plano.*” (p. 9).

No Brasil, o sociólogo do trabalho **Ricardo Antunes**, fundador e intelectual orgânico do PSOL, em *Adeus ao trabalho?* (2008, 15ª ed.), entre outros, compartilha de tese semelhante, tomando por objeto de estudo o sindicalismo: “*Uma tendência crescente de burocratização e institucionalização das entidades sindicais, que se distanciam dos movimentos sociais autônomos*”, com conseqüente “*distanciamento cada vez maior de ações anticapitalistas e perda da radicalidade social*” e “*incapacidade para desenvolver e desencadear uma ação para além do capital*” (p. 70). Logo a seguir, em nota

de fim de capítulo, elogia João Bernardo, que “*levou ao limite esta crítica, mostrando, não sem boa dose de razão, que os sindicatos tornaram-se também grandes empresas capitalistas, atuando, enquanto tal, sob uma lógica que em nada difere das empresas privadas.*” (p. 75)

Essa matriz é então utilizada para identificar uma lógica de gestão empresarial capitalista, seja no coletivo **Fora do Eixo**, no **Instituto Overmundo**, na **Casa da Cultura Digital** e, generalizando, no amplo e heterogêneo espectro de grupos e coletivos organizados ao redor de editais e programas do ministério da cultura no governo Lula, com **Gilberto Gil** (2003-08) e **Juca Ferreira** (2009-10).

Na ótica do **Passa Palavra**, tais grupos não passam de “ativismo empresarial”, sob o ponto de vista do trabalho. Disfarçam-se de inovação, militância 2.0 e discurso revolucionário para fazer o mais do mesmo: a exploração capitalista do trabalho. Assim, cooptam energias rebeldes da juventude, usurpam as bandeiras da esquerda e agem como colaboracionistas para o desenvolvimento de um novo capitalismo de redes e fluxos. A disputa entre esses movimentos político-culturais 2.0, de um lado, e a indústria cultural, ECAD, IIPA, SECULT-PT e medalhões, do outro, não vai além de uma briga interna ao capital, entre os exploradores fordistas e os pós-fordistas. Sim, é o novo contra o velho, porém todos inteiramente atrelados à lógica do capital e sua mercantilização da cultura. O **Overmundo**, o **Fora do Eixo**, o **Creative Commons**, a **Casa da Cultura Digital**, os **Pontos de Cultura** em geral, tudo isso não é anticapitalista o bastante, apesar da propaganda. Falta tensão dialética, falta luta de classe, falta rancor. Basta analisar a dinâmica produtiva do **Tecnobrega**, para ali perceber a formação de uma indústria desigual, da divisão social e de um regime de acumulação. Se esse é o “novo modelo de negócios”, nada mais capitalista, logo injusto.

Na realidade, para o **Passa Palavra**, todas essas iniciativas sob crítica são ainda outra vez capitalismo — um capitalismo mais profundo e abrangente. Não admira o rapper Emicida vender a sua contracultura e atitude irresignada e se tornar o garoto-propaganda do Banco Itaú. Nem tantos slogans de “responsabilidade social” ou “consciência ambiental” na publicidade empresarial. *Starts with you!* O capitalismo cognitivo, enfim, não vende produtos, mas mundos em que esses produtos existem. Isso já se conhecia desde as sofisticadas propagandas de cigarro nos anos 1980/90, em que todo um modo de vida modernoso era engendrado para cada marca.

Assim como a geleia geral da contracultura dos anos 1960 terminou reapropriada pela ordem capitalista, o pós-modernismo se integrou inteiramente ao fetichismo da mercadoria na sociedade de consumo. Daí o rancor dos textos, quando os novos gestores e empresários, e o **Fora do Eixo** em especial, tentam *capitalizar* simbolicamente em cima das marchas

das liberdades. Pior do que isso, agora os gestores não fazem mais nada, limitando-se a capturar o ciclo produtivo de fora, chamando-o malandramente de “externalidade positiva”. Nada mais vampiresco. Eis a origem da necessidade de denunciá-los, de expô-los como traidores da classe, colaboracionistas em pele de cordeiro.

Afinal, vocês, ativistas 2.0, não passam de acadêmicos *new age* deslumbrados e empresários da novidade-que-veio-dar-à-praia, em qualquer caso distantes da verdadeira revolta que move os oprimidos e alimenta o motor das rupturas históricas. Então, a certa altura, o **Passa Palavra** mostra o muque, cospe no chão e se proclama mais militante: “*Não há teoria que não seja reflexão sobre lutas concretas, reais, vividas, sentidas na pele e narradas por aqueles que lutam, enquanto lutam. E é o que temos feito.*”

A análise é pertinente, bem estruturada, marxista e parte de premissas indisputáveis. Mas onde está o erro? o tremendo desvio de perspectiva? nas conclusões?

É claro que o mercado engorda os olhos para o manancial de novos movimentos político-culturais. É evidente que as suas engrenagens buscarão reapropriar-se e alimentar-se dos novos modos de produzir e organizar, transformando-os em mercadorias e imagens e espetáculo. O carnaval, o tropicalismo, o samba, o funk, o hip hop, a cultura *hacker*, o compartilhamento, as redes produtivas de cultura, os fluxos de afetos e desejos da geração, tudo isso é óbvio que se tentará tirar da circulação comum, privatizar, pôr um preço e atrapalhar, quiçá criminalizar o uso livre. É assim mesmo que funciona a Grande Máquina: canibalizando o trabalho vivo, o trabalho social combinado, tudo o que os homens produzem e *se produzem* e se valorizam, nesse processo de constituição do mundo.

Os autores do **Passa Palavra** insistem na luta de classe. Ora, isso é reconhecer, em primeiro lugar, que a relação social mediada pelas coisas possui dois polos. Que, onde há exploração e explorado, também há resistência e sujeito político. Que, se o capitalismo tanto se interessa por certos processos de produção e valoração, é porque ali há trabalho e riqueza. Porque sem isso, sem o trabalho vivo, sem a potência de vida dos homens, o capital não é capaz de produzir nada. Então menos do que recuar e torcer o nariz para esses movimentos tão produtivos (eureka, o capitalismo já percebeu isso!), é preciso *mergulhar* neles. Pessimismo na razão, otimismo na ação. Faz-se urgente mergulhar com todo o senso crítico e toda a revolta ranco-rosa nunca-ressentida da geração.

O tropicalismo, a contracultura, ora, a Revolução Russa tiveram seus momentos de lutas inovadoras, seus devires libertários e comunistas. Toda revolução são muitas revoluções. Se depois foram neutralizados,

mastigados, deformados, se depois passaram a falar em nome disso tudo para outros propósitos, como de fato passaram, ora, isso foi *depois*. Não dá pra julgar a revolução pelo futuro da revolução. Seria a suma injúria. Existe toda uma memória militante, muito além da história que ficou, onde faíscas e lampejos podem ressignificar o presente e, uma vez mais, efetuarem-se *no sentido da libertação*. Porque, acredito, ninguém é ingênuo para sustentar que a virada digital resolva os problemas do estado, dos partidos e dos patrões, como se *soviets e internet* conduzisse ao fim da história.

Vale escutar o coletivo EduFactory: “*Acolher a radical inovação da forma-rede significa, antes de tudo, assumi-la como um campo de batalha, continuamente atravessado por diferenciais de potência e por linhas de força antagonistas, pela produção do comum e pelas tentativas de capturá-lo. E evitar toda e qualquer teleologia ingênua que termine por ler a intelectualização do trabalho como desmaterialização das relações sociais e o fim das experiências de luta. A rede é, ao contrário, uma estrutura hierárquica, e que a horizontalidade não é nada além de uma relação de força que é posta em questão. As práticas de subtração e autonomia, por um lado, e os processos de captura e de subsunção, por outro, constituem o ponto de tensão imanente à cooperação social*”: <link1>.

Link 1

<http://www.edufactory.org/wp/>

Portanto, identificar e esquadrihar as estratégias da reconfiguração capitalista, do fordismo ao pós-fordismo, é fundamental. Nisso, o **Passa Palavra** acerta. Forte no diagnóstico, mas por enquanto insuficiente em como resistir. Deve-se passar, agora, ao segundo estágio. O que fazer. Como imergir nesse movimento, sem medo ou ressentimento, e contribuir para dar-lhe um sentido libertador? Como caçar o capitalismo de dentro, já que a relação social é antagonista? Porque se há trabalho vivo ali, habemus proletariado. Quem são os aliados e parceiros nessa luta? Como entrelaçar-se com eles, dialogicamente, ajudar a “*sistematizar seus anseios e construir uma pauta que movimente todos numa direção comum*”?

Decerto jamais com conclusões peremptórias, que apontam o dedo ao diferente para acusar-lhe de inimigo ou traidor de classe. A crítica constrói quando explora as condições de possibilidade da superação do que existe. E não como dialética puramente negativa, que tende ao diletantismo e à paralisia prática. Não há como contornar, em todo esse formidável esforço do **Passa Palavra**, certo tom sectário e até mesmo autoindulgente O que, aliás, o MinC com Gil e Juca *menos* adotou, uma vez ocupado pelos movimentos sociais que fazem a luta *do* trabalho e *por dentro* dele.

**O TRABALHO NA
ÁREA CULTURAL É
ESTRUTURALMENTE
INSTÁVEL E, POR
ESTA RAZÃO, O
TRABALHADOR
É FORÇADO A
ACEITAR E NÃO
REJEITAR PROJETOS
E CONDIÇÕES DE
TRABALHO QUE
PROFISSIONALMENTE
NÃO O SATISFAZEM**

Domingo na Marcha (5ª parte)

publicado no Passa Palavra

Passa Palavra

Apertando os pontos da cadeia produtiva

Durante a gestão de Gilberto Gil e Juca Ferreira, no Ministério da Cultura, iniciou-se a fomentação de uma cadeia produtiva de uma indústria cultural nacional através do Programa Cultura Viva. Se num primeiro momento nos debruçamos no discurso oficial, nesta parte analisamos dados da pesquisa “Cultura Viva - avaliação do programa arte, educação e cidadania” (2009), realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Uma pequena nota metodológica. A pesquisa foi feita numa parceria com a Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), que fez a pesquisa de campo com 229 pontos nas regiões Norte e no Nordeste, enquanto o IPEA entrevistou 297 pontos nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. No total, o universo da pesquisa de campo foi de 526 pontos, que possuíam diferentes níveis: 457 pontos de cultura, 36 pontos conveniados ao Ministério da Cultura, 33 pontos de cultura ligados à rede municipal ou estadual.

Em 2009, o Ministério da Cultura apoiou 2.517 pontos e capacitou 7.407 agentes culturais, totalizando o gasto de R\$ 119,6 milhões [1]. Segundo a pesquisa, os pontos foram precedidos anteriormente por associações (55%), grupos artísticos (14%), atividades comunitárias (8%) e por pessoas (5%). Os órgãos públicos também aparecem e representam 2,8% dos pontos. As atividades dos pontos de cultura destacam-se nas áreas de música (68%), manifestações populares (61%), audiovisual (58%), teatro (54%), literatura (52%) e artesanato (48%).

Sobre a origem dessas instituições, 28% delas foram criadas entre 1930 e 1980, 35% na década de 1990 e, nos anos 2000, 37%. A situação dos imóveis onde funcionam os pontos revela que 25% são alugados, 20% têm donos, 22% são cedidos por órgão público, 8% resultam de parceria com ONGs, 7% são espaços

Nota 1

Isso corresponde à utilização de 85,6% do orçamento, sendo o total de R\$ 139,6 milhões autorizados. Em comparação entre 2005 e 2009, os recursos aumentaram em 72%.

de instituição de educação básica, 7% são instituições de classe (sindicatos), 4% são cedidos por pessoas físicas e 3% são associados a instituições privadas.

As condições da instalação do ponto foram avaliadas pelo IPEA com a necessidade de “*dotar os espaços de recursos com nível de qualidade aceitável em termos genéricos, a partir de padrões mínimos discutidos. Não se trata de ‘burocratizar’ o programa, e sim de criar parâmetros que permitam estabelecer dispêndios aceitáveis em termos de investimentos.*”

O programa também foi responsável em iniciar as atividades e na fomentação de novas iniciativas culturais. Levando em conta o universo da pesquisa, em São Paulo, 15 pontos (23%) não realizavam atividades antes do Cultura Viva, em Minas Gerais, 21%, e no Rio de Janeiro, 15%.

A idade média dos coordenadores dos pontos ultrapassa os 40 anos, sendo apenas 21% jovens, e 76% possuem curso superior ou superior incompleto; apenas 17% possuem ensino médio. Ainda sobre a formação destes gestores culturais, 74% disseram ter capacitação na área. No entanto, essa formação incluía desde encontros e reuniões até mestrados. É interessante notar que 89% dos coordenadores ou gestores dos pontos moram no próprio local, sendo esta uma forma de abater o aluguel das contas pessoais.

Os pontos possuem em média 10 trabalhadores, sendo 60% remunerados e 40% voluntários. Na maioria dos pontos (85%) utiliza-se trabalho temporário de terceiros, como o de educadores em 55% dos pontos, serviços de contabilidade em 35%, suporte técnico em 33%, serviços gerais em 22%, consultoria jurídica em 19%, assessoria de imprensa (comunicação e divulgação) em 19% e apoio psicopedagógico em 11%.

O público atendido diretamente pelas atividades dos Pontos de Cultura foi de 124 mil pessoas, sendo 70% de público local. Indiretamente, o público atingido sobe para 1,2 milhão de pessoas. Para os coordenadores, grande parte do público encontrava-se em condição de vulnerabilidade social.

Na dimensão econômica, os pontos dependem do recurso do Ministério da Cultura e, segundo a pesquisa, nenhum deles acessou crédito ou empréstimos de instituições financeiras. Mais da metade dos pontos afirmou que obtinha receitas com venda de artesanato, o resto vendia DVDs ou obtinha receitas através de apresentações musicais. E quando os pontos se articulam com outras instituições, 43% deles tornam-se parceiros de instituições privadas. Segundo o IPEA, isso “*reflete suas possibilidades de adquirir autonomia em relação aos recursos de fundo perdido, advindos do ministério*”. Diante dos atrasos nos repasses de recursos – apontado como a principal reclamação pela maioria dos coordenadores –, além da dificuldade no pagamento das despesas, os pontos atrasam suas atividades e o público evade, prejudicando a manutenção da programação [2]. Uma crítica recorrente dos coordenadores é à burocracia e nos atrasos do repasse dos pagamentos.

Nota 2

Por conta dos atrasos nos recursos houve conflito entre os jovens beneficiários de bolsas e gestores dos Pontos de Cultura, uma vez que as bolsas passaram a compor a renda familiar.

Em síntese, o programa Cultura Viva, determinado pelas ações e formulações da gestão do Ministério da Cultura de Gil e Juca Ferreira, estimulou a criação de uma cadeia produtiva a partir de agentes culturais previamente existentes, injetando recursos para “oxigenar” a produção cultural local. É a transformação do tecido cultural em chão de fábrica, sendo fundamental nesta fase inicial a utilização de subsídios. Segundo a pesquisa do IPEA trata-se de explorar e aprofundar “a capacidade de geração de renda pela própria atividade desenvolvida nos pontos de cultura, mediante remuneração da atividade realizada ou comercialização dos produtos e produções culturais”. Consolida-se e adota-se o discurso de incentivar a busca por outras fontes de recursos como, por exemplo, os novos modelos de negócios, representando assim a transformação da lógica das associações culturais em empresas culturais [3].

Nota 3

Vide o exemplo do Tecnobrega no Pará, apresentado na 3ª parte desta série.

Por outro lado, a precariedade do trabalho nesta rede é vista em vários aspectos como a formação difusa dos agentes culturais, a mudança de prazos no repasse dos recursos, a subcontratação de oficinairos, os contratos temporários, a terceirização dos serviços, a ausência de direitos trabalhistas e a utilização de voluntários para cobrir as atividades. Trata-se de um programa de estímulo ao trabalho cultural; uma política pública de cultura que transformou diferentes agentes culturais em profissionais precários, sendo assim um programa de prospecção e profissionalização de iniciativas culturais. A precarização está ainda presente no discurso quando se aplica o termo de “sevirismo”, isto é, da população periférica estar acostumada a “se virar”, sendo esta mentalidade acolhida não como uma denúncia, mas como uma política de Estado.

A quantidade de atendidos e beneficiários no Cultura Viva deve-se à repartição dos recursos. Fez-se muito com pouco. É semelhante à mágica operada pelo Programa Bolsa Família, no qual, com um custo que jamais ultrapassou 1% do PIB, se atingiu 12,7 milhões de beneficiários.

Nota 4

Devido à análise existente a respeito da responsabilidade social e dos impactos da renúncia fiscal, sendo uma discussão que ocorre também internamente no Ministério da Cultura, optamos por analisar o caminho da economia criativa.

Empreendedores culturais, o ativista dos negócios & o novo espírito do capitalismo

No Brasil e no mundo, nas últimas duas décadas o capitalismo, em sua versão neoliberal, impactou todas as esferas da vida social e, atualmente, passou a prospectar nichos exploráveis economicamente. No âmbito da política cultural testemunha-se essa herança através dos mecanismos de renúncia fiscal – como a Lei Rouanet [4] –, mas também na produção cultural esse percurso é trilhado dentro da “economia criativa”, enquanto uma tendência de um novo modelo de gestão do trabalho, na qual os empreendedores – sejam eles culturais, criativos ou sociais –, passam a

ser elementos fundamentais para o crescimento econômico. Um impacto tardio do neoliberalismo, mas com um poder de capilaridade que se coloca diante dos movimentos sociais.

A origem do tipo ideal de “empreendedor cultural” deriva da teorização da indústria cultural para as indústrias criativas. As indústrias criativas abrangem todo o trabalho que desfruta da criatividade, talento ou habilidade individual, o qual se vincula com a propriedade intelectual. Essa indústria é composta pela publicidade, *marketing*, *design*, moda, audiovisual, programação, *games*, etc. Incluem-se assim setores produtivos emergentes. Diversos autores e políticos superestimam a capacidade dessa indústria de serviços da cultura colocando-a como substituta da “indústria pesada”. Trata-se de uma adaptação do discurso de prosperidade econômica tendo em vista a realidade, a qual revela um processo de desindustrialização das economias centrais, e, assim, o crescimento econômico da “sociedade do conhecimento” e dos seus derivados teóricos (“Era da informação”, “pós-fordismo”, “Sociedade em rede”, etc.) dependeria agora cada vez mais dos serviços.

No Brasil, conforme descrito na 4ª parte desta série, destacamos o esforço do governo nas gestões de Gilberto Gil e Juca Ferreira em modernizar a política pública cultural para prospectar e fomentar as iniciativas de uma indústria criativa com a diferença referente à flexibilização da propriedade intelectual, mas que não chegou a concretizar um caminho dentro dos novos modelos de negócios.

O termo empreendedor, restrito em seu aspecto econômico, como o de agente inovador, foi conceituado pelo economista austríaco Joseph Schumpeter. Em sua teoria econômica, o empreendedor passa a ter a função de romper as crises cíclicas de estagnação econômica através da inovação. Torna-se assim uma peça chave para o desenvolvimento econômico: “A função de um empreendedor consiste em reformar ou revolucionar o sistema de produção” (1983:181), seja através de uma nova mercadoria, abertura de um novo mercado, nova fonte de fornecimento de matérias-primas e bens ou através de um método novo de organização da indústria.

Nesta concepção, ser proprietário de uma empresa não significa necessariamente ser um empreendedor. Nem todo mundo pode ser um empreendedor, observou Schumpeter, mas apenas uma fração da população poderá sê-lo, pois “*não consiste, essencialmente, em inventar algo nem em criar de outro modo as condições que a empresa explora. Consiste em obter êxitos*” (1983:181). O empreendedor assume então um papel de ator econômico para o desenvolvimento, cujas tarefas exigem certas características como a de ser “valente”, “corajoso”, “independente”, isto é, ser alguém que não teme os riscos.

Mas, ao contrário do que possa parecer, “a interpretação econômica da história não significa que os homens atuam, conscientes ou inconscientes, total ou primordialmente, por motivos econômicos. Pelo contrário, um elemento essencial da teoria e uma de suas mais importantes contribuições está na explicação do papel e da influência dos motivos não econômicos e na análise do modo em que a realidade social se reflete nas psiques individuais.”

Para o empreendedor agir, Schumpeter afirma que não é necessário capital acumulado, mas sim crédito: “diferentemente do referido, não pressupõe a existência de resultados acumulados do desenvolvimento anterior, e por isso pode ser considerado como o único disponível dentro de uma lógica estrita. Esse método de obter dinheiro é a criação de poder de compra pelos bancos [...]. É sempre uma questão, não de transformar o poder de compra que já existe em propriedade de alguém, mas a criação de novo poder de compra a partir do nada” (Schumpeter, 1911, p. 53).

Na dimensão do *ethos*, o autor do best-seller *O livro negro do empreendedor* (2009), Fernando Trías de Bes, afirma que “empreender é uma forma de se enfrentar o mundo, é uma maneira de entender a vida como a que não todo o mundo se sente confortável”. O empreendedor que acredita estar neste papel para ser livre, isto é, ele próprio determinar as regras do jogo, é um falso empreendedor, pois “o empreendedor poderia tirar qualquer dia livre. Poderia tirar dias de férias de vez em quando. Mas nunca o faz. O fato de saber que poderia fazer já passa certa sensação de controle e domínio sobre a própria vida, mas a verdade é que o verdadeiro empreendedor geralmente chega à conclusão de que no dia lhe faltam horas para trabalhar”. Desta forma, “um dos motivos mais lamentáveis para empreender que se dão com maior frequência é a busca de um equilíbrio entre a vida pessoal e a profissional”. Assim, o verdadeiro empreendedor não divide sua vida com os negócios, a sua vida é os negócios. Uma visão instrumental que reflete exatamente o *homo economicus* do pensamento liberal e neoliberal, no qual o sujeito busca maximizar seus benefícios através de opções racionais dentro do mundo convertido em mercado.

Há também, dentro do imaginário social, o tipo ideal dos empreendedores tecnológicos, os quais frequentemente são retratados como cientistas que investem em experimentos em sua própria garagem e, atualmente, estariam encarnados nos jovens *geeks* que se transformam nos novos mandarinins do capitalismo global, com suas empresas de serviços *online*. Bastaria basicamente uma excepcional ideia na cabeça e trabalho árduo, mas há quem coloque outros ingredientes na receita para o sucesso: a ideologia da pequena e próspera empresa, gerida pelo empreendedor genial elevado ao patamar máximo da civilização como um herói espartano do reino dos negócios, convertida em modelo a ser seguido. Trata-se exatamente do tipo ideal do empresário schumpeteriano.

A transposição do empreendedorismo para a área cultural é assumida no cenário brasileiro através de um processo orientado pela valorização da cultura em seu aspecto econômico e como parte de “integração cidadã”, em que caberia dar acesso ao mercado de consumo das artes; um processo muito semelhante ao que ocorre com o Programa Bolsa Família e esta integração social pelo consumo. No livro *Emprendizajes en cultura* (2010), o autor e consultor Jaron Rowan descreve a passagem exata do discurso de subsídio para a cultura como recurso, uma lógica na Espanha que foi sendo paulatinamente implementada por um processo de introdução da economia na cultura, como afirmou a subsecretaria do Ministério da Cultura do país: “*Nunca mais cultura versus economia. A partir de agora a cultura de mãos dadas com a economia*”. Essa é mesma visão do gestor cultural do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) - Goiás, Décio Coutinho, “[...] a cultura pode trabalhar junto com a economia, agregando valor cultural a um produto não-cultural [...]”, mas, na sua opinião, “ainda não há um entendimento dentro do próprio Ministério da Cultura, do governo do Brasil e dos governos estaduais e municipais, da indústria criativa, dos territórios criativos, das cidades criativas, como eixo central de desenvolvimento.”

Para Coutinho, “O empreendedorismo não está ligado só ao lado empresarial, do lucro financeiro, pode ser também social, ligado a ONGs, a empresas, a associações, a cooperativas, a coletivos” e deve ser entendido como “uma atitude de transformação positiva, de comportamento, de ousadia, de criatividade e de inovação. O empreendedorismo cultural é gente trazendo para a cultura esse tipo de atitude”, citando como exemplo “O modelo do Fora do Eixo é uma rede de referência, a Abrafin também [...]”, uma vez que “A gente participou da criação da Associação Brasileira de Festivais Independentes (Abrafin). Estive também no dia da fundação do Sistema Fora do Eixo, que hoje é um dos coletivos mais interessantes do país. [...] O desafio é conseguir fazer o encontro dessas pessoas, e fazer com que elas se engajem”. Do individual para o coletivo, o empreendedor schumpeteriano adapta-se a uma nova realidade.

Hoje, a disputa latente na indústria criativa é de saber se a extração de renda deve ser através da propriedade intelectual ou através das licenças abertas – como a *Creative Commons* e o *open business* (novos modelos de negócios). Ainda dentro desta última posição, oscila-se entre a adoção dos novos modelos de negócios pelos oligopólios das transnacionais da cultura e a abertura de portas para o reino dourado da economia social, da constituição de microempresas e trabalhadores autônomos. Neste caso, criaria-se um “ecossistema” de microempresas de “produtores independentes”, compostas por poucos trabalhadores, mas que unidas operariam como *clusters*, isto é, fornecedores de trabalho qualificado e fundamentalmente

criativo para o mercado. Uma solução não diferente daquela proposta por Milton Friedman, para quem as pequenas unidades independentes sem acumulação oligopolística implicariam na formação de um livre mercado.

O trabalho na área cultural é estruturalmente instável e, por esta razão, o trabalhador é forçado a aceitar e não rejeitar projetos e condições de trabalho que profissionalmente não o satisfazem; a necessidade econômica muitas vezes não lhe dá outra opção. Neste ponto é que se revela a outra face da moeda, de um lado, a autonomia e uma suposta autogestão e, de outro, a dependência e a auto-exploração.

A disseminação de “coletivos culturais” com “projetos coletivos” que buscam “sustentabilidade” para atuar em “redes” de forma “orgânica” é a peça chave dos mecanismos de estruturação desta cadeia produtiva da economia criativa, mas não só, pois implica uma nova ética, um novo espírito do capitalismo. Para Coutinho, a “horizontalização da dinâmica cultural” traz “pavor” para as empresas tradicionais “fechadas, quadradas, brancas e elitistas”, as quais “tendem a sofrer muito com esse processo”, mas que “Com o tempo, elas não resistem. Ou mudam, ou mudam.”

A maior parte dos empreendedores culturais não o é por optar pela receita da ideologia liberal, mas sim por um resultado da reestruturação produtiva decorrente das lutas dos anos 60 e 70. Uma nova ética que restabelece os vínculos entre trabalhadores e empresa, abalados ao final do fordismo. As empresas passaram a sustentar a participação dos trabalhadores, o modelo toyotista, e, para falar em capital nacional, a Odebrecht mostra esse estímulo em sua dinâmica interna.

A horizontalização da produção não implica na autogestão da mesma, pelo contrário, é possível manter uma classe gestorial e dirigente do processo. Ainda que se liquidem as divisões internas, a competição no mercado capitalista irá impor o conflito entre trabalhadores de uma empresa contra outra. Na Bolívia os conflitos entre cooperativas de mineiros financiados por uma e outra empresa não são incomuns.

Neste modelo, a precarização torna-se a regra e o trabalhador é cercado pela incerteza, insegurança e, principalmente, a iminência do desemprego. A flexibilização das relações de trabalho atomiza o trabalhador, o qual passa a ser “empresário de si”, precisando constantemente investir em sua própria formação, colocando assim o capital humano no centro dos recursos da produção. Muitos destes “coletivos”, cujas funções revelam as aptidões e os talentos dos trabalhadores, reinventam um novo espírito do capitalismo, o qual incentiva a entrega total para o trabalho como realização pessoal, de ser feliz – ou pós-rancor – e, principalmente, de ser criativo. Uma época em que a criatividade é um mandamento moral.

Os iludidos e as ilusões

Afinal de contas, como é possível que um número tão grande de pessoas, inteligentes como as pessoas no geral são, se tivesse deixado iludir e mobilizar num enquadramento que tinha como finalidade exclusiva capitalizar a sua mobilização, no sentido literal da palavra — transformá-la em capital. Não se trata aqui de uma questão de ideias ou de linhas políticas com que estejamos ou possamos estar em desacordo. Com quaisquer ideias e quaisquer políticas, as pessoas não gostam de ser tomadas pelo que não são e de serem usadas para outros fins.

Como é possível que pessoas instruídas e experientes citem Foucault e Deleuze e Negri e outros tantos a propósito de um negócio? É certo que os citam a propósito de tudo, mas ainda assim...

É que em geral na vida, tanto na vida privada como na política, nós não somos enganados. Deixamo-nos enganar. O vigarista, o burlão, o mero mentiroso enganam-nos porque dizem algo em que nós queremos acreditar. Neste caso dizem a intelectuais e a profissionais das novas tecnologias eletrônicas:

- Que basta a cabeça e já não são necessárias as mãos, quando muito as pontinhas dos dedos no teclado;
- Que a realidade supletiva do virtual cobriu a outra a tal ponto que ela já não existe;
- Que é possível brincar com o fogo e usar empresas de negócios para fins políticos sem ser usado por elas para finalidades empresariais.

O Fora do Eixo conseguiu capitalizar as Marchas — aquelas que hegemonizou — porque atuou num ambiente envolvido numa espessa teia de ilusões. O Fora do Eixo de pouco ou nada nos importa enquanto empresa singular, e esperamos que neste ponto os leitores já nos tenham compreendido. O problema é que se não for o Fora do Eixo, continuando os iludidos a iludir-se, outra empresa aparecerá para capitalizar e rentabilizar os movimentos.

Foi por termos rompido as ilusões que nos acusaram de tantas coisas, de termos orientações políticas que nenhum de nós partilha, de fazermos o que não fazemos e de não fazermos o que fazemos. Fomos acusados de tudo isto porque quem tem necessidade de ver o seu lado de uma dada maneira precisa também acreditar que o outro lado é o retrato negativo do seu.

Primeiro ficamos perplexos por nos acusarem de coisas que bastaria uma rápida passagem de olhos pelos artigos do *site* para constatar que são falsas. Mas depois entendemos. Para quê os críticos perderiam tempo com uma vista mínima se já antecipadamente julgavam saber o que nós éramos? Se não somos aquilo que eles mesmos julgam ser, então só podemos ser o inverso! Daí resultou o curioso ambiente de equívocos de que se rodearam os nossos opositores neste debate.

Nós, pelo nosso lado, não deixamos que se apodere de nós a mais nefasta das ilusões — a de que bastam as palavras para dissipar as ilusões dos outros. Quem quer — quer mesmo — deixar-se enganar tem necessidade dos enganos e não pode viver sem eles. Não está nas nossas possibilidades, usando meras palavras, romper aquela necessidade. Para isso é necessário romper o tecido social que torna os enganos imprescindíveis.

Link 1

<http://www.producaocultural.org.br/>

Bibliografia

- Décio Coutinho, entrevista realizada por Fabio Maleronka Ferron e Sergio Cohn, no dia 14 de junho de 2010, em São Paulo, disponível em Produção Cultural <[link1](#)>.
- IPEA, *Cultura Viva - avaliação do programa arte, educação e cidadania*, 2009.
- ROWAN, Jaron. *Emprendizaje en Cultura*, Traficantes de Sueños, 2010.
- SCHUMPETER, Joseph A. *The Theory of Economic Development*, Transaction Publishers, Londres, 1974.
- SCHUMPETER, Joseph A. (1911). *A Teoria do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, socialismo y democracia*. Ediciones Folio, Barcelona, 1983.
- TRIAS DE BES, F. *O livro negro do empreendedor*. Best Seller, São Paulo, 2009.

**ATIVIDADES
NAS QUAIS
NÃO HÁ UMA
DEMARCAÇÃO
RÍGIDA ENTRE
TRABALHO E
ENGAJAMENTO**

Encontro de 2011: Trabalho, engajamento e cultura livre: reprodução ou emancipação?

publicado no site Saravá

Autoria Difusa

Animados pela efervescência política que recentemente tomou as ruas do país e distantes do pobre debate eleitoral que ainda aprisiona a imaginação utópica de muitos, julgamos que o momento seja adequado para avaliarmos, coletivamente, novos fenômenos sociais e os desafios trazidos por eles.

Atualmente, muitos de nós, estão envolvidos em atividades nas quais não há uma demarcação rígida entre trabalho e engajamento. Em campos tão diversos como o terceiro setor, a produção artística e mesmo o desenvolvimento de tecnologias da informação, o trabalho para ser executado com esmero necessita de boa dose de engajamento.

Porém, nossos princípios políticos pautados pela busca de uma emancipação efetiva têm sido colocados a serviço de processos econômicos e políticos, cuja natureza e objetivos ainda não estão claros para nós.

Então, julgamos necessário uma pausa em nossa luta cotidiana para atribuímos os nossos significados ao novo e já familiar vocabulário formado por cultura livre, economia colaborativa, trabalho imaterial etc.

Com esse propósito, alguns coletivos e organizações convidam a todos para um ENCONTRO para que possamos, juntos, melhor entender nossa prática política atual e, quem sabe, avançarmos sob novas formas de engajamento e organização.

**DENTRE OS
COMPANHEIROS
QUE ATUARAM
NO MOVIMENTO
TALVEZ MINHA
AUTOCRÍTICA
TENHA SIDO
UMA DAS MAIS
RADICAIS**

Balanço crítico acerca da Ação Global dos Povos no Brasil I

publicado no Passa Palavra

Felipe Corrêa

Espero que as ideias aqui defendidas sirvam para ir deixando de lado os vícios do movimento e possamos construir um edifício de bases sólidas e com ar fresco a partir do qual possamos trabalhar pela futura revolução. [...] A crítica e o debate devem ser ferramentas para a construção, antes de tudo.

José Antônio Gutierrez Danton

PALAVRAS INICIAIS

Escrevo esta série a convite do site *Passa Palavra*, buscando contribuir com os debates que vêm sendo feitos com a publicação do artigo “A Esquerda fora do Eixo“, o qual discute a onda de mobilizações que culminou nas Marchas da Liberdade em todo o país.

Da maneira como entendo, essas mobilizações possuem muitos elementos em comum com aqueles que foram desenvolvidos, alguns anos atrás, pela Ação Global dos Povos (AGP). Portanto, creio que poderia ser interessante iniciar um balanço crítico sobre o que foi essa experiência, no Brasil, do Movimento de Resistência Global ou “Movimento Antiglobalização”, especialmente porque fiz parte de dois coletivos que tiveram papel central nessa experiência: Ação Local por Justiça Global (ALJG) e Centro de Mídia Independente (CMI) — e de outros com menor importância, como o Batukação — os quais me possibilitaram uma atuação e um envolvimento bastante amplos.

Esse balanço crítico tem como intenção constituir mais uma contribuição da minha geração para o registro de uma experiência que, dentre erros e acertos, acumulou muito. Infelizmente, nossa geração ainda não produziu muito sobre o tema, e atribuo a esse fator parte da culpa pelo andamento de diversas mobilizações, que continuam, em grande medida, a carregar distintos elementos promovidos ou mesmo desenvolvidos no contexto da

Nota 1

Eu mesmo, tirando um posfácio publicado na internet voltado aos anarquistas ("Buscar a Transformação Social?"), não produzi muito além de infundáveis conversas com a companheirada da militância.

AGP. É certo que, dentre os companheiros que atuaram no movimento do final dos anos 1990 até meados dos anos 2000, talvez minha autocrítica tenha sido uma das mais radicais, dentre aqueles que permaneceram na militância. Muito dessa autocrítica serviu para minha mudança de posição, mas devo reconhecer que formalizei pouco minhas reflexões [1], e é isso o que pretendo fazer aqui. Obviamente o texto refletirá muito daquilo que vi em meu principal local de atuação, São Paulo.

Sinto-me muito à vontade com a crítica, pois, como coloquei, essas posições para mim são, antes de mais nada, uma autocrítica às práticas que tive e que investi muito tempo, dedicação e esforço. Posições que, por uma série de fatores, demorei a assumir e que, com essa discussão, busco contribuir com outros para que não incorram nos mesmos erros e possam corrigi-los. Gostaria, sinceramente, que outros companheiros e companheiras de localidades distintas se posicionassem, nos casos em que as minhas generalizações não derem conta das diversas realidades do movimento ou que os fatos tenham se dado de maneira outra daquela que aqui é colocada. Vale ressaltar que, ainda que essa série trate do movimento brasileiro, ele não difere muito de vários outros lugares do mundo, que tiveram características semelhantes.

Serão, como já se deve ter notado, artigos em tom informal, de depoimento pessoal, "da militância para a militância", ou mesmo para os setores da esquerda que leem esse portal e que têm algum interesse político em acordo com as linhas que ele defende. É fundamentalmente uma contribuição para as gerações mais novas, que estão buscando alternativas políticas.

A AÇÃO GLOBAL DOS POVOS

A Ação Global dos Povos (AGP) nasceu no início de 1998 e constituía uma "rede global de movimentos sociais de base originalmente criada para combater o livre comércio". Não era uma "organização formal, mas uma rede de comunicação e coordenação de lutas em escala global baseada apenas em princípios comuns". [Martín Bergel e Pablo Ortellado. *AGP*]. Dentre seus princípios, pode-se destacar os seguintes: "1. A AGP é um instrumento de coordenação. Ela não é uma organização. Os seus principais objetivos são: (i) Inspirar o maior número possível de pessoas, movimentos e organizações a agir contra a dominação das empresas através da desobediência civil não-violenta e de ações construtivas voltadas para os povos. (ii) Oferecer um instrumento para coordenação e apoio mútuo a nível mundial para aqueles que resistem ao domínio das empresas e ao paradigma de desenvolvimento capitalista. (iii) Dar maior projeção internacional às lutas contra a liberalização econômica e o capitalismo mundial. 2. A filosofia

Nota 2

Essas siglas representam o dia e o mês da mobilização. J18, portanto, significa 18 de junho, N30 significa 30 de novembro e assim por diante.

organizacional da AGP é baseada na descentralização e na autonomia. Por isso, estruturas centrais são mínimas. 3. A AGP não possui membros. 4. [...] Nenhuma organização ou pessoa representa a AGP, nem a AGP representa qualquer organização ou pessoa.” [*Manifesto da Ação Global dos Povos*]

Sendo responsável por convocar e promover os chamados “Dias de Ação Global”, a AGP promoveu uma série de mobilizações em escala global, com destaque para o J18 [2], em junho de 1999, quando mais de 50 cidades manifestaram-se contra a reunião do G7 em Colônia, na Alemanha; o N30, por ocasião das manifestações contra o encontro da OMC em Seattle em novembro de 1999; e, principalmente, o S26, quando mais de 100 cidades em todo o mundo, inclusive na América Latina, protestaram contra o encontro do FMI e do Banco Mundial, em Praga, em setembro de 2000. O S26 provavelmente significou o ponto mais alto do movimento e dos dias de ação global [Bergel e Ortellado. *Op.Cit.*]. Além desses dias globais de ação, a AGP realizou encontros visando promover a comunicação e o intercâmbio das experiências de luta.

No Brasil, a ideia da AGP chegou depois das manifestações de 1999, organizando-se pela primeira vez no estado de São Paulo em 2000, primeiro na Baixada Santista e na capital, no Primeiro de Maio, que poderia ser considerado como um ensaio do que seria o S26 (26/09/2000), marco da consolidação do movimento em solo brasileiro. Desenvolve-se a partir daí, uma série de mobilizações e dias de ação global, alguns abertamente inspirados nos princípios da AGP, e outros com alguma influência — como foi o caso do “Dia Sem Compras”, em Belo Horizonte, nos fins de 2000, e os protestos contra a morte de Edson Neris por skinheads fascistas em São Paulo, no início de 2001.

Um marco importante do movimento foi o chamado A20 (20/04/2001), quando 2 mil pessoas — mobilizando-se contra a Cúpula das Américas, onde se negociava a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) — foram brutalmente atacadas pela polícia na Avenida Paulista, em São Paulo, resultando em muitos presos e feridos. Outros marcos relevantes foram: o J20 (20/07/2001), que articulou protestos contra o G8, reunindo 5 mil pessoas em São Paulo, ocasião em que Carlo Giuliani foi assassinado nos protestos de Gênova. Por razão dos ataques terroristas de 11 de Setembro, o encontro entre Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM), marcado para acontecer em Washington no fim daquele mês, foi cancelado, fazendo com que o tema das manifestações que se articulavam contra o encontro modificassem a temática da luta, tomando forma de protesto contra a guerra no Afeganistão. Manifestações acontecem em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Curitiba. O fim do ano de 2001 é marcado pelo N9 (09/11/2001), com protestos contra a Organização Mundial do Comércio (OMC), em São Paulo, Rio de Janeiro e Fortaleza.

O ano de 2002 foi marcado pela realização do 1º Carnaval Revolução, em Belo Horizonte, em fevereiro, e pelos protestos contra o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Fortaleza, durante o mês de março, com 5 mil pessoas nas ruas e com desdobramentos em São Paulo e Belo Horizonte. Um ano depois do A20, 2 mil manifestantes protestam novamente em São Paulo, entregando uma carta gigante, endereçada ao ministro da Fazenda, no Banco Central, com o dizer “ALCA nem fodendo” e assistindo a um documentário sobre o ato do ano anterior. Nesse contexto, realiza-se em São Paulo, no mês de agosto, a primeira Bicletada, reunindo “cicloativistas”. Ao final do ano, em 31 de outubro, 2 mil pessoas protestam em São Paulo contra a ALCA com um *tour* pelo centro da cidade e, no dia seguinte, 500 pessoas ocupam a Praça da República numa festa de rua contra a ALCA. Com o aniversário de um ano da revolta argentina de 2001 realiza-se, em São Paulo, como forma de solidariedade, teatro de rua, panfletagem e 15 ativistas ocupam o Consulado da Argentina, realizando um “panelaço” — ocorrem também protestos em Salvador.

Em fevereiro de 2003, 30 cidades brasileiras mobilizam-se contra a iminente Guerra do Iraque; em março, acontece o 2º Carnaval Revolução, em Belo Horizonte; em 7 de maio, ativistas ligados aos meios de comunicação ocupam a ANATEL em cinco capitais, pregando contra o fechamento de rádios livres. O ano também é marcado, entre os fins de agosto e início de setembro, por protestos de estudantes em Salvador contra o aumento no preço dos transportes, por uma mobilização contra a ALCA e por um encontro de rádios livres em Campinas, durante o mês de novembro.

Em 2004, realiza-se em São Paulo o 1º Encontro Autônomo, no mês de janeiro, reunindo grupos e indivíduos de diversas regiões do país; acontece o 3º Carnaval Revolução, em Belo Horizonte; em março, há protestos massivos contra a ocupação do Iraque em dezenas de cidades brasileiras. Novamente protesta-se no 20 de abril contra a ALCA.

Pode-se destacar também, no período de 2001 a 2003, as participações de pessoas e coletivos ligados à AGP nos três encontros do Fórum Social Mundial (FSM), fundamentalmente em atividades paralelas, como Intergaláctica e Vida Após o Capitalismo. Entre 2001 e 2004, utiliza-se também uma tática de jogar tortas na cara de pessoas que representavam inimigos: em 2001, no capitão Francisco Roher, responsável pela repressão ao A20; em 2002, contra representantes do BM; em 2003, em José Genoíno, contra o aparelhamento do FSM por parte do PT, em um representante da ALCA e no governador do MT. Em 2004 foi a vez de Rubens Ricupero, representante da UNCTAD, contra o discurso desenvolvimentista. [André Ryoki e Pablo Ortellado. *Estamos Vencendo*]

A partir de meados de 2004 acentua-se uma curva descendente que, dentro de algum tempo, evidenciaria o fim do movimento inspirado na AGP, ainda que iniciativas surgidas nesse contexto tenham continuado a existir.

Para além dos dados bastante sintetizados e praticamente descritivos que citei acima, torna-se necessário fazer uma análise crítica mais aprofundada sobre o que significou, para o Brasil, o fenômeno da AGP. Essa análise pode contribuir com uma reflexão acerca dos erros e acertos do movimento.

(Continua)

A Bibliografia virá no final desta série.

**"PORQUE OS
PORTÕES ESTÃO
FECHADOS? NÃO
ENTENDI."**

Libertemos a Cultura das suas Prisões

publicado no Blog do Zé Celso

José Celso Martinez

Ontem nós do Oficina Uzyna Uzona interrompemos nosso ensaio e fomos prestar solidariedade aos que ocuparam a Funarte com o objetivo de lutar pelo descontingenciamento da verba do Ministério da Cultura, do corte absurdo em dois terços de seu Orçamento.

Link 1

<http://ww35.culturaja.com/manifesto/>

Antes de sair para este encontro li o Manifesto do Movimento [link1](#) e fiquei chocado pela linguagem burocrática, “cover”, papagaiando a revolução árabe no CHEGA, no PERDER A PACIÊNCIA.

Um documento que seqüestra a Cultura num texto muito mal escrito, e a faz prisioneira da linguagem política de analfabete acadêmica, cheia de ressentimento, “indignação”, “intimações”, “exigências”, etc..

Eu já estou há mais de 50 anos habituado com a linguagem de uma paródia da Esquerda que chamo de “a nível de”, ou “cuecona”, mas essa era uma esquerda democrática. Oficina e Arena eram amigos, trocavam suas divergências em forma de criação.

Como sou solidário a movimentos sociais que façam com que os que estão no Poder nos “representando” ajam não pelas razões de Estado, mas pela coisa concreta que nomeia seu Poder, a Cultura, fui para lá mesmo assim. Com desejo, acho que até por obrigação profissional e social, de transmitir nossas divergências em torno de um texto que parecia que não iria “bater”, e atingir nosso objetivo comum.

Nós do Oficina, por sincronia da história, estamos encenando nossa posição, diante das posições atuais que castram a Cultura, através da encenação do “Manifesto Urbano Antropófago” de Oswald de Andrade, encenado em forma de Macumba mesmo, mandinga, pra obter o que queremos dar ao mundo: o renascimento do Bixiga através de uma Praça da Paixão Cultural Urbana – que chamamos de “Anhangabaú da Feliz Cidade” – fruto de nossa

luta com o Grupo Vídeo Financeiro SS. Silvio Santos, bicho humano adorável, depois de 30 anos de Guerra, nos propõe trocar seus Terrenos no entorno Tombado do Teatro Oficina, por terras da União, ou outros Poderes Públicos, para erguermos a Universidade Antropófaga, o Teatro de Estádio e o Reflorestamento do BIXIGA.

Expressamos culturalmente nosso desejo de Arte Pública através da Arte do Teatro e da Feitiçaria da Macumba.

Mas óbvio que comeremos e seremos comidos por outros Manifestos, Movimentos que visem o reconhecimento do Valor até Econômico específico do da Arte Teatral.

Fomos à ocupação, pois somos Posseiros há 50 anos do Teatro Oficina, temos uma algo em comum, mas não concordamos em assinar o Manifesto nos termos que os ocupantes da Funarte formularam.

Mas, vi o que nunca esperava ver: O prédio ocupado por artistas estava fechado com ferrolhos medievais. Pirei?!

Entrei na sala onde se realizava uma Assembleia, e no que anunciaram minha entrada na Sala, não pude deixar de perguntar: PORQUE OS PORTÕES ESTÃO FECHADOS? NÃO ENTENDI.

Numa ocupação dos SEM TETO ou do MST é normal que tomem-se medidas severas de segurança afinal são pessoas que vão morar nos lugares que tomam, sejam prédios ou acampamentos.

Mas numa “Ocupação de Cultura”, no processo que vivemos de democratização concreta da democracia formal, as portas desta ocupação têm de estar abertas às Multidões. Mesmo aos que nem fazem Arte ou produzem profissionalmente o “Cultivo Cultural”.

Se a Polícia comparecer nesta manifestação consentida pelo Estado, seria a oportunidade de ter o apoio dos seres terrenos da Polícia ao Movimento Cultural.

A Cultura fazemos para todos, de todas as classes, idades, para nós mesmos. É enorme a responsabilidade que temos nós artistas de produzir, na batucada cambiante de ritmos da Vida, a criação de Novos Valores Comuns que são Infraestrutura em que tudo se baseia.

Esta simbiose Cultura e criação da Vida é embaçada por Religiões, Ideologias, visões partidárias que querem monopolizar a Interpretação da vida.

E temos de produzir nossa obra, nossos frutos, a partir da própria árvore que é nosso Corpo de Bichos Humanos Iguais, em antropofagia, miscigenação, com nossos semelhantes.

Na Arte do Teatro por exemplo buscamos conhecer o mundo tanto Social como Cósmico em nosso corpo, e descobrimos quanto fomos colonizados quando descobrimos nossas pulsões vitais. Então vamos espatifando camadas e camadas de Meascaras, Couraças, com que a “Sociedade

Colonizadora de Espetáculos” nos civilizou.

E fazemos isso sempre juntos onde buscamos o desenvolvimento máximo do nosso Potencial Individual e Coletivo. Nessas buscas criamos a energia, o combustível, o axé que devolve a nós todos colonizados, nossa percepção de termos Poder Humano de Liberdade e Criação para agirmos desconstruindo os velhos sistemas para nascerem novos.

Percebemos, fomos nós bichos humanos que criamos Estado, Corporações, Partidos, Religiões, Ciências, Economias, Sistemas, e que cabe, a partir de nós mesmos e de nossa Arte, intervir no que foi criado mas que agora no momento, empata, congestiona, enfarta, o movimento natural de procriação viva da natureza e das máquinas que nos servem. Enfim o belo verso de Marx: as forças de produção através dos mortais reunidos, mudam as relações que emperram o fluxo das pulsões vivas.

Chegando a Funarte como diretor de, não sei contar, entre 30 a 50 atadores presentes na peça que ensaiávamos, pedi licença para dar nossa contribuição e apoio, no meio da Assembleia que rolava pois tínhamos que voltar ao Oficina pra ensaiar naquela noite. Expliquei: estreamos dia 16 de agosto, aniversário dos 50 anos do Teatro Oficina, e estamos atrasados porque estamos ensaiando há seis meses, em virtude dos cortes públicos na Área da Cultura, sem um tostão.

Tive a sorte de fazer uma ponta numa novela da Globo, e minha idenização pela Tortura ter chegado. Com esse capital, e algum dinheirinho que pinga na Casa de Produção do Oficina Uzyna Uzona, vou juntamente com todos que tem alguma coisa no Tyazo = Grupo de Teatro, compartilhando dinheiro, comida, cama, e buscando o dinheiro que precisamos pra podermos fazer a festa que queremos fazer dia 16.

O que nos move é que estamos apaixonados por nossa criação, ela nos inspira até a criar estratégias de sobrevivência.

Abrimos nossa intervenção na Ocupação Funarte, cantamos a Ciranda “Tupy or Not Tupy”, do falecido grande artista gênio popular Surubim Feliciano da Paixão, inspirada na resposta “Tupy” de Oswald à questão que a Arte do Teatro levantou para a espécie humana: Ser ou não Ser.

Apesar de alguns resmungarem “aqui não é lugar de festa mas de trabalho”, a Maioria aderiu e Cirandou.

Mas eu me atrevi a fazer comentários sobre o Manifesto dos Ocupantes, que havia lido, como uma forma crítica e democrática de conseguirmos nos juntar num texto mais eficaz tanto para o público como para o Poder conceder o que pretendemos: a reposição do dinheiro devido à área Cultural, decisivo neste momento em que o Brasil cresce e precisa do espírito Criador, inventivo, para atravessar os desafios das mudanças maravilhosas do Fim do Império Americano.

Mas quando eu disse que nós da Cultura não éramos “trabalhadores”, que vão à uma fabrica construir um carro e receber um salário mas sim “Cultivadores da Cultura”, o Tabu “Trabalhador” trouxe o inconsciente colonizado do Imaginário e do Repertório dos Gestos Clássicos do Trabalhador do século 19, dos Braços Cruzados ameaçadores dos Facistas Romanos, expelido por uma energia de bomba atômica recalcada de Ódio.

Estávamos sendo expulsos por discordarmos do Manifesto Xerox de velhas palavras, escrito sem capricho Cultural Específico.

Letícia Coura tentou puxar o “Samba do Teatro Brasileiro”, de Tião Graúna, Arroz e Flávio Rangel, mas começava nossa expulsão aos berros das “PALAVRAS DE ORDEM”.

Sons massacrantes nos fizeram sair em fila de 1, como na prisão dos estudantes da UNE em Ibiúna na ditadura militar.

Senti a Causa preciosa do Desbloqueio do Orçamento do Ministério da Cultura capturada por uma Máfia, de um dos “Hate Groups” que hoje são moda na agonia da velha Ordem Patriarcal do Capital.

A Ocupação é Autofágica. Não entra o Povo, nem a Mídia. Está restrita a um Grupo Comandado. Em vez de tocar a Funarte, fazer o Espaço Cultural funcionar como sonhamos, estudando inteligente e poeticamente estratégias eficazes, novas, que toquem os ouvidos com a sedução irresistível da Arte, vi um bando de Escoteiros Cabaços, mais preocupados com o revezamento na Cozinha que com a Cozinha Cultural do Brasil Hoje.

Neste isolamento anti-Antropofágico, repito Autofágico, cultuam a crença numa Ideologia de Almanaque que confunde a Luta da Esquerda em São Paulo, com os grupos de Skin Heads e a TFP. Estão tomados de uma fobia, d’uma Oficinofobia que não difere em nada da Homofobia. Acreditam numa verdade única que veio enlatada com as palavras “CHEGA”, “PERDEMOS PACIÊNCIA”, “ESTAMOS INDIGNADOS”. Como se alguém conseguisse a proeza de criar, na ansiedade, na indignação, no ódio, na perda da Pá-Ciência.

Estão, o que vi ontem, cultuando o Fundamentalista do Ódio. Atuam como uma Gangue que tomou o Movimento Cultural como refém, para no futuro virarem deputados e entrarem nas Gangues do Poder Público.

A Impressão que tive foi a pior possível mas boto fé, que alguns corpos-almas, que lá estavam, tenham percebido este Show de Ódio que a presença do OficinaUzynaUzona trouxe à tona e transmutem este Ódio em Amor à Vida, à Cultura, à Criação, à Diversidade.

Esta ocupação em nome da Cultura tem de abrir suas portas para todos, pois Cultura é desejo e necessidade de qualquer ser humano. E ouvir os que não estão de acordo com a forma de Ocupação. A Cultura faz parte da Biodiversidade. Sua maior inspiração é a Liberdade, a Arte de

desejar contracenar com seus Contrários, sem “PALAVRAS DE ORDEM”.

É impossível um artista, um criador, que tem de inventar estratégia, valores, soluções, submeter-se às “PALAVRAS DE ORDEM” de consciências enlatadas.

O Movimento Social Cultural é Político em si, é Poder Humano, Livre, não serve á nenhuma Religião, Ideologia, Partido.

A Cultura não pode ser instrumentalizada pelo que chamam inconscientemente de “Consciência Política”.

Maiakowski pra mim representa toda a luta da humanidade pela liberdade da Arte. Com seus versos provava, na Revolução Russa, que tinham o mesmo, ou mais valor, que as fábricas.

Em plena época do fracasso das religiões, ideologias, de todos os ismos, inclusive do capitalismo, temos a oportunidade extraordinária de ir ao encontro da ECONOMIA VERDE que, uma vez superados os Obstáculos dos Tabus Coloniais da era Industrial, chegará tão veloz quanto a Internet. Neste instante a Cultura é Ouro e existe contra ela um preconceito, percebido ontem, maior que o Racismo, a Homofobia. É preciso urgentemente que a partir de nossa criação lutemos para proclamar a Independência da Cultura, e o reconhecimento de seu Poder Incomensurável.

Escrevi nas eleições presidenciais um texto de apoio a Presidente Dilma Rouseff, mesmo sentindo que na época ela como Caetano Veloso, não percebiam a importância no Governo Lula, do Ministério da Cultura potencializado em seu Orçamento pela primeira vez na História do Brasil e germinando uma Primavera Cultural para explodir no ano de 2011.

Sinto que nós, Artistas, podemos fazer ver à Presidente Dilma Rouseff a importância do Orçamento do Ministério da Cultura, de que tanto nos orgulhamos na gestão Lula, Gil, Juca, para sua estratégia MARAVILHOSA DE ERRADICAÇÃO DA POBREZA NO BRASIL.

Sem criatividade, invenção, espírito científico e artístico, este objetivo não terá pulsão das multidões para acontecer.

O Entusiasmo do povo brasileiro pelo futebol, pelo carnaval, pela criação da cultura que produz é o PRÉ-SAL do FIM DA POBREZA DE CORPO E DE ESPÍRITO.

Desde 1968, foram os índios que nos ensinaram, a ocupação é uma forma de democracia direta legítima, sou inteiramente a favor, mas que não seja feita dentro de um cárcere.

Libertemos a Cultura das suas Prisões.

A dos Odiadores na Prisão Funarte.

A dos cofres do Ministério da Fazenda.

José Celso Martinez Corrêa
Sampã, 29 de julho de 2011

**BUSCANDO
SUPERAR OS
PROBLEMAS
DESSA ESQUERDA,
CLÁSSICA E
AUTORITÁRIA, A
CULTURA DA AGP
INCORREU EM
OUTROS, MAIS
PROBLEMÁTICOS.**

Balanço crítico acerca da Ação Global dos Povos no Brasil II

publicado no Passa Palavra

Felipe Corrêa

A “Cultura da AGP” no Brasil e os “Novos Movimentos Sociais”

Ainda que sob a ditadura militar (1964-1985), desenvolvem-se no Brasil movimentos populares amplos e radicalizados. Nas cidades, cresce, já nos anos 1960, mas fundamentalmente nos fins dos anos 1970, o chamado “Novo Sindicalismo” que, por exemplo, em 1979, protagonizou 430 greves — crescimento que também se evidencia com a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT). Por outro lado, desenvolve-se, em grande medida estimulado por setores progressistas da Igreja Católica, um movimento comunitário de base, forte e algumas vezes bastante radicalizado, que tomou corpo e foi impulsionado pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). No campo, já nos anos 1980 ocorrem greves de bóias frias em várias partes do país e cria-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Esse fluxo de lutas traz dois aspectos relevantes. O primeiro, a opção estratégica que termina por canalizar praticamente a totalidade do movimento sindical e comunitário na base social que impulsionaria o Partido dos Trabalhadores como uma alternativa parlamentar e institucional aos movimentos. Esse fato, dentro de algum tempo, contribuiu com a burocratização dos movimentos e com a significativa perda de suas bases. O segundo é que tanto os movimentos das cidades quanto os do campo constituem modelos de movimentos populares ainda bastante clássicos — principalmente no que diz respeito às questões de classe (eram, em grande medida, movimentos da “classe trabalhadora”), que se articulavam em torno de necessidades materiais, e que se organizavam de maneira hierárquica, constantemente burocrática. Eram, em suma, movimentos populares clássicos.

Por mais que as mobilizações como as Diretas Já e as lutas contra a ditadura envolvessem estudantes e jovens, foi somente nos fins dos anos 1990 e início dos anos 2000 que a cultura dos chamados “Novos Movimentos Sociais” chegou e se estabeleceu, de fato, no Brasil. Essa cultura militante, que havia surgido nos Estados Unidos e na Europa, ainda nos anos 1960 e 1970, e que foi teorizada por intelectuais como Alberto Melucci e Alain Touraine, trazia novos elementos em relação aos movimentos populares clássicos.

Os chamados “Novos Movimentos Sociais”, expressão que se generaliza a partir dos anos 1960, são impulsionados por uma ampla variedade de grupos: estudantes, pacifistas, ecologistas, feministas, de defesa dos direitos dos homossexuais, medicina alternativa, direitos dos animais, entre outros. Com seu surgimento, foi necessário que se formulasse um novo referencial teórico para interpretar esses movimentos, os quais possuíam maior heterogeneidade do que os movimentos clássicos, e eram caracterizados, em grande medida, pelas mudanças culturais do período. Protagonizados em sua maior parte pela juventude, os novos movimentos contavam com uma base vinculada às culturas alternativas e a estilos de vida que questionavam as normas culturais vigentes. As reivindicações apresentavam-se associadas a símbolos, crenças, valores e significados coletivos, relacionadas aos sentimentos de pertencimento a um grupo diferenciado e com o sentido existencial dado por cada indivíduo a si mesmo. A democracia transforma-se em uma necessidade organizacional dos movimentos, sem necessidade de ser legitimada por ideologias bem definidas como o marxismo, o anarquismo, o liberalismo, o nacionalismo etc. [Enrique Laraña. *La Construcción de los Movimientos Sociales*]

No Brasil, isso se evidencia de maneira mais clara no início dos anos 2000, com o estabelecimento da AGP no país, ainda que seja possível, anos antes, identificar traços desse tipo que seriam acentuados com o passar do tempo. Se a AGP, portanto, não criou a cultura dos Novos Movimentos Sociais no Brasil, pelo menos ela foi um fator enorme de impulsão e auxiliou de maneira determinante seu estabelecimento no país. Aglutinando distintas reivindicações, o novo movimento surgido com a AGP buscava articulá-las por meio de uma plataforma comum. Constituído na maior parte por jovens estudantes — muitos deles vinculados à contracultura, que crescia desde os anos 1980 — as manifestações e seu próprio processo organizativo adquiriram caráter libertário, influenciadas, em grande medida, pelas organizações internacionais envolvidas no movimento, e por indivíduos que, no Brasil, estavam no centro da organização e que defendiam posições anarquistas, libertárias, autonomistas ou de certo marxismo heterodoxo. O neozapatismo foi o movimento que uniu toda essa “nova esquerda”, de caráter autônomo e libertário, conciliando distintas ideologias no seio de um

mesmo movimento e também influenciando o caráter que lhe seria dado. Adotam-se assembleias e métodos horizontais para as tomadas de decisão, propõe-se a integração das diversas bandeiras de luta sob o guarda-chuva do anticapitalismo, incorporam-se demandas identitárias e culturais distintas, valoriza-se o pluralismo e o discurso do “novo” em relação ao “velho”, caracterizado, em muito, pelas formas hierárquicas de organização, como os partidos, os sindicatos etc.

Ainda que o MST tenha feito parte da discussão inicial e da fundação da AGP, o fato é que, com o passar do tempo, ele se distanciou do processo e os coletivos e grupos de afinidade que ficaram encarregados da articulação possuíam bases sociais muito restritas — para não dizer, generalizando, nenhuma. Portanto, similarmente às características do movimento em outros lugares do mundo, a base classista, característica central dos movimentos “clássicos”, era escassa, ou mesmo praticamente nula.

O caldo organizativo de cultura militante, que chamo aqui de “Cultura da AGP”, foi caracterizado pela promoção de posições, em grande medida, autônomas, libertárias e bastante renovadas no que diz respeito à velha e clássica esquerda. Essa nova esquerda caracterizava-se por uma crítica à “velha esquerda” e promovia elementos que tiveram consequências significativas, muitas vezes negativas.

Valorizava-se a cultura e a identidade, mas se perdia a noção política de intervenção na correlação de forças da realidade, fazendo com que o movimento se voltasse mais para si mesmo do que para fora;

Estimulava-se a amizade e os vínculos pessoais, muitas vezes em detrimento da convivência política e de uma posição programática e uma política de alianças consistentes;

Criticava-se a concepção restrita de classe fundamentada no proletariado urbano-industrial, mas se abria mão de uma nova caracterização das classes, do processo de luta de classes e da sua centralidade nas lutas;

Estimulava-se a participação de jovens estudantes, mas, ao mesmo tempo, promovia-se o fim de uma política classista e a intervenção sem representação mais ampla de setores populares;

Propunha-se o novo contra o autoritarismo das antigas formas de organização, não sem promover certa arrogância e impedir a participação de movimentos com bases mais amplas;

Criticava-se o compromisso e a disciplina autoritários, ao mesmo tempo em que se descartava a necessidade da responsabilidade militante, do trabalho regular e do trabalho de base;

Pensava-se em novas formas de mobilização, não sem fazer com que a festa substituísse a luta;

Pregava-se contra a intervenção somente teórica da velha esquerda, assim como seus dogmatismos e sectarismos, e sustentava-se a ação nas ruas, a prática como resposta, não sem criar um “praticismo” que evitava a reflexão crítica, o aprofundamento teórico-ideológico e a promoção de slogans vazios de conteúdo;

Encorajavam-se os processos de tomada de decisão democráticos, não sem criar mitos e dogmas como as decisões por consenso, a necessidade de todos participarem de tudo e uma cultura do “tudo é permitido”, que inverte a noção de autoritarismo;

Promovia-se a falta de estrutura, muitas vezes associando organização a hierarquia e a dominação, proporcionando espaço para o surgimento de “tirantias das organizações sem estrutura”;

Justificava-se a necessidade de integração e internacionalização das lutas, mas, ao mesmo tempo, suprimia-se a necessidade de se conceber estratégias adequadas a cada realidade e promovia-se um discurso e uma prática afins com o espontaneísmo;

Valorizavam-se as novas formas de comunicação — como a internet, que surgia constituindo uma ferramenta central para o movimento — e as novas tecnologias, não sem desvalorizar o trabalho concreto e acreditar que elas, por si mesmas, poderiam ter algum conteúdo político ou libertador.

Em suma, por um lado, esse novo movimento forjado pelas bases da AGP promovia questões absolutamente centrais (valorização da cultura e da identidade coletiva; a ênfase na construção de novas relações e vínculos pessoais, a participação da juventude, a crítica ao autoritarismo da velha e clássica esquerda, a necessidade de novas formas de mobilização, a prática de luta concreta, a necessidade de democracia ampla nos processos de decisão, o abandono de posturas dogmáticas e sectárias, a integração e a internacionalização das lutas e a promoção de novas tecnologias e ferramentas de comunicação). Por outro, trazia junto com essa promoção, outras características que lhe condenariam seriamente dentro de um prazo não muito longo (falta de perspectiva política classista e popular, abandono das propostas programáticas e das políticas de aliança, criação de uma cultura da irresponsabilidade e da falta de compromisso — do “faço quando der e quando eu estiver disposto”, a falta de um trabalho regular e do trabalho de base, a substituição da luta pela festa, a falta de reflexão crítica e de produção teórica e ideológica de nível, o estímulo das posições individuais em detrimento do coletivo, o “democratismo”, o espírito autocomplacente, o surgimento de lideranças que se beneficiavam da falta de estrutura do movimento, a falta completa de estratégia, o espontaneísmo e a crença de que nas novas tecnologias e nas novas ferramentas de comunicação havia um conteúdo político).

Nesse sentido, o processo responsável pela criação da Cultura da AGP foi constituído por um esforço, em grande medida libertário, de contrapor uma esquerda clássica e autoritária, que até então vinha detendo a hegemonia dos processos de mobilização. Buscando superar os problemas dessa esquerda, a cultura dos novos movimentos promovida pela AGP incorreu em outros, talvez até mais problemáticos. Foi uma construção realizada com base na crítica à esquerda clássica. E foi por falta de debate sério, de um processo aprofundado de crítica e autocrítica, que o movimento errou onde errou e não foi capaz de superar os seus erros. Se fosse perguntado abertamente aos grupos e indivíduos que atuavam inspirados na AGP se eles estavam de acordo com muitas dessas características (por exemplo: estamos negando abertamente a necessidade do trabalho de base?), certamente se contestaria (claro que não!). Isso evidencia que, muito pela falta da discussão coletiva, envolvendo esse processo crítico, e pela cultura táctica, de curto prazo, que impedia reflexões mais aprofundadas, esses aspectos foram se evidenciando, tomando conta do movimento, garantindo uma certa hegemonia, afastando pessoas que discordavam deles, e, por fim, acabando com o próprio movimento.

A tese central do texto é essa. A AGP buscou oferecer alternativas à esquerda clássica e autoritária. Fez isso e demonstrou sua limitação, já que, junto com as soluções propostas, e que foram levadas a cabo, vieram outros problemas. Seu refluxo deveu-se, mais do que a qualquer outro fator, às insuficiências que foram geradas e mantidas dentro do próprio movimento. Em suma, o principal responsável pelo refluxo da AGP, foi a própria AGP e a cultura que foi promovida e incorporada como *modus operandi* dessa rede.

Se a esquerda deseja, de alguma maneira, repensar seu projeto político, criar uma nova esquerda que supere os vícios da antiga e possa apontar para algo distinto, é fundamental que se realize uma análise crítica desse processo.

Seguindo a estrutura de aspectos positivos e negativos apresentada anteriormente, pretendo apresentar uma reflexão crítica de aspectos centrais do Movimento de Resistência Global no Brasil, colocando, algumas vezes, e sempre em nota, “causos” que, ainda que deem ao texto caráter bastante informal, sustentarão seus principais argumentos. Mantereí sempre uma estrutura parecida nos tópicos, apresentando o problema colocado, como se buscou solucioná-lo e as consequências envolvidas nessa construção em cima da crítica à velha esquerda.

(Continua)

A Bibliografia virá no final desta série.

**OS DEFENSORES
DA POLÍTICA
"PÓS-RANCOR"
COMBINAM A
"MAIS PÉRFIDA
PRÁTICA
REACIONÁRIA
COM UM
DISCURSO
APARENTEMENTE
LIBERTÁRIO"**

Lulismo fora do eixo

publicado na Caros Amigos

José Arbex Jr.

"Imaginem um liquidificador em que se possa colocar as ramificações da esquerda, com estratégias e lógicas de mercado das agências de publicidade, misturando rock, rap, artes visuais, teatro, um bando de sonhadores e outro de pragmáticos, o artista, o produtor, o empresário e o público. Tudo junto e misturado. O caldo dessa batida é uma nova tecnologia de participação e engajamento que funciona de forma exemplar para a circulação e produção musical, mas que, acima de tudo, é um grande projeto de formação política. O Fora do Eixo cria, portanto, uma geração que se utiliza sem a menor preocupação ideológica de aspectos positivos da organização dos movimentos de esquerda e de ações de marketing típicas dos liberais. É, como disse o teórico da contracultura Cláudio Prado, a construção da geração pós-rancor, que não fica presa à questões filosóficas e mergulha radicalmente na utilização da cultura digital para fazer o que tem que ser feito."

O fantástico liquidificador das ideologias é assim descrito por Alexandre Youssef, articulista da revista Trip (de onde foi extraído o trecho acima citado, publicado em 12 de maio de 2011), membro do Partido Verde e coordenador do setor de Juventude durante a gestão de Marta Suplicy na prefeitura de São Paulo. Ele tem o mérito indiscutível da franqueza. Não é todo dia que alguém reúne graça e entusiasmo para cantar as virtudes de um "projeto de formação política" que combina, sem qualquer pudor ideológico, métodos organizativos da esquerda com "ações de marketing típicas dos liberais". Claro: tudo isso é feito sem rancor, sentimento ultrapassado e cultivado pelas pessoas que teimam em se prender a "questões filosóficas" antigas, incapazes de perceber que a cultura digital mudou o mundo. Afinal, não foi o Facebook que provocou a revolução árabe?

Não. Não foi a mais moderna tecnologia que provocou a revolução árabe, mas os mais arcaicos entre os problemas enfrentados pela humanidade: a fome e a pobreza. A imensa maioria dos árabes nunca teve acesso à Internet, ao Facebook e a nada que se pareça com "cultura digital". Nem teve acesso a mesas fartas e empregos dignos. Seria melan-cômico presenciar o resultado de uma preleção contra o rancor endereçada aos milhões de manifestantes que, colocando em risco as próprias vidas, foram às ruas para derrubar ditadores em algumas das principais capitais árabes. Em contrapartida, os soldados e oficiais da Otan que, historicamente, lançaram e ainda lançam milhares de toneladas de bombas sobre uma população civil indefesa, esses não agem movidos pelo rancor, mas subordinados a frios interesses geopolíticos, e estão perfeitamente integrados à "cultura digital". Os seus brinquedinhos de guerra são produtos da tecnologia de ponta, e incluem robôs e bombardeiros não pilotados. Tudo muito avançado.

O texto de Youssef não teria a menor importância, se ele não fosse expressão de um processo em curso, no Brasil e em todo o planeta, de cooptação de amplos setores da juventude e da esquerda para políticas de conciliação e abandono da guerra ao capital. Toda essa conversa de "superação do rancor" está a serviço de uma ideologia (embora, obviamente, Youssef afirme o contrário) segundo a qual já não é mais possível falar em luta de classes. Os grandes cenários de embates, agora, são os circuitos culturais, não mais o chão de fábrica, o campo e as praças públicas. Ou melhor: todos servem de palco para a grande guerra simbólica.

E como isso aconteceu? É simples. O capitalismo pós-fordista, desenvolvido no pós-guerra, teria superado a divisão entre trabalho intelectual e manual, para integrar funcionários cada vez mais qualificados a funções que combinam gerência e produção. Além do mais, o vasto acesso ao ensino superior, franqueado às populações de baixa renda, teria mudado radicalmente o perfil da força de trabalho, em particular nos países de capitalismo mais desenvolvido. Essas transformações teriam sido fundamentais para a "culturalização" das classes médias urbanas, para o surgimento da contracultura (incluindo o movimento hippie, entre outros) e de novas demandas, que não se limitam mais a emprego, salário e conquistas sociais. Do ponto de vista dos novos "setores urbanos médios", nas palavras do ativista Pablo Ortellado, "as demandas são crescentemente 'pós-materiais' para usar um jargão sociológico."

Desgraçadamente, as manifestações de centenas de milhares de jovens e trabalhadores desempregados na Grécia, Portugal, Espanha e, mais recentemente, Itália mostram que as reivindicações são bastante "materiais". Assim como são "materiais" as demandas de trabalhadores franceses, que não aceitam os contínuos ataques promovidos pelo capital às

suas conquistas históricas ou as de alguns setores do movimento sindical estadunidense, que começa a dar crescentes sinais de vida. E mais "materiais" ainda as necessidades de cerca de 1 bilhão de seres humanos famintos (segundo dados da própria ONU) e outro tanto de subnutridos. Alguém teria que avisá-los de que eles poderiam saciar a própria fome a carência de nutrientes com bens virtuais. É fantástico o show da vida.

POLÍTICA "PÓS-RANCOR"

Para outros advogados da política "pós-rancor", o proletariado teria sido substituído pelo "precariado", uma massa difusa, formada pelos milhões de trabalhadores e jovens que habitam as imensas favelas e bairros da periferia. Tais "multidões" (para usar um conceito proposto pelo italiano Toni Negri, segundo quem não existe mais imperialismo, embora haja império) já não se identificariam como classe, mas como grupos que defendem interesses específicos (gênero, raça, opção sexual, sujeitos de direitos difusos etc.), e que ganham força a partir do momento em que adquirem visibilidade social. Para tanto, podem e devem se valer das novas tecnologias de comunicação e produção de bens simbólicos e culturais. A "antiga" e "superada" luta de classes passaria a ser travada nos circuitos midiáticos, em que mesmo os protestos de rua viram espetáculo e "performance". A "vanguarda", agora, seria formada pelos "gestores culturais", justamente os mais capacitados a articular os esquemas destinados a dar visibilidade a determinados eventos e grupos (e a captação de recursos e patrocínios, obviamente, ganha um papel estratégico e, como tal, regiamente remunerado nesse processo).

No Brasil, especificamente, a política "pós-rancor" ganhou um impulso formidável em 2002, com a campanha do "Lulinha paz e amor". O sindicalista barbudo foi substituído por um senhor moderado e sorridente, trajando terno e gravata e jurando respeito ao capital, mediante o compromisso firmado pela Carta ao Povo Brasileiro. Com a servil capitulação ideológica petista, a avenida para o "vale tudo" estava escancarada.

No admirável novo mundo do lulismo, tornou-se particularmente emblemática a história do grupo Fora do Eixo (FDE), mencionada por Youssef como um exemplo fulgurante de como se faz política nos novos tempos. O FDE foi criado em 2005, pelo publicitário cuiabano Pablo Santiago Capilé, como um "coletivo de gestores da produção cultural", inicialmente com polos em Cuiabá, Rio Branco, Uberlândia e Londrina (portanto, fora do eixo tradicional formado por São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília). Com a proposta de revelar novos valores culturais "independentes", e adotando o modelo organizativo baseado na formação de "coletivos" (núcleos orgânicos sem padrões nem em-

pregados), o FDE conseguiu o apoio do programa Cultura Viva do Ministério da Cultura, durante a gestão de Gilberto Gil e depois sob Jucá Ferreira. Ao mesmo tempo, trabalhou com o patrocínio de empresas e grupos privados vinculados aos circuitos cultural e digital, espelhando-se na experiência de grupos semelhantes, como o Creative Commons estadunidense.

Como resultado, hoje, segundo os dados da própria organização, o FDE é uma próspera empresa de gestão cultural que agrega 57 coletivos em todo o país, com capacidade para realizar 5 mil shows em 112 cidades. Teoricamente, os "gestores" não são assalariados, mas, claro, recebem pelo seu trabalho, o que transforma a participação nos "coletivos" em meio de vida (os "coletivos" adotam moedas próprias e normas internas de distribuição de recursos). A retórica dos "gestores" é, aparentemente, combativa, com alguns vernizes de rebeldia: evoca o estímulo à arte independente, o direito de usar drogas, a luta contra o racismo e todo tipo de discriminação etc etc etc. Seu "público alvo", portanto, são os milhões que formam o "precarizado". Coerente com tal retórica, o FDE, em contato com outros grupos assemelhados, participa da organização de atos e manifestações, mas tudo devidamente "enquadrado" e delimitado pela conveniência política.

Um exemplo foi a sua atuação na organização da "Marcha da Liberdade", realizada no dia 28 de maio, em protesto contra a repressão feroz que se abatera sobre a "Marcha da Maconha", no começo do mês. Capilé, um dos organizadores, agora nega, mas durante a reunião que preparou o ato de 28 de maio mencionou a possibilidade de patrocínio da Coca-Cola à marcha, sem necessariamente ter que expor a marca (a empresa estaria apenas cultivando "boas relações" com os ativistas). A proposta foi vetada pelo coletivo Desentorpecendo a Razão (DAR) e Movimento Passe Livre, segundo relatos divulgados pelo coletivo Passa Palavra. Além disso, o FDE e grupos congêneres posicionaram-se contra a proposta de incluir, como pauta da marcha, a reivindicação de proibir aos policiais o uso de armas de fogo para reprimir manifestações. Não haveria mesmo razão para uma proposta tão rancorosa: liberdade é apenas uma calça velha, azul e desbotada, certo?

A experiência do FDE é o próprio retrato do lulismo: combina a mais pérfida prática reacionária com um discurso aparentemente "libertário". Suas ações são motivadas por interesses pecuniários próprios, mas apresentadas como se fossem gestos de altruísmo. Na lógica mercantilista tão bem apresentada por Yousseff, mesmo as manifestações são transformadas em happenings e oportunidades de bons negócios com patrocinadores interessados em vender uma imagem dinâmica e "progressista". As "antigas" e "rancorosas" reivindicações dos trabalhadores e jovens pelo acesso real e material ao mundo da cultura e das artes são açambarcadas, administradas

e domesticadas por um vasto empreendimento, que envolve fundos públicos, patrocínios de corporações e de empresas privadas e "gestores culturais" que se encarregam de encontrar os artistas e promover os eventos. Finalmente, a técnica da "gestão cultural" é transportada para o ativismo militante e justificada com um discurso "pós-rancoroso", o mais adequado ao mundo das reivindicações "pós-materiais". O FDE e congêneres constituem a expressão mista do movimento "cansei".

Se existe algo de real nas alegações dos "pós-rancorosos", incluindo os "lulinhas paz e amor", é a afirmação de que a batalha ideológica travada nos "circuitos culturais" adquiriu importância muito maior e central do que à época de Karl Marx. Isso é óbvio, já que as tecnologias de comunicação experimentaram um desenvolvimento vertiginoso no século 20. E, além disso, a humanidade sofreu as experiências de gênios do mal da comunicação, como é o conhecido caso de Joseph Goebbels, cujas técnicas de propaganda passaram a ser adotadas e aprimoradas por Hollywood e outros centros produtivos da indústria cultural (outro conceito "rancoroso" e ultrapassado, aliás).

Mas nada disso autoriza a afirmação de que o proletariado foi dissolvido no "precariado" e que desapareceu a luta de classes, agora substituída por uma difusa batalha cultural, se tanto. A extração da mais valia continua sendo o "segredo" do capital, e o imperativo do crescimento da taxa de lucro a sua lei compulsória. Isto é, não há reprodução do capital sem a exploração cada vez maior do trabalho humano livre. Mudaram os parâmetros que condicionam a luta de classes, as circunstâncias culturais e ideológicas em que ela se desenvolve, assim como as formas de articulação entre as várias classes exploradas e oprimidas. Mas nenhum "circuito cultural" aboliu as classes, que não podem ser sociologicamente quantificadas (classes não constituem um mero dado estatístico), mas que dão o ar da graça em momentos de crise e de ameaças às conquistas sociais, como demonstram a revolução árabe e a zona do Euro.

Bastaram duas semanas de mobilizações em Barcelona e Madri para desarticular três décadas de retórica conciliadora de Luiz Zapatero e companhia. Os "precariados" do Oriente Médio, Norte da África e Zona da Euro mostram que não é nos circuitos digitais que se trava a guerra contra o capital, mas nas ruas. Nas barricadas. Estas sim, são as mesmas que se erguiam nos tempos de Marx, assim como é o mesmo rancor que se expressa nas palavras de ordem contra a miséria e os gestores do neoliberalismo.

Nenhum liquidificador abolirá a luta de classes.

**FOI COM ESSES
DOIS EMBRIÕES
– BOLSA FAMÍLIA
E PONTOS DE
CULTURA –
QUE O PAÍS
ENFRENTOU
A CRISE
ECONÔMICA
INICIADA EM
2008**

A crise do MinC no governo Dilma: levar a sério a questão do valor

publicado no site Revista Global Brasil

Giuseppe Cocco

A restauração reacionária no Ministério da Cultura – MinC – do governo Dilma já foi amplamente comentada e o volume de críticas só faz crescer, sem determinar nenhum efeito nessa gestão desastrosa, nem na postura do governo Dilma. Como foi possível essa virada tão inesperada? Podemos supor várias explicações: o lobby da indústria cultural “nacional” (que estava presente no evento da “cultura” em apoio à candidata depois do primeiro turno, no Teatro Oi-Casa Grande do Rio de Janeiro); alguns acordos internacionais sobre “propriedade intelectual”, eventualmente embutidos nos megaeventos que o Brasil vai abrigar (a Copa Mundial de Futebol e as Olimpíadas em particular); o acaso da escolha da pessoa da Ministra por critérios de gênero e ... sobrenome. Cada uma dessas explicações é, infelizmente, plausível e lastimável. Ao mesmo tempo, nenhuma delas é fundamental. Há uma outra, essa sim fundamental: trata-se da indigência teórica e política do governo Dilma, do PT e de seus intelectuais residuais.

Narciso no poder

É preciso ver que a entrega do MinC de volta à elite da cultura (aos medalhões da improvável “classe artística”) e da indústria cultural “nacional” foi fruto de um encontro político e oportunista entre o lobby dos “donos” da intermediação cultural e setores do governo e do PT, alguns desses definitivamente perdidos na lógica dos cargos e outros que pensam a cultura como “indústria” e a esquerda como “nacional”.

Os primeiros atrelaram o bonde de seus interesses reacionários a mais recente “ideia fora do lugar”, ou seja, a balela (velha de mais de duas décadas e imaginada na Inglaterra de Tony Blair) das “indústrias

criativas”. Os segundos, de olho nos “cargos” ou com entusiasmo simplório, embarcaram na velha miragem da “indústria” e do “nacional”. Nesse último caso, é a ressurreição do nacional-desenvolvimentismo, de Lula equiparado a Vargas e do Brasil que enfim encontra seu futuro.

A volta à ativa dos fórceps do progresso não deu luz à ideias alienígenas, das quais nos falava Roberto Schwarz, e sim a uma criatura fora do lugar: a Ministra Ana de Hollanda. Suas aparições são constrangedoras e quase suscitam compaixão diante do despreparo. A última (quando escrevemos) foi no Programa do Jô Soares. Na entrada em cena, a Ministra entrega ao âncora um CD de sua “autoria”. Ela precisa “provar” o que não deveria precisar de “prova”. Pior, nesse ato temos algo que Freud definiria de ato narcísico (de enamoramento de si mesmo) e “Bleuler diria talvez autístico”.

Sem contar com os “erros” grosseiros, tipo a declaração de que os recursos da “renúncia fiscal” (Lei Rouanet) seriam privados, a Ministra e sua assessoria de comunicação sequer percebem que o programa do Jô é literalmente uma “cópia” cujo original é norte-americano: cópia ruim de um produto “alienígena”, numa indústria cultural “nacional” que também vive de remix e sampleamento. Esse é o mundo – horroroso – do Copy Right: o direito da indústria de intermediação de copiar produtos importados e ruins, ao passo que os estudantes pobres da Escola de Serviço Social da UFRJ não podem copiar (xerocar) o saber para produzir e inventar novas relações de poder.

Dilma de Hollanda e o enigma da “sustentabilidade”

O fato de a Ministra sequer articular um discurso acabou criando, no movimento de protesto e na sociedade, mais confusão do que clareza. A isso juntou-se a tentativa, por parte daqueles que negociaram essa virada rumo à “indústria cultural nacional” (rebatizada, segundo a moda, de “indústria criativa”), de esconder, atrás do que justamente foi definido como “autismo” da Ministra, o autismo teórico deles e político do governo Dilma. É preciso enxergar a realidade, por triste que seja. A política reacionária de Ana não é formulada por ela, mas faz parte de um governo de “continuidade” que se caracteriza por fechar as (poucas, mas importantes) brechas e ambigüidades que os governos Lula mantiveram ao longo de 8 anos. O MinC reacionário tem que ser enxergado pelo que é: o MinC de Dilma de Hollanda.

Com efeito, a restauração em curso só se explica pelo fato que os formuladores da campanha e do governo da Presidenta Dilma, por um lado, não entenderam nada dos oito anos de gestão Gil-Juca e Célio Turino do MinC nos governos Lula e, por outro, nada entendem do papel que a cultura desempenha no regime de acumulação contemporâneo (no capitalismo “cognitivo”): um regime em plena, aberta e durável crise global. Barbara

Szaniecki resumiu de maneira cristalina essa situação: os que “bolaram” o MinC da Dilma (no PT e na campanha presidencial e a própria Dilma) consideram a cultura como sendo a “cereja” em cima do bolo, quando na realidade se trata do “fermento” que define o que o bolo vai ser (que o faz crescer permitindo assim seu compartilhamento). A cultura é o fermento que define o valor do “bolo”.

Aqui, poderíamos desdobrar nossa crítica em várias direções.

Uma delas seria desmontar a maneira simplória como o MinC atual “dispensa”, com um gesto soberano e soberbo, a noção antropológica de cultura para falar genericamente de “arte”, como se os prepostos soubessem dizer algo sobre o estatuto – para lá de indefinido – da arte, a não ser o gaguejar da Ministra quando ela o atribui a si mesma, exatamente como funciona o direito hereditário e seu estamento.

Uma outra direção poderia apontar, por um lado, para a lógica parasitária do direito autoral e, por outro, para a relação que é preciso enxergar entre políticas de direito autoral e políticas de inovação tecnológica (patentes e licenciamentos).

Mais um eixo de reflexão poderia dizer respeito ao “digital” enquanto paradigma geral: não algo específico a um segmento da cultura, mas ao mundo! O mesmo vale, obviamente, para a mais última balela da “economia criativa”. Não existe nenhum setor criativo. Pelo contrário, a cultura e sua transversalidade hoje definem a dinâmica do valor em geral, sua dimensão “criativa”. Frisar a transversalidade da cultura no lugar da especificidade de um setor dito criativo. Ao passo que o próprio capitalismo cognitivo (cujos “global players” são hoje as redes sociais, Facebook, Youtube e os algoritmos do Google, Yahoo etc.) pensa e se organiza a partir de uma visão “cultural” da economia, o governo Dilma faz exatamente o contrário e introduziu no MinC uma “secretaria” para pensar a “cultura” desde o ponto de vista da economia. Com isso, zeram-se as experimentações do período Gil e abrem-se as comportas para uma nova geração de dependência. Como sempre, em nome da afirmação abstrata do interesse superior (“nacional”), colocam-se as bases de sua concreta entrega aos interesses multinacionais.

Todos esses eixos de reflexão merecem desenvolvimento, mas aqui pretendemos nos concentrar sobre a chamada “sustentabilidade” e, com ela, sobre a “gestão” que tanto parece preocupar a Presidenta.

Cerca de dois anos atrás, numa das mesas do Colóquio que a Universidade Nômade organiza há alguns anos na Fundação Casa de Rui Barbosa (no Rio de Janeiro), um dos convidados fez um discurso extremamente crítico sobre a política dos Pontos de Cultura, dizendo que “não eram sustentáveis”. Essa fala impactou o público e os organizadores, certamente não pela

sofisticação das argumentações, mas pelo fato de seu formulador ter exercido (e continuar exercendo) vários cargos importantes no MinC e depois dos governos Lula – sempre na área “cultural”. A fala parecia uma posição isolada e, vinda de um dos burocratas eternizados nos “cargos comissionados”, incomodava de modo particular. Naturalmente, o burocrata pensa a sustentabilidade dos outros, convencido que a dele é divina, vem do Céu de suas competências e não do inferno do fisiologismo e outras combinações que constituem a prosaica realidade da política e da economia: a economia política, dizia-se tempos atrás.

Por um lado, essa fala foi bem um fruto maduro (e podre!), do próprio processo de representação. O “representante” se torna “o dono do poder” e passa a ditar regras aos “representados” (nesse caso, os “merdinhas” – como alguém qualificou os “pontos de cultura”). Pelo outro, o mais interessante estava mesmo no que ninguém suspeitou no momento: essa fala antecipava a mudança atual. O fato é que, em setores do governo próximos da “indústria cultural” tradicional bem como do circuito dos megaventos que vieram para pautar novos e reacionários eixos de homologação do Brasil no circuito da globalização espetacular, uma cumplicidade se estabeleceu a partir do discurso da “sustentabilidade”, ou seja, de um termo suficientemente indefinido e politicamente correto para dizer que os “pontos de cultura” são assistidos e incapazes de estar no mercado diante de uma “indústria cultural” que, ela sim, merece os cuidados das políticas públicas. Nisso, aplicou-se aos “pontos” o mesmo discurso que ao longo de 8 anos a mídia aplicou ao Bolsa Família.

Não nos interessa aqui reconstruir em detalhes como esse discurso se processou retoricamente (por exemplo, nos artigos de Cacá Diegues sobre “Indústrias Criativas” ou nas declarações de Luiz Carlos Barreto sobre as diferenças entre “amadores” e “profissionais” da cultura). O que interessa é que o governo Dilma desenvolve apenas um dos eixos dos governos Lula, o pior: a homologação do Brasil e dos pobres dentro dos valores do modelo vigente de desenvolvimento. Acontece que essa política não é apenas “pior” porque completamente alinhada aos valores de um sistema (capitalista) de exploração e expropriação, mas também porque a governança desse regime de acumulação está mergulhada numa crise sistêmica comparável àquela pela qual o mundo passou em 1929, uma crise que vai durar e da qual ninguém sabe como “sairemos”.

Podemos resumir a questão da “homologação” de maneira “impressionista”: Lenin dizia que o “socialismo” são os “soviets mais a eletricidade”. Com Dilma, só sobra a eletricidade: a mega usina hidroelétrica de Belo Monte e as Centrais Nucleares de Angra dos Reis (para não falar do

Código Florestal de Aldo Rabelo) como os emblemas dessa corrida rumo a um progresso não mais iluminado pelo Sol do Porvir, mas pelo apocalipse atômico de Fukushima (que renova – em pior – aquele de Tchernobyl). Temos aqui uma **primeira qualificação** do conceito de “sustentabilidade”. O termo usado como um critério de “racionalidade”, algo que pode ser “mensurado” pelos métodos de “gestão” **não significa nada**: como se faz para calcular a destruição de uma região inteira do Xingu para se tornar a bacia da “megabarragem”? Como medir o apocalipse de Fukushima diante da sistemática sonegação de informações à qual assistimos, pior do que fez a antiga União Soviética em Tchernobyl?! Como avaliar a “sustentabilidade” da Grécia diante das dezenas de trilhões de dólares queimados em poucas horas de pânico das bolsas? Como qualificar a “sustentabilidade” da economia brasileira quando ela continua atrelada à inflação dos juros (que por sua vez se baseia em uma solução apenas aparente da “inflação” dos preços) e, pois, transferindo para a elite mais de 6% do PIB ao passo que o “pobre” Bolsa Família teve dificuldades em se manter com menos de 1% do PIB?! Evidentemente, “sustentabilidade” não significa nada e “gestão” ainda menos. O problema não é “como” tornar algo “sustentável, mas QUEM, ao mesmo tempo, dá sentido ao conceito e faz esse cálculo.

A **segunda qualificação** que nos interessa é a da crise. A comparação com a Grande Depressão de 1929 não deve ser tomada apenas do ponto de vista dos seus indicadores econômico e financeiros, mas sobretudo, na perspectiva de que a “saída” da crise está completamente indefinida e os desfechos dependem de como as lutas sociais saberão abrir novos rumos e dar nova significação à economia. Diante da falência global do sistema do crédito (em 2008 e 2009) e agora da crise da dívida soberana europeia e norte-americana (que já se transformou em crise social) e do medo que começa a acumular-se sobre a solvabilidade dos títulos da dívida estadunidense, o debate sobre “sustentabilidade econômica” adquire mais um elemento de complexidade que, aparentemente, não passa pela cabeça dos nossos burocratas. Ora, a complexidade e a gravidade econômica, social e política da crise não se deve ao fato de que ao mundo falta uma governança para alcançar a “sustentabilidade”, mas que ninguém sabe mais o que significa ser “sustentável”. A complexidade da crise se resume exatamente no fato que falar de sustentabilidade não significa mais nada, pois é todo o sistema de referência – todas as métricas – que entrou em colapso. Por um lado, todos os esforços que os governos multiplicam (por enquanto sem sucesso) para tornar a economia sustentável (ou seja, para voltar ao crescimento com “emprego”) ameaçam a sustentabilidade em termos de relação ao meio ambiente (pensemos à loucura da saturação do trânsito em todas

as metrópoles brasileiras e quanto foi decisivo o subsídio público por meio da isenção do IPI). Pelo outro, é a própria dimensão “cultural” do valor (o peso dos intangíveis, seja na dinâmica da Bolsa que naquela do trabalho imaterial) que o torna incomensurável.

Políticas Culturais e Políticas Sociais: levar a sério a questão do valor

Sem pretender aqui resumir o debate sobre as definições possíveis do conceito de cultura, uma delas, proposta por Claude Lévi-Strauss nos parece particularmente útil: por sua adequação imediata diante dos impasses atuais, por sua possibilidade de balizar os debates e pesquisas futuras. Numa conferência pronunciada no Japão em 1986, o grande antropólogo nos deu uma série impressionante de indicações teóricas e políticas. Em primeiro lugar, ele lembrou a importância política da “relativização humanista” da noção antropológica de cultura que ele mesmo tinha apresentado num trabalho encomendado pela Unesco no segundo pós-guerra (para o combate ao racismo). Tratam-se de duas afirmações interligadas: (a) “para que uma civilização possa pensar a si mesma, ela tem que dispor de um ou muitos outros que sirvam de termo de comparação”; (b) “nossos (ocidentais) valores não são os únicos”. Nesse sentido, Claude Lévi-Strauss nos diz que, depois da cultura dos poucos (aristocrática) e dos ricos (burguesa) chegou o momento da cultura democrática: “nada do que é humano será estranho ao homem”. Em um segundo momento, o velho antropólogo propõe, por um lado, uma distinção entre “cultura” e “sociedade” e, pelo outro, uma qualificação do capitalismo contemporâneo. A cultura diz respeito à relação entre homem e natureza: a significação na administração das coisas (“cultivar” a terra). A sociedade diz respeito às relações entre os homens: o “governo dos homens”. Ao mesmo tempo, o capitalismo passou de um paradigma (industrial) que “transformava os homens em máquinas” para um baseado na “transformação das máquinas em homens”. Com base nisso, Claude Lévi-Strauss se permitiu um pouco de “otimismo”: a sociedade vai poder se libertar da maldição de ter que explorar os homens para que o progresso aconteça e a cultura possa assumir definitivamente a tarefa de “fabricar” o progresso, ou seja – nós acrescentamos – de redefinir seus “valores”, de resolver o enigma da “sustentabilidade”.

Dito de outro modo e com algumas inflexões. A transformação das máquinas em homens não é o fato da robotização (como Claude Lévi-Strauss pensava, não por acaso no Japão!), mas da centralidade dos processos de produção da “subjetividade”. Não um processo linear de libertação tecnológica, mas uma nova alternativa entre uma exploração (heteronomia) que, investindo a própria vida, se aparenta a uma nova

escravidão e uma libertação que, por ter como base a potência cooperativa da vida, pode afirmar uma real autonomia. No cerne dessa alternativa, temos pois a possibilidade de repensar relação entre o trabalho da cultura e os valores da sociedade.

O governo Lula tinha dois embriões, precários mas potentíssimos desse horizonte: o Bolsa Família e os Pontos de Cultura (e o MinC como um todo). O Bolsa Família era (e ainda pode vir a ser) uma potentíssima política cultural: uma política da relação entre homem e natureza, ou seja do reconhecimento das dimensões produtivas da própria vida (da produção de subjetividade) e por isso teve um sucesso político, social e econômico imprevisto; os Pontos de Cultura são uma potencial política social, ou seja capaz de enfrentar a questão sem resposta da sustentabilidade, na medida que articulam o reconhecimento produtivo da vida (Bolsa Família) com a mobilização democrática do trabalho (os pontos e os editais, o trabalho colaborativo das redes mais em geral). Contrariamente à miopia do burocrata e à cegueira do governo, os Pontos de Cultura e o conjunto de políticas inovadoras do MinC constituem a própria base para resolver o enigma da sustentabilidade.

Foi com esses dois embriões – Bolsa Família como política cultural e Pontos de Cultura como política social – que o país enfrentou a crise econômica iniciada em 2008 e é somente na continuidade e no aprofundamento dessas ações conjuntas que o Governo Dilma poderá enfrentar o desafio da construção de uma democracia real, exatamente nos mesmos termos que – na Espanha – é um novo tipo de movimento social que pratica: *Democracia Real Ya*.

**PERMITIA-SE OU
NÃO O INGRESSO
PELA AFINIDADE
PESSOAL;
CONFLITOS
PESSOAIS DENTRO
DOS GRUPOS
IMPEDIAM A
PARTICIPAÇÃO
POLÍTICA
COLETIVA.**

Balanço crítico acerca da Ação Global dos Povos no Brasil III

publicado no Passa Palavra

Felipe Corrêa

A CONSTRUÇÃO FORMULADA SOBRE A CRÍTICA

Entre a cultura, a identidade e a política

A esquerda clássica deu sempre pouco espaço às questões culturais e identitárias. Na realidade, muito por razão de uma visão marxista que reflete um exclusivismo da esfera econômica — diversas vezes fundamentado em uma leitura mecanicista do determinismo da infraestrutura em relação à superestrutura –, deu-se uma quase exclusividade aos aspectos de classe, suprimindo-se questões que dizem respeito à cultura e à identidade. Priorizou-se o objetivo, o racional; negou-se o subjetivo, o emocional. Paixões, desejos, sentimentos, nunca foram bem aceitos pela esquerda clássica, salvo algumas exceções. O fato é que mesmo nos movimentos de base classista, como foi, por exemplo, o sindicalismo revolucionário no Brasil da Primeira República, sempre houve a construção de uma cultura (ainda que nesse caso fosse uma cultura de base classista) e de identidades coletivas, que constituíram os elementos que foram responsáveis por dar uma liga fundamental ao movimento. O mesmo se poderia dizer, por exemplo, da Revolução Chinesa, que fundamentou suas diretrizes na cultura — muitas vezes até nas próprias emoções — e na formação de identidades coletivas para o movimento revolucionário. Defender o classismo, nesse sentido, de maneira alguma significa negar cultura e identidade. Mas, infelizmente, para grande parte da esquerda, esses aspectos não passavam de “desvios pequeno-burgueses”.

Levando em conta, corretamente, as demandas de cultura e identidade, no entanto, o novo movimento impulsionado pela AGP terminou, como a maioria dos novos movimentos sociais, enfatizando essas questões em

Nota 1

Como qualquer movimento de maioria jovem, houve uma dificuldade de superar o fim da “fase Che Guevara”, que se encerra pelos vinte e tantos anos. Dando legitimidade à máxima “comunista aos 20, liberal aos 30 e conservador aos 40”, muito da juventude presente no movimento, com o tempo, foi abandonando a luta em favor de posições mais institucionalizadas, mais conservadoras, ou mesmo abandonando a política.

detrimento da participação política. A questão era a seguinte: a principal bandeira do movimento era a luta contra a “globalização”, sendo esta entendida, para o movimento, como o avanço do neoliberalismo em escala mundial e consolidando-se como modelo único para o mundo, principalmente a partir da política Thatcher-Reagan e do fim do “socialismo real”.

Portanto, independente das bandeiras culturais e identitárias levantadas, deveriam ser prioridade as avaliações das forças em jogo, que terminavam por caracterizar o poder do neoliberalismo no mundo, e, fundamentalmente, no Brasil. Deveria também ser prioridade, a partir dessa leitura, a busca de incidência na realidade, tendo como perspectiva a mudança dessa correlação de forças. Essa intervenção real no jogo de forças é o que estou chamando de participação política. Ou seja, havia a necessidade de constituir uma força com o nosso movimento e, por meio de ações, combater a escalada do neoliberalismo. Era em torno disso que se davam os principais objetivos políticos, de curto e médio prazo, do movimento.

No entanto, na construção do movimento havia um problema. As demandas culturais e identitárias deixavam pouco espaço para as questões políticas. O perfil dos “ativistas” — jovens, na maioria dos setores médios da sociedade, ligados à contracultura, muitos vegetarianos, estudantes de universidades públicas, escolas particulares alternativas etc. — facilitava a criação dessa cultura militante e de uma identidade coletiva que se refletiam em um determinado estilo de vida. Os assuntos de interesse, no que ia para além da política, aproximavam os ativistas, a idade, a classe de origem, o local de estudo, tudo isso naturalmente criava um perfil do movimento no país [1]. Obviamente, não quero generalizar; havia exceções (militantes mais velhos, não ligados à contracultura, da classe trabalhadora etc.), mas o fato é que a cultura militante e a identidade coletiva geradas terminaram por refletir esse perfil que era o da maior parte, ou pelo menos da parte mais influente, que hegemonizava o movimento.

A consequência disso foi o crescente afastamento da incidência real na realidade e das preocupações políticas, que aos poucos foram sendo incorporadas como um elemento estético que fazia parte do “kit ativista”. Muito mais interessados no “grupo-fechado-em-si” do que na atuação política coletiva, os ativistas, muito frequentemente, substituíram a política pela cultura e pela identidade. Ou seja, a preocupação de constituir uma força para incidir na realidade passou para segundo plano. Esse “grupismo”, a cultura do grupo fechado em si mesmo, foi estimulado também pela cultura e a identidade criadas: ficava difícil para pessoas “diferentes” se aproximarem. Afinal de contas, tentar se aproximar de um grupo em que os assuntos eram os mesmos, que os interesses eram semelhantes e que o

Nota 2

Recordo de uma reunião da AGP no antigo Instituto de Cultura e Ação Libertária (ICAL) em que conversávamos alguns membros antes de uma reunião e chegou uma mulher. Perfil diferente dos presentes; mais velha, aparentava ser uma pessoa simples, menos instruída que a maioria no local, “cara” de trabalhadora. Tive a nítida impressão de que ao ouvir as conversas que aconteciam antes da reunião e ver o perfil dos presentes, a mulher sentiu-se como peixe fora d’água. Em vez de darmos atenção a ela, continuamos conversando sobre as “internas” do movimento, falando de fulano e ciclano, sobre o show não sei de quem etc. Depois de algum tempo, a mulher saiu. Nunca mais apareceu.

perfil dos participantes era parecido, era um fator complicador. Adultos trabalhadores tentaram por vezes se aproximar, mas se afastaram. Para mim, diversos desses afastamentos ocorreram por falta de identificação pessoal com a certa homogeneidade que preponderava no movimento [2].

Com a priorização da cultura e da identidade em detrimento da política — algo que, a meu ver, nunca foi proposital, mas “simplesmente aconteceu” — o movimento diminuía sua capacidade de intervenção na realidade, na mesma medida em que forjava e definia uma cultura comum e uma identidade coletiva. O movimento aos poucos foi tendo mais a função de transformar a própria militância, do que de transformar aquilo que estava fora do movimento — a realidade social.

O pessoal e o político

Outro problema da esquerda clássica era, ainda no campo das relações humanas, o desdém para com os vínculos pessoais e as amizades que se criavam dentro das lutas. Política era uma coisa, relações sociais, outra.

O novo movimento que surgia evidenciava os limites dessa prioridade essencialmente política em detrimento das relações sociais, pessoais. Acreditava-se que elas eram relevantes, senão fundamentais, no processo de luta. No entanto, surge o problema, junto com a própria noção de “grupo de afinidade”, endossada por muitos da geração AGP. De que afinidade se falava afinal? Política? Pessoal? A soma da premissa da necessidade da construção de novas relações sociais e pessoais com a ideia de grupo de afinidade teve como resultado grupos que tinham mais afinidades pessoais do que políticas.

O problema é que o critério para pertencimento ao coletivo não se dava mais em relação aos objetivos e métodos políticos de atuação, mas se a pessoa se dava bem com os outros, se nutria os mesmos interesses etc. O critério de união não era programático, ou seja, não se buscava agregar em torno de uma proposta política; as pessoas iam chamando seus conhecidos, buscando interessados que apareciam naturalmente. Surgia daí uma tendência de reforçar a mesma cultura e a mesma identidade que vinha sendo criada, num ato de auto-alimentação do próprio movimento. O discurso da diversidade era substituído, na prática, por uma homogeneização sem precedentes. Permitia-se ou não o ingresso coletivo pela afinidade pessoal e não pela convivência política; conflitos pessoais dentro dos grupos impediam a participação política coletiva. Não se separava o que era pessoal do que era político. Se na teoria se defendia que pessoal e político deveriam constituir um todo coerente, na prática o pessoal se sobrepunha ao político.

O mesmo valia para o critério de alianças. Sem posições programáticas bem definidas e com o pessoal sobrepondo-se ao político, não é difícil

prever que as alianças, em grande medida, obedeciam à mesma regra. Não havia análise da realidade e priorização de setores, movimentos, grupos etc. que deveriam nortear as alianças. Juntava-se quem aparecia. E como era natural, um grupo com um determinado perfil tendia a atrair pessoas com o mesmo perfil. Sem um esforço para romper esse círculo, ele se auto-alimenta indefinidamente, fato que se tornou realidade.

Outro fator que se evidenciou em detrimento do político, priorizando o individual, foi a substituição do conteúdo pela forma. Prática bastante evidente hoje em dia, persuadiu parte significativa dos ativistas do movimento que, utilizando a máxima do “fazer da sua vida algo próximo de seus ideais” — um princípio bastante razoável, é verdade — passavam no campo pessoal à forma do “politicamente correto”, na mesma medida em que se afastavam do conteúdo político. Explico.

É uma característica relativamente comum incorporar elementos do âmbito pessoal, em vez de levá-los para fora, para o campo da mudança social. Exemplos disso são infindáveis, mas só para exemplificar, posso citar: passar a chamar os negros de afro-americanos e acreditar que o problema do racismo está resolvido; utilizar linguagem inclusiva e pensar que o problema de gênero está solucionado; consumir alimentos sem agrotóxicos e acreditar que o problema do agronegócio está resolvido etc. É fato que, também inconscientemente — nunca ouvi ninguém falar “vou priorizar o individual em detrimento do político” ou defender essa posição abertamente —, isso “simplesmente aconteceu”, tornou-se verdade prática sem uma reflexão teórica que lhe desse sustentação. Puxados por aquilo que na realidade é mais simples, ou seja, uma mudança no comportamento individual, os ativistas afastavam-se das atividades no campo social, evidentemente mais complexas, visto que elas implicavam conviver com o diferente, discutir, ter argumentos, persuadir — em suma, tudo o que implica a luta.

Durante o crescimento da AGP no Brasil evidenciaram-se diversos fatos nesse sentido. A cultura do “politicamente correto” era promovida, incentivando-se, ainda que tacitamente: utilizar linguagem inclusiva [3], ler somente mídia alternativa, ser vegetariano ou vegano, andar de bicicleta, optar pela vida coletiva (morar com amigos etc.), ter relacionamento aberto e/ou bissexual, não consumir produtos de grandes marcas ou de marcas que produziam em *sweatshops*, utilizar software livre, evitar os debates mais acirrados na forma etc. O ativista tinha de ser uma pessoa quase perfeita, sem todos os vícios da sociedade presente e buscar não se “contaminar” com tudo de errado que nela havia — fato que não deixava de herdar da contracultura certo costume de um vigiar o comportamento do outro. Apesar disso, nossa geração realizou poucas lutas contra a opressão de

Nota 3

Num determinado momento, no CMI, tivemos uma discussão sobre a questão da linguagem inclusiva. Sem negar o fato de que, de fato, o machismo se reflete na linguagem, minha preocupação era que as propostas para solução do problema pareciam estranhas demais. Quem afinal entenderia as arrobas ou os asteriscos: “companheir@s”, “companheir*s”? Não estaríamos fechando ainda mais o nosso círculo de relações? Outras soluções vieram de outras localidades, como, por exemplo, abolir nas palavras que envolviam gênero as letras “o” e “a”, trocando-as por “i”, uma letra neutra em termos de gênero. Não se utilizaria *companheir@s*, ou *companheir*s*, mas “*companheiris*” — uma maneira particular de conceber a linguagem inclusiva que não me tira da cabeça o velho

e bom Mussum... Independente dos resultados, é um fato que os próprios termos em que se dava a discussão evidenciavam uma característica “grupista”, do falar para dentro, e uma despreocupação em atingir uma pessoa “normal”, fora dos círculos ativistas.

gênero, a grande imprensa, os matadouros, a discriminação sexual, a exploração dos trabalhadores da indústria automobilística, das corporações e dos *sweatshops* etc. Há diversos exemplos, mas quero insistir num ponto central: com o passar do tempo, o comportamento individual foi substituindo a política coletiva e a mudança do indivíduo passou constantemente a sobrepor a luta — a busca pelo modelo do “ativista perfeito e coerente” afastava-os da realidade e complicava ainda mais a interação com pessoas “normais”, diferentes portanto.

O fim da política classista

A esquerda clássica, com influência determinante do marxismo ortodoxo, que assumia o citado mecanicismo determinista em relação à economia, colocava o proletariado urbano industrial como um sujeito revolucionário determinado *a priori*. A luta de classes definia-se a partir do critério da exploração e a linha que dividia as classes era traçada com base nos meios de produção. De um lado, a burguesia, proprietária dos meios de produção, de outro, o proletariado, trabalhadores que só possuíam sua própria força de trabalho. Havia, também, muitas vezes, um outro mecanicismo teleológico de acreditar que a mudança no modo de produção traria, inevitavelmente, a solução de outras questões políticas (abolição do Estado) e sociais/culturais (problemas de gênero etc.).

Estava claro para o nosso movimento que havia sérios problemas nessa teoria. Por um lado, sabia-se que o proletariado industrial poderia ter tido papel de destaque em diversas lutas, mas era evidente que o campesinato (evidenciado pelo levante zapatista, por exemplo), setores precarizados e excluídos, por outro, também haviam sido responsáveis por mobilizações e episódios de luta significativos. Parecia-nos que o sujeito revolucionário não poderia ser concebido *a priori*, fora de um processo concreto de luta, e que o critério puro e simples da exploração do trabalho assalariado parecia insuficiente para demarcar as classes sociais. Parecia também evidente que a luta econômica não resolveria automaticamente problemas políticos, culturais e ideológicos.

Essas negações e dúvidas, rapidamente, converteram-se em uma posição, para muitos, de que o próprio conceito de classe estava em xeque; defendia-se, com frequência, que não se podia mais analisar a sociedade com base no critério de classe. Entretanto, não se buscou teorizar sobre outras possibilidades de utilizar o conceito de classe e não se questionou o fato de as mobilizações não possuírem base e nem terem conteúdo classista. A própria luta de classes, ainda que expressa no movimento por meio do princípio anticapitalista, era abandonada como elemento de leitura da sociedade, ou mesmo como perspectiva. Dava-se a todas as lutas específicas (negros, feminismo, movimento LGBT, etc.) a mesma relevância, senão mais, que as lutas de base classista.

Não que elas não tivessem (e que ainda não tenham) relevância; muito ao contrário. Mas elas não poderiam, nunca, ser desvinculadas de uma perspectiva classista e anticapitalista. Ou seja, a inclusão de parte desses setores no mercado capitalista, como forma de inserção e compensação, deveria ser rechaçada; não poderia ser sustentada como bandeira do movimento. Afinal, não faria sentido gays ricos, mulheres ricas etc. poderem gozar dos benefícios do capitalismo ao passo que os gays e mulheres pobres não poderiam... Aspectos que não foram levados em conta para além do discurso. Afinal, inserir a questão de classe no debate implicaria uma autocrítica que a autocomplacência e a auto-exaltação do movimento não permitia. Pareceria um ortodoxo, “velho e empoeirado”, querendo trazer questões que “já haviam sido superadas”.

No entanto, havia algo mal resolvido. Ainda que o conceito clássico de classe pudesse ser questionado, não havia dúvidas de que a sociedade continuava extremamente desigual. Fossem essas diferenças em termos de distribuição de renda (riqueza/pobreza), propriedade dos meios de produção (incluindo a terra), gestão das empresas, poder político, acesso à educação, saúde etc. Se a principal bandeira do movimento era a luta contra o neoliberalismo e se o neoliberalismo tinha consequências nefastas para a maior parte da população, ou seja, a base dessa pirâmide de desigualdade, querer fazer um movimento que representasse somente os níveis medianos dessa pirâmide, desconsiderando, no caso do Brasil, entre 70% e 80% do país, não poderia significar outra coisa senão um elitismo contrário à ação direta que era defendida. Só poderia significar uma parcela pequena da sociedade, relativamente inserida no capitalismo (pelo menos no que diz respeito à renda familiar, relacionamento, acesso à educação e outros serviços), que lutava em nome de outros, para os outros, em seu lugar.

Um elitismo que, ainda que na teoria sustentasse o envolvimento popular amplo nas lutas, contentava-se, de certa maneira, com a participação

extremamente restrita em termos de classe. De novo, sem enfatizar isso abertamente — ninguém nunca disse “acho que os setores de trabalhadores mais precarizados, menos inseridos no capitalismo, não devem participar das mobilizações” –, fazia-se implicitamente uma opção de classe, distinta de um posicionamento classista, que seria o de buscar um envolvimento maior dos setores que, de fato, eram os que sofreriam as maiores consequências com o avanço do neoliberalismo. Mesmo que “sem querer”, o movimento abandonava o classismo em nome de uma prática de setores médios da sociedade.

Novo versus velho

Se a esquerda clássica vinha caracterizada por aquela imagem tradicional do militante chato, velho, barbudo e barrigudo, sempre mal-humorado, com aquele mesmo discurso, que não atraía mais ninguém, havia uma necessidade de se contrapor a isso. Essa imagem da esquerda não atrairia, de fato, a juventude que estava disposta a lutar. Eram necessárias novas fórmulas e adotou-se uma delas — muito em evidência no setor estudantil do Maio de 68 francês –, do discurso do “novo” contra o “velho”. Era, no fundo, uma tentativa de pautar uma nova imagem para uma nova esquerda que surgia e que queria superar os velhos problemas.

Os novos militantes deveriam ser bem-humorados, modernizar o discurso, reformular o material de propaganda etc. Essas novas propostas faziam com que parte significativa do movimento acreditasse, de fato, estar criando algo novo. O espírito parecia esse: criar algo novo, ainda que não se entendesse direito o que estava sendo criado. E não havia problemas nisso, visto que o próprio zapatismo era assim. Afirmava-se de esquerda e, com o tempo, ficava cada vez mais libertário; estava armado, constituía um exército, mas defendia os processos horizontais de tomada de decisão... Havia uma onda na qual emergiam novas experiências, novas ideias, e parecia que elas possuíam pouca relação com a velha esquerda.

Essa sensação de “estar criando o novo” afastava, de certa maneira, os envolvidos de um estudo teórico mais aprofundado [4] e gerava certa arrogância por parte dos ativistas que acreditavam, de fato, estar reinventando a roda. Uma arrogância que era estimulada pelo espírito jovem e pela sensação de estar fazendo algo que nunca havia sido feito.

Esses fatos impediram as aproximações com movimentos de bases sociais mais amplas, já que o universo deles parecia fazer parte do velho mundo, que estávamos em vias de superar. Afinal, eram movimentos da esquerda clássica, com velhos burocratas, com ideias e práticas antigas que não “combinavam” com o nosso movimento. Tais fatos também complicaram

Nota 4

Eu mesmo pensava que diversos daqueles assuntos vinham sendo trazidos pelos novos movimentos. Depois descobri que todos eles estavam discutidos, com profundidade, na literatura histórica das lutas sociais.

Nota 5

Em 2001, havia um protesto marcado contra o FMI e o BM, cujo encontro havia sido cancelado por razão dos ataques de 11 de Setembro. Estávamos com tudo encaminhado e decidimos, como foi o caso em vários outros países, mudar o tema da mobilização. Em vez de protestar contra as instituições multilaterais, nos manifestaríamos contra a guerra que estourava no Afeganistão. Os presentes na reunião da AGP se animaram. Pensamos em fazer um teatro de rua, com centenas, talvez alguns milhares de pessoas, enfrentando-se mutuamente em plena Av. Paulista e, no final, todos cairiam no chão mortos, representando ludicamente os efeitos da guerra. O coletivo topou e, no meio daquela empolgação, um companheiro sugeriu: "- Quando todos estiverem no chão, poderíamos tocar Thriller,

do Michael Jackson, e todos se levantarem e saírem dançando!" A assembleia aprovou e dividiram-se as responsabilidades: um companheiro gravaria a música numa fita cassete, um outro levaria o som e finalmente um outro arrumaria algo como um carrinho de supermercado para empurrar o som. No dia da manifestação, nem fita, nem som, nem carrinho, nem Thriller; todos caíram no chão e foi o fim o teatro. Pensei: "- Na reunião de avaliação vai sobrar para o pessoal que se comprometeu a fazer isso e não fez". Na assembleia seguinte, de avaliação do ato, nem uma palavra foi mencionada em relação aos problemas de compromisso. "Fazia parte" combinar, se comprometer e não cumprir.

a expansão do movimento e criaram dogmatismos e sectarismos característicos da velha esquerda. Novamente, o movimento impulsionava as razões de seus próprios limites.

Disciplina, compromisso e regularidade

A velha esquerda valorizava aspectos como o espírito de sacrifício, a disciplina, a necessidade do trabalho permanente, a organização, as cobranças por problemas de responsabilidade etc. Evidentemente tudo isso permeava completamente de autoritarismo.

O novo movimento acreditava que isso poderia ser um fator impeditivo para os interessados e oferecia o oposto como solução. Para resolver esses problemas de autoritarismo, certo espírito "libertário" fornecia as bases para afirmações opostas: espírito de sacrifício era coisa da Igreja; disciplina e cobrança, dos militares; trabalho permanente e organização, dos marxistas ortodoxos. Todos os valores que haviam sido criados pela esquerda anteriormente eram jogados no lixo, sem qualquer avaliação.

A dedicação e o espírito de sacrifício eram substituídos por uma cultura contrária ao compromisso, à disciplina e à regularidade no trabalho, que atingiu níveis doentios [5]. Postura que conforme ia sendo permitida — já que não se falava no assunto com medo de incorrer em autoritarismos — criava precedentes para outros que, no futuro, consciente ou inconscientemente, se baseariam nisso para também não cumprir com aquilo que haviam se comprometido. Assumir e não fazer não só foi aceito como, com frequência, virou a regra no movimento.

O trabalho permanente era substituído pela participação ocasional. Não era mais como outrora, que a vida se adaptava à militância; agora, a militância adaptava-se à vida; seria feita quando desse e se desse. A internet facilitava essa participação esporádica e irregular; a pessoa tocava sua vida com diversas outras prioridades e uma ou duas vezes por dia mandava seus e-mails e estava resolvido.

Essa cultura da irregularidade da militância evidenciava-se nos atos que, quando aconteciam — e

Nota 6

Tanto assim que quando organizamos o A20, colocamos no cartaz de divulgação que haveria uma “festa contra a ALCA na Av. Paulista”. De fato, o cartaz atraiu alguns desavisados que acharam que não se tratava de um protesto de rua, mas, de fato, de uma festa. Ainda que com o fim da “festa” nada festivo, com uma surra da polícia, feridos e presos aos montes, alguns desses curiosos chegaram a permanecer no movimento por algum tempo, abandonando-o em seguida.

para isso havia certo trabalho de divulgação, propaganda etc. — juntavam muita gente, não sem, imediatamente após, desmobilizar todos, inclusive parte da militância que ocupava o centro da organização do movimento. O trabalho só seria retomado na próxima manifestação. Enquanto isso, reuniões, discussões e algo mais; mas trabalho, de fato, havia muito pouco.

Esse foi um dos motivos da cultura do trabalho de base nunca ter se desenvolvido na AGP. Por um lado, uma ligação desse tipo de trabalho com a velha esquerda, e por outro, algo incômodo e, por vezes, “trabalhoso demais” para merecer atenção. Um trabalho de formiga que tinha de ser desenvolvido pouco a pouco, e que não proporcionava o *glamour*, a adrenalina etc. dos atos de rua. Em todas as experiências com as quais tive contato falou-se pouquíssimo de trabalho de base, da sua necessidade, de seu método etc.

Outro elemento da nova esquerda era a ênfase nas festas como forma de luta, buscando, como nos outros casos, fugir do esquema “mobilização classista e combativa” da esquerda clássica. Nessa tentativa, havia muita influência dos carnavais politizados de outros países, fundamentalmente dos EUA e da Europa. As mobilizações de rua tomavam um espírito lúdico, muito mais atrativo na visão dos ativistas, e acreditava-se com isso que teríamos como aumentar a mobilização, inovando na forma [6].

Um pouco no espírito da TAZ de Hakim Bey, buscava-se festejar e protestar. Entretanto, o meio-termo tornava-se cada vez mais difícil e terminamos por encorajar muito mais a festa do que a luta. Não porque defendêssemos isso abertamente, como sempre, mas, na realidade, o espírito de grupo, a convivência, a diversão com música, bebida etc. eram muito mais interessantes que as lutas em si. Dada a “permissão” de abrir mão da disciplina, do compromisso e da regularidade, era natural que o “curso natural das coisas” impulsionasse o conjunto rumo àquilo que era mais agradável — a festa. Não me lembro de ter havido, de nossa parte, autocrítica séria nesse sentido.

(Continua)

A Bibliografia virá no final desta série.

**O PRINCÍPIO
ANTICAPITALISTA
DA AGP
TERMINOU COMO
UM ADEREÇO SEM
FUNÇÃO**

Balanço crítico acerca da Ação Global dos Povos no Brasil IV

publicado no Passa Palavra

Felipe Corrêa

Teoria, ideologia e prática

Os ativistas do novo movimento demonstravam-se cansados com grande parte da esquerda que “falava muito e fazia pouco”. Essa era uma característica marcante da esquerda clássica: análises profundas (algumas vezes não muito!), críticas contumazes, longos textos, fórmulas para a revolução, ataques e mais ataques de grupos contra outros, de ideologias contra outras. Com frequência, uma falta absoluta de prática, imaginando, talvez, que a teoria pudesse substituí-la; a prática, nos poucos momentos em que acontecia, era acompanhada, muitas vezes, de um acanhamento de dar vergonha.

Havia uma “urgência das ruas”, para parafrasear o título de um livro que teve relevância para o movimento, publicado ainda em 2002. A prática deveria superar a teoria pura e simples cujos autores, para muitos críticos do novo movimento, resignavam-se às “torres de marfim” e desligavam-se da realidade. Tínhamos de fazer alguma coisa. Passava da hora de falar, eram tempos de fazer. O raciocínio parecia fazer sentido.

Conforme os dias de ação global e outros protestos de rua foram sendo colocados em prática, foi inevitável a sedução das ruas. Era realmente emocionante um movimento novo conseguir colocar centenas, algumas vezes milhares de pessoas nas ruas. A empolgação motivava muito e fazia com que houvesse uma busca permanente por essa incrível experiência; muitos daquela geração nunca haviam saído às ruas, e a experiência era realmente única. A sensação de que não estávamos sozinhos, que fazíamos parte de um movimento que era global, também motivava significativamente. Mesmo nos momentos de confronto com a polícia, da violência repressiva contra companheiros, das prisões, tudo aquilo terminava por dar mais unidade ao movimento; aumentava a sensação de

pertencimento, de indignação contra as injustiças. Para muitos, os atos de rua eram aventuras concretas, protagonizadas por “gente comum” e que contribuía com altas doses de adrenalina.

No entanto, esse “fazer muito e refletir pouco” teria em breve sérias consequências. Para priorizar a unidade na prática, o debate teórico e ideológico foi minimizado, para não dizer praticamente suprimido. As críticas pouco aprofundadas à velha esquerda e um pequeno conjunto de princípios de ação bastavam. Também “sem querer”, o “praticismo” que se desenvolvia estimulava um vazio teórico e ideológico, evidenciado na falta de debates mais aprofundados e transformado, algumas vezes, em um “praticismo antiteoria”.

Se por um lado o neoliberalismo proclamava o fim das ideologias em nome do capitalismo de mercado, por outro, a nova esquerda impulsionada pela AGP buscava uma unidade supérflua sustentando, ainda que indiretamente, um abandono das discussões teóricas e ideológicas. Parecia haver um certo receio de entrar em terrenos que poderiam gerar discordâncias e, quem sabe, comprometer o movimento. Talvez não fosse o momento de evidenciar possíveis diferenças e correr o risco de cisões.

As formações que promovemos, pelo menos em São Paulo, foram, na imensa maioria, práticas (treinamento de ação direta etc.). Em termos de teoria, recordo-me somente de uma formação consistente sobre a ALCA, que realizamos na ALJG, que foi sintetizada numa edição do jornal *Ação Direta* e em diversos textos publicados na internet no site “Alcaralho.org” (?!). A falta de formação política e a indefinição ideológica, que terminaram se tornando quase princípios, davam sustentação à repetição de slogans, que, em muitos casos, não possuíam conteúdo.

Democracia: individualismo, “democratismo” e a cultura do “pode tudo”

É notório que a esquerda clássica foi caracterizada por seu espírito autoritário e antidemocrático — considerando aqui a democracia como participação ampla nos processos decisórios. Seja por uma visão mais revolucionária, que dava exclusividade ao partido nesses processos, alijando todo o resto da população, ou por uma visão mais reformista, que sustentava serem os representantes eleitos aqueles que deveriam fazer a política no lugar do povo.

A AGP buscava impulsionar uma mudança em relação a esses aspectos. Para a rede e todo seu conjunto de ativistas, era imprescindível uma democratização ampla, tanto no que dizia respeito aos processos de mobilização, quanto numa eventual proposta de sociedade que se desejava construir. Assumia-se a máxima de que tínhamos de começar a construir naquele

momento o amanhã desejado, e por isso tornava-se imprescindível um processo de luta que fosse completamente democrático. Foi nesse sentido que foram incorporadas as propostas de democracia direta, autogestão etc. Todos os envolvidos deveriam participar dos processos decisórios, os quais teriam de se dar em assembleias horizontais, com todos participando. Sem uma vanguarda partidária consciente que determinaria os rumos do movimento e sem confiar a uma classe política as tomadas de decisão daquilo que nos dizia respeito — o próprio princípio da ação direta.

Como sempre, sem muita reflexão, essa ideia trazia problemas. Se era absolutamente correta a ideia de democratização dos processos decisórios, vinham “no pacote” alguns elementos que, longe de contribuir com essa democratização, a complicavam. O primeiro deles era a ideia de tomada de decisão por consenso, algo que se estabelecera com os novos movimentos sociais fora do Brasil e que se instituía como uma virtude do movimento no país, a qual contrapunha os processos de votação, que eram todos equiparados à democracia representativa. Acreditava-se que com as decisões por consenso todo o conjunto do movimento seria contemplado. No entanto, o consenso terminava por valorizar, desproporcionalmente, as posições individuais em detrimento do coletivo, além de deliberar sempre em favor de um mínimo denominador comum. Todos tinham de estar de acordo com a proposta, ou ao menos abster-se de opinar; nas questões em que havia acordo, geralmente não havia problemas. Entretanto, quando surgiam as divergências, relativamente comuns, como em qualquer processo decisório, a opção única pelo consenso trazia problemas. Por exemplo: numa assembleia de 20 pessoas, 19 tinham uma posição e 1 pessoa tinha outra; isso exigia um meio-termo que dava à pessoa dissidente um peso desproporcional na decisão, a qual terminava por contemplá-la em detrimento da maioria. Se havia um traço individualista no discurso da “opressão da minoria pela maioria” — que aparecia vez por outra — em casos como esse, era a minoria que se impunha, de maneira desproporcional, à maioria. Para impedir a “tirania da maioria”, optou-se frequentemente por processos que caracterizavam a “tirania da minoria”, tão criticada em outros âmbitos.

Além disso, o consenso dava espaço demasiado àqueles com maior capacidade de oratória e com mais condições de formular seus próprios argumentos. Além de falarem mais, essas pessoas terminavam conseguindo ser muito mais contempladas no processo decisório do que aquelas que falavam pouco ou que tinham menos capacidade oratória e argumentativa. Como o critério da decisão era qualitativo e não quantitativo, as posições daqueles que falavam mais e melhor valiam muito mais do que as dos outros. Essa era uma das portas que permitia

Nota 1

Algo relativamente comum que ocorria era que, por falta de estruturas orgânicas mais definidas, as pessoas novas que chegavam podiam participar das decisões junto com o coletivo mais estruturado. Lembro-me de diversas vezes que chegavam pessoas novas, davam opiniões sobre todos os assuntos, suas posições eram incorporadas nas decisões e depois essas pessoas nunca mais apareciam. Terminavam, no fim das contas, deliberando para outros realizarem suas deliberações.

Nota 2

Durante um FSM, o CMI aproveitou para marcar uma reunião global, já que estariam presentes muitos membros dos coletivos de todo o mundo. Por algum motivo que não me lembro bem — creio que por razão de uma manifestação que fizemos contra a burocratização do Fórum — eu e

outro companheiro perdemos a reunião. Não deixamos de ficar chateados pela perda dessa oportunidade. No dia seguinte, ao encontrar um membro do Indymedia Global, perguntamos sobre o que havia sido tratado e decidido na reunião. Ele nos falou: “- A reunião foi longa, 18 horas seguidas...”. Nós, embasbacados, perguntamos: “- Nossa, mas o que foi deliberado?” E ele respondeu: “- Na verdade nada, mas foi muito bom vivenciar aquele processo democrático, todos falando, sem serem interrompidos, cada um colocando sua posição...”. Em um minuto eu já tinha me congratulado pela ausência.

Nota 3

Lembro-me de uma reunião nacional do CMI em que se discutia o papel dos comentários no site. Eu e outros companheiros, com um projeto político naquele momento já mais definido, sustentávamos que o site tinha por trás

a entrada e o estabelecimento da conhecida “tirania das organizações sem estrutura”, para utilizar o título brasileiro do texto de Jo Freeman.

E não era só isso. As tentativas de acordo terminavam constantemente optando por soluções que contemplavam a todos, mas que, para isso, tinham de ser reduzidas ao mínimo denominador comum. Se metade da assembleia tinha uma posição e a outra metade tinha outra, e se ambas as posições concordavam em 50%, optava-se por reduzir a decisão do coletivo a esses 50% de acordo e as divergências, que poderiam ter elementos importantes para o avanço, eram descartadas. Isso, creio, teve impacto nas decisões e foi um dos fatores responsáveis pelo impedimento do avanço em diversas questões.

Outro aspecto que vinha junto com a ideia de democratização do movimento era um mito de que todos deveriam participar de todas as decisões, por mínimas que fossem, o que chamei em 2005 de “democratismo”. Na realidade, como definido no próprio conceito de autogestão, a democratização nos processos decisórios exige ampla participação dos envolvidos e daqueles cujas decisões terão impacto em alguma medida.

Nesse processo, a delegação foi um instrumento historicamente aceito como maneira de articular instâncias autogeridas e democráticas mais amplas. Ainda assim, com o novo movimento, desenvolveu-se, não sei exatamente como, uma ideia de que democracia direta, autogestão, etc. significava que todos deveriam participar e decidir sobre tudo. Utilizar um processo democrático significava, muitas vezes, ficar por longos períodos discutindo questões completamente marginais, sem qualquer importância: a marca da cerveja que seria comprada para uma festa, a cor de uma parede de um espaço coletivo que seria pintado, a vírgula do texto do panfleto etc. E, obviamente, as discussões prioritárias e relevantes eram prejudicadas. A delegação autogestionária/federalista era muitas vezes comparada à delegação da democracia representativa — entendia-se que delegar, ainda que pela base, era deixar a um outro a

uma proposta: uma crítica da sociedade capitalista, caminhos pelos quais se poderia promover transformações etc. E esse projeto, para nós, deveria nortear toda a política de publicações e de comentários do site. Havia um grupo, entretanto, significativo, que sustentava que retirar os comentários da extrema direita era censura, e que o CMI não podia utilizar-se disso. Sustentávamos que promover a discussão era importante, desde que não aceitássemos posições de inimigos, que infringissem os princípios do CMI. O outro grupo achava isso autoritário. A discussão estendeu-se pela noite com os companheiros argumentando sobre a importância do espaço democrático e que deveríamos discutir com os fascistas e convencê-los das nossas ideias...

Nota 4

Exemplo crítico, é verdade, mas ilustra bem o que estou sustentando. Em uma edição do Carnaval Revolução, realizada em um sítio na grande Belo Horizonte, um gringo, daqueles que querem conciliar o punk com o hippie, não sei por que motivo defecou dentro do espaço do chuveiro reservado ao banho coletivo. O assunto gerou polêmica. Um setor mais exaltado, acreditando que o estrangeiro havia incorrido em uma atitude antiética e individualista, defendia dar uma surra nele e expulsá-lo do encontro — mas era o setor minoritário. O setor majoritário sustentava que ele tinha a liberdade de fazer isso e que bater nele ou expulsá-lo do evento seria um ato autoritário. No auge da polêmica, um bom samaritano limpou a sujeira, “solucionando” o problema.

tarefa de fazer por você. Com esse envolvimento de todos em todos os processos decisórios, não era incomum pessoas não envolvidas com o trabalho quererem deliberar sobre o trabalho realizado por outras e também as pessoas novas que nem bem chegavam e já queriam deliberar sobre questões com significativo acúmulo por parte do coletivo [1].

Com isso, frequentemente os processos decisórios, não raro, estendiam-se ao limite, e perdiam sua função de meios tornando-se fins a serem atingidos — afinal, decidimos algo para levar as decisões a cabo e desenvolver um projeto determinado. Os processos, ainda que não chegassem a lugar algum, proporcionavam um ambiente “democrático” que servia como um fim em si mesmo [2]. A democracia e a autogestão constituíam um ambiente propício para o deleite pessoal de alguns.

O argumento da democratização dos processos decisórios também vinha acompanhado do já mencionado espírito do “politicamente correto”, um certo “bom-mocismo” permissivo que criava uma cultura do “pode tudo”. Entendia-se com frequência que ser democrático era aceitar quaisquer posições e quaisquer atitudes por parte de outras pessoas [3]. Essa cultura permissiva, na realidade, invertia a noção de autoritarismo. A liberdade individual constantemente se sobrepunha às posições coletivas e, quando havia sinais por parte do coletivo de querer retomar as deliberações e os processos coletivos, acusavam-no de estar sendo autoritário. Os casos são inúmeros, alguns emblemáticos, realmente no limite de posições individuais absolutamente autoritárias, que eram toleradas pelo coletivo com o receio de que uma repreensão pudesse incorrer em autoritarismo [4]. Ainda assim, havia casos mais rotineiros, não tão extremos, mas que também evidenciavam o desrespeito das posições coletivas em favor das “licenças” individuais [5]. Invertia-se completamente a noção de autoritarismo, e a acusação de autoritário, além causar um medo quase religioso nos ativistas politicamente corretos, servia como contra-ataque daqueles que priorizavam o individual em detrimento do coletivo.

Nota 5

Outro exemplo, menos escatológico, mas mais constante, foram os espaços autogestionários, em que as pessoas “deveriam” ter o “direito” de não cumprir suas responsabilidades, em nome de um antiautoritarismo às avessas. Havia uma rádio livre de Florianópolis que, em suas reuniões autogestionárias, fechava a grade de programação, distribuindo os horários às pessoas voluntárias que faziam os programas. Não era incomum alguns pegarem os horários mais disputados e não aparecerem no dia e horário combinados. Quando cobradas, as pessoas colocavam-se como vítimas do autoritarismo dos companheiros, reivindicando sua “liberdade” de faltar (sem avisar, é claro).

Nota 6

A partir de um determinado momento, começamos a fazer o seguinte. No início da manifestação, alguém pegava um megafone e explicava todas as deliberações coletivas que haviam sido tiradas em assembleia com relação àquele ato. Se era ou não um ato pacífico, o trajeto que seria realizado etc. Finalmente, avisávamos que qualquer atitude que contradissesse essas deliberações coletivas seria entendida como obra de policiais infiltrados — encaminhados à comissão de segurança, que retiraria os manifestantes do protesto. Ainda que não resolvesse completamente o problema dos rebeldes individualistas, isso minimizava significativamente os “corajosos”, que adoram usufruir da “proteção” do coletivo para protagonizar rebeldias individuais/individualistas.

As manifestações de rua também terminaram sendo palco para “rebeldias individuais”, que, imbuídas de altas doses de espontaneísmo, contrariavam as deliberações coletivas e colocavam todo o coletivo do protesto em risco em nome de idiosincrasias individualistas completamente autoritárias. Ainda que tenhamos criado mecanismos para minimizar esse tipo de postura [6], o fato é que muitos ainda gozavam do anonimato que a massa das ruas criava para demonstrarem-se “corajosos” e “combativos”, colocando em risco todo o processo de construção coletiva [7].

Organização, integração, internacionalização e estratégia

Contrapondo-se ao discurso organizativo da velha esquerda, que vinha acompanhado de métodos que implicavam hierarquia e dominação, a nova esquerda propunha formas mais fluidas de organização. Parecia haver uma premissa oculta de que o nível de organização era diretamente proporcional à hierarquia e à dominação. Ao mesmo tempo também parecia óbvio que era necessário integrar todas as lutas e internacionalizá-las, sustentando, como dizia o slogan, que se “o capital é internacional, globalizemos a resistência”.

A noção de organização em rede surge, em grande medida, para solucionar esse problema organizativo. A própria AGP, em sua constituição, toma posições no sentido de construir um “espaço de articulação” que não se sabe exatamente quem compõe, quais são as funções de cada participante, de cada coletivo, quais são os processos decisórios em níveis mais globais, todos podem fazer ações e dizer que estão inspirados por seus princípios, não há controle e nem avaliação mais aprofundada do que é feito etc. Não se sabe exatamente quem é membro e quem não é. Uma típica “organização sem estrutura”, que parecia, no fundo, incorporar a máxima de que organização é igual a autoritarismo. Características que, para a militância da AGP, marcam a tal “atuação em rede”.

Na realidade, equiparar organização a autoritarismo é um mito que cai no extremo oposto. Nas organizações

[7] Estávamos numa manifestação na Av. Paulista, não me lembro exatamente qual era o motivo da manifestação. Só me lembro que o processo para organizar o ato havia sido desgastante, e tínhamos modificado o trajeto, pensando em como conduzir a coisa e, como queríamos tentar aumentar a participação, decidimos que seria um protesto pacífico. Isso havia sido fechado na assembleia anterior à manifestação e avisado já no início. No meio do protesto, uma turma inspirada pelo “Black Bloc” avança rumo ao McDonald, e começa a xingar as pessoas que estavam lá dentro. Alguns, mais exaltados, jogam, escondidos atrás da turba, objetos como garrafas e outros no vidro da lanchonete. A polícia tenciona. Por um lado, a comissão organizadora empurrava os manifestantes para

que passassem reto pelo local, buscando evitar o confronto, quando, de repente, um “rebelde radical” joga, detrás da multidão, algo na polícia — parecia uma pedra, um vidro ou algo do gênero — e, naquele barril de pólvora, uma faísca era suficiente para mandar tudo pelos ares. A polícia avança para cima dos manifestantes, bate em vários, solta bombas de gás, de efeito moral etc. Pessoas de mais idade, ou mesmo alguns que levaram os filhos apavoram-se, e o protesto transforma-se em um caos.

que possuem regras e processos claros, filiação e funções definidas, discussões e avaliações coletivas e responsáveis etc., cada um sabe o que deve (ou mesmo pode) fazer, e cada um sabe o que pode esperar dos outros, do coletivo como um todo. Ao optar por esse modelo organizativo nebuloso, terminou-se por dar mais espaço a quem estava mais organizado, mais articulado, quem tinha os contatos, quem dominava os idiomas etc. O mesmo processo criticado na “tirania das organizações sem estrutura”.

A necessidade de se integrar as lutas também trouxe consequências. A integração de lutas, representada pela ideia de que estávamos criando um “movimento dos movimentos”, se por um lado trazia o respeito e a tentativa de articular as várias lutas, por outro impedia a crítica e a reflexão mais aprofundada, como de praxe. Companheiros e companheiras que atuavam conosco e também em movimentos diversos (negro, LGBT, feminista etc.) terminaram sendo arrastados por esses movimentos e suas propostas de integração no capitalismo, um processo que teve pouca crítica de nossa parte. Sem propostas bem definidas, era fácil ser levado a reboque das propostas de movimentos mais estruturados. A visível institucionalização desses movimentos, que se evidenciaria mais gritantemente no período subsequente, não mereceu a devida crítica, e a integração das lutas deixava um “respeito” que se limitava a um “reboquismo” da nossa militância em relação aos movimentos, ou a simples integração dos ativistas “antiglobalização” nesses movimentos de maneira, quase sempre, acrítica.

O princípio anticapitalista da AGP, que deveria nortear a participação de todos os “indivíduos e grupos” por ela inspirados, terminou como um adereço sem função para muitos daqueles que participavam de outros movimentos. Afinal, não se opunha abertamente ao critério que já era utilizado por esses movimentos, de afirmar suas bandeiras tendo como base a inserção nas estruturas vigentes do poder econômico e político [8]. Um problema que membros da AGP que tiveram contato com o

Nota 8

Por exemplo, o movimento negro, ao exaltar ricos e famosos, e as feministas, fazendo contas de quantas mulheres já eram diretoras ou presidentes de grandes empresas. Há que se ressaltar que ricos e poderosos sempre foram “respeitados” em nossa sociedade, independente de qualquer coisa. Condoleezza Rice, por exemplo, mulher e negra, não é respeitada por ser mulher nem por ser negra, mas por ser poderosa.

Nota 9

Quando houve o episódio de repressão à um casal gay que se beijava no Shopping Frei Caneca, pessoas ligadas à AGP auxiliaram na organização do conhecido “beijaço” gay no local. Os donos das lojas entram em pânico, já que 80% de seus clientes eram gays. No dia do beijaço, receberam todos de portas abertas, com cartazes com homenagens e tudo. A partir de então,

o Shopping Frei Caneca se tornaria, abertamente, o shopping gay da cidade. No entanto, os gays não estavam sendo respeitados por serem gays, mas por serem consumidores, por terem dinheiro. Os gays das periferias certamente não teriam o mesmo respeito. Ao mesmo tempo, ter gays nas posições centrais do poder não melhora a condição daqueles que são oprimidos. Não ser mais oprimido por um homem branco, mas por uma mulher negra e gay, muda a opressão? Melhora o mundo?

Nota 10

Contra o FMI, o BM, a ALCA, o G8, a cultura do automóvel, as guerras, a repressão policial, a OMC, o Fórum Econômico Mundial, o BID, a opressão contra os homossexuais, o aparelhamento dos movimentos sociais pelo PT, a UNCTAD, a morte de Santillán e Kosteki (piqueiros argentinos), entre outras.

processo de conformação da Parada do Orgulho Gay viram de perto [9]. A noção da necessidade de integração das lutas estava correta, mas o princípio anticapitalista, que deveria nortear a criação e o desenvolvimento de lutas, não poderia jamais ter sido deixado de lado.

A necessidade de internacionalização das lutas também teve consequências. Ainda que se defendesse “pensar global e agir local”, o fato é que havia uma importação de pautas, no melhor estilo neocolonialista, que, se por um lado unia os ativistas internacionalmente, por outro complicava sua atuação localmente e a criação de estratégias adequadas.

Questões internacionais amplas (neoliberalismo, ALCA, OMC etc.) dificultavam a “tradução” dessas questões no que dizia respeito ao dia-a-dia da população. Era, evidentemente, um problema estratégico — talvez um dos mais sérios de todo o movimento. Pensar estrategicamente exigiria formular, discutir e tomar posições em relação a questões que foram muito pouco discutidas. As perguntas mais básicas — Movimento para quê? Movimento para quem? — se foram algumas vezes tratadas, nunca superaram o nível da especulação rasa e deram espaço a proposições que se abstinham de um caminhar estratégico. Se essas perguntas tivessem sido honesta, profunda e criticamente discutidas, certamente haveria um diagnóstico de que as bandeiras do movimento — por mais que girassem geralmente em torno de questões ligadas ao neoliberalismo — mudavam com muita frequência, o que fazia com que se acentuasse uma outra característica do nosso movimento: o “fazer tudo mas não fazer nada”. Pessoas envolvidas com inúmeras causas, inúmeros projetos, mas que terminam por não fazer nada direito.

Ao fazer um balanço das bandeiras que levantamos em todo o período da AGP se constatará que as questões foram muito diversificadas, ao mesmo tempo em que nossa força não era suficiente sequer para organizar algo sério em relação a uma delas. Mobilizamos em torno das mais diferentes bandeiras [10], todas as quais, evidentemente, mereciam lutas. O problema,

entretanto, era a falta de uma visão estratégica, já que tínhamos uma determinada força, “bater” cada hora em um alvo fazia com que os golpes terminassem por não surtir muito efeito. Cada vez o tema era um e não conseguimos — sequer tentávamos — traduzir bandeiras globais de luta em um conjunto de propostas compreensíveis para a população. Fica também uma impressão do “modus Greenpeace de operar”, que sempre prioriza o distante em relação ao próximo, já que é mais simples, mais seguro e mais “marketeiro”, por exemplo, defender pandas de localidades longínquas do que lutar com os desempregados de sua própria localidade. Se as perguntas estratégicas tivessem sido suficientemente discutidas e, de fato, respondidas, evidenciaria-se que todos esses problemas estratégicos nos quais incorriam o movimento reduziam significativamente o próprio conjunto dos participantes dos movimentos. Problema de crescimento das bases reforçado pelo já mencionado perfil que hegemonizava as mobilizações.

Além disso, a necessidade de estarmos integrados a tudo o que acontecia internacionalmente acelerava o calendário e fazia com que, a toda hora, fosse mais o momento de fazer do que de pensar, reforçando o “fazer pelo fazer” mencionado anteriormente. Uma priorização do tático que sempre se dava em detrimento do estratégico.

Por que uma estratégia seria imprescindível? Tínhamos de avaliar a conjuntura, verificar quais seriam nossos objetivos, constatar nossa capacidade de mobilização, verificar quais seriam as necessidades e prioridades para aumentar a nossa força, como iríamos traduzir as bandeiras em questões concretas que poderiam ser entendidas pelas pessoas, quais seriam as ações que contribuiriam com um avanço estratégico mais amplo etc. Questões básicas que foram poucas vezes discutidas a sério. Não há como negar que essa falta de projeto estratégico dava margem a um espontaneísmo gritante, que fazia nosso “barco” andar em círculos, já que não sabíamos direito para onde ir.

Observando hoje, vejo um movimento que andava em círculos, tentando fazer muita coisa, mas fazendo pouca coisa direito. Andava um pouco numa direção, um pouco noutra, sem conseguir manter um norte e sem conseguir acumular e trilhar um caminho sólido.

Tecnologia e liberdade

Finalmente, pode-se colocar a necessidade e a vontade que tivemos de integrar as novas tecnologias e ferramentas em nosso processo. Não sei se é correto falar em “integrar”, visto que o movimento nasce delas, ou já surge com elas, desde seu início. Ferramentas de publicação aberta, como o CMI, acompanham o movimento desde seu surgimento, assim como servidores

Nota 11

Esse fato coloca em xeque as posições primitivistas de que as máquinas da indústria, por exemplo, engendram em si mesmas o capitalismo. E sustentam o argumento de que, por trás das tecnologias, existem intenções, processos e instituições capazes de ditar seu fim. Nesse sentido, uma fábrica poderia, utilizando-se de sua própria tecnologia, servir para propósitos anticapitalistas, desde que as intenções, os processos e as instituições que determinam seu funcionamento assim o fossem. Uma fábrica autogerida poderia, assim, servir como meio de luta e também como paradigma de uma sociedade futura.

Nota 12

Alguns membros do CMI Global integraram de maneira central o projeto de desenvolvimento do Twitter, por exemplo. O exemplo do CMI, de comentários abertos, foi seguido pela maioria dos portais da mídia corporativa.

de e-mails e listas como o Riseup, ambos promotores dos softwares livres, de uma cultura contrária aos direitos autorais e de conteúdo radical.

Quando o CMI surgiu no Brasil, por exemplo, havia uma dificuldade grande para se publicar na internet, criar sites, blogs etc., e por isso a proposta de publicação aberta caracterizou-se como uma inovação sem precedentes. Como em outros países, o CMI foi central tanto para a articulação dos protestos da AGP quanto para a difusão de sua cobertura. Assim também foram os e-mails seguros e listas do Riseup.

No entanto, não deixou de surgir em meio ao movimento uma visão que politizava a tecnologia em si mesma, acreditando que a publicação livre, as licenças livres, os servidores independentes, carregavam certo potencial libertador. O que a história mostra — contradizendo aqueles que, contrários à tecnologia, afirmam que uma tecnologia não pode jamais modificar as raízes que lhe foram engendradas no momento de sua criação — é que as ferramentas da web, que hoje se chamam de 2.0, foram, em grande medida, uma criação desse movimento da nova esquerda global. Tecnologias descentralizadas, que propiciavam a participação, a construção coletiva, dentro do espírito que caracterizava o próprio movimento.

Entretanto, com o passar do tempo, entre a criação dessas ferramentas e os dias de hoje, os capitalistas perceberam que era possível utilizar a descentralização, a participação e a construção coletiva para a acumulação de capital e geração de lucro. Ferramentas criadas com o intuito de combater o capitalismo foram apropriadas pelos capitalistas, em nome de uma construção mais descentralizada, participativa e coletiva do capitalismo; ideia que permeou toda a criação e o desenvolvimento da Internet 2.0 [11]. Um processo que não deixou de ser auxiliado por parte dos ativistas antiglobalização que, integrados ao capitalismo, entregaram suas ferramentas e ajudaram em seu desenvolvimento e em sua integração ao mundo corporativo [12].

Nota 13

[13] Visão bastante difundida e sustentada por argumentos como o de Michael Moore no documentário Corporation, quando afirma ser um paradoxo o fato de operários trabalharem em fábricas e contribuírem, assim, com o desenvolvimento do capitalismo. A maioria dos trabalhadores, naturalmente, não pode escolher onde trabalhar e, se trabalham numa fábrica, por exemplo, não é porque querem ajudar o capitalismo, mas porque estão sendo por ele explorados, sem outras alternativas disponíveis.

Não foram poucos os que, envolvidos com as tecnologias alternativas, ingressaram em processos governamentais ou capitalistas que se utilizavam dessas tecnologias. Empresas que utilizavam o Linux como maneira de conter custos com as licenças do Windows, governos que desenvolviam projetos de inclusão digital, empresas que douravam seus produtos com licenças diferenciadas como forma de inserir-se alternativamente no mercado, etc. E não falo dos empregos para a sobrevivência de parte dessa militância, claramente necessários, já que não podemos cair no raciocínio, típico dos setores médios alternativos, de que é possível para todos uma escolha do trabalho que se vai realizar, visando não contribuir com o capitalismo ou ter um impacto menor em seu desenvolvimento [13]. Falo da “compra” ideológica do discurso da libertação por meio da tecnologia, um fator responsável por aproximar do governo Lula grande parte desses ativistas, seduzidos pela política do Ministério da Cultura, que oferecia trabalho, financiamento e mesmo a promoção desse modelo de tecnologia alternativa. Qual era o projeto político do governo que impulsionava essa política do MinC? Certamente não era anticapitalista, e pode-se questionar, inclusive, se era, ainda, de esquerda.

(Continua)

A Bibliografia virá no final desta série.

**SE A NOVA
ESQUERDA QUER
SER CAPAZ DE
INTERVIR NA
REALIDADE
ELA TERÁ DE
CONCEBER-
SE COMO
FORÇA SOCIAL
CONSISTENTE**

Balanço crítico acerca da Ação Global dos Povos no Brasil V

publicado no Passa Palavra

Felipe Corrêa

ENTRE ERROS E ACERTOS

Qual é a conclusão central que está por trás desse balanço crítico? Teria sido esse movimento completamente em vão? Teríamos perdido nosso tempo e seria uma experiência inteiramente perdida?

Afirmo que certamente não. O movimento teve a virtude, antes de tudo, de realizar uma crítica às velhas estruturas da esquerda, propor alternativas para sua renovação e testá-las, na prática. O que permite extrapolar as hipóteses teóricas e ver, na realidade, como operaram essas alternativas, acumulando uma experiência que não é pouca.

Entre erros e acertos houve, certamente, outros ganhos como a chegada de vários militantes que até hoje seguem na ativa, além da criação de alguns grupos e coletivos que também se mantêm funcionando. E o movimento foi capaz de fazer lutas que, com todos os problemas apontados, conseguiram, em uma medida ou outra, acumular. Ainda que muitas das questões contra as quais o movimento tenha lutado, bandeiras de curto e médio prazo, tenham sido abandonadas pelas estruturas de poder, atribuo isso mais a uma questão conjuntural do que à força do próprio movimento. O que quero dizer é que, independentemente de qualquer coisa, houve aspectos positivos que podem contribuir com a continuidade da construção dessa nova esquerda.

No entanto, não se pode olhar para esse fenômeno sem realizar uma autocrítica que tenha por objetivo superar, de fato, os problemas que surgiram. Ressaltar possíveis virtudes, lembrar de “como era legal aquela época”, não nos fará avançar. Apropriar ou endossar, hoje, a Cultura da AGP, sem reflexão crítica, também não. É, de fato, preocupante que grupos e movimentos pelo Brasil ainda se baseiem nessa cultura, criada em

um momento determinado, e com sérios limites — e que se fundamentem no mesmo discurso, de que estão “criando o novo”. A AGP e tudo o que foi o “entorno” do Movimento de Resistência Global no Brasil constituem uma experiência ímpar, a partir da qual todos os que continuam envolvidos com a política, e fundamentalmente com a esquerda, têm o dever de refletir.

Antes de tudo, cabe definir mais precisamente o que entendo por esquerda. Entendo por esquerda o setor da sociedade que tem como eixo de atuação e/ou perspectiva de futuro a igualdade — critério central para essa noção. A esquerda busca, constantemente, a diminuição das desigualdades da sociedade — o que, com frequência, se reflete em uma análise fundamentada nas classes sociais, no papel da luta de classes e no reconhecimento de outras desigualdades como as de raça e de gênero. Essas desigualdades, sendo consideradas mais sociais do que naturais, podem e devem, segundo a esquerda, ser modificadas. A liberdade não é um critério de definição, visto que há setores na esquerda mais e menos libertários. Vale o mesmo para as estratégias, que priorizam a tomada do Estado (pela revolução ou pelos métodos representativos) e as que defendem uma construção pela base, fora do Estado, num modelo que se poderia chamar de poder popular. Traços que são mais comuns na esquerda do que na direita são: a maior disposição à igualdade — tanto em relação à maioria explorada pelo capitalismo como pelas minorias oprimidas —, uma preferência do coletivo em relação ao individual, uma preferência da cooperação em relação à competição, uma abertura maior aos movimentos populares, entre outros. Obviamente, há diversas particularidades que a cortam transversalmente. [Norberto Bobbio. *Esquerda e Direita*] [1]

Nota 1

Há um outro fator interessante: quanto mais se nega a diferença entre direita e esquerda, mais ao centro se está. Quando parte da esquerda caminha ao centro, esse é o discurso: que esquerda e direita são conceitos ultrapassados, que não servem mais para explicar a realidade etc.

O problema fundamental de todo o movimento foi, a meu ver, com base nas críticas da velha e clássica esquerda, criar, por meio de uma certa e relativa “política do espelho” algo, em grande medida, oposto a ela, jogando, como se diz no ditado popular, “a água suja com o bebê dentro”. É verdade que o movimento se manteve no campo da esquerda, fato que pode ser atestado — independentemente das limitações, dos problemas e das contradições — pela própria luta que tinha como inimigo o neoliberalismo e fundamentava-se no princípio anticapitalista. Portanto, certamente, não foi um movimento que, levando ao limite a tal política do espelho, enveredou para a direita.

Analisando as críticas elaboradas pelo movimento à velha esquerda, pode-se dizer que eram todas acertadas. Estou de pleno acordo que a esquerda clássica deu pouco espaço para questões culturais e identitárias, subestimou as relações pessoais, restringiu sua concepção de classe e as análises que se fundamentaram nessa categoria; essa esquerda fundamenta-se em

um modelo de atuação que dificulta a aproximação de jovens, e deveriam ser questionadas suas formas tradicionais de luta e mobilização, de maneira a renovar-se e atrair mais pessoas para suas lutas. Concordo também que não se pode querer intervir na realidade simplesmente por meio da teoria, que na velha esquerda há muito dogmatismo ideológico e sectarismo, que os processos são, na imensa maioria, nada democráticos, que ela está hegemônica por posições autoritárias, que há problemas sérios de hierarquia e dominação, que ela teria de se integrar e usufruir das novas ferramentas tecnológicas. Nenhuma dessas críticas é inválida e todas oferecem elementos relevantes para a construção de uma nova esquerda.

O problema da AGP e da forma de mobilização que ela promovia surgiu por se acreditar, de uma ou outra forma, aberta ou não, que da simples crítica poderiam emergir propostas construtivas, sem maiores reflexões. Pode-se dizer também que o olhar para a velha esquerda foi muito pouco generoso, pois, se havia problemas, como esses que foram apontados, certamente também havia virtudes. Havia um histórico longo que não poderia ter sido descartado da maneira como foi. As experiências acumuladas pela esquerda ao longo dos séculos XIX e XX oferecem um campo de análise monumental e fundamental para a construção de qualquer “novo”; com uma análise desse período, descobriremos que muitos dos “novos” elementos propostos pelos movimentos que foram impulsionados pela AGP estiveram presentes em toda a história da esquerda, ainda que, muitas vezes, tenham sido minoritários.

A falta dessa análise histórica e de uma reflexão estratégica e programática mais aprofundada fez com que o fluxo “natural” do movimento apontasse para problemas imensos, talvez maiores do que aqueles que se buscava superar. Ainda que todo esse processo não tenha levado o movimento para a direita, isso não significa afirmar que, da crítica realizada à velha esquerda, pudesse surgir uma construção adequada. Nosso movimento, forjado em grande medida em oposição à esquerda clássica e sem muitas reflexões em torno da construção que buscava realizar, terminou muito fraco politicamente, tendo pouca capacidade de intervenção real na correlação de forças da sociedade — e muitas vezes não teve nem mesmo a preocupação para que isso ocorresse; abriu mão da organização, estratégias, programas e políticas de alianças, todos elementos fundamentais quando se trata de política; não foi capaz de repensar o conceito de classe e de concebê-lo segundo um novo modelo que desse conta da realidade, abandonando-o, juntamente com a política classista de luta; restringiu-se a um setor minoritário da sociedade, relativamente integrado ao sistema, que, sem possibilidade ou mesmo sem a intenção de envolver contingentes mais amplos da população, não deixou de caracterizar um elitismo bastante semelhante ao da velha esquerda; estimulou o descompromisso, em

detrimento do trabalho regular, o trabalho de base; substituiu muitas vezes a luta pela festa; renegou o papel da teoria e da formação política em favor de um praticismo praticamente incapaz de reflexão; deu espaço ao individualismo, ao “democratismo” e à cultura autocomplacente do “pode tudo”, invertendo constantemente a noção de autoritarismo ou mesmo tolerando abertamente muitas atitudes autoritárias em seu seio; estimulou um espontaneísmo inócuo de conteúdo e incapaz em termos organizativos; acreditou que a tecnologia poderia ter conteúdo libertador.

Vê-se que a lista dos problemas da nova esquerda da AGP é tão extensa quanto, senão maior que a lista de críticas à velha esquerda. Caberia, portanto, observar as críticas colocadas, atestar sua validade, verificar os problemas práticos ocorridos no movimento e, por meio dessa crítica honesta e construtiva, buscar elementos que permitam, entre a crítica realizada, e a construção que se levou a cabo, encontrar novos caminhos para a reconstrução da esquerda.

Para uma nova esquerda e um projeto de poder popular

A construção de uma nova esquerda certamente exigirá retomar elementos velhos e clássicos e é sempre bom termos em mente que não estamos reinventando a roda. Isso contribuirá para “baixar um pouco a bola” e diminuir a arrogância nas discussões. A história está evidente para quem quiser ver e, nessa construção, as experiências da esquerda em mais de um século de luta devem ser aproveitadas. Por outro lado, todo esse acúmulo, principalmente entre os séculos XIX e XX permite que façamos uma crítica, honesta e dura, do que foram os equívocos que estiveram presentes nessas experiências. Construir uma nova esquerda exigirá, portanto, uma análise histórica, de teoria e prática, buscando ver quais foram os elementos mais acertados e quais foram os principais problemas encontrados.

Tentando contribuir com esse processo, fazendo essa análise crítica da história — que extrairá e formalizará alguns ensinamentos que a experiência da AGP proporciona —, buscarei pontuar questões que me parecem centrais, se realmente desejarmos dar corpo a uma nova esquerda que constitua um projeto de poder popular.

Assim como defini brevemente o que entendo por esquerda, creio que é importante definir o que quero dizer com poder popular, quando falo que a nova esquerda deve constituir um projeto de poder popular, quando falo que precisamos de um projeto de poder etc. Minha corrente de filiação ideológica tem se esforçado significativamente para discutir de maneira mais aprofundada o tema do poder.[2]

“O poder pode ser entendido como ‘a imposição da vontade de um agente através da força social que consegue mobilizar para sobrepujar a força

Nota 2

Em relação às minhas produções, ver: a série “Movimentos sociais, Burocratização e Poder popular: da teoria à prática” (<http://passapalavra.info/?p=30887>), publicada no portal Passa Palavra; o artigo, publicado em livreto, Criar um Povo Forte (<http://www.anarkismo.net/article/15266>); e também a nova série, intitulada “Para uma Teoria Libertária do Poder”, que está sendo publicada no portal Estratégia e Análise (<http://www.estrategiaeanalise.com.br/>).

mobilizada por aqueles que se opõem'. Ele circula por todas as relações sociais: entre classes, grupos e pessoas que possuem relações e, portanto, está também ligado aos conflitos, sendo possível afirmar que nas relações sociais que envolvem conflito nunca há ausência de poder; se uma parte não tem poder, a outra necessariamente tem. Ainda que determinadas classes, grupos ou pessoas tenham capacidade de realização, ou seja, ainda que, potencialmente, possam fazer algo, isso não significa necessariamente a constituição de uma força social e sua implicação em um conflito. O poder existe quando a capacidade de realização constitui-se em força social e essa força é aplicada em um conflito determinado superando as outras forças em jogo.” [Felipe Corrêa. *Movimentos Sociais, Burocratização e Poder Popular*]

Assim, sustentar que a nova esquerda precisa de um projeto de poder não significa afirmar que ela tenha de ter uma estratégia para tomada do Estado — muito ao contrário. O século XX contribuiu sobremaneira para que se visse, na prática, que o Estado não é um elemento neutro, um “poder” que pode ser tomado e utilizado para os mais variados fins. Vimos que, ainda que ele reflita, em grande medida, aspectos centrais do capitalismo, ele pode ser consequência, mas também causa, já que, se mantido, tem a capacidade de recriar o capitalismo, ainda que com particularidades, como foi o caso da antiga URSS. Criar um projeto de poder exige, antes de tudo, uma compreensão sobre o que é o poder. Partindo dos elementos colocados acima, pode-se afirmar que a sociedade de hoje é o resultado de distintas correlações de forças, que se estruturam do micro para o macro e vice-versa. O capitalismo de hoje, portanto, vem sendo estruturado por uma correlação de forças que coloca de um lado as classes dominantes e de outro as classes dominadas, oprimidas. E quando falo em forças, não me refiro somente à força bruta, a uma política aberta de guerra/repressão; entendo que a ideologia dominante, a cultura difundida pelo capitalismo, as quais forjam indivíduos obedientes que defendem abertamente o *status quo* (ainda que em seu próprio prejuízo), é também um aspecto central dessa correlação de forças visto que atinge diretamente a vontade do conjunto das massas. Nesse sentido, torna-se central buscar compreender o que é esse poder, quais são suas raízes e a maneira que ele vem se estabelecendo como força hegemônica na sociedade. Um projeto de transformação, nesse sentido, só pode ser forjado se conseguir compreender, em termos estratégicos, a posição do inimigo e, com base nisso, forjar uma estratégia de acúmulo de forças e aplicação dessas forças nos conflitos, de modo a modificar a relação de poder existente.

Por um lado, pode-se afirmar que conceber uma sociedade sem poder significaria acreditar na possibilidade de existência de uma “sociedade

Nota 2

Em relação às minhas produções, ver: a série “Movimentos sociais, Burocratização e Poder popular: da teoria à prática” (<http://passapalavra.info/?p=30887>), publicada no portal Passa Palavra; o artigo, publicado em livreto, Criar um Povo Forte (<http://www.anarkismo.net/article/15266>); e também a nova série, intitulada “Para uma Teoria Libertária do Poder”, que está sendo publicada no portal Estratégia e Análise (<http://www.estrategiaeanalise.com.br/>).

Nota 3

Volto a um exemplo bastante simplório, mas muito explicativo, que utilizei em outro momento. “Utilizando uma metáfora, pode-se afirmar que se queremos ir para o Rio de Janeiro, saindo de São Paulo, não adianta pegarmos uma estrada que vá para Curitiba. Se pegarmos

sem relações sociais, sem regras sociais e sem processos de decisão sociais”. Ou seja, seria conceber o “impensável”. O que não significa equiparar as noções de poder e dominação. A dominação, na realidade, é um tipo de poder que implica, numa determinada correlação de forças, hierarquia, relação de mando-obediência, exploração, etc. “Os libertários se situam, na realidade, contra os sistemas sociais baseados em relações de dominação (em sentido estrito). ‘Abaixo o poder!’ é uma fórmula que deveria desaparecer do léxico libertário e ser substituída por ‘Abaixo as relações de dominação’. Mas neste ponto é preciso tentar definir as condições que tornam possível uma sociedade enquanto tal.” [Tomas Ibáñez. *Por um Poder Político Libertário*]

Nesse sentido, se a nova esquerda quer ser capaz de intervir na realidade, e deixar de contentar-se com os pequenos ganhos que vez por outra consegue, ela necessariamente terá de conceber-se como força social consistente e avaliar a melhor maneira de intervir nos distintos conflitos, impulsionando-os no sentido desejado.

Lembremos que, estrategicamente, não se pode conceber a política muito além de três posturas bastante simples. Dado um determinado *status quo*, forjado por determinadas relações de forças, há as seguintes alternativas: 1. Se intervém em favor do *status vigente*; 2. Se intervém contrariamente ao *status vigente*; 3. Não se intervém, o que, obrigatoriamente, significa optar, ainda que sem intenção ou inconscientemente, pela primeira alternativa. Ou seja, ao não intervir na realidade de maneira a se opor aos aspectos vigentes da “ordem”, se reforça, obrigatoriamente, essa ordem. Portanto, se uma nova esquerda não for capaz de intervir na realidade em favor de um projeto próprio, ela necessariamente agirá em favor do *status quo* presente. Parece-me que, a igualdade, aspecto fundamental da velha esquerda, deve ser mantida nesse projeto; da mesma forma, parece-me que a história do século XX demonstra na prática que o projeto de uma nova esquerda deve contar também com a liberdade. E recordemos que a sociedade de hoje não se fundamenta em aspectos igualitários e nem libertários, e que, portanto, sem um projeto próprio capaz de modificar a atual correlação de forças, terminará se sustentando, de um jeito ou de outro, o que aí está.

Além disso, a história também vem demonstrando um princípio básico da estratégia: “os objetivos estratégicos devem determinar a estratégia e esta deve determinar as táticas”. Ou seja, acreditar que um conjunto de táticas que se fundamenta na desigualdade e no autoritarismo possa levar a uma estratégia e a um objetivo de igualdade e liberdade é contradizer a lógica dos fatos. Nesse sentido, se a nova esquerda deve ter como fundamento a igualdade e a liberdade, os meios

a estrada
para Curitiba,
chegaremos em
Curitiba e não no
Rio de Janeiro.”
O que dizer
das táticas e da
própria estratégia
do marxismo
ortodoxo que,
buscando chegar
a um comunismo
igualitário e
libertário, queria
construí-lo por meio
de um “socialismo”
centralizado,
que implicava
desigualdades
econômicas,
políticas e sociais, e
de uma ditadura?

que ela escolher utilizar, tática ou mesmo estrategicamente, devem ser igualitários e libertários. [3]

Como coloquei, podemos (e em certo sentido devemos) utilizar a história como base — tanto da esquerda clássica, quanto da nova esquerda que a AGP tentou impulsionar — e apontar elementos para uma nova construção. Voltarei, assim, aos mesmos eixos colocados anteriormente, sugerindo, a partir da experiência histórica e da crítica construtiva realizada, elementos para a construção de uma nova esquerda que engendre esse projeto de poder popular.

(Continua)

A Bibliografia virá no final desta série.

**COMPÕEM
O COLETIVO
PEQUENAS
EMPRESAS,
AGÊNCIAS E
PRODUTORAS
QUE
TRABALHAM EM
ECONOMIA DE
AGLOMERAÇÃO
CULTURAL.**

Velhos demais para virar adultos

publicado no site Produção Cultural

Fábio Maleronka Ferron

Dia desses a Casa da Cultura Digital fez dois anos. Para quem não nos conhece, a Casa fica em São Paulo, quase no centro da cidade. Posso explicá-la de várias formas. Tem gente que a chama de *cluster criativo*. Seja o que isso for, parece ser a definição mais apropriada. Basicamente, no entanto, o que importa é nossa experiência cotidiana. Hoje compõem o coletivo pequenas empresas, agências e produtoras que trabalham em **economia de aglomeração cultural**.

Quem somos? Volto a dois anos atrás. Em uma manhã, rolou um encontro de um pessoal que estava querendo montar uma experiência. Tínhamos em comum essa coisa de não reproduzir o modelo das ONGs e também de não querer trabalhar na agressividade do mercado. E precisávamos de um canto, para colocar o computador e a cerveja gelada. Durante uns três meses, a coisa ia e não ia. Estava para acontecer mas num acontecia. Pudera, né, afinal, a gente não tinha nenhum tostão furado – o que por si só é uma contingência importante.

Tentamos alugar uma casa na Bela Cintra. Não rolou.

Até que o Serjão Gomes, mestre de todos nós, passou pela Vitorino Carmilo e avistou uma placa de aluga-se defronte a um castelinho que serve de portal para uma vila de estilo italiano, um conjunto de sobradinhos, que inclusive serviu de locação do primeiro episódio do Castelo Rá-Tim-Bum.

Quando chegamos para ver o espaço, a cara que fizemos foi muito parecida com a dos meninos personagens da série quando avistam o castelo.

Naquela manhã, o raio chocou a cabeça do Frankenstein.

Em dois anos, fizemos muitas coisas: produzimos os fóruns de Cultural Digital; criamos e realizamos o Produção Cultural no Brasil; clonamos o Blog do Lula e organizamos uma comunidade de Transparência Hacker

que tem 800 membros; organizamos também uma comunidade de recursos educacionais abertos, que está pautando a questão de forma pioneira; fizemos filmes, fotos, músicas, shows, bugigangas. A lista vai longe: tem comunidade também de vídeo livre, de fotografia digital, de compartilhamento de ciência. O que não falta são coisas sendo feitas. Mas esse texto comemorativo não se pretende a balanço do realizado.

Quando chegamos, alugamos duas casas da vila. Agora já são quatro. Encontramos inúmeros parceiros e financiadores. Mas, como no início, continuamos duros. Não buscávamos isso, mas o fato de sermos pequenos, de trabalharmos de forma colaborativa e com inovação de formatos, nos coloca nesse lugar. Talvez seja o preço da autonomia. Sei lá.

Peixinhos de Ouro

Sempre que me perguntam sobre quem são os habitantes da Casa da Cultura Digital, respondo que vislumbro cinco tipos de perfis, os quais podem ser misturados ao sabor do freguês: jornalistas, artistas, hackers, cronópios e produtores.

O espaço está sempre aberto a esse tipo de gente, e isso faz com que, bastante frequentemente, a gente receba um mundaréu de pessoas, movimentos, blogueiros e empreendedores, nacionais ou estrangeiros, que estejam pela cidade. A Casa, pode-se dizer, é um bacana ponto de encontro.

De minha parte, nesse período, testei algumas brincadeiras inovadoras, como: recriar o velho Ônibus-biblioteca de Mario de Andrade – uma das mais felizes políticas públicas de cultura já inventadas no Brasil – com leitores digitais no lugar dos livros; produzir uma aranha sonora com a Geralda, do Tato Taborda, de corpo, e músicos fora do eixo conectados às patas; montar um “penetrável” de cinema, na Cinemateca, com o cineclube Mate com Angu dentro. Tem sido legal, porque minha preocupação central pode ser criar e trabalhar.

Aliás, essa é um elemento importante. Há uma preocupação política espalhada pela Casa, como não poderia deixar de ser, elemento que fica ainda mais acentuado em momentos de enfrentamento como o que estamos vivendo, quando aparece uma meia dúzia querendo desestruturar importantes políticas culturais. Em geral, também, as pessoas que toleram estar no nosso *cluster* trafegam pela esquerda, mais para libertárias ou anarquistas. No entanto, essa preocupação política é apenas uma das preocupações, porque o lance, afinal, é criar e trabalhar.

Há um ano, montou-se no porão do castelo o Garoa Hacker Clube. Outro dia passei por lá e os caras estavam mexendo no sistema que movimenta uma impressora que imprime objetos. A imagem me remeteu ao Coronel Aureliano Buendia – 32 guerras antes – na sua oficina, fazendo seus peixinhos de ouro, como descreve o clássico Cem Anos de Solidão.

Velho demais para virar adulto

Dois anos depois, penso no que virá.

Sem dúvida, seguiremos com nossas pautas, a inventar uma produção cultural completamente diferente e a estimular as reviravoltas no *nó borromeano* da cultura digital.

A cultura, livre dos anteparos, será ainda mais imaginativa. Por isso, viver uma nova produção é tão importante quanto os objetos, produtos, festivais, sites, shows, plataformas e peças que essa mesma produção produz. Nos resta, então, viver e fazer a “arte como modo de vida” – como diriam os neo-concretos. Esse é o salto mortal da cultura e sua cambalhota inventiva.

Estamos na sociedade do remix. Pós-tropicalista.

Outro dia, passei em outro canto da casa, e alguém estava manipulando um laptop, misturando trechos de músicas e imagens. A imagem me remeteu à Emília do Sítio do Picapau Amarelo, no episódio da Reforma da Natureza, quando ela pratica o remix nas suas alterações do mundo: o passarinho-ninho; o porco magro; o livro comestível; o pernilongo cantor e a reforma da personalidade das borboletas azuis.

É essa a nossa proposta de mundo – o mundo do remix.

O Aristóteles usa a ideia de tiquê como uma causa oculta para a razão humana, para o “acaso”. Acho que foi o tiquê que nos fez estar dois anos juntos, brincando de meta-produção cultural, realizando workshws e vivenciando a internet de raiz.

Se tem algo que posso conclamar, em homenagem a esses dois anos felizes, é que sejamos hidráulicos e objetivos. Podem até dizer que amadurecemos, mas já somos velhos demais para virar adultos.

**SE EXISTE UMA
APROPRIAÇÃO ATÉ
DOS SONHOS DE
MUDANÇA E SE O
TRABALHO ESTÁ
PRESENTE ATÉ NAS
MICROATIVIDADES
CAPTURÁVEIS,
HAVERIA
UM ESCAPE
ESTRATÉGICO?**

Apresentação Retrospectiva do Encontro: Cultura Livre e Capitalismo

publicado no site Sarava

Silvio Rhatto

Bom dia a todos e todas presentes, sejam bem vindos. Farei uma breve apresentação retrospectiva do Encontro para em seguida tratarmos da metodologia e da introdução dos temas.

Entendam que essa retrospectiva inevitavelmente contém parte do meu ponto de vista e que não representa necessariamente o ponto de vista de quem esteve presente na primeira edição.

Peço no máximo 15 minutos.

O Encontro: Cultura Livre e Capitalismo surgiu em 2007 com a necessidade de reflexão por parte de diversos grupos de midiativismo.

De 2003 a 2007 houve uma forte interação, no Brasil, entre grupos de diversas origens, do movimento alterglobalização, de grupos de mídia táctica, das rádios livres, de coletivos de artistas, etc. Num momento de grande efervescência, como agora.

Grosso modo, grupos mais dedicados à mobilização política se encontraram com grupos mais atentos à produção cultural, a maioria deles tendo um modo de operação horizontal, informal e aberto. Estamos falando de grupos preocupados com a ameaça dos monopólios e dedicados à democratização dos meios de comunicação e a mudanças sociais profundas.

Houve um reconhecimento, nessa interação, da complementaridade entre esses dois campos e surgiu daí uma cooperação espontânea e que representou mais uma oportunidade de junção entre cultura e política, uma aproximação sempre lenta desde sua última cisão durante os anos de chumbo.

Tal período coincide com o refluxo brasileiro das mobilizações antiglobalização, com a ascensão da esquerda institucional ao poder e com a vinda da web 2.0. Então é um momento de transição.

1 O Encontro

Nesse novo contexto, houve um imbricamento entre iniciativas governamentais, empresariais e "ativísticas" - digamos assim - que suscitaram diversos questionamentos acerca da apropriação do trabalho e mesmo das lutas de diversos grupos e movimentos.

Um dos muitos espaços para esse tipo de discussão foi o Encontro: Cultura Livre e Capitalismo, cuja iniciativa independente e autônoma - sem financiamentos, sem editais, sem patrocínios - permitiu a reflexão sincera e sensata na medida do possível e das limitações do momento.

Foram dois dias de debate em torno de três temas:

- Ativismo, voluntariado e trabalho assalariado.
- Financiamento e autonomia.
- Exploração 2.0.

O áudio completo do evento está disponível no site do encontro <link1> junto com algumas notas das discussões. Arquivos de lista de discussão também estão disponíveis mediante inscrição.

Link 1

<https://encontro.sarava.org>

2 Conclusões

Dos muitos pontos levantados, destaco as seguintes conclusões de algumas/alguns participantes. Não pretendo me esmiuçar sobre eles mas apenas fazer um rápido passeio.

Apropriação energética e simbólica

A expropriação de valor, isto é, a exploração do trabalho, ocorre hoje até em situações sutis onde até o simbólico é apropriado pelo mercado ou por governos.

Dois exemplos foram mencionados durante o encontro que valem ser destacados, mas que não representam necessariamente os primeiros episódios de apropriação:

1. O software livre surgiu como contraponto à nascente indústria de software cujo lucro se concentrava na restrição de acesso, modificação, execução e distribuição de código. Hoje, as principais frentes de desenvolvimento de software aberto são controladas por corporações multinacionais ou fundos de investimento. Assim, o trabalho de uma comunidade passou a se tornar parte do processo produtivo.
2. Na época, comentava-se que a plataforma como o Youtube foi vendida por mais do que o preço da Vale do Rio Doce durante privatização. Tucanagem e privatária à parte, a comparação é impressionante: dado que o valor do Youtube era menos pela solução técnica da plataforma mas basicamente pela sua base de usuários/as, sua audiência e pelo seu acervo de vídeos construído pelos próprios usuários, que não apenas

enviaram vídeos como também realizaram tarefas de classificação e recomendação. Ou seja, o valor da plataforma veio de um trabalho não remunerado, uma extração de mais-valia absurda comparável à extração de mineral da sua equivalente 1.0.

Participar de uma comunidade aberta passou a gerar valor passível de extração. Pior: instituições poderiam influir - pagando, por exemplo, salários aos gestores, antes voluntários/as - para definir as linhas de atuação da comunidade.

A produção de conteúdo passou a gerar lucros enormes mesmo quando voluntária e não remunerada. Ou mesmo alguns ativistas passaram a ser interessantes no mercado do simbólico pelos contatos que conseguiam mobilizar.

Estariam também os grupos de mídia livre sujeitos a esse tipo de exploração?

Tomada de consciência

Que muitas dos/as participantes que se consideravam apenas ativistas passaram também a se enxergar como trabalhadores/as. Tanto pelo reconhecimento das novas dinâmicas de apropriação de valor quanto por muitas delas se encontrarem num momento no qual a atuação profissional passou a ser um aspecto crucial na vida: algumas pessoas tendo filhos/as, outros/as encerrando formação profissional ou precisando sustentar a família.

Isso pode ser entendido, antes de tudo, como uma outra tomada de consciência por parte dos/as ativistas. Por outro lado, isso pode complicar ainda mais as coisas.

Assim, como separar o ativismo do trabalho? Agir também não é trabalhar? Não está no trabalho a fonte da ação? De modo que a exploração e a luta agora podem vir de diversos lados.

Pode-se agir no trabalho, porém os formatos desse tipo de atuação - diga-se sindicatos - estão desgastados pelo tempo. Pior ainda, muitos empregos hoje exigem um perfil ativista, engajado, dinâmico, desafiador e com isso se apropriam de formas e conteúdos de lutas passadas ao mesmo tempo que tendem a neutralizar qualquer tentativa de contestação direta.

Pode-se trabalhar no ativismo, porém surgiu a percepção de que talvez esse ativismo como era - ou talvez ainda seja - praticado também comece a apresentar sinais de fadiga contestatória, visto que as mesmas práticas - e por vezes os mesmos discursos - hoje são língua franca e ação corrente no meio corporativo e governamental. Da mesma forma como muitos dos discursos da Geração 68 e da contracultura se tornaram mantras da gestão empresarial 20 anos depois.

Como medida paliativa, algumas pessoas se manifestaram a favor de uma separação, mesmo que artificial, entre o tempo de trabalho, digamos "clássico", um emprego assalariado, e o ativismo, também já se tornando clássico, desempenhado no tempo livre.

Inovação da dissidência

Este talvez seja o ponto de maior impacto: se existe uma apropriação até dos sonhos de mudança e se o trabalho está presente até nas microatividades capturáveis, haveria um escape estratégico?

A meu ver, a constatação mais profunda foi de que a dissidência pode cumprir também um papel de inovadora dentro do capitalismo, seja pela apropriação da sua produção técnica ou mesmo pela inventividade mais genérica.

Podendo até desempenhar papel preponderantemente anticíclico durante crises, para evocar uma interpretação keynesiana.

Ou mesmo uma interpretação de fundo teórico oposto, uma visão schumpeteriana na qual os movimentos sociais - e não apenas a iniciativa privada - podem atuar como agentes criativos que auxiliam na perpetuação do capitalismo.

Seria então, talvez, uma leitura simplesmente libertária de que a cada geração uma parcela de ativistas é cooptada, ou suas formas de agir são copiadas, para efetuar as calibrações necessárias para o bom funcionamento do sistema?

Como inventar a próxima forma de luta que seja ética e eficaz sem que ela seja rapidamente apropriável?

Até onde a visão do nosso tempo alcança, parece que as ideias nos servem por um tempo, mudam o mundo e se desgastam, não servindo mais para a mudança. Então outras novas ideias são necessárias, que rapidamente são abarcadas por um capitalismo com fronteiras se expandindo até seu limite, seja ele o esgotamento ambiental ou o gatilho marxiano das quedas tendenciais - dois fortes componentes para o agravamento da atual crise financeira. Calma, já estou acabando a fala.

Hoje é até mais difícil pensar em alternativas, uma vez que muita gente está de olho grande nos movimentos sociais para extrair qualquer novidade saída do forno.

O exemplo da nossa geração de ativistas foi a própria web 2.0. Ela não surgiu dos departamentos de pesquisa e desenvolvimento. Ela surgiu das ruas, da necessidade de comunicação durante protestos e da iniciativa de programadores/as que desenvolveram as primeiras plataformas de publicação aberta, alguns dos quais foram eventualmente absorvidos pelas empresas de tecnologia, mesmo que ainda sejam ativas politicamente.

As mídias sociais foram inventadas pelo campo social, elas não precisaram ser tornadas sociais, diferentemente da internet, que surgiu

como rede acadêmico-militar e posteriormente trazidas a público.

A problemática hoje pode até se piorada: nem sempre os movimentos sociais se beneficiam a longo prazo das inovações por eles criadas: enquanto a web 2.0 serve a cada dia mais para confinar a informação numa infraestrutura corporativa alheia à privacidade e colaboracionista, muitos grupos perderam a capacidade de ter seus próprios meios de comunicação ao mesmo passo, ou melhor ainda, que seus equivalentes comerciais.

Pode-se disso tudo extrair leituras, até que ponto equivalentes? Uma fatalista, alguns diriam frankfurtiana, de que está tudo dominado. Ou então perceber que cada geração vislumbra uma chance mas que sempre falta algo para trazer as mudanças sociais necessárias para uma sociedade justa onde o ser humano não explore seus semelhantes.

Enfim, em 2007 a problematização chegou até esse limite.

3 Encaminhamentos

Do encontro, foram tiradas as algumas propostas de encaminhamentos.

É importante ressaltar que tais encaminhamentos não foram consensuais, mas sim protocolares: cada encaminhamento foi composto por diversos itens, cabendo a cada grupo ou indivíduo escolher quais itens utilizar, caso queira.

3.1. Conjunto de Licenciamento Livre

O Conjunto de Licenciamento Livre, uma experiência que objetivou evitar que ao menos parte da produção informacional dos grupos e pessoas interessados/as não seja indevidamente apropriada.

O Conjunto de Licenciamento Livre é uma máquina mental de produção de licenças de copyleft similar ao Creative Commons, porém mais alinhada às licenças da Free Software Foundation mas permitindo outras possibilidades de proteção da informação.

3.2. Criação do Princípios das Mídias e Grupos Livres

Teve como uma de suas metas auxiliar os grupos a identificarem entre si quais possuíam éticas de atuação compatíveis e que portanto poderiam ou não atuar conjuntamente. Ao contrário de muitas interpretações, a meu ver os Princípios não foram uma tentativa de "purificar" o "movimento" mas sim dar base para que grupos pudessem questionar outros grupos durante a negociação de um trabalho conjunto. A aplicação dos Princípios levaria a uma definição dos grupos. Por exemplo, um grupo poderia ou não adotar o dado princípio de que apenas trabalha conjuntamente com outros grupos que não se utilizam de trabalho remunerado.

4 Críticas e observações

Diversas foram as críticas observações ao evento e seus encaminhamentos:

Ambos encaminhamentos sugerem uma visão prática ante um tema no qual não se chegou a nenhum consenso. Com a impossibilidade de definição comum sobre essas questões, restou apenas elencar possibilidades de atuação minimamente aceitáveis.

O Encontro foi polêmico e para muitas pessoas foi ele interpretado como caça às bruxas ao invés da tentativa de se chegar a um entendimento da conjuntura e das mudanças necessárias para o trabalho no ativismo e para o engajamento no trabalho.

O Encontro não conseguiu mudar muitas práticas ou ampliar a discussão.

Ele pode ser considerado como uma ruptura dado que muitos grupos deixaram de trabalhar juntos por conta de incompatibilidades políticas que se tornaram patentes.

Um aspecto definitivamente positivo foi o incômodo causado pelo Encontro, um forte sinal de que ao menos ele conseguiu, naquele momento, formular questões pertinentes e que dificilmente depois foram abordadas com o mesmo senso crítico.

5 Perda da continuidade

O Encontro foi seguido por alguns meses de atividade no seu sítio e lista de discussão, porém dois fatores foram preponderantes para que houvesse uma interrupção:

Falha em manter o debate por conta da ruptura entre diversos grupos. Em certo sentido houve um revertério, uma ressaca levou ao distanciamento também das discussões.

O sequestro pela polícia do servidor onde se encontrava o sítio e a lista de discussão promoveu outra ruptura, desta vez na comunicação e na memória, que contribuiu ainda mais para a perda da continuidade.

6 Hoje

A primeira edição do encontro ficou restrita a um círculo relativamente pequeno de grupos se comparado com a proporção adquirida pela recente polêmica sobre o assunto e que encorajou a realização desta edição.

Espero que tenhamos um bom debate e que consigamos tirar encaminhamentos. O texto desta apresentação estará disponível em breve no sítio do encontro.

**ACOMPANHANDO
AS DISCUSSÕES,
COMEÇO A
CONCLUIR QUE A
AGP, COM TODOS
OS SEUS DEFEITOS,
ESTAVA À FRENTE
DE MOBILIZAÇÕES
COMO AS
MARCHAS DA
LIBERDADE**

Balanço crítico acerca da Ação Global dos Povos no Brasil VI

publicado no Passa Palavra

Felipe Corrêa

Política, cultura e identidade coletiva

Com exceção de alguns ortodoxos que ainda insistem em ver a determinação mecanicista da infraestrutura sobre a superestrutura, praticamente todos os estudiosos das mobilizações populares vêm assumindo que, para além da importância dos elementos econômicos, fatores culturais e identitários são absolutamente centrais, tanto para que as mobilizações se formem, quanto para que elas agreguem pessoas, que aumentem suas forças e mesmo para que obtenham vitórias. A diferença entre um indivíduo que na primeira dificuldade abandona a causa e um outro que dá a vida por ela não está na infraestrutura e, certamente, possui determinação central na correlação de forças entre um movimento popular e seus inimigos.

Nesse sentido, estimular o subjetivo, as paixões, os desejos, os sentimentos, as ideologias, parece-me central. A maneira que um indivíduo avalia uma situação concreta (fator cultural que envolve necessariamente uma noção ética/moral) é fundamental para ele ingressar e continuar em uma mobilização. Os laços de solidariedade que unem diversos indivíduos e constituem um movimento, gerando uma noção fundamental de pertencimento, são também centrais, assim como as ideologias, que impulsionam as vontades para a luta, os projetos de educação popular, que aumentam o nível de consciência etc.

No entanto, não se pode pensar que somente a cultura e as identidades coletivas, sem uma perspectiva política de intervenção concreta na realidade, de luta concreta, teriam como promover transformações. Lembremos daquela máxima que afirma que, ainda que convencêssemos a maioria da população, forjando uma cultura crítica, com alto nível de

consciência e uma identidade coletiva, se isso não se transformasse em uma luta política concreta, todos continuariam sendo oprimidos — ainda que conscientemente.

A ideia de que as festas podem ter função ou caráter político deve ser pensada nessa perspectiva: se por um lado pode-se tentar dar a elas um conteúdo político e/ou politizador, fazer com que promovam satisfação individual, confraternização coletiva, momentos de alegria e de prazer e aprofundamento de laços pessoais, por outro, elas não podem substituir as lutas. Festas, ainda que com conteúdo político, por si mesmas, não constituem, necessariamente e na prática, elementos contestadores de caráter, de fato, político. Qualquer inimigo pode conviver com festas politizadas sem ter de modificar minimamente suas atitudes e posições. É necessário, portanto, refletir em que medida as festas contribuem ou podem contribuir com uma intervenção real nas forças em jogo, ou se elas são apenas eventos que, apesar de outros aspectos positivos, não terão potencial para intervir ou para potencializar uma intervenção na realidade.

Outra questão relevante é que, ainda que se reconheça a noção central da cultura e da identidade, não se pode restringir a aproximação de novos militantes em um movimento por diferenças culturais ou identitárias, refletidas em comportamentos e estilos de vida que mais afastam que agregam. Ao mesmo tempo em que se forja uma cultura comum, fundamental para a unidade na luta, deve-se permitir que os diferentes se aproximem: em termos de sexo, cor, etnia, orientação sexual, idade, nível de instrução etc.

Deve-se lembrar, além disso, que se por um lado os movimentos têm uma função importante de modificar individual ou coletivamente os militantes, isso não modifica a correlação de forças dentro da qual ele se coloca. Por isso, não se pode esquecer que a atuação voltada “para fora”, para a realidade concreta, é o mais importante e tem de receber prioridade. A mudança individual pode e deve ser buscada dentro do grupo ou do movimento, mas é a mudança/transformação social que se deve ter em vista.

Relações pessoais e políticas

Constituir e aumentar força social implica, necessariamente, em aprofundar relações. Assim, não é possível se pensar em um projeto político que se forje sem relações sociais. Certamente os vínculos e as relações são determinantes na unidade de um determinado grupo ou movimento e quanto mais aprofundadas e consistentes forem essas relações, mais o coletivo estará disposto e motivado a atuar coletivamente em torno de um objetivo comum.

No entanto, fazer política não é a mesma coisa que fazer amizade. Ainda que as relações de amizade possam estar contidas dentro da política, a política não pode se resumir a elas; será necessário estar junto com pessoas que não são nossas amigas e que, por vezes, podem até não gozar de nossa afinidade pessoal. Assumir essa posição implica, necessariamente, para que se construa um projeto político, abandonar a ideia de que sempre estaremos entre amigos.

A unidade política deve, prioritariamente, ser forjada em torno de objetivos que são políticos: defendo, por exemplo, que a unidade no movimento popular se dê em relação à necessidade, que nos agrupamentos de tendência, frentes etc. se dê em torno de um método, e que nos agrupamentos ideológicos, partidos etc. se dê em termos ideológicos. São esses os objetivos que devem unir o coletivo; as relações, ao mesmo tempo, quanto mais se aprofundarem, mais contribuirão com os objetivos políticos que se quer alcançar.

Essa é a regra que também deve nortear as políticas de alianças, as quais devem se dar em relação aos objetivos previstos para um determinado período, sendo necessário unir-se com aqueles que, para essa determinada etapa, podem contribuir com o projeto político desejado.

As relações pessoais, se por um lado devem ser aprofundadas e podem contribuir com um projeto político, não podem, sob quaisquer circunstâncias, ser priorizadas em relação à política, e menos ainda substituí-la. Deve-se ter em mente que o individual pode potencializar o coletivo, mas nunca se deve optar por priorizar o individual em detrimento do coletivo, ou mesmo deixar que isso aconteça.

Um classismo renovado

Não há sujeito revolucionário determinado *a priori*, seja por meio de um processo histórico inevitável ou por condições estruturais que o coloquem, necessariamente, nessa condição. Como um sujeito vai ser revolucionário, estar determinado a modificar os rumos da história, sem ter a mínima consciência disso? Como uma situação estrutural pode, por si mesma, impulsionar um sujeito para a luta?

Uma observação da história dos séculos XIX e XX demonstrará que, em termos de classe, houve distintos sujeitos que poderíamos chamar de revolucionários, nas diversas lutas por transformação que foram levadas a cabo. Houve, certamente, episódios protagonizados pelo operariado das cidades, mas também outros, protagonizados por trabalhadores do campo, camponeses, ou mesmo pelos excluídos e marginalizados da sociedade. Pode-se também notar que as mobilizações que estiveram fundamentadas

em setores específicos — principalmente nos policlassistas, como os movimentos de estudantes –, não foram capazes, em grande medida, de promover transformações mais significativas nas estruturas de poder.

Isso me leva a crer que o sujeito — ainda que pertença a uma classe potencialmente revolucionária ou que esteja em uma situação estrutural que propicie o desenvolvimento de sua consciência de classe — é determinado por meio de um processo de luta, responsável por produzir mudanças em seu campo objetivo e subjetivo, racional e emocional. A história oferece elementos para afirmar que o pertencimento a uma classe ou a vida em uma estrutura não determina, obrigatória ou mesmo potencialmente, a criação de um sujeito revolucionário, nem um indivíduo que poderá conter em si o germe da mudança, integrar lutas, etc. Para tentar identificar os setores mais propícios à mobilização, à luta, à transformação social, é imprescindível uma criteriosa observação histórica e conjuntural da região à qual se refere. Sem essa noção de tempo/espço, obviamente com todas as relações que ela implica, não se pode fazer avaliações acertadas sobre quais são os sujeitos com mais potencial para a luta e para a transformação.

Ao mesmo tempo, parece-me evidente que, sem alianças amplas, ainda que concebidas em termos classistas, será impossível impulsionar um processo de transformação radical que aponte para mudanças significativas e duradouras das estruturas de poder.

Afirmar o classismo, a existência de classes sociais, das lutas de classe, etc., não significa, obrigatoriamente, assumir a definição marxiana de classe. O socialismo vem contribuindo, historicamente, com possibilidades distintas de se definir esses conceitos. Uma delas, que tem me parecido bastante frutífera, extrapola a categoria exploração para definir as classes e a própria luta de classes, utilizando-se para isso da categoria dominação. Compreendendo que a categoria exploração faz parte da categoria dominação, as classes sociais, nesse sentido, são entendidas a partir de uma noção macropolítica/sociológica, que permite identificar um conjunto de classes oprimidas (que inclui trabalhadores da cidade e do campo, campesinato e excluídos/marginalizados), o qual constitui um todo que pode ter condições de estabelecer uma luta ampla para a transformação social. Permite, ao mesmo tempo, identificar um conjunto de classes dominantes responsáveis pelas relações de dominação de classe na sociedade (proprietários urbanos e rurais, capitalistas etc.). Nesse sentido, a luta de classes se daria, fundamentalmente, no conflito entre esses dois amplos conjuntos de dominadores e dominados, ou oprimidos. [Alfredo Errandonea. *Sociologia de la Dominación*]

Assumindo a teoria da interinfluência e da interdependência das esferas (econômica, política/militar/ideológica e cultural/ideológica) [Bruno L. Rocha. *A Interdependência Estrutural das Três Esferas*], pode-se afirmar que, ainda que estejam no campo das relações econômicas, as classes sociais têm influências e dependências de relações que se estabelecem em outras esferas. É com base nesse argumento que não se pode confundir classe com consciência de classe, já que, ainda que inconscientes, as classes sociais são concretas e existem. Pode-se também afirmar que a luta contra a dominação não é sinônimo de luta de classes, mas que ela envolve, necessariamente, a luta de classes. Ou seja, um projeto de luta contra a dominação não tem como desconsiderar a luta de classes e a própria luta contra a exploração.

Há, portanto, outras possibilidades de conceber a noção de classe, para além do que foi, e que em grande medida ainda é, a posição da velha esquerda. Não se pode descartar as categorias “classes sociais”, “luta de classes” e do próprio “classismo”, por razão de uma definição e de uma utilização que parecem limitadas, e muitas vezes realmente o são.

Não se pode conceber uma nova esquerda sem reconhecer os limites do capitalismo para a criação de uma nova sociedade, fundamentada na igualdade. E é nesse sentido que se torna central a bandeira do classismo, de modificação ampla das estruturas de poder que caracterizam a sociedade capitalista de dominação, e que têm como um de seus principais traços a dominação de classe. Abandonar o classismo significa abrir mão de uma das principais questões, senão a principal, da sociedade capitalista. Assim, as fundamentais lutas de gênero, de raça, de orientação sexual, etc., se não quiserem dar continuidade às desigualdades de classe, devem ter como pilar o classismo, anticapitalista por essência, no sentido de uma prática que, junto com as lutas específicas, mantenha a luta de classes como uma constante, além de uma perspectiva de fim das dominações de classe.

A construção da igualdade não deixa outra alternativa senão reivindicar as bases classistas e o protagonismo de classe nas lutas e transformações. O século XX demonstrou que quando um grupo, ainda que constituído por uma parcela das classes oprimidas, por mais bem intencionado que seja, ao trazer para si a responsabilidade de lutar e de promover as transformações sociais pelos outros, no lugar dos outros, necessariamente produz novas relações de desigualdade, substitui o conjunto das classes oprimidas no exercício do poder e dá continuidade às relações de dominação.

A igualdade só surgirá com a criação de um povo forte e um povo forte se cria nas lutas, participando, decidindo, capacitando-se, desenvolvendo, enfim, uma cultura de luta que o faça reassumir seu papel de

sujeito na sociedade. Não se pode querer lutar contra a desigualdade sem se recorrer a um classismo que envolva amplos setores populares e que lhes dê protagonismo.

Criar um novo com velhos elementos

Seria muito arrogante sustentar que, por exemplo, nos últimos 150 anos, não há nada na esquerda que se possa aproveitar. Um estudo com alguma profundidade das discussões que se deram, das posições das distintas correntes, dos episódios práticos em que elas foram envolvidas etc. contribuirá amplamente com qualquer novo processo que se queira criar.

Portanto, uma nova esquerda não pode, de maneira alguma, constituir-se como um espelho da esquerda clássica, descartando toda sua história. Se há aspectos que certamente devem ser reformulados (autoritarismo, estatismo, vanguardismo etc.), há também noções centrais que não devem (classismo, trabalho de base, compromisso etc.).

Sustentar um discurso do novo *versus* o velho só contribui para que se descarte tudo o que foi construído pela esquerda em sua ampla história. A construção de uma nova esquerda, repito, deve conservar velhos elementos e, ao mesmo tempo, criar novos. Construção essa que não pode abster-se de envolver os setores mais clássicos, ainda que eles conservem muitos dos aspectos velhos que precisam ser superados.

Compromisso militante

Dentre os elementos da velha esquerda que devem ser mantidos, estão aqueles que envolvem a questão do compromisso militante: disciplina, responsabilidade, regularidade etc. — ainda que eles devam ser esvaziados de seu conteúdo autoritário. Certamente, deverá ser repensado como esses elementos vão ser colocados em prática, como as pessoas serão cobradas, etc.; não se pode, entretanto, sob qualquer hipótese, descartá-los completamente.

Culturas militantes que estimulam a falta de compromisso, de disciplina, de responsabilidade, de regularidade, não conseguem acumular o mínimo de força e conseqüentemente nada modificam em relação à “ordem” que está dada. Basta uma passada de olhos no TAZ de Hakim Bey para notar esse fato. Faz-se uma festa, um *meeting*, e quando o Estado ataca, tudo se dissolve e organiza-se em outro local. Qual é o potencial transformador, em termos políticos, de algo desse tipo? Nenhum, obviamente.

Assim, uma nova esquerda terá de repensar a maneira de estimular esses antigos elementos que giram em torno do compromisso militante, de forma que haja envolvimento e seriedade por parte daqueles que estiverem nas lutas e que haja espírito de entrega, disciplina etc.

A disciplina é um desses elementos que vem sendo reivindicados de maneira altamente autoritária pela esquerda clássica. Deve-se pensar na disciplina para além da hierarquia e da dominação; concebida dessa maneira, disciplina não significa obedecer o que diz a direção. Se levados em conta os processos coletivos de tomada de decisão, ela significa o envolvimento do indivíduo nos processos decisórios e o respeito às posições que foram deliberadas coletivamente — um compromisso do indivíduo em relação ao coletivo. Seriedade e regularidade também são fundamentais, pois é impossível acumular politicamente com gente que vem numa reunião e não vem na outra, aparece e desaparece, assume tarefas e não cumpre, faz trabalho e depois não faz etc. É fundamental, ainda, que haja e que se estimule essa cultura da seriedade (levar a sério aquilo que faz) e da regularidade (estar presente, com frequência, para realizar aquilo que foi deliberado). A política não pode ser uma atividade do “quando der, e se der”.

Isso certamente envolverá aspectos mais e menos agradáveis, coisas que gostamos mais e menos de fazer, mas que terão de ser realizados por razão das necessidades colocadas por um processo de luta e de transformação.

A dialética entre teoria e prática

É verdade que grande parte da esquerda vem resumindo suas intervenções às produções teóricas as quais, se servem para melhorar a análise da realidade, para aprofundar as opções estratégicas, ao não implicarem prática, não constituem lutas concretas e não acumulam força. Por outro lado, a pura prática, que chamei de “praticismo”, se não tiver como base um aprofundamento teórico, fundamentado em reflexões críticas, na busca de respostas no passado, nas atualizações daquilo que não serve mais para nossos dias, certamente trará dificuldades e limitações significativas que poderão impedir o avanço e o próprio desenvolvimento da luta.

A teoria nos dá elementos importantes em termos históricos e conjunturais. Ela pode servir também para se conceber objetivos e caminhos a seguir, os quais, certamente, são mais estimulados por uma noção ideológica que teórica. A prática, por outro lado, verifica na realidade se as hipóteses formuladas pela teoria possuem lastro real e oferecem ótimas experiências para que se renove e se aprimore a teoria.

Portanto, uma nova esquerda não pode abrir mão de teoria e prática. As quais, por meio de uma interação dialética, fortalecem-se mutuamente, fazendo com que haja um aprimoramento mútuo. Com boa teoria se aprimora a prática e com boa prática se aprimora a teoria. Ambas devem caminhar juntas, num esforço de desenvolvimento e melhoria permanente.

Se por um lado há uma “urgência das ruas”, é inegável que grande parte das teorias da velha esquerda precisam ser renovadas. Teremos de “podar os velhos ramos” [Camilo Berneri. *Pensamento e Batalha*]. Há uma urgência das ruas, mas também há urgências fora delas. E devemos reconhecer a “insuficiência das ruas” [IEL. *A Insuficiência das Ruas*], quando essa prática não vem ancorada em um processo mais amplo de acúmulo real de forças e de um aprimoramento teórico, capazes de impulsionar amplamente as lutas e as transformações sociais.

Não se pode pregar a prática em detrimento da teoria ou vice-versa. Ambas devem usufruir da dialética entre uma e outra para um acúmulo de forças no sentido de modificar a realidade.

A democratização e a opção pelos processos coletivos, pela delegação e pela autogestão responsável

A necessidade de democratização dos processos de luta e transformação, colocada há tempos e que se enfatizou com as experiências do século XX, é evidente — fundamentalmente pela noção, antes discutida, de táticas, estratégias e objetivos. Se a esquerda tem de trabalhar na criação de um povo forte, ela não pode optar por um caminho que o enfraqueça, como os processos antidemocráticos de luta que, ao invés de criarem sujeitos pensantes, capazes de conduzir a si mesmos e forjar as bases de um movimento sustentável de luta por transformação, criam um povo sem capacidade de pensar e agir, obediente, incapaz de tomar a dianteira nas lutas sociais.

Quanto mais fraco permanecer o povo nos processos de luta, maiores serão as necessidades de direções autoritárias que comandem esses processos e, por isso, maior a chance de se estabelecerem novas hierarquias que significarão a manutenção das relações de dominação. “Um povo forte não precisa de líderes”, dizia Zapata, enfatizando a necessidade de as lutas criarem os sujeitos revolucionários capazes de exercer as funções democráticas dentro de um movimento reivindicativo, ou mesmo assumir a função de sujeito em uma sociedade revolucionária autogerida. Nesse sentido, torna-se fundamental a opção pelo coletivo, pelo fortalecimento do conjunto popular para a mudança social e não somente para proporcionar condições individuais de mobilidade, visando a inserção dentro da estrutura de classes que está dada ou mesmo o estabelecimento de novas posições de dominação.

A opção da esquerda sempre foi por um processo coletivo de mudança e esse é outro elemento que precisa ser mantido. É por esse motivo que o consenso — processo decisório que se estabelece em parte da esquerda depois dos anos 1970 — deve ser questionado. Com base nas práticas dos

últimos 40 anos, podemos constatar que, se por um lado o consenso aumenta as discussões, alinhando melhor o nível de informações em um coletivo, ele pode implicar desigualdades significativas.

“Quando grupos maiores tentam decidir por consenso, isso normalmente os obriga a chegar ao menor denominador intelectual comum em sua decisão: a decisão menos controversa ou mesmo a mais medíocre que uma assembleia relativamente grande consegue obter é adotada — precisamente porque todo mundo deve concordar com ela, ou então se abster de votar naquele tema. Mas o que é mais preocupante é eu ter descoberto que ela permite um autoritarismo traiçoeiro e manipulações gritantes — mesmo quando usada em nome da autonomia ou liberdade” [Murray Bookchin. *Comunalismo*]. Assim, não se pode adotar o consenso de maneira acrítica, pois, se as decisões fundamentadas em votação na qual vence a maioria possuem problemas, o consenso também possui.

A democratização das informações e os processos coletivos de discussão e deliberação parecem ser elementos fundamentais. No entanto, a proporcionalidade nas tomadas de decisão e o impedimento que uma minoria domine o processo também. Da mesma maneira que é fundamental o envolvimento dos implicados nas decisões que lhes dizem respeito, a delegação também é, o que significa que não serão todos a deliberar sobre tudo. Quanto mais implicado se está no processo decisório, maior é a necessidade de envolvimento; pode-se optar pela delegação com controle da base, utilizando-se de mandatos temporários e rotativos. [Michael Albert. *Buscando a Autogestão*]

A tentativa de consenso e, não sendo possível, a votação, vencendo a maioria, juntamente com a delegação responsável e controlada pela base, parecem meios-termos que vêm funcionando e que cumprem as necessidades estratégicas colocadas.

Outro elemento antigo da esquerda que não pode ser abandonado é a ideia de começar a construir hoje o mundo em que se quer viver amanhã. E fazem parte disso tanto os processos autogestionários que priorizam o coletivo e as delegações com controle da base, como também a noção de regras que, estabelecidas coletivamente e fundamentadas numa ética revolucionária, não podem ser abandonadas em função de uma posição permissiva que dá condições para que se estabeleça a cultura do “pode tudo”. Esse conjunto de regras deve ser estabelecido aos poucos e de maneira coletiva, tendo-se em mente que é fundamental forjar uma noção de que as deliberações coletivas têm de ser cumpridas, e não podem ser violadas, tendo como justificativa a “liberdade/autonomia individual”. Esse argumento é dos capitalistas, quando falam que têm a liberdade de

explorar os trabalhadores, já que os próprios trabalhadores querem essa exploração. É o que os latifundiários dizem, quando possuem muitas terras sem função social, enfatizando que têm a “liberdade” de ter terra e não fazer nada com ela.

Portanto, uma nova esquerda, que ainda se queira esquerda, deve priorizar os processos coletivos e forjar um conjunto de regras cujo respeito demonstrará o quão envolvidos com a luta e a transformação estão os militantes. Aquele que desrespeita as deliberações coletivas mina o processo de luta e, portanto, faz papel de inimigo. Autoritário, portanto, não é o processo que envolve todos, permite as decisões e estabelece regras coletivas, mas o indivíduo que não participa do processo e/ou que o viola, em nome de sua liberdade ou autonomia individual.

Organização e estratégia

Antes de tudo, devo colocar que organização não significa, necessariamente, dominação e muito menos hierarquia; estratégia não implica disciplina militar e nenhum apreço pelas forças armadas. Organização significa associação com objetivos comuns (para quem se organiza) e critérios de união (com quem se organiza); estratégia significa um conjunto de leitura da realidade (onde se está), objetivos (aonde se quer chegar) e o conjunto de caminhos pelos quais se pretende chegar ao objetivo (como sair de onde se está e chegar aonde se quer). Elementos também centrais da esquerda, ainda que bastante autoritários em sua maneira clássica de compreensão.

Um coletivo precisa saber por que ele está unido e com quem. Tem de conseguir estimar sua capacidade de força e, por isso, tem de ter uma noção, mais ou menos acertada, da quantidade de militantes ou de movimentos envolvidos, das lutas que estão sendo empreendidas e o desenvolvimento de cada uma delas. Parece sem sentido, mas ainda hoje há grupos e movimentos que não sabem em torno do quê estão organizados e nem com quem estão ou devem estar organizados. Não se pode construir uma nova esquerda que não consiga estimar permanentemente suas forças e que não tenha claro quais são suas bandeiras de luta e seus critérios organizativos. Também não se pode pensar em um movimento que não tenha uma leitura da realidade, objetivos de curto, médio e longo prazo, além de um conjunto estratégico-tático com ações que podem fazê-lo avançar.

Isso pode ser estabelecido por meio de processos democráticos, de fato autogeridos, com discussões amplas e deliberações coletivas levadas a cabo desde as bases. Acreditar que a falta de estrutura ou o espontaneísmo são necessariamente mais igualitários e mais libertários que a organização e a estratégia significa não avaliar da maneira correta os processos altamente

autoritários que, dentro dos novos movimentos, tornaram-se realidade por razão da falta de estrutura e do espontaneísmo. Organização e estratégia podem ser mais ou menos igualitários, mais ou menos libertários, da mesma maneira que a falta de estrutura ou o espontaneísmo. Com a diferença que, em uma estrutura determinada, com critérios claros, processos coletivos, normas estabelecidas, é muito mais fácil de eliminar o autoritarismo individual e coletivo.

A integração e a internacionalização das lutas são fundamentais, mas nunca podem se dar em detrimento de uma estratégia local, adaptada à realidade (tempo/espço). As grandes questões que unem a esquerda, regional, nacional e até internacionalmente, têm de ser traduzidas e evidenciadas em pautas que digam respeito ao dia-a-dia das pessoas comuns. A estratégia tem de ser formulada com base na estimativa das próprias forças e não se deve optar por um conjunto de ações muito mais amplo do que se pode conduzir com alguma eficácia; é melhor conduzir uma luta menor, mas que tenha resultados, do que ampliar demais o horizonte e incidir no processo sem uma força significativa, ou sequer incidir. “Quanto maior o ponto de apoio, menor a força que incide sobre ele” nos ensinam os físicos. Ou seja, com um mesmo movimento, quanto maior o conjunto estratégico escolhido, menor será a eficácia da força do movimento. Assim, deve-se estimar a capacidade e verificar até onde se pode ser eficaz, tomando cuidado para que não se invista nas ações diversificadas ou amplas demais sem qualquer possibilidade de vitória.

Para isso, a metáfora do barco é fundamental: o objetivo estratégico é aonde o barco deve chegar e o conjunto de táticas e estratégias deve conduzir o barco naquele sentido. O movimento que não sabe aonde quer chegar e só gerencia o curto prazo, o tático pelo tático, corre um sério risco de andar em círculos, e nunca chegar em lugar nenhum. O barco, nesse caso, ficaria apenas rodando sem sair do lugar.

Conteúdo político às ferramentas tecnológicas

O recente período histórico, que conta com as lutas forjadas no seio da AGP, nos traz outro importante ensinamento. A tecnologia não traz em si mesma conteúdo político e, produzida para um fim, pode passar a servir a outro. Diversas ferramentas tecnológicas criadas por nossa geração, com função anticapitalista, foram apropriadas pelo capitalismo, e hoje servem às alavancas de auto-sustentação do poder vigente. Portanto, utilizar as ferramentas que vêm surgindo ou mesmo desenvolver novas, pode funcionar e dar suporte a uma nova esquerda. Mas isso não é regra.

Licenças livres, ausência de direitos autorais, participação e construção coletiva não são garantia de nada em termos políticos, e são elementos que podem ser apropriados pelos inimigos em favor de um projeto contrário ao nosso.

Por outro lado, isso nos traz possibilidades: se os inimigos vêm se apropriando das ferramentas construídas pela esquerda anticapitalista, se poderia pensar na possibilidade de utilização ou de apropriação de ferramentas construídas com outros interesses, em favor de uma nova estratégia da esquerda.

PALAVRAS FINAIS

Muito ainda poderia ser dito e mesmo outras formas de reflexão poderiam ser apresentadas. Minha opção, com esse relato quase informal e muito pouco fundamentado teoricamente, é de realizar um balanço sobre aquilo que vi e que pensei nos últimos tempos. E creio que pode servir como um pontapé inicial para o debate.

Produções historiográficas rigorosas, análises detalhadas dos documentos que foram produzidos, de todas as ações que foram realizadas, das formas organizativas adotadas, das relações estabelecidas, das opções de financiamento, entre outras questões, podem dar base para trabalhos históricos, políticos, sociológicos, antropológicos, psicológicos etc. significativos. Todas essas, e outras, são questões que ainda estão por tratar e que, em algum momento, teriam de encontrar pessoas para trabalhar sobre elas.

Eu, particularmente, no que diz respeito às produções teóricas de maior seriedade e fôlego, não me animo muito com a questão. Mas me disponho a ajudar no caso de outros companheiros quererem se debruçar sobre o tema, o que, de fato, ainda não foi feito. Tenho certeza que outros companheiros também poderiam ajudar. Um acervo do movimento, por exemplo, existe e pode ser outra fonte interessante de pesquisa.

Outro fator a ser apontado é que diversas manifestações contemporâneas — as quais vêm sendo discutidas mais enfaticamente no espaço do *Passa Palavra* — precisam ser objeto de reflexão crítica profunda. Quando observei várias dessas manifestações, identifiquei muitos desses elementos forjados pela “Cultura da AGP”. No entanto, acompanhando as discussões e refletindo sobre a própria AGP nessa série, começo a concluir que a AGP, com todos os seus defeitos, estava muito à frente de mobilizações como as Marchas da Liberdade, por exemplo. Ainda que com toda a problemática colocada, o Movimento de Resistência Global possuía uma perspectiva anticapitalista e de esquerda, aspectos que sinto terem sido abandonados por essa nova geração. Se a AGP rechaçou tudo o que vinha da velha e clássica

esquerda, incorrendo em erros sérios, uma nova geração parece ter conservado somente os aspectos problemáticos da AGP, descartando, novamente, aquilo que o processo anterior teve de mais interessante.

Minha humilde expectativa é que esse texto possa contribuir com uma reflexão crítica acerca de todos os processos de mobilização que vêm acontecendo no Brasil. A história passada e o próprio presente vêm oferecendo elementos fundamentais para conseguirmos realizar um balanço da nossa história como esquerda, e verificar, a partir disso, o que deve ser mantido e o que deve ser descartado. Entre a crítica de nossa própria história e a construção que foi levada a cabo, podemos encontrar um caminho. É somente uma nova esquerda, fundamentada em um balanço crítico do passado e do presente, que pode apontar para um processo de construção de um poder popular, de uma mobilização ampla e de base, que acabe com as relações de dominação. A tarefa é grande, mas não parece impossível.

BIBLIOGRAFIA

- AÇÃO GLOBAL DOS POVOS. “Manifesto da Ação Global dos Povos”. Disponível em: <http://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/pt/manifesto.htm>.
----- . “PGA Bulletin”. Vários números. Disponível em: <http://www.agp.org>.
- ALBERT, Michael. “Buscando a Autogestão”. In: *Autogestão Hoje: teorias e práticas contemporâneas*. São Paulo: Faisca, 2004.
- BERGEL, Martín e ORTELLADO, Pablo. “AGP (Ação Global dos Povos)”. In: *Latinoamericana. Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- BERNERI, Camilo. *Pensamento e Batalha*. Porto Alegre: Editorial Combate, 2009.
- BEY, Hakim. *TAZ: zona autônoma temporária*. São Paulo: Conrad, 2001.
- BOBBIO, Norberto. *Esquerda e Direita: razões e significados de uma distinção política*. 2ª edição revista e ampliada. São Paulo: UNESP, 2001.
- BOOKCHIN, Murray. *Comunalismo: a dimensão democrática do anarquismo*. São Paulo: Index, 2002. ----- . *Anarquismo, Crítica e Autocrítica: primitivismo, individualismo, caos, misticismo, comunalismo, internacionalismo, antimilitarismo e democracia*. São Paulo: Hedra, 2011.
- CORRÊA, Felipe. “O Movimento de Resistência Global”, 2004. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2004/07/286886.shtml>. ----- . “Democratismo ou Autogestão?”, 2005. Disponível em: http://pt.protopia.at/index.php/Democratismo_e_Autogest%C3%A3o%3F
- ERRANDONEA, Alfredo. *Sociologia de la Dominación*. Montevideo/Buenos

Aires: Nordan/Tupac, 1989.

FREEMAN, Jo. *A Tirania das Organizações sem Estrutura*. São Paulo: Index, 2005.

IBAÑEZ, Tomás. “Por um Poder Político Libertário: considerações epistemológicas e estratégias em torno de um conceito”. In: *Actualidad del Anarquismo*. Buenos Aires: Libros de Anarres, 2007.

INSTITUTO DE ESTUDOS LIBERTÁRIOS. “A Insuficiência das Ruas”. In: *Ação Libertária*, 2002.

LARAÑA, Enrique. *La Construcción de los Movimientos Sociales*. Madri: Alianza Editorial, 1999.

LUDD, Ned. (org). *Urgência das Ruas*. São Paulo: Conrad, 2002.

LUTA LIBERTÁRIA. “Militância e Ativismo: porque uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa”. In: *Combate Anarquista* 37-38. São Paulo: julho/agosto de 2004. Disponível em: <http://www.anarkismo.net/article/19915>.

ORTELLADO, Pablo. “Aproximações ao ‘Movimento Antiglobalização’”, 2002. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2002/01/14525.shtml>.

PEREIRA, Luciano. “Cronologia dos Novos Movimentos”, 2000/2001. Disponível em: <http://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/cronolog.htm>.

ROCHA, Bruno Lima. *A Interdependência Estrutural das Três Esferas: uma análise libertária da Organização Política para o processo de radicalização democrática*. Porto Alegre: UFRGS (doutorado em Ciência Política), 2009.

RYOKI, André e ORTELLADO, Pablo. *Estamos Vencendo: resistência global no Brasil*. São Paulo: Conrad, 2004.

BIOGRAFIAS

ALEXANDRE ABDO

É cientista molecular e commonista praticante. Diverte-se com projetos de pesquisa em saúde pública na USP e Fiocruz e, nas horas ocupadas, trabalha organizando cursos livres sobre colaboração, compartilhamento e o papel das tecnologias nas possibilidades de organização social. Reencontra-se, na web, em cecm.usp.br/~eris

ALEXANDRE YOUSSEF

É advogado, graduado pela Universidade Mackenzie, onde foi Presidente do Centro Acadêmico da Faculdade de Direito. Coursou também a Escola de Governo. Foi professor de Ética e Cidadania e Política Contemporânea em colégios de São Paulo. Em 1999 foi Assessor Especial do Ministro da Justiça, José Carlos Dias. Entre 2001 e 2004 foi Coordenador de Juventude da Prefeitura de São Paulo, durante todo o governo Marta Suplicy.

Militou na política e no PT (Partido dos Trabalhadores) por 15 anos. Em 2010 ingressou juntamente com ex Ministra Marina Silva ao PV, (Partido Verde) e se candidatou a Deputado Federal obtendo quase 20 mil votos com uma campanha inovadora e 100% digital. Em 2011 se desfilou e se afastou da política partidária.

É criador e sócio do STUDIO SP e do STUDIO RJ e um dos fundadores do site multicultural OVERMUNDO. Atua como curador de diversos festivais, projetos de fomento cultural e espaços culturais pelo país. É também colunista de política da Revista Trip desde 2005.

ANAH ASSUMPTÃO

É ativista e gosta de misturar design com política.

BRUNO CAVA

É militante da rede Universidade Nômade, midialivrista e escreve em vários sites. Ajuda a editar o Portal Outras Palavras (<http://www.outraspalavras.net>) e a Revista Global Brasil (www.revistaglobalbrasil.com.br/), e mantém o blogue autoral Quadrado dos loucos (<http://www.quadradosloucos.com.br>) desde 2009. Também graduado em direito pela UERJ, publicou em 2008 o livro "A vida dos direitos: ensaio sobre modernidade e violência".

BRUNO TORTURRA

É jornalista e fotógrafo. Foi repórter, correspondente e diretor de redação da Revista Trip. Idealizador do projeto da PósTV, rede colaborativa de streaming. Atualmente é roteirista da Rede Globo, articulador do movimento Existe Amor em SP e colaborador em diversas publicações.

CLÁUDIO PRADO

É produtor cultural e teórico da contracultura e da cultura digital. Foi coordenador da ação de Cultura Digital da Secretaria de Programas e Projetos do Ministério da Cultura entre 2004 e 2008, e hoje coordena a ONG Laboratório Brasileiro de Cultura Digital. Tem formação incompleta em pedagogia pela Universidade de Genebra, na Suíça, e em sociologia na Universidade de Surrey, Inglaterra. Fez parte nos anos 60 e 70 do movimento hippie e se envolveu com a produção de shows e festivais de música: co-fundou o Festival de Glastonbury e produziu o primeiro Festival de Águas Claras, em 1975, o "woodstock brasileiro". Produziu shows dos Mutantes e dos Novos Baianos nos anos 70 e sempre esteve ligado a Gilberto Gil e Caetano Veloso,

desde a época em que os recebeu no exílio, em Londres. Fundou e dirigiu diversas produtoras e duas ONGs, Salve a Amazônia e Pró-Rio 92. É um dos fundadores da Casa de Cultura Digital.

Retirado de www.producaocultural.org.br/slider/clau... sob licença Creative Commons

Atribuição-Compartilhual 3.0 Brasil (CC BY-SA 3.0 BR) – creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/br

ELTON FLAUBERT

Bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Pesquisou a Modernidade nas principais fontes impressas do Recife dos anos 1930. Atualmente, pesquisa a filosofia da história em Walter Benjamin e a Modernidade na obra de Machado de Assis. Áreas de estudo voltadas para: Modernidade, Dialética, Teoria Crítica e Literatura Brasileira, com interesse em autores como: Hegel, Marx, Freud, Nietzsche, Adorno, Walter Benjamin, Machado de Assis, entre outros.

FELIPE CORRÊA

É editor, pesquisador do anarquismo e dos movimentos populares e militante da Organização Anarquista Socialismo Libertário (OASL). Possui pós-graduação em Globalização e Cultura (Sociologia da Mudança) na Escola de Sociologia e Política de São Paulo e mestrado no programa

de Participação Política e Mudança Social da Universidade de São Paulo (EACH).

FÁBIO MALERONKA FERRON

Foi consultor do Edital de Populações de Povos Tradicionais para o Ministério da Cultura, participou da publicação das Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Cultura, da fundação e lançamento do Conselho Nacional de Política Cultural, do Fórum de Conselhos Nacionais, da elaboração do Programa Nacional de Cultura e Extensão Universitária MinC /MEC. É um dos fundadores da Casa da Cultura Digital, em São Paulo, e atualmente trabalha no projeto Produção Cultural no Brasil www.producaocultural.org.br e do Imaginação- Festival internacional de Produção Cultural- é diretor da Beijo Técnico Produções Artísticas.

GAVIN ADAMS

É artista e pesquisador. Sua atuação política se iniciou nos anos 80 ao redor da criação e construção do PT. Desde então, se afastou da política institucional e se aproximou de práticas independentes e da política autonomista, atuando junto a vários coletivos de São Paulo. Sua pesquisa e atuação política partem dos paradoxos envolvidos nos dilemas que os movimentos sociais e coletivos em geral parecem encontrar na busca pela compreensão teórica do incerto momento contemporâneo.

Por um lado, a tradição laborista clássica, de outro desafios pós-estruturalistas, ao mesmo tempo que o capitalismo toma novas formas e recoloca questões como a resistência e cooptação.

GIUSEPPE COCCO

É professor titular da UFRJ, onde atua nas pós-graduações da Escola de Comunicação e da Ciência da Informação. Formado em ciências políticas, possui doutorado em História Social pela Universidade de Paris1. É membro da Rede Universidade Nômade e editor das revistas Multitudes, Global/Brasil e Lugar Comum. Escreveu, com Antonio Negri, GlobAL: Biopoder e Luta em uma América Latina globalizada (Record 2005). O último livro lançado é MundoBraz: o devir-Brasil do mundo e o devir-mundo do Brasil (Record, 2009).

HENRIQUE Z.M. PARRA

É professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo. Sociólogo de formação, fotógrafo e ativista por opção. Localizável em: <http://www.pimentalab.net>

HENRIQUE CARNEIRO

Sou historiador, professor na USP de História Moderna. Minha linha de pesquisa vem sendo a história dos alimentos, das bebidas e das drogas desde que defendi meu mestrado em 1993 e meu doutorado em 1997, também na USP, tratando

dos herbários modernos e do papel dos alucinógenos e afrodisíacos na botânica e na farmácia. Já publiquei seis livros e organizei outros dois sobre essa temática. Ajudei a fundar o NEIP (Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos). Também sou ativista do movimento estudantil desde os anos de 1980 quando presidi as uniões metropolitana e estadual de estudantes secundaristas (UMES e UPES), e também do movimento antiproibicionista participando também do coletivo DAR (Desentorpecendo a razão).

IVANA BENTES

Ivana Bentes é professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura e Diretora da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

JOSÉ CELSO MARTINEZ CORREA

Conhecido como Zé Celso (Araraquara, São Paulo, 30 de março de 1937) é uma das figuras mais importantes ligadas ao teatro brasileiro. Destacou-se como um dos principais diretores, atores, dramaturgos e encenadores do Brasil. Trabalhando – seja dirigindo, adaptando, ou realmente numa colaboração – com nomes que vão de Augusto Boal, Henriette Morineau, Fernanda Montenegro, Sérgio Britto, Raul Cortez, Bete Coelho e Flávio Império a Chico Buarque, William Shakespeare, Nelson Rodrigues, Max Frisch, Bertolt Brecht e Máximo Gorki, Zé Celso construiu um dos mais originais percursos dos palcos brasileiros.

Retirado de pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Celso_M... sob licença Creative Commons Atribuição-Partilha nos Mesmos Termos 3.0 não Adaptada (CC BY-SA 3.0) – [creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/...](http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/)

JOSÉ ARBEX JR.

É graduado em jornalismo e doutor em história social pela USP. Coordena os cursos de graduação e de especialização em jornalismo pela

PUC-SP e é editor especial da revista Caros Amigos. Tem vários livros publicados, incluindo: Showrnalismo – a notícia como espetáculo; Jornalismo canalha – a promiscuidade entre mídia e poder (ambos pela editora Casa Amarela) e O século do crime (Boitempo)

LEO VINICIUS

Organizador dos livros Urgência das Ruas e Apocalipse Motorizado (ambos pela Conrad Editora), autor do relato A Guerra da Tarifa (Editora Fâisca), Doutor em Sociologia Política. Participou do Movimento Passe Livre.

PABLO ORTELLADO

É ativista e professor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo.

PASSA PALAVRA

É um grupo autônomo e anticapitalista, formado por colaboradores de Portugal e do Brasil, cujo objetivo é construir um espaço comunicacional que contribua para a articulação e a unificação das lutas sociais. Encontre em: <http://passapalavra.info>

RENATO ROVAI

É jornalista, editor da Revista Fórum, blogueiro e autor de O Caso Venezuela e a Guerrilha informativa, entre outros livros. Também é mestre pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo e presidente da Altercom –

Associação Brasileira de Empresas e empreendedores individuais de comunicação.

RODRIGO SAVAZONI

Rodrigo Savazoni é ativista e realizador multimídia. Integra a Casa da Cultura Digital (<http://www.casadaculturadigital.com.br>) e é Diretor-Geral do Festival Cultura Digital.

Br (www.culturadigital.org.br/). Estuda as redes culturais e o ativismo contemporâneo no mestrado da Universidade Federal do ABC (pchs.ufabc.edu.br/), onde integra a equipe de pesquisadores do Grupo de Pesquisa em Cultura Digital e Redes de Compartilhamento (www.ufabcdigital.blog.br/).

Entre seus trabalhos para novas mídias, está o projeto Cinco Vezes Cultura Digital (cincovezes.culturadigital.org.br/), cujo destaque é o curta-metragem Remixofagia – Alegorias de Uma Revolução (vimeo.com/24172300). É autor, em parceria com Sérgio Cohn, do livro CulturaDigital.Br (culturadigital.br/blog/2009/09/26/baixa...

SILVIO RHATTO

Autodidata em computação e diletante em ciências sociais. Contribuiu com o Rizoma das Rádios Livres e com o Centro de Mídia Independente. Atualmente participa do Grupo Saravá.

THIAGO SKÁRNIO

Iniciou sua carreira no meio cultural e jornalístico como desenhista. Depois de produzir charges e ilustrações para publicações independentes e sindicais, passou a trabalhar também com fotografia, produção gráfica, audiovisual e multimídia digital. Mantendo o foco na produção independente e na diversidade cultural, Thiago passou a dedicar-se à produção de conteúdo e à sua difusão como jornalista, editor e produtor de vídeos e portais na Internet. Na última década Skárnio participou do debate público em torno da comunicação, direitos autorais, cultura digital, liberdade de expressão e as políticas públicas de fomento e acesso à cultura em organizações, ambientes virtuais e movimentos sociais.

ALEXANDRE ABDO - ALEXANDRE YOUSSEF - BRUNO CAVA
BRUNO TORTURRA - CLÁUDIO PRADO - ELTON FLAUBERT
FELIPE CORRÊA - FÁBIO MALERONKA FERRON
GAVIN ADAMS - GIUSEPPE COCCO - HENRIQUE Z.M. PARRA,
IVANA BENTES - HENRIQUE CARNEIRO
JOSÉ CELSO MARTINEZ CORRÊA - JOSÉ ARBEX JR. - LEO VINICIUS
PABLO ORTELLADO - RENATO ROVAI - PASSA PALAVRA
RODRIGO SAVAZONI - SILVIO RHATTO - THIAGO SKÁRNIO

ISBN 978-85-85938-80-2



9 788585 193880 2